

JULIANA HERMSDORF



# CONSTRUINDO UM HISTORICAMENTE POSSÍVEL:

Um estudo sobre  
assessoria técnica e  
potenciais metodologias

# **Construindo um historicamente possível:**

## **Um estudo sobre assessoria técnica e potenciais metodologias.**

Palavras-Chave: Assessoria Técnica; Práxis; Interfaces; Formação política; Autonomia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Texto texto texto da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Área de concentração:** Arquitetura e Urbanismo.

**Orientação:** Zeca Brandão.

**Coorientação:** Izabella Galera.

**Revisão:** Isabela Izidoro e Eros Miranda Figueiredo.

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Hermsdorf, Juliana Oliveira.

Construindo um historicamente possível: um estudo sobre assessoria técnica e potenciais metodologias / Juliana Oliveira Hermsdorf. - Recife, 2025.

334f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2025.

Orientação: Zeca Brandão.

Coorientação: Izabella Galera.

Inclui referências.

1. Assessoria Técnica; 2. Práxis; 3. Interfaces; 4. Formação política; 5. Autonomia. I. Brandão, Zeca. II. Galera, Izabella. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

## **Agradecimentos**

Desde que iniciei o mestrado, coincidentemente fiz dele uma travessia acompanhada por uma releitura vagarosa e descontraída de Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa. Ao longo das páginas, encontrei frases que me mantiveram no eixo da coragem, da crença e da delicadeza. Diante disso, inspirada por essa obra, que tanto me enche o coração, deixo aqui meus agradecimentos entremeados com suas palavras, que tanto me guiaram.

*"O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem."*

Nasci pessoa de sorte, com medos bobos, mas coragens imensas. Incentivadas por ter crescido rodeada de amor e afeto, com colos quentes e abraços profundos.

Pude ser sonhadora, crescer sonhadora e permanecer sonhando.

E toda vez que duvidei de mim, do mundo ou do caminho, tive uma família que me lembrou quem eu sou, do que sou capaz e que nunca estaria sozinha. Com eles, aprendi não só a valorizar os processos, mas vivê-los com intensidade.

Por isso, agradeço aos meus pais, que me ensinaram a enxergar a vida com doçura, determinação e muita curiosidade. Aos meus irmãos, meus parceiros de vida, que me relembram constantemente a potência que somos e por serem o elo mais bonito que a vida me deu. Aos meus tão amados felinos, minha família em Pernambuco, por serem meu conforto e aconchego, acolhimento e calma. Se pude alçar voos tão longos e distantes, foi porque vocês sempre foram presença.

Às minhas amigas e companheiras de trabalho, que dividiram essa jornada comigo, compartilhando risos, desafios e tanta aprendizagem. Vocês foram parte fundamental, esta dissertação não teria alcançado tantas reflexões sem a cumplicidade de cada uma de vocês, mais uma vez transformando o sentido da coletividade em ação. Como também meu agradecimento especial ao MTST e aos moradores da Ocupação Carolina de Jesus, por permitirem que minha pesquisa se construísse junto à sua luta e história.

À Minas Gerais e tudo que ela carrega consigo, dentro de mim: mesmo que eu rode o mundo, sempre será meu lar. Onde todas as minhas horas de desassossego foram curadas com breves retornos, nos quais reencontrei a família que a sorte me deu ao longo dos caminhos. Portanto, aos meus amigos, meu pessoal, todos os brindes e gratidões do mundo. É um orgulho imenso carregá-los aonde quer que eu vá.

Por fim, aos professores que reinventam a docência todos os dias e me fazem acreditar em um futuro possível dentro da academia. Vocês são inspiração constante na educação como um espaço de transformação e esperança.

*"Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende."*

E depois de tanto aprender nesta discência,

*"Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa."*

Feliz em entregar esse trabalho, que me deu tanto prazer em fazer.

Ansiosa para comemorar com os meus e uma cerveja gelada.

***Obrigada a todos que construíram comigo esse historicamente possível.***

Juliana Hermsdorf

## Resumo

A natureza desta dissertação se concentra na reflexão e análise da práxis de Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo, sobretudo no que tange possíveis metodologias a serem aplicadas na atuação: a metodologia cartográfica, a pesquisa-ação, o uso metodológico de interfaces e o círculo de cultura. A pesquisa explora a importância de fortalecer a autonomia dos assessorados e empoderar a transformação social através da prática, engajando-se em ir além da imposição de conceitos preestabelecidos e assistencialismos. Visto isso, se fez essencial entender o papel do assessor frente às lacunas entre saberes técnicos formais e cotidianos, ancorado no compromisso em buscar equidade nos conhecimentos, na difusão de expertises e troca de saberes. Logo, um dos apontamentos deste trabalho é a indispensabilidade do exercício de formação política nos trabalhos em AT. Isto, somado a incorporação de abordagens teóricas relacionadas à produção desigual do espaço e a marcadores sociais, como questões de gênero, raça, classe e cultura.

Esta, tem como objetivo investigar como o embasamento cíclico entre teoria-prática, aplicada no planejamento metodológico, pode consolidar a práxis da Assessoria Técnica a partir da efetividade dos processos participativos, em relação aos seus objetivos, engajamento e na promoção do ganho de autonomia dos envolvidos. Para mais, foi fundamentada em três premissas: (1) a inexistência de neutralidade nas práticas sociais, reafirmando a pesquisa como intervenção, na qual o pesquisador é agente transformador do território, como também transformado por ele ; (2) a essência participativa e coletiva da Assessoria Técnica, que deve ser também formativa, baseada na comunicação e no compartilhamento de saberes; e (3) a estruturação da pesquisa como um ciclo contínuo entre teoria e prática, refletindo a trajetória da autora entre extensão, assessoria e academia.

A extensa pesquisa empírica foi feita no contexto do processo de Regularização Fundiária da Ocupação Carolina de Jesus, realizada pela Brigada de Arquitetura do MTST, construída de maneira participativa e valorizando processos, sendo esta uma pesquisa das subjetividades. Como forma de orientar teoricamente, as pesquisas e análises da prática se desenvolveram no Projeto de Extensão Liame, vinculado ao Laboratório Espaço e Política (LEP) da Universidade Federal de Pernambuco, promovendo a construção coletiva do conhecimento aplicado à ação e incentivando um diálogo entre universidade, movimentos sociais e coletivos.

Por fim, essa pesquisa buscou dialogar não só com os termos da profissão em si, mas também com sua relação com a cidade, seus espaços e grupos sócio-espaciais. Com isso, não se absteve a uma análise solitária ou construída somente a partir de textos acadêmicos, se fez indispensavelmente teórico-prático e coletiva. Só assim, construindo uma reflexão junto e dialogicamente com diferentes agentes produtores do espaço e vivências, ousei a escrever e contribuir para a reflexão de uma práxis mais democrática descolonizadora e politicamente engajada da Assessoria.

**Palavras chave:** Assessoria Técnica Popular; Práxis; Autonomia; Transformação Social; Formação Política.

## **Abstract**

This dissertation reflects on and analyzes the praxis of Technical Assistance in Architecture and Urbanism, focusing on methodologies that prioritize empowerment and social transformation. By exploring the importance of strengthening the autonomy of assisted communities and promoting social change through practice, this research goes beyond the imposition of pre-established concepts and paternalistic approaches. It highlights the crucial role of the technical assistant in bridging the gaps between formal technical knowledge and everyday experiences, committed to seeking equity in knowledge dissemination and exchange. A key finding of this work is the indispensable need for political formation in Technical Assistance, incorporating theoretical approaches related to the unequal production of space and social markers such as gender, race, class, and culture.

The research investigates how the cyclical relationship between theory and practice, applied in methodological planning, can consolidate the praxis of Technical Assistance through effective participatory processes, engagement, and autonomy promotion. This study is grounded in three premises: (1) the non-neutrality of social practices, affirming research as intervention; (2) the participatory and collective essence of Technical Assistance, which must also be formative and based on communication and knowledge sharing; and (3) the structuring of research as a continuous cycle between theory and practice, reflecting the author's trajectory between extension, assistance, and academia.

The extensive empirical research was conducted in the context of the Land Regularization Process of the Ocupação Carolina de Jesus, carried out by the MTST Architecture Brigade, constructed in a participatory manner and valuing processes. This research contributes to the construction of a more democratic, decolonized, and politically engaged praxis of Technical Assistance, engaging in dialogue with various space producers and lived experiences.

**Keywords:** Popular Technical Assistance; Praxis; Autonomy; Social Transformation; Political Formation.

## Lista de figuras

Figura 1: Localização de Recife, com separação de bairros e entorno.

Figura 2: Documentos Preparação de Atividade e Roteiro de Atividade.

Figura 3: Indicação dos respectivos perímetros: município do Recife, com destaque para a RPA 05; RPA 05, com destaque do bairro de Jardim São Paulo e a localização da Ocupação Carolina de Jesus.

Figura 4: Imagem aérea da região com indicação dos principais elementos do entorno do terreno da ocupação.

Figura 5: Divisão territorial da ocupação em 3 grupos: G1, G2 e G3.

Figura 6: Vetorização dos elementos e atualização da base.

Figura 7: Momentos das oficinas com os recenseadores.

Figura 8: Oficina prática da aplicação do censo.

Figura 9: Aplicação do censo e levantamento cadastral.

Figura 10: Aplicação do censo e levantamento cadastral.

Figura 11: Aplicação do censo e levantamento cadastral.

Figura 12: Abertura das oficinas 2 e 3.

Figura 13: Abertura das oficinas 2 e 3.

Figura 14: Abertura das oficinas 2 e 3.

Figura 15: Oficinas de cartografia social.

Figura 16: Cartografia social em andamento.

Figura 17: Cartografia social em andamento.

Figura 18: Legenda utilizada para produção da Cartografia Social.

Figura 19: Aplicação da Cartografia Social.

Figura 20: Aplicação da Cartografia Social.

Figura 21: União das cartografias sociais de todos os grupos, a fim de fomentar discussões sobre os temas trazidos em atividade.

Figura 22: Mapa síntese da Cartografia Social da Comunidade Carolina de Jesus.

Figura 23: Cartografia Social no grupo rosa.

Figura 24: Cartografia Social no grupo azul.

Figura 25: Mapa de caminhos identificados pelos moradores.

Figura 26: Cartografia Social no grupo verde.

Figura 27: Cartografia Social no grupo rosa.

Figura 28: Nuvem dos desejos do grupo rosa.

Figura 29: Nuvem dos desejos do grupo verde.

Figura 30: Cartas do Jogo dos Termos.

Figura 31: Cartilha do Jogo dos Termos.

Figura 32: Equipe amarela jogando o Jogo dos Termos.

Figura 33: Equipe amarela jogando o Jogo dos Termos.

Figura 34: Grupo de assessoras fazendo o estudo prévio à oficina de parcelamento participativo.

Figura 35: Fotos selecionadas para a oficina de fotografia.

Figura 36: Legenda do kit utilizado no parcelamento participativo.

Figura 37: Medidas utilizadas no lote e edificações, como habitação, comércio, equipamentos e serviços.

Figura 38: Oficina de parcelamento participativo.

Figura 39: Oficina de parcelamento participativo.

Figura 40: Roda de negociação para o levantamento de diretrizes na oficina de parcelamento participativo, incluída a apresentação das ideias técnicas trazidas à mesa.

Figura 41: Capa do Guia do Participante desenvolvido para o Projeto de Extensão Liame UFPE.

Figura 42: Terceiro encontro do Projeto de Extensão Liame UFPE.

Figura 43: Encontro com a convidada Susana Montenegro para apresentar a experiência da Prefeitura do Conde, na Paraíba, a qual prestava Assistência e Assessoria Técnica de Arquitetura e Urbanismo.

Figura 44: Encontro com a convidada Susana Montenegro para apresentar a experiência da Prefeitura do Conde, na Paraíba, a qual prestava Assistência e Assessoria Técnica de Arquitetura e Urbanismo.

Figura 45: Oficina de Cartografia Participativa na Ocupação Urbana Companheiro Lourenzon do MTST.

Figura 46: Oficina de Cartografia Participativa na Ocupação Urbana Companheiro Lourenzon do MTST.

Figura 47: Oficina de Cartografia Participativa na Ocupação Urbana Companheiro Lourenzon do MTST.

Figura 48: Mapa síntese feito a partir da Oficina de Cartografia na Ocupação Urbana Companheiro Lourenzon do MTST.

Figura 49: Oficina de Maquete na Comunidade da Linha.

Figura 50: Oficina de Maquete na Comunidade da Linha.

Figura 51: Oficina de Maquete na Comunidade da Linha.

## Lista de siglas

AT - Assessoria Técnica  
ATHIS - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social  
AU - Arquitetura e Urbanismo  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAD - Design Assistido por Computador  
CAU-BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo Brasil  
CAUS - Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade  
CDRU - Concessão do Direito Real de Uso  
CDU - Conselho de Desenvolvimento Urbano  
CF - Constituição Federal  
CIS - Comunidade de Interesse Social  
CONEP - Comissão Nacional de Ética e Pesquisa  
CPDH - Centro Popular de Direitos Humanos  
CS - Cartografia Social  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
FASE - Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional  
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social  
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística  
GPS - Sistema Global de Posicionamento  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social  
LASTRO-IPPUR - Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional  
LEP - Laboratório Espaço e Política  
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais e outras  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo  
MANC - Macrozona do Ambiente Natural e Cultural  
MCMV - Minha Casa Minha Vida  
MDU - Mestrado em Desenvolvimento Urbano  
MOE - Movimento Ocupe Estelita  
MS - Movimento Social  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
MSTB - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Bahia  
ONG - Organização Não Governamental  
PA - Pesquisa-ação  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAP - Pesquisa-ação Participativa  
PDR - Plano Diretor do Recife  
PE - Pernambuco  
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia  
PROACAD DCA - Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos do Departamento de Ciências Administrativas  
Proext - Pró-Reitoria de Extensão  
RAU+E - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia  
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte  
RMR - Região Metropolitana do Recife  
RPA - Região Político Administrativa  
SIGP - Sistemas de Informação Geográfica Participativos  
SigProj - Sistema de Informação e Gestão de Projetos  
SMUP - Sistema Municipal de Unidades Protegidas  
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SUS - Sistema Único de Saúde  
T.I. - Terminal Integrado  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFAM - Universidade Federal do Amazonas  
UFMG - Universidade Federal  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei  
UPA - Unidade de Pronto Atendimento  
URB - Autarquia de Urbanização do Recife  
ZDS - Zona de Desenvolvimento Sustentável  
ZEI - Zona Especial de Interesse Social  
Z.O.C.A - Zona Ocupada de Cultura e Arte

## **Sumário**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>POSSÍVEIS METODOLOGIAS</b>	<b>35</b>
Metodologia cartográfica	57
Pesquisa-ação	119
Interfaces	145
Círculo de Cultura	155
<b>PRATICANDO A TEORIA — ASSESSORIA EM CAMPO</b>	<b>169</b>
No Recife	174
No Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)	178
No Campo	186
No Projeto de Extensão Liame UFPE	263
<b>CONSTRUINDO CONSIDERAÇÕES</b>	<b>276</b>
Assessoria técnica tem raça, classe, gênero e cultura	282
Assessoria Técnica, uma prática de múltiplas possibilidades	289
Coletivização da discussão sobre a práxis no trabalho realizado	293
Considerações finais	308
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>313</b>



**INTRO.**

## INTRODUÇÃO

A cidade se revela e se atualiza de forma contínua como um campo de disputas incessantes e desiguais, onde a segregação socioespacial, racial e socioeconômica é amplamente reforçada pelas dinâmicas capitalistas de urbanização. Espaço em que a reprodução das desigualdades se manifesta de maneira concreta, especialmente no acesso à moradia digna e à infraestrutura básica, levando grande parte da população a recorrer à autoprodução habitacional e ocupação de territórios informais. Essas "cidades informais"<sup>1</sup> são o reflexo das falhas ou até mesmo promoção do Estado, ordinariamente heterônomo<sup>2</sup>, em garantir direitos fundamentais, como o direito à cidade, que inclui não apenas a moradia, mas também os acessos à vida urbana, ao habitat e ao habitar.

Ou seja, a cidade é um ambiente onde as relações sociais se desenvolvem de forma dinâmica e contraditória, refletindo as tensões e transformações próprias das interações humanas. Essas relações sociais são moldadas principalmente pelo modo de produção, construção e organização — discriminatórias em todas as instâncias — com base nas exigências do capitalismo, o que inclui a segregação de classes, a mercantilização do espaço urbano e a reprodução das desigualdades sociais. Isso se refere ao fato de que a produção de bens e serviços (incluindo habitação, infraestrutura e serviços urbanos) é dominada pelas lógicas do lucro e da propriedade privada, o que afeta diretamente a forma como a cidade se estrutura, quem tem acesso aos recursos e como esses recursos são distribuídos.

Conseqüentemente, sendo ela o resultado de uma estrutura opressiva que perpetua a marginalização, num processo contínuo de exclusão, que se reflete tanto na

---

<sup>1</sup> A informalidade urbana vai além da falta de planejamento, sendo fruto de processos históricos, políticos e econômicos que evidenciam as desigualdades sociais e a exclusão do direito à cidade. As cidades informais são criadas pela necessidade de sobrevivência e pela resistência das populações que não têm acesso à habitação formal, sendo esses espaços, muitas vezes, autoconstruídos por seus próprios moradores (MORADO, 2011). No entanto, o termo informalidade também carrega consigo grande pejoratividade, pois não se limita à pobreza, abrangendo uma realidade mais complexa e multifacetada, presente também em diferentes níveis e setores da sociedade, em áreas de classe média e alta, onde ocorrem construções e ocupações ilegais sem a devida regulamentação ou aprovação legal.

<sup>2</sup> Segundo Souza (2010), o "poder heterônomo" se refere à maneira como certos grupos ou interesses exercem controle e influência sobre outros grupos na sociedade, de maneira desigual e frequentemente opressiva. Esse tipo de poder é caracterizado pela subordinação e pelo predomínio de uma classe ou grupo dominante sobre grupos mais vulneráveis, resultando em desigualdades socioespaciais significativas nas cidades.

segregação espacial, quanto no acesso desigual aos direitos urbanos, torna-se também um palco de resistências e lutas. Dessa maneira, a sociedade civil organizada, grupos e instituições, tais como os movimentos sociais de moradia, apoiadas por inúmeras práticas democráticas, tentam reverter essa lógica excludente. Portanto, a cidade é tanto um espaço de opressão quanto de resistência e criação de alternativas populares<sup>3</sup> e coletivas.

A cidade ou o espaço urbano é constituído pela relação de forças entre os atores sociais que o alimentam, o preservam ou o transformam de acordo com seus interesses em torno da disputa de seus objetos – incluindo moradia, museus, escolas, hospitais, espaços públicos, parques, transporte, serviços urbanos. Em outras palavras, a sociedade contemporânea está estruturada pela disputa por espaço urbano, por lugares, essencialmente a moradia, mas também estrutura a mesma disputa, a partir do desentendimento que se tem ou não da cidade onde queremos viver ou da cidade que cotidianamente produzimos (MORADO, 2016a, p. 147).

A disputa que aqui tratamos (e travamos) é a consolidação de uma prática contra-hegemônica pautada na desmercantilização do direito à cidade, entendendo que o planejamento urbano ainda é um instrumento de manutenção das mazelas que ajuda a criar e reforçar. Nesse contexto, esse mecanismo, que consolida e molda classes, traz, entranhado em si, a dimensão étnico-racial e feminina como estruturante. “Não é possível estudar a cidade como se ela se erguesse de modo dissociado da presença negra<sup>4</sup>” (PEREIRA, 2022, p. 9), ou desvinculada ao processo de reprodução e manutenção da vida exercido majoritariamente por mulheres (mormente racializadas). Por isso, aqui trataremos essas questões não como pautas específicas, mas estruturais e estruturantes.

Arquitetos (e) urbanistas deveriam ter sua função intrínseca às questões sociais e políticas (FERRO, 2010), porém é de infeliz frequência a desconexão entre a realidade social e o exercício de suas diversas práticas. Do grande leque de motivos, essa lacuna também é alimentada, em parte, pelo ensino nas universidades, que, por sua vez, reflete e influencia na atuação dos profissionais. A formação em Arquitetura ainda privilegia a figura do "arquiteto autor", voltado ao

---

<sup>3</sup> Reconhecendo suas raízes e vínculos nas experiências e resistências cotidianas de grupos oprimidos, especialmente das populações negras e, por vezes, indígenas.

<sup>4</sup> Para fins legais, o Estatuto da Igualdade Racial define como pessoas negras aquelas que se autodeclaram pretas ou pardas, de acordo com a classificação de cor ou raça utilizada pelo IBGE, e que apresentem características fenotípicas associadas a esses grupos.

mercado de alto padrão, o que marginaliza o conteúdo social e as necessidades reais da maior parte da população (SANTO AMORE, 2015).

Uma pesquisa de 2022, realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e o Instituto Datafolha, revela que apenas 10% dos brasileiros economicamente ativos, que já construíram ou reformaram, contrataram arquitetos ou engenheiros, sendo a maior parte pertencente às classes mais altas. Mesmo que seja uma porcentagem acima dos anos anteriores, como os 7% em 2015, ainda permanece como um número baixo, frente à intensidade construtiva do país, que, neste mesmo ano (2022), registrou cerca de 3,5 milhões de imóveis em construção ou em reforma no país.<sup>5</sup>

Para os 90% que não utilizaram esses serviços, a principal razão foi a questão financeira, levando uma parte a optar por pedreiros ou mestres de obras (CAU/BR, 2022), sendo grande parte trabalhando em nuances da autoconstrução<sup>6</sup>. Esse dado aponta para uma carência de profissionais que atendam à demanda habitacional de baixa renda, justamente a mais crescente no Brasil e no mundo. Apesar disso, Maricato (2015) afirma que soluções sustentáveis e de baixo custo para assentamentos de baixa renda crescem em níveis exponenciais, o que deveria impactar diretamente no ensino e formação de mais profissionais dessa ordem, além de políticas públicas voltadas para este setor.

O papel da Assessoria Técnica Popular em Arquitetura, Urbanismo e Planejamento entra como campo necessariamente questionador das estruturas mencionadas. Nela, o arquiteto e urbanista precisa ir além da construção de edifícios e espaços para o mercado de alto padrão e conectar-se com as demandas reais da população mais vulnerável, não só enquanto técnicos formais, mas também enquanto profissionais engajados, parceiros, agentes transformadores e ferramentas de luta (LOPES, 2018).

---

<sup>5</sup> Dados retirados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>6</sup> Autoconstrução abrange muito mais do que o trabalho literal dos moradores em construir suas próprias casas. Além da presença de mão de obra familiar, local e comunitária, também parte desse conceito a contratação de profissionais da construção civil, como pedreiros e mestres de obra, que acabam por assumir o papel de responsáveis técnicos informais. Sendo assim, mesmo sem a expertise da construção, a contratação de pedreiros na autoconstrução ainda é uma alternativa mais acessível para famílias de baixa renda, preenchendo a cara função de profissionais com formação técnica e/ou acadêmica, conhecidos como mão de obra qualificada.

Mesmo que o direcionamento predominante da academia ainda siga por outros caminhos da profissão, encontramos ambientes de grande esforço dentro das universidades, principalmente as públicas, em difundir e trabalhar com a arquitetura e o urbanismo em um âmbito mais democrático frente à sociedade. Além de disciplinas direcionadas ao assunto, o estudo e práticas da Assessoria Técnica medram, principalmente, em experiências de projetos de extensão, escritórios modelos e residências acadêmicas. Esses espaços têm o potencial de contribuir para a desconstrução do modelo idealizado pelo arquiteto personagem de revistas da área (LOPES, 2018), ao mesmo tempo em que promovem uma expansão para fora dos muros universitários.

É neste cenário de integração entre academia e sociedade que se deu o início, há mais de dez anos, da minha trajetória ao encontro com esta pesquisa de mestrado<sup>7</sup>. Meu caminho metodológico traz o próprio fazer da Assessoria como dimensão e método de pesquisa. Desde o início da graduação de Arquitetura e Urbanismo (AU), cursada em São João del Rei, cidade do interior de Minas Gerais, tive a oportunidade de integrar equipes de extensão universitária com trabalhos voltados à democratização de saberes culturais ancestrais às comunidades do entorno. Nisso, pude presenciar processos de micropolíticas como um espaço frutífero para movimentar efetivamente um grupo de pessoas e a diferença que isso fazia em mim e naqueles sujeitos. Desde então, meus estudos e interesses se voltaram à ideia de participar de uma arquitetura mais integrada com a sociedade e às práticas de resistência nos territórios, em busca de autonomia e participação coletiva plena de todos os envolvidos, com o propósito de ir de encontro ao que Arruda (2021) chama de “democracia radical”<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

<sup>8</sup> Para Guilherme Ferreira de Arruda (2021), a ideia de democracia radical está enraizada na concepção de que a democracia deve ser continuamente expandida e aprofundada, indo além do modelo liberal representativo. Ele argumenta que uma democracia radical não apenas aceita o dissenso e o conflito, mas os considera como essenciais para sua vitalidade. A participação ativa e direta dos cidadãos em decisões coletivas é fundamental, e ela se dá, especialmente, nos campos marginalizados, onde o poder é constantemente disputado e reconfigurado. Isso implica uma ruptura com o modelo tradicional que concentra poder em instituições e figuras representativas, promovendo em vez disso sua redistribuição de maneira mais horizontal e participativa, de modo a enfrentar desigualdades sociais, econômicas e culturais (ARRUDA, 2021).

Pela extensão universitária, tive a oportunidade de trabalhar em diversos grupos de Assessoria Técnica, principalmente em grupos acadêmicos e movimentos sociais diversos, sempre buscando me integrar e aprender mais sobre a profissão. De acordo com Pereira (PEREIRA; TAVARES, 2020), as extensões universitárias se destacam como espaços fundamentais de experimentação, permitindo a atuação prática e a busca por soluções que, muitas vezes, não são contempladas na estrutura acadêmica tradicional, contribuindo para soluções mais justas e inclusivas. Permeado a isso, oferecem oportunidades para enfrentar problemas concretos nos territórios, urgências que emergem diretamente das realidades locais, além de também serem espaços convenientes e proveitosos para o diálogo entre a academia e os movimentos sociais, especialmente nas lutas por moradia e pelo direito à cidade (PEREIRA; TAVARES, 2020). Dessa maneira, fortalece a conexão entre teoria e prática, tornando a arquitetura e o urbanismo mais comprometidos com a transformação social e a resistência nos territórios populares.

Como um breve panorama da minha trajetória em Assessoria Técnica (AT), em Minas Gerais, integrei equipes extensionistas em parceria com o Associação de Moradores do bairro Araçá<sup>9</sup>, em São João del Rei; com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Assentamento Ho Chi Minh<sup>10</sup>, em Nova União, região metropolitana de Belo Horizonte; estagiei no Programa IND.LAB<sup>11</sup>, iniciativa vinculada ao Grupo de Pesquisa do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) denominado Indisciplinar, no qual, compus a equipe<sup>12</sup> de AT na Ocupação Rosa Leão, localizada na Ocupação Izidora, zona norte de Belo Horizonte; entre outras participações de menor intensidade.

---

<sup>9</sup> Projeto de extensão Abraçá, da Universidade Federal de São João del Rei, orientado por Helena Marchisotti.

<sup>10</sup> No processo de regularização fundiária e proposta de projeto para o Minha Casa Minha Vida Entidades, orientado por Margarete Maria de Araújo Silva, mais conhecida como Leta.

<sup>11</sup> Com orientação de Natacha Rena e Natália Alves, participei de uma pesquisa voltada a cartografar feminismos naquele território, somada às intensas atividades de Assessoria e Assistência Técnica, com destaque para o projeto participativo para um novo centro comunitário, o Zona Ocupada de Cultura e arte (Z.O.C.A.), e para colocá-lo de pé, o curso de autoconstrução para mulheres.

<sup>12</sup> A equipe de Assessoria era organizada principalmente por Charlene Cristiane Egídio, liderança da ocupação, Bella Gonçalves, militante das Brigadas Populares, e Izabella Galera, também militante de mesmo movimento e professora da Faculdade de Arquitetura do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. A formação era diversa, contava com o grupo de moradoras, pois era majoritariamente composto por mulheres, estudantes de graduação e pós-graduação e grupos extensionistas.

Especializei-me<sup>13</sup> no assunto pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), formação que se enriqueceu fortemente ao dividir e difundir práticas com uma rede de profissionais interdisciplinares atuantes na pauta pelo direito à cidade e à moradia. Pelas palavras da fundadora da referida pós graduação *lato sensu*, Ângela Gordilho:

Nessa proposta pedagógica de aprimoramento coletivo, viabiliza-se a aproximação da educação formal pluridisciplinar às práticas de produção da cidade e ao saber popular. Envolve para isso não apenas a participação de lideranças comunitárias, como também demais moradores participantes, de idades variadas, criando-se oportunidades educativas que lhes permitam exercer o papel de protagonista nas definições das melhorias necessárias ao seu ambiente de viver, fortalecendo o sentido de urbanidade (GORDILHO, 2016, p. 15).

Neste espaço, em conjunto com Keylane Dias, Victor Ferreira e Carmélia Clough, formamos um grupo de trabalho denominado NÓ(S), profissionais da Arquitetura e do Urbanismo que se encontraram na Residência, unidos pelo interesse comum de atuar junto às ocupações do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) em Salvador, Bahia. Nosso principal trabalho foi voltado para a Ocupação Quilombo Guerreira Dandara, localizada no bairro Cassange, periferia rururbana de Salvador, construído com intensa articulação com Solange Santos (liderança e moradora da ocupação) e com Juliana Santos (Liderança do MSTB), além dos demais moradores da ocupação que participaram ativamente de todo o processo, em construção conjunta conosco.

Finalizei a especialização com intensa inquietação, com algo comum entre todas as experiências vivenciadas, minha própria atuação e alguns estudos de caso, em uma constante reflexão sobre a prática: a comum presença de ações pouco planejadas, organizadas e embasadas previamente aos encontros e atividades, e como isso refletia diretamente no processo de Assessoria. Questão que também interfere diretamente no alcance dos objetivos e entaves na abertura necessária aos “ruídos”<sup>14</sup> pelo caminho, comuns pelas dinâmicas, conflitos, tempos e urgências dos

---

<sup>13</sup> Orientada por Thaís Troncon Rosa e co-orientada por Daniel Marostegan.

<sup>14</sup> Para Assis (2017), os “ruídos” se referem às descontinuidades, tensões e discordâncias que emergem nas relações entre os diferentes elementos que constituem o espaço urbano. Esses “ruídos” são entendidos como manifestações das dinâmicas sociais, culturais e políticas que afetam a forma como os indivíduos percebem e interagem com a cidade. Revelam as complexidades e as contradições da vida urbana, funcionando como indicadores de disputas e conflitos que ocorrem no espaço (ASSIS, 2017). Assim, ao considerar os “ruídos”, a pesquisa e a prática arquitetônica podem ser direcionadas para uma compreensão mais profunda das realidades sociais, permitindo que as

grupos sócio-espaciais<sup>15</sup>. Atrelado a isso, o questionamento do quão participativas algumas dessas atividades se propunham a ser, se realmente conseguiam sair do assistencialismo e do participativismo<sup>16</sup>, para alcançar algum tanto de autonomia pelos envolvidos.

Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo geral: *investigar como o embasamento cíclico entre teoria-prática, aplicada no planejamento metodológico, pode consolidar a práxis da Assessoria Técnica a partir da efetividade dos processos participativos, em relação aos seus objetivos, engajamento e na promoção do ganho de autonomia dos envolvidos.*

Antes mesmo de estruturar os objetivos específicos desta pesquisa, nas ações de pensá-la, organizá-la e refletir sobre o que se propõe, encorpam-se três premissas. A primeira, guiada pelas palavras de Paulo Freire, é que não existe neutralidade em qualquer prática social. Toda ação é política e está, inevitavelmente, inserida em um contexto de poder e, portanto, carrega consigo uma postura ideológica, ainda que não seja declarada. Posiciono-me sempre a declarar. Além do mais, pesquisar é intervir e o pesquisador não é um corpo neutro no território, ele atua e modifica o campo e o espaço, assim como o campo e as relações de afeto o modificam, não existindo pesquisa imparcial, mas um processo de coprodução mútua e simultânea (SOUZA; FRANCISCO, 2016).

A segunda é que, como ser participativo e coletivo são partes essenciais da Assessoria Técnica, também o são neste trabalho de mestrado. E para ser participativo e coletivo, também precisa ser formativo.

---

soluções urbanas sejam mais sensíveis às necessidades e às vozes dos diversos grupos que habitam a cidade .

<sup>15</sup> Os grupos sócio-espaciais são constituídos por indivíduos que compartilham condições sociais e que se apropriam de espaços específicos na cidade, de acordo com essas condições, ao mesmo tempo em que são agentes da produção destes espaços, ou seja, como participantes ativos que moldam e transformam o ambiente urbano com base em suas necessidades, práticas sociais e interesses econômicos e políticos. Logo, o conceito de grupos sócio-espaciais está diretamente ligado à forma como as relações de poder e as desigualdades sociais se expressam e se reproduzem no espaço urbano.

<sup>16</sup> Maricato (2007) chama de "participativismo" uma participação cidadã geralmente manipulada pelos "tomadores de decisão" - técnicos, prefeitura, empresários, etc. Se o grupo socioespacial não for devida e dialogicamente preparado para participar de algo, compreender do que se trata, temos mesas rasas, assuntos não-captados e uma participação "de fachada", ocasionando expectativas vãs, desânimo e desinteresse da população em estar nesses espaços.

Considerando que a comunicação efetiva só é possível se, e somente se, as experiências e as vivências são livremente expressas (a liberdade de criação), o processo produtivo baseado na informação compartilhada permite a elaboração de uma outra lógica da prática – o agir não se faz pela reunião de um grupo nem pelo indivíduo, mas a partir da informação que faz sentido a cada um na busca e na criação pela identificação primeira do todo – a comunidade política (MORADO, 2016a, p. 159).

Dentro desta premissa, dois pontos são importantes: (1) o processo de formação (política) dos envolvidos em uma assessoria a partir da troca de conhecimentos, no esforço de não cair nas armadilhas dos participativismos; (2) a possibilidade de trabalhar a reflexão sobre os processos desenvolvidos e sobre a práxis também de forma coletiva.

Por último, a terceira é estabelecer uma pesquisa alicerçada tanto no campo teórico quanto no campo prático, entendida como ciclo, fazendo com que ambos se estruturam e se fundamentam continuamente. Pela forte base dos projetos de extensão, este ciclo de teoria-prática se estabeleceu fortemente no meu movimento de vida, entre estudos e (para) assessorias, profissional e acadêmico, e agora aqui, nesta assessoria-pesquisa.

Assim chegamos nos objetivos específicos, que se dividiram em: *(1) Refletir sobre a práxis da Assessoria Técnica; (2) Aprofundar sobre a necessidade da formação política como parte dos processos metodológicos de Assessoria Técnica (AT); (3) Identificar métodos e metodologias, com ênfase no ganho de autonomia, a serem utilizados nas ações participativas; (4) Implementar os métodos e metodologias estudados em ações práticas de Assessoria Técnica; e (5) Avaliar o impacto das ações a partir dos seus objetivos individuais e finais da AT, dos engajamentos dos envolvidos e, sobretudo, da promoção do ganho de autonomia do grupo sócio-espacial.*

Esta pesquisa foi feita com um imenso desejo de ser parte, mesmo que pequena, da abertura que agora temos para pensar sobre a práxis da Assessoria Técnica, mas não com a pretensão de descrevê-la ou ditá-la por minhas palavras, mas de ser texto aberto em eterna construção (coletiva). Sem a prepotência ou ilusão de ser "a", mas "uma" reflexão, em um meio amplo e plural de construí-la. Aqui, neste

trabalhar coletivamente nas brechas do contexto em que vivemos, chamo de meu “historicamente possível”<sup>17</sup>.

O fato [...] de que determinadas circunstâncias históricas – nas quais se encontra o educador – lhe impeçam de participar mais ativamente no processo de transformação revolucionária da sociedade, não significa que seu limitado esforço carece de valor, já que esse esforço é o historicamente possível para ele (FREIRE; ILLICH, 1975, p. 31).

Todos estamos inseridos em realidades que nos travam ou impulsionam à luta pelo horizonte utópico de nossas crenças. Essas realidades fazem parte do contexto e história de cada um, situações aquém do nosso poder de controlá-las. Fernando Birri (BIRRI, [s.d.] apud GALEANO, 1994), em resposta à pergunta "para que serve a utopia?", posiciona-nos frente a este horizonte utópico. Ele afirma que, como o horizonte se coloca sempre inalcançável, já que a quantidade de passos que damos ao seu encontro é a quantidade de passos que este se afasta de nós. A sua resposta ao que serve a utopia é justamente esta: ela existe para que continuemos a caminhar. O que Freire (1975) descreve como historicamente possível é como enxergo esse caminhar descrito por Birri, já que toda conquista um dia residiu na utopia e que, se hoje é uma realidade, ela é uma somatória de "historicamente possíveis"<sup>18</sup> dos que lutaram por ela. É isso que essa dissertação se empenha a ser: um historicamente possível, na investigação de uma práxis de Assessoria Técnica, em relação direta com a busca por autonomia e emancipação de todos envolvidos, destacando a urgência de expandir as análises a respeito das circunstâncias requeridas para cultivar indivíduos alinhados com os fundamentos, ética e práticas democráticas<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> “A vida de uma pesquisa é algo intrigante. Sujeita à sorte, ao tempo, aos lugares, à hora, ao perigo. O imprevisto vem sempre turbilhona-la. Pesquisar talvez seja mesmo ir por dentro da chuva, pelo meio de um oceano, sem guarda-chuva, sem barco. Logo, percebemos que não há como indicar caminhos muito seguros ou estáveis. Pesquisar é experimentar, arriscar-se, deixar-se perder. No meio do caminho, irrompem muitos universos díspares provocadores de perplexidade, surpresas, temores, mas também de certa sensação de alívio e de liberdade do tédio” (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012, p. 161).

<sup>18</sup> Segundo Freire (1975), “En la historia hacemos lo históricamente posible y no lo que desearíamos hacer”.

<sup>19</sup> Conforme Benevides (1996), a democracia representa o sistema político estabelecido na soberania do povo e na plena observância dos direitos humanos, apto a assegurar as liberdades cívicas, equidade e coesão, alternância e clareza no governo, reconhecimento da pluralidade e aceitação.

Tanto para isso, e como se pode perceber, decido por uma escrita em primeira pessoa, não de forma ingênua (até porque não acredito na ingenuidade de posicionamentos), mas de forma consciente e objetiva. Este trabalho se embasa no diálogo, na troca constante de conhecimentos mútuos e na tentativa árdua de não hierarquizar-los, logo não sou uma voz perdida no espaço de narradores, sou parte constituinte desta conversa. Sou um corpo nessa luta de muitos, chamada direito à cidade, e pretendo me posicionar como tal.

[...] direito coletivo de imaginar e produzir a cidade: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, [1968] 2001 apud KAPP, 2018, p. 223).

Para além, assumo a Assessoria Técnica enquanto escolha política. O intuito de discorrer na introdução sobre o assunto objetiva que esse texto seja um diálogo de plural alcance, não se fechando ao nicho que pertence, ao mesmo que ambienta os leitores ao posicionamento e termos a qual carrega.

A Lei Federal 11.888/2008, que versa sobre Assistência Técnica Pública e Gratuita, assegura às famílias de baixa renda o direito a profissionais qualificados para projetos e construções de habitações de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. A interpretação da Lei de Assistência Técnica ultrapassa as fronteiras do projeto arquitetônico em si, indo além do que está estabelecido, conectando o universo do social aliado ao conhecimento técnico formalizado frente à superação dos desafios que se apresentam atualmente em nossas cidades, de forma resiliente e propositiva.

Apesar de concentrar grande parte de sua aplicação na concepção de habitações, a lei também abrange, em seus termos, os trabalhos de formalização e regularização da edificação e/ou área assistida frente aos órgãos públicos, além da qualificação da ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental (Lei Federal 11.888/2008). Logo, a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) é fundamentada no direito social à moradia, conforme expresso na Constituição Federal, na busca pelo direito à cidade.

É preciso que se entenda a pluridisciplinaridade de atuação em ATHIS, seja ela direcionada aos indivíduos ou aos grupos sócio-espaciais. Descentralizar suas

atividades para a edificação talvez seja uma hipótese para aproximá-la ainda mais aos seus objetivos, nos aspectos sociais. O arquiteto e urbanista Clóvis Ingelfritz, criador do primeiro programa de Assistência Técnica, em meados do início do século 21, na capital Porto Alegre, e autor da lei aqui em pauta, reitera que “o objetivo não deve ser produzir apenas unidades habitacionais, mas sim produzir cidades através da habitação e não apesar dela” (Ingelfritz, [s.d.]). Para Demartini (2016), é necessário superar o roteiro voltado somente para os problemas de ordem técnico-construtiva:

É necessário que a população, o poder público e as equipes técnicas envolvidas na implementação da política pública habitacional, voltem-se conjuntamente para questões mais abrangentes inseridas no contexto da moradia popular, de modo que o “habitar” não seja reduzido apenas à unidade habitacional – uma vez que o “habitar” relaciona-se à ação participante e ao direito à cidade (DEMARTINI, 2016, p. 103).

Hoje, temos uma multiplicidade de entendimentos e práticas em torno do trabalho em ATHIS, discutido tanto na área profissional, quanto acadêmica. As contradições dentro dessa profissão se expõem pela variada gama de atuações, destinando a uma dificuldade de definição e como essa prática deve se consolidar.

Dentro deste campo, temos uma discussão ampla sobre dois distintos termos: assistência técnica e assessoria técnica. Ambos convergem no que diz respeito a se fundamentarem na conquista dos direitos constitucionais e no fortalecimento da luta por direito à cidade, porém se situam distintas — e muitas vezes complementares — uma da outra. O que aqui discorrerei é que não é uma disputa pelos sentidos entre os termos “assessoria” e “assistência”, como anteriormente mencionei, é uma escolha política sobre diferentes técnicas de atuação.

A difusão do termo “assistência técnica” se deu pela própria lei federal, sendo que esta (Lei Federal 11.888/2008) foi concebida inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS). Isso implicou numa série de questões que acabam por afastar a assistência em si de uma busca por autonomia do grupo assistido. Pela Lei 11.888/2008,

O direito à assistência técnica [...] abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação (BRASIL, 2008).

Assim, o trabalho de assistência se apresenta em um caráter mais técnico — de projeto e construção — e, infelizmente, isso acaba por esbarrar em assistencialismos, clientelismos e, até mesmo, trazendo um viés mais mercadológico à profissão, já que se alinha às ideologias da “condição humana como condição de dependência de bens e serviços – dependência essa que eles chamam de necessidade” (ILLICH, 1990, p. 2).

A assessoria técnica nasce em situação de forte articulação com movimentos sociais de luta por moradia, constituindo-se uma prática politicamente crítica à própria posição dos profissionais e assessorados frente ao trabalho desenvolvido. Inclusive, por ter ligação com movimentos desde seu berço, essa profissão é constantemente colocada em campos partidários, invisibilizando seus principais atributos. Destes, podemos citar sua extensa interdisciplinaridade — apesar da predominância de arquitetos e urbanistas, a assessoria é uma construção coletiva de diversas profissões- e o engajamento dos assessores no questionamento e na busca por outras formas de atuação.

As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados; e a rearticulação de uma esfera pública, diferente tanto da esfera privada, quanto da esfera social (ARENDE, 2011 apud BALTAZAR; KAPP, 2016, p. 5), ou, em outros termos, uma retomada do político (POGREBINSCHI, 1999 apud BALTAZAR; KAPP, 2016, p. 5).

Logo, uma assessoria de êxito visa fortalecer a autonomia dos assessorados e empoderar a transformação social na relação entre as pessoas e o espaço que elas constroem (e as constrói, inversa e dialeticamente), potencializando seus feitos e ideias, além de entender e reafirmar o grupo assessorado como agente político, contrapartindo da imposição conceitos e noções predestinadas por hegemonia e/ou assistencialismos. Ou seja, esse ofício se propõe a construir meios para que os

assessorados tenham abertura para sua própria autonomia ao entender e conseguir problematizar o seu entorno.

Quando se afasta alguém do conhecimento, ou melhor, da fala na troca de conhecimentos, seja por imposição ou hierarquia, acomete-se um processo agressivo que impede que as pessoas saibam o que querem e o que podem querer, deixando-se seguir num lugar de passividade às vontades do outro. Assesores técnicos firmam o compromisso em buscar equidade no peso dos conhecimentos envolvidos nas suas atividades, mesmo que seja sempre uma simetria utópica, além da difusão de expertise e conhecimentos. Uma árdua tentativa de uma relação sem dominação, visto que socialmente sempre ocuparemos (nós, técnicos e pesquisadores) uma posição privilegiada frente aos assessorados, que “socialmente, ocupam um lugar pior” (KAPP, 2018, p. 222) — o que sempre causará lacunas no convívio e nos contatos, em maiores e menores graus.

Por fim, o horizonte é que o grupo se torne autogestionário: deteria “os saberes e o controle sobre as condições da sua existência e da sua sobrevivência em meio à mudança” (LEFEBVRE, [1990] 2003, p. 252).

Processo pelo qual os indivíduos reconhecem suas capacidades e seus saberes construídos na participação da vida pública, de modo que tenham autonomia para atuar como um corpo coletivo que define agendas, formula e reformula leis em um processo que reage às introduções ininterruptas de disposições do cotidiano (BRANDÃO, 2002).

Após essa pequena explanação, saliento que minha intenção aqui não é difamar uma frente à outra, ambas representam uma tentativa real de “democratização das políticas públicas habitacionais e a contraposição a um modelo hegemônico de privatização e mercadificação do espaço público” (SILVA, 2017, p. 40). Por diversas vezes, uma se torna complementar a outra, até porque estamos falando sobre tempos, sobrevivência e dignidade.

Ainda que possa haver diferenças na forma como os termos surgiram, em certos momentos assistência e assessoria estão lado a lado, configurando-se como práticas das assessorias tomadas como exemplos daquilo que poderia se consolidar como ATHIS (CARDOSO; LOPES, 2022, p. 13 - 14).

Com todas as virtudes e deficiências de cada uma, o ponto central desse tópico é: escolhi crítica e politicamente trabalhar com a assessoria técnica popular em

arquitetura, urbanismo e planejamento (não me abstendo à assistência, quando exista necessidade).

Além da busca por emancipação<sup>20</sup> e autonomia do grupo assessorado, esses são mais alguns tópicos que guiaram essa decisão: 1) A proposição de estudar e fazer um trabalho coletivo e colaborativo com os assessorados ao longo do estudo empírico, “através da reflexão e da práxis em cada uma das famílias inseridas neste contexto e não de forma pragmática. Não transformando, a própria mobilização, num elemento também precário” (SILVA, 2017, p. 50); 2) Estudar e entender a produção de soluções criativas e de maior qualidade do que as padronizadas, em consonância com os saberes coletivos; 3) A coletivização de informações técnicas e mesclá-las aos saberes da vivência de cada sujeito presente nas ações de assessoria; 4) E especialmente, o respeito ao indivíduo, ao grupo sócio-espacial, ao tempo de cada um, aos trabalhadores dos canteiros e, por fim, às falas e trocas: a assessoria é intervenção dialógica e sensível.

Nesta busca por um outro tipo de atuação que seja mais humanizada, construtiva e democrática, analiso a formação política<sup>21</sup> como instância indispensável aos processos. No século da tecnologia não é incomum esbarrarmos na situação de adultos, jovens e crianças, que apesar de terem frequentado ou frequentarem escolas, continuam com enormes déficits de aprendizagens. Até lideranças menos antenadas já entendem e indicam o movimento estratégico do sistema hegemônico para que isso aconteça: é a manutenção de uma classe social, que tem cor predefinida. É a perpetuação da reprodução e formação de uma mão de obra barata, que pouco se diferencia da escravocrata colonial e a conservação do sistema, usando a escolarização como ferramenta (ILLICH, 1979).

Como afirma Chauí, “não há instrumento mais poderoso para dominar os homens do que mantê-los com medo. E para mantê-los com medo, nada melhor do que conservá-los na ignorância” (CHAUÍ apud GADOTTI, 2004, p. 73). Como

---

<sup>20</sup> Emancipação em um olhar freiriano, no qual Paulo Freire (1997) a entende como um processo de conscientização coletiva e ação para libertação dos indivíduos e só é possível quando os oprimidos se tornam, juntos, sujeitos ativos de sua própria libertação, objetivando transformação social.

<sup>21</sup> Neste termo, “política” expressa a organização da sociedade como um todo – aquilo que articula toda a pólis, e não apenas uma de suas partes. Assim, o processo de formação política apresenta e representa temas interdisciplinares, como economia, questões ambientais, imperialismo e neoliberalismo, comunidades tradicionais, religiões e temáticas de gênero, raça, classe e LGBTQIAP+.

poderíamos trocar conhecimentos e fomentar discussões a quem os saberes são normalmente negados?

Existem inúmeras outras dificuldades para que conhecimentos aprofundados e técnicos se tornem mais acessíveis a destinatários, interlocutores e produtores da cidade, fora dos muros das universidades. Hoje, temos essas discussões codificadas num filtro acadêmico pouco penetrável. São estudos de nichos, enrijecidos em uma forma de ensinar e de apreender, evidenciando espaços não convidativos e distanciando termos dos usuários, além de serem espaços que comumente descredibilizam saberes não-técnicos. Se as trocas sobre os sistemas hegemônicos, legislativos e estratégicos da civilização (enquanto teoria e vivência) precisam existir, os meios de aprendizagem precisam se reinventar.

Ainda que nos processos de licenciamento, por exemplo, seja prevista a consulta à população para a instalação (ou não) das atividades nos locais, os grupos sócio-espaciais raramente têm acesso a informação suficiente sobre os impactos, o que compromete qualquer tomada de decisão. Ou seja, sua presença nos processos decisórios já é dificultada de antemão, e fica interdita a possibilidade de ganhos de autonomia (BALTAZAR *et al.*, 2022, p. 1118).

As ciências técnicas precisam chegar de jeitos mais fluidos, aplicados e mais compreensíveis a quem atualmente são negadas ou distanciadas. Conhecimentos vindos da vivência e sabedoria dos grupos sócio-espaciais precisam ter espaço, serem ouvidos, somados, aplicados, respeitados.

Entender os processos das cidades e de quem as habita é fundamental para que possamos nos potencializar como cidadãos e como corpos pensantes na luta pelos direitos. Acredito que não exista Assessoria Técnica sem o exercício de educação popular (em via de mão dupla) e não existem ambas sem uma pedagogia emancipatória. Uma ponte imprescindível pelo olhar da AT, já que para sua existência crítica e questionadora, existe o compromisso de elevar os conhecimentos dos envolvidos a uma consciência coletiva pela troca e diálogo. Consequentemente, motivar sujeitos capazes de refletir e contribuir de maneira mais democrática na produção do espaço, que trabalham e que habitam.

A emancipação no âmbito do planejamento urbano diz respeito à habilidade dos atores de se tornarem conscientes e reconhecerem-se na perpetuação das dinâmicas sociais e dos mecanismos que os capacitem e tornem-os aptos a

transformá-las, em constante atualização. O alcance pode se dar a partir da reunião de duas ações sensíveis: encontrar caminhos de reconhecimento e empoderamento dos múltiplos sujeitos, baseadas na classe, no gênero, no território e na cultura; e exaltar as sabedorias e o potencial criativo do grupo sócio-espacial assessorado.

Para um grupo sócio-espacial, a formação política pode significar

[...] o salto de qualidade no nível de consciência ingênuo, limitado e alienado para um nível de consciência em si e para si, os quais não são estáticos e lineares, pois sofrem as contradições da realidade. E, são possíveis, todavia, em sintonia com transformações profundas na estrutura da sociedade. A formação é, portanto, uma das forças motrizes que dinamizam e movimentam a consciência política e ideológica dentro da Organização e já se tornou parte da cultura política através de sua práxis formativa: teoria e prática como duas dimensões indissociáveis de um mesmo processo (SANTOS, 2020, s.p.).

Ou seja, a formação política é uma ferramenta para o avanço da luta social. Nela, trabalhamos em não mais ser o “sujeito possuidor dos diferentes códigos” (FERRO, 2006, p. 153), mas sim caminhar para um processo de autoaprendizagem coletiva. Condiz a um espaço de soma e dissenso entre os saberes técnicos formalizados, sócio-espaciais, populares e cotidianos.

Para atingir os objetivos descritos, o trabalho foi seccionado em três capítulos, além das considerações finais. O *Capítulo 1, “Possíveis metodologias”*, abordará uma série de abordagens metodológicas que serão inter-relacionadas em campo, focando principalmente na importância de alinhar teoria e prática com metodologias que integram a formação política e tenham alinhamento e compromisso no alcance de autonomia do grupo como um todo.

O ponto de partida deste capítulo é a ideia de que teoria e prática não devem ser dissociadas, mas sim interdependentes, explorando a necessidade de que essas práticas sejam embasadas em metodologias que promovam uma participação real. Ou seja, que não se limitem a capacitar tecnicamente os assessorados, mas que se engajem na transformação social e na autoaprendizagem coletiva.

Nele, apresentarei metodologias (princípios orientadores) e métodos (ferramentas) utilizadas para guiar as atividades práticas propostas. Primeiramente, a metodologia cartográfica, que parte da junção do método cartográfico, atravessado pelas filosofias de Deleuze e Guattari, principalmente no que diz respeito aos rizomas, em associação com a cartografia social. Uma integração a fim de gerar uma abordagem

híbrida, capaz de capturar tanto a fluidez das subjetividades e dos afetos quanto questões mais concretas territoriais. A mescla destas metodologias cria uma cartografia crítica complexa, envolvendo tanto o engajamento participativo da comunidade quanto a sensibilidade para captar as transformações subjetivas e materiais que ocorrem nos territórios, oferecendo uma visão mais multifacetada da realidade do grupo sócio-espacial.

Em seguida, a pesquisa-ação, uma metodologia participativa que une pesquisa e prática, buscando tanto gerar conhecimento quanto promover transformações sociais concretas. Ela envolve diretamente os participantes como agentes ativos, e não apenas como objetos de estudo, garantindo uma relação colaborativa entre teoria e prática. O foco está em resolver problemas reais por meio de ciclos de diagnóstico, ação e reflexão, permitindo intervenções que beneficiam os envolvidos. Ao promover um ciclo contínuo de aprendizado e ação, a pesquisa-ação gera impacto prático e conhecimento, enquanto fortalece a autonomia dos envolvidos. Segundo Thiollent (1986), um dos principais mentores do assunto, a pesquisa-ação é um processo coletivo, participativo e dialógico, onde os pesquisados se tornam coautores do processo investigativo.

As Interfaces, que são, com um tom de generalidade, ferramentas ou procedimentos desenvolvidos para mediar as atividades na Assessoria Técnica, apresentam-se como um meio de interlocução, promovendo provocações e sensibilização dos participantes. São instrumentos mediadores das interações dialógicas e plurais, direcionadas a engajar seus usuários em discussões para a retomada da esfera pública e rumo à autonomia dos grupos sócio-espaciais em que são aplicadas. Elas podem ser jogos, brincadeiras, rodas, dispositivos e até mesmo a construção coletiva de cantigas, meios de construção que enalteçam os saberes do próprio território em conjunto com conhecimentos técnicos passados. Estas ferramentas levam em conta um certo aparato lúdico, convidativo, interativo e fio condutor para o diálogo em sua concepção, o qual possibilita aos seus participantes discutirem sobre as questões e contextos espaciais e sócio-espaciais, incentivando uma reflexão crítica sobre os assuntos trazidos (e possíveis mudanças).

Por fim, o Círculo de Cultura, metodologia pedagógica inspirada na proposta desenvolvida por Paulo Freire, nos anos 1960. É uma prática educativa que valoriza o diálogo, as trocas de saberes e as vivências dos participantes, rompendo com

modelos tradicionais de ensino. Baseia-se em temas geradores extraídos da realidade dos participantes e incentiva uma construção coletiva do conhecimento, promovendo uma consciência crítica em prol da práxis freiriana. Assim, o Círculo de Cultura é um espaço democrático de vivência, onde a diversidade de saberes científicos, comunitários e locais se intersecta, promovendo o respeito às diferenças e incentivando a participação ativa, a reflexão e a ação transformadora.

O *Capítulo 2* versará sobre o empirismo desta pesquisa, a prática baseada nas apostas metodológicas trazidas. Esse trabalho foi realizado na cidade do Recife<sup>22</sup>, em Pernambuco, e todas as ações foram realizadas durante assessorias prestadas pela Brigada de Arquitetura do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MTST). Logo, o conteúdo se inicia em contextualização geográfica e social da região e município, não só para descrever mapas aos leitores, mas no entendimento que uma investigação e presença ampla no território faz parte da práxis, a assessoria é localizada, distinta e subjetiva, assim como as pessoas e territórios envolvidos. A cultura regional e local faz parte da leitura e atuação, assim como é somada à presença do pensamento interseccional: trabalhamos em conjunto com o grupo sócio-espacial, que tem cor, tem gênero, tem classe e tem cultura(s).

Para a realização deste trabalho no pequeno tempo hábil de mestrado, foi preciso envolver situações de grupos sócio-espaciais mobilizados, logo, pertencentes ou dentro de algum tipo de organização social, seja ela um movimento, uma associação, um trabalho de assessoria e assistência técnica já em trânsito, entre outros. Uma das vantagens, presentes no envolvimento com movimentos sociais, é o compromisso que já possuem em integrar e formar politicamente seus militantes e moradores das ocupações vinculadas a eles. Além disso, produzem e trabalham em práticas espaciais insurgentes desde seu nascimento, seu trabalho de base é uma de suas maiores estratégias, para responder aos mecanismos de apagamento e exclusões criados pela cidade heterônoma, como aponta Rodrigues (2021).

Desse modo, a segunda parte do capítulo 2 caminha para uma reflexão e registro sobre o histórico e as bases do MTST, contendo suas atividades como organização, o entendimento de suas metodologias de ação e formação, com foco na atuação de

---

<sup>22</sup> Recifenses não usam “de Recife” ou “em Recife”, mas “do Recife” e “no Recife”. Mesmo sendo uma forma coloquial, é um jeito respeitoso de me referir à cidade neste texto.

seu Setor e Brigada de Arquitetura e Urbanismo. Segundo Arruda (2021), todo trabalho de mobilização e pesquisa em campo é potencializado quando atrelados às dinâmicas já em curso do território e do movimento, seja de forma positiva ou negativa — já que ambos geram informações a serem captadas e cartografadas. Assim, esse pré-estudo dos territórios e do movimento social foi imprescindível para a presença de qualquer parecer prático e nos instrumentos trabalhados.

Para a pesquisa empírica, foi trazida a assessoria prestada na Ocupação Carolina de Jesus, que está localizada no bairro de Jardim São Paulo, zona oeste do Recife, em Pernambuco. Essa ocupação entrou em um processo de Regularização Fundiária pela emenda parlamentar do Juntas, codeputadas estaduais de Pernambuco, a partir da Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 – Emenda 181/2020. A equipe multidisciplinar deveria elaborar, de forma participativa, o Projeto Básico de Parcelamento do traçado das áreas privativas (lotes) e das áreas comunitárias da Ocupação Carolina de Jesus, para o desenvolvimento do Projeto de Regularização Fundiária. A execução do projeto teve como responsável legal a instituição Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Entidade coproponente (executora) — Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade — CAUS.

Como forma de orientar a prática, no embasamento e teorização do trabalho empírico, de forma coletiva, teve-se o Projeto de Extensão Liame, vinculado ao Laboratório Espaço e Política (LEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Este, constituiu-se como um espaço de reflexão e ação dedicado à Assessoria Técnica Popular (AT). Desenvolvido ao longo de 2023, o projeto estruturou-se a partir de um grupo de estudos que articulava leituras teóricas, práticas profissionais e debates sobre temas como direito à cidade, metodologias participativas e formação política. Buscando romper com a lógica solitária da produção acadêmica e da prática não embasada, o Liame promoveu a construção coletiva do conhecimento, incentivando um diálogo permanente entre universidade, movimentos sociais e coletivos.

Com foco na formação política e na facilitação de emancipação dos sujeitos envolvidos, o projeto visava fortalecer a assessoria técnica enquanto campo de atuação crítica, evitando armadilhas do assistencialismo e do participativismo. Sua composição era diversa, reunindo estudantes de graduação e pós-graduação,

profissionais e militantes de movimentos sociais, proporcionando um ambiente de troca e amadurecimento coletivo. Ademais, todas as integrantes da equipe de assessoria e assistência técnica de arquitetura e urbanismo do MTST, que trabalhavam no ReUrb Carolina, discorrido nesta dissertação, participavam do Projeto de Extensão Liame, a fim de melhor orientar e discutir sobre a assessoria que estava sendo realizada.

Sobre o último capítulo, como já exposto, é de forte desejo que esta dissertação se encerre em texto aberto, por isso não tenho a pretensão de conclusões sobre o assunto levantado, e sim um último capítulo de considerações, que estarão abertas às atualizações constantes da vida, da pesquisa, do campo e, sobretudo, das subjetividades geradas por elas e suas dialéticas inter-relacionais. Nele, primeiro discorro sobre entendimentos dos capítulos anteriores, construídos com muita leitura, estudo, empenho em campo, inseguranças, mas também, coragem.

A partir disso, serão trabalhados os seguintes pontos: (1) Assessoria, uma prática de múltiplas possibilidades, aberta a “ruídos” e embasada; (2) A coletivização da discussão sobre a práxis com as assessoras participantes dos processos propostos (na prática, pela Brigada de Arquitetura do MTST e na teoria, pelo Projeto de Extensão Liame da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O enfrentamento coletivo e democrático das problemáticas socioespaciais, em conjunto com as assessorias técnicas, é um caminho para construir um senso de coletividade e promover a mobilização comunitária. O grupo sócio-espacial, agente político ativo, não apenas opera com o espaço existente, mas também contra ele, buscando uma autonomia essencial. As assessorias, por sua vez, têm o papel de fomentar esta autonomia, respeitando as decisões coletivas e fortalecendo a capacidade de autogestão das comunidades envolvidas (KAPP, 2018).

A experiência cotidiana e imersiva em territórios populares, invisíveis às lógicas hegemônicas de produção, é fundamental para repensar a prática da arquitetura e urbanismo (AU). Esta pesquisa não se limitou a uma abordagem teórica, mas buscou a construção de um repertório teórico-prático, dialogando diretamente com os sujeitos envolvidos e suas realidades. Assim, foi possível vislumbrar um caminho para uma práxis mais democrática no campo da assessoria técnica, considerando as particularidades e vulnerabilidades dos territórios.

A crítica ao modelo hegemônico de produção arquitetônica emerge como uma necessidade urgente, especialmente quando práticas de assessoria técnica podem, efetivamente, aproximar-se de uma perspectiva descolonizadora. Ao mesmo tempo, é fundamental levantar reflexões sobre a reprodução social no planejamento urbano, o direito à cidade e as possibilidades de um "esperançar feminista" (DINIZ; GEBARA, 2022) e antirracista, que nos permite imaginar novas políticas sociais inclusivas.

A isto, “ainda que soe pretensioso, nos parece possível começar a vislumbrar um método de assessoria técnica para lidar com diferentes escalas em ambientes urbanos e rururbanos” (BALTAZAR; KAPP, 2016, p. 21), façamos potência dos nossos historicamente possíveis. Desta forma, o trabalho visa contribuir na discussão sobre a transformação da prática arquitetônica e a criação de novas relações e políticas que respeitem a diversidade de vidas e territórios. Ainda que o agenciamento de temas aqui apresentados se limite ao seu espaço e tempo (e de um mestrado), acredito que a mobilização dos conceitos aqui apresentados poderão ser um fragmento colaborativo e possibilidade a uma maior composição sobre o assunto.



# CAP. 01

Possíveis metodologias

## POSSÍVEIS METODOLOGIAS

A intrínseca ligação entre a produção da informalidade urbana e a disseminação de desinformação estão diretamente relacionadas, e elas às estruturas desiguais de poder que moldam as cidades. A produção da chamada "cidade informal" não é apenas um reflexo da falta de planejamento ou desorganização, mas uma consequência de processos históricos, políticos e econômicos que marginalizam grandes parcelas da população, limitando seu acesso a direitos básicos e informação.

Essa mesma dinâmica de desinformação distorce e fragmenta narrativas e usam-nas como desculpas pelos agentes heterônomos envolvidos na produção e organização das áreas urbanas. Esse processo perpetua preconceitos e não considera as complexas realidades dos sujeitos que habitam e constroem esses espaços. É uma visão que ignora o conhecimento e as práticas locais, frequentemente tratando esses territórios como problemas que precisam ser resolvidos de fora para dentro (ou de cima pra baixo), por meio de soluções que não dialogam com a vivência real das pessoas, nem as deixam participar.

Há uma urgência de revisão crítica da forma como o conhecimento é produzido e trabalhado sobre (e com) essas áreas. O envolvimento deve ser politicamente comprometido e engajado na democratização coletiva dos direitos à cidade, e não se limitar a enquadrar esses territórios dentro de uma lógica problematizadora, alheia às próprias formas de organização e resistência desenvolvidas por seus habitantes. Isso implica questionar as racionalidades descontextualizadas que tratam essas áreas como meras anomalias a serem corrigidas, ao invés de reconhecê-las como expressões de agência e criatividade na construção de vidas e espaços urbanos. Utilizando das palavras da arquiteta Gabriela Leandro Pereira (2019):<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Pereira (2019) utiliza essas palavras ao se referenciar e reivindicar o reconhecimento de indivíduos e grupos racializados. O fato da mesma passagem corresponder adequadamente ao cenário dos territórios vulnerabilizados e periféricos não é inesperado ou ingênuo, já que pretos e pardos ocupam a maior porcentagem de seus habitantes. Em dados demográficos, "67% das pessoas que vivem em favelas são negras, 12% a mais do que a composição total de brasileiros e brasileiras, na qual o percentual é de 55%. Com relação ao gênero, 6,3 milhões de mulheres brasileiras vivem em favelas e 69% delas são negras. Portanto, é legítimo afirmar que favelas são territórios essencialmente negros onde prevalece a presença de mulheres negras" (IBASE, 2022). Além disso, cerca de 45 milhões de brasileiros moram em uma habitação precária, desse número, 31,3 milhões (26,5%) residências vivem negros e pardos e 13,5 milhões (15%) tem residentes brancos (IBGE, 2020).

(...) trata-se de que parece ser importante inverter a lógica da ausência e da precariedade como ponto de partida, para trazer a tona elementos que permitam a compreensão sobre os modos de viabilização da vida, atento, no entanto, à natureza interligada das opressões que, historicamente, constituem nossa sociedade (PEREIRA, 2019, p. 4).

Assim, os profissionais que atuam nessa área, em conjunto com a população que ali vive e a recria, precisam atuar como agentes transformadores, engajando na criação de novas formas de intervenção que partam de uma escuta ativa e uma compreensão aprofundada da realidade local. Ao invés de reproduzir as dinâmicas de poder que mantêm essas comunidades e seus sujeitos à margem, o foco deveria ser fomentar o protagonismo dos que vivenciam e constroem esses espaços. Não os vendo apenas como uma consequência negativa dos fatalismos do capitalismo, mas como uma resposta concreta de sobrevivência e resistência, cujas experiências e práticas são essenciais para qualquer tentativa de transformação urbana verdadeiramente inclusiva.

Dessa maneira, as práticas urbanas podem se aproximar de uma perspectiva descolonizadora, que tensione as estruturas hegemônicas de poder. Junto a isso, “tem um lugar que a modernidade ocupa idealizado pelo campo da arquitetura que precisa ser desmontado” (PEREIRA; TAVARES, 2020). Na perspectiva aqui pesquisada, a reconstrução de uma arquitetura e um urbanismo que tenha um vínculo mais forte com as práticas cotidianas dos territórios em vulnerabilidade e suas escalas nas (produções e reproduções das) cidades e vida.

Para Montaner e Muxí (2014), isso faz parte da expressão de uma nova sensibilidade na atuação, relacionada à necessidade de uma transformação profunda na maneira como pensamos e praticamos a arquitetura e o urbanismo. Envolve uma maior conscientização e responsabilidade ética com os territórios e suas populações, promovendo práticas que incentivem a participação cidadã e a construção de comunidades mais coesas. Que considerem, envolvam-se e tragam para a ação a complexidade das dinâmicas sociais, culturais, identitárias, econômicas e ecológicas (MONTANER; MUXÍ, 2014).

Esses autores argumentam que essa sensibilidade é necessária para superar a rigidez das práticas tradicionais, o fazer hegemônico uniformizante do projeto e o profissional “detentor do saber” (MONTANER; MUXÍ, 2014). Segundo alguns arquitetos acadêmicos, como Kapp e Baltazar (2010) e Ferro (2006), essa rigidez

codificada da arquitetura distancia e hierarquiza ainda mais os processos. Ou seja, quando os arquitetos mantêm o controle absoluto sobre os projetos por meio de códigos técnicos inacessíveis, impede que os moradores (autoconstrutores) participem efetivamente do planejamento de seus próprios espaços.

Isso acaba por reforçar as estruturas de poder, as desigualdades socioespaciais, a desinformação, o não pertencimento e o controle dos "especialistas" sobre o processo de construção e uso do espaço. Os moradores são excluídos da reflexão e decisão sobre o que afeta suas próprias vidas. Uma "arma contra os operários que, impedidos de examinar o projeto, não podem mais colaborar inteligentemente" (FERRO, 2006, p. 193).

A ideia de um ensino generalista do projeto, que se distancia de práticas emergentes e específicas, desconsidera a riqueza das experiências locais e dos saberes adquiridos diretamente no território. Arquitetos e urbanistas não deveriam se centrar apenas em produtos finais, mas sim em processos abertos, flexíveis e em constante revisão. A busca é por práticas que potencialmente permitam a autonomia e a autogestão, desafiando estruturas políticas e sociais existentes, capacitando (todos) os sujeitos (em via de mão dupla) — "a autoaprendizagem sócio-espacial" (BALTAZAR, 2020, p. 133) — em prol da autonomia e emancipação social.

Essas duas dimensões, a do indivíduo autônomo e a do cidadão, estão intimamente ligadas. Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade. E não há campo melhor para se desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo do senso comum (SOUZA, 2009, p. 42).

Não há simplicidade nesse processo, há uma ênfase nas resistências que esses processos encontram – seja por desestabilizar o papel tradicional (de poder e vaidade) do arquiteto; descentralizar o poder de decisão política; ou exigir maior envolvimento das comunidades, quebrando uma cultura de passividade, inércia e hierarquia. Mesmo quando se encontram brechas nessas barreiras, existem inúmeras armadilhas suscetíveis ao papel paternalista de arquiteto 'missionário'<sup>24</sup>,

---

<sup>24</sup> No texto "Arquitetos nas Favelas", Silke Kapp e Ana Paula Baltazar abordam a atuação de arquitetos em áreas periféricas, com foco nas favelas, analisando criticamente a postura desses

tecnicista, ou até mesmo extrapolar o papel de assessor, envolvendo em decisões que não os cabem<sup>25</sup>.

A atuação da Assessoria Técnica vem como uma lógica de repensar e transformar a práxis da arquitetura convencional, na tentativa (e muito trabalho crítico) de romper com as lógicas heterônomas, colonizadoras e colonizantes. Dessa forma, ela também parte da "necessidade de enxergar as potências em instáveis territorialidades" (RIBEIRO, 2009 apud TAVARES, 2023, p. 2), reconhecendo formas criativas da organização social, cultural, marcadores sociais (como raça, gênero e classe) e econômica. "Entendendo que são potências as formas de autodeterminação nos territórios, sejam eles urbanos, de luta, sejam eles institucionais, de pesquisa, para a construção vigilante e indisciplinada" (TAVARES; RAMOS, 2021 apud TAVARES, 2023, p. 2).

Parte-se assim de um processo de diálogo, que busca produzir o espaço a partir dos próprios territórios e com a participação ativa de seus moradores. Assim como sugere Morado (2016), uma arquitetura facilitadora e não detentora, praticada fora da lógica tradicional estética ou técnica, propondo "outras formas de apropriação e produção de saberes (científicos ou não)" (MORADO, 2016, p. 26), com disposição à prática das micropolíticas. Igualmente, que não sejam baseadas em lógicas de poder e exclusão e marginalização de corpos. Trazendo também à tona questões de

---

profissionais e os desafios de intervenções arquitetônicas nessas comunidades. As autoras destacam a figura do "arquiteto missionário", aquele que enxerga a si mesmo como um salvador, levando soluções externas e tecnocráticas para as populações marginalizadas, levando pouco em conta as dinâmicas locais. As autoras propõem uma mudança de postura, no qual os arquitetos adotem uma prática mais colaborativa e dialógica, onde o saber técnico seja apenas uma ferramenta de apoio ao protagonismo das comunidades. Elas defendem que os arquitetos não devem atuar de forma isolada ou hierárquica e passe a atuar como um facilitador de processos de autogestão e auto-organização das comunidades.

<sup>25</sup> No texto "Nós, arquitetos do sem-teto", Marcelo Lopes de Souza (2018) menciona um momento simbólico em que ele se deparou com a própria atitude de retirar uma placa de anúncio em uma ocupação que assessorava. Por essa atitude, reconheceu que essa função não cabia a ele, no qual tomou para si a responsabilidade política, em uma visão pessoal, que aquele item não deveria estar envolvido naquela realidade. Além desse episódio, deparou-se com outras questões de apaziguamento e decisões que estavam sendo entregues a ele, maiores e menores graus, como se atuasse em um papel de liderança, não de facilitador ou mediador. Essa situação é de intensa recorrência nos trabalhos de AT, muitos os veem enquanto voz de comando, ou até corpos neutros capazes de não tomar lados e resolver situações conflituosas. O que não é nem verdade, nem sua função enquanto profissionais. Há de se questionar essa lógica, em um posicionamento claro que o arquiteto deve respeitar os limites de sua atuação, deixando o protagonismo e o poder de decisão para as comunidades envolvidas. O verdadeiro processo de transformação urbana ocorre quando os moradores exercem autonomia sobre seus espaços, e não quando são subordinados às decisões externas.

raça, gênero, classe e cultura, em uma atuação que seja mais sensível às realidades dos territórios. Uma prática de arquitetura que desafia as lógicas hegemônicas, abraça o conflito como parte do processo de transformação e busca novas formas de criar e habitar o espaço de maneira colaborativa e emancipadora.

É em meio a toda esta complexidade discutida que começam inúmeras questões sobre os próximos passos a serem dados nesta pesquisa: para onde ir e como ir. Articular sem inviabilizar; entendimento das múltiplas escalas envolvidas; como fazer a ponte do macro ao micro e trabalhar para que o micro tenha autonomia no alvoroçar do macro; participação ativa; engajamento; escuta sensível; e articulação sem atropelar os tempos e respeitos. Como chegar, lidar, falar com e falar sobre? Questões vindas da prática e pela prática, minha e de muitos que guiam esse trabalho acadêmico.

Antes de iniciar sobre as metodologias aqui trazidas, a fim de dinamizar tantas questões, acredito ser este o espaço para algumas inquietações surgidas no percurso ao seus encontros, e que acabaram por modificar alguns caminhos e pensamentos.

Durante o fazer desta dissertação, o termo “saber técnico” — tão usado no texto de qualificação deste trabalho de mestrado — começou a me gerar imenso incômodo. Ao coloquial uso, saberes técnicos se referem ao conhecimento especializado adquirido por meio de capacitação formal e prática profissional, geralmente associada às disciplinas científicas, tecnológicas ou técnicas. Esses saberes são sistematizados, formalizados e muitas vezes codificados em normas e procedimentos.

Contudo, o saber (técnico) de quem literalmente construiu as cidades com as mãos não era simplesmente uma aplicação mecânica de força de trabalho. Envolve conhecimentos detalhados sobre materiais, como a utilização de pedra, madeira, argila, cimento e cal, bem como a habilidade de trabalhar com ferramentas e desenvolver soluções engenhosas para os desafios do ambiente e da construção. Muitos desses conhecimentos técnicos estavam profundamente interligados com saberes culturais, refletindo uma visão integrada e comunitária do trabalho e da construção.

Partindo do Brasil Colônia, muitos desses espaços foram construídos pelo suor de sujeitos negros e indígenas escravizados, com saberes vindos com eles e outros adquiridos nas obras que produziram. Essas sabedorias técnicas foram passadas e evoluídas pelos sujeitos filhos e netos, que seguiram construindo cidades (basta ver quais cores de pele permanecem e prevalecem no canteiro<sup>26</sup>). “Toda arquitetura é uma arquitetura racial” (PEREIRA, 2022, p. 9). Esses saberes, porém, foram historicamente invisibilizados ou desvalorizados pela elite (branca), que muitas vezes atribuía o mérito dessas construções a engenheiros e arquitetos (brancos), ignorando o papel crucial e a expertise técnica dos trabalhadores (pretos, pardos e indígenas).

Dizer que saberes não acadêmicos não são técnicos é um pensamento colonial. Essa visão reflete a herança de uma lógica eurocêntrica e hierárquica que desvaloriza conhecimentos tradicionais, comunitários e ancestrais em favor de uma noção de “técnico” ou “científico” definida e legitimada por instituições acadêmicas ocidentais. Tal perspectiva desconsidera que muitos desses saberes, embora não codificados em termos formais ou acadêmicos, envolvem profundo conhecimento técnico e prático.

Lélia Gonzalez (1988), uma das pioneiras no pensamento feminista negro no Brasil, fala sobre a relação entre conhecimento e dominação ao destacar como o colonialismo e a dominação racial e de gênero são profundamente entrelaçados com a produção e a circulação de conhecimento. Ela critica o que chama de “colonização do pensamento”, onde o pensamento dominante impõe uma visão de mundo que nega e marginaliza saberes e práticas culturais de povos colonizados (GONZALEZ, 1988). Portanto, o conhecimento é transformado em um instrumento de poder e controle, onde as epistemologias dos povos colonizados são desqualificadas e invisibilizadas.

A investigação por uma abordagem decolonial, que valoriza e reconhece os saberes não produzidos somente em salas de aula, desafia a hierarquia que marginaliza ou

---

<sup>26</sup> Pela Síntese de Indicadores Sociais de 2022, lançada em 2023, do IBGE, entre o total de pessoas ocupadas no país, a proporção da população branca era 44,7%, e a preta ou parda, 54,2%, no entanto, o recorte por atividade econômica revela a segmentação das ocupações e a rigidez da segregação racial no mercado de trabalho, sendo a proporção de maioria entre trabalhadores pretos ou pardos na Construção Civil (65,1%), atividade com rendimentos inferiores à média em todos os anos da série” (IBGE, 2022).

inferioriza parte da população. Postura que pode transformar a relação entre diferentes formas de conhecimento e prática, especialmente no contexto de assessorias técnicas de urbanismo e arquitetura, onde os saberes locais têm um papel vital.

Quanto a qual termos usar, pessoalmente, usarei saberes especializados, formalizados ou institucionalizados, pois entendo que reconhecem a diversidade de formas de conhecimento, sem descredibilizar a expertise adquirida pelos profissionais com formação acadêmica (que também é de suma importância). Entretanto, não cabe a mim colocar mais palavras ou regras em um dialeto que já tanto dificultamos, afastando ainda mais a quem queremos nos comunicar. Mesmo assim, deixo aqui meu sentimento de incômodo, reflexão e ação pessoal sobre o assunto.

Outro obstáculo foi sobre o alcance da autonomia, envolvendo questões sobre mobilização, participação e engajamento. Grande parte das lacunas entre sujeitos/comunidades e informação/ação podem diminuir a partir de uma maior autonomia dos grupos sócio-espaciais. Concomitantemente, grande parte dos problemas das cidades, recorrentes das desigualdades, têm maior chance de serem enfrentadas a partir da construção dessa mesma autonomia e, em maior escala, a partir da gestão coletiva de ações de enfrentamento desses problemas.

O que foi investigado enquanto ferramentas, procedimentos, princípios e práticas, é que deveriam se relacionar diretamente em como os encontros entre o corpo de profissionais e o grupo sócio-espacial poderiam se tornar de fato uma troca, uma parceria, em valorização ao que nos territórios já trazem consigo e as potências dessa união. E como essa parceria poderia ser respeitosa e atenta aos prazos de um mestrado e aos tempos do território, já que “tempo da vida não é o tempo da academia” (BALTAZAR, 2020).

A relação entre mobilização, participação e engajamento está diretamente conectada à forma como indivíduos e grupos se envolvem em processos sociais, políticos e comunitários, buscando influenciar mudanças e tomadas de decisões. A mobilização é uma ação contínua, que vai além do engajamento inicial ou pontual, ela visa o envolvimento dos indivíduos e grupos, despertando a consciência e promovendo a ação. E “assim como não há cidadania sem pessoas minimamente

mobilizadas em torno das questões coletivas, também não há assessoria técnica” (ARRUDA, 2021, p. 50). O foco está em ativar continuamente a participação do grupo, movimentando recursos, estratégias e esforços. Nas palavras de Kapp (2018),

o grupo é agente político (real ou potencial) (...) o espaço do grupo importa mais do que os espaços individuais dos seus integrantes e a assessoria importa mais nas decisões tomadas coletivamente do que nas decisões privadas (KAPP, 2018, p. 234).

Assim, é imprescindível que as ações propostas aconteçam a partir de mobilização, já que é lidando coletivamente com as problemáticas que o grupo assessorado conseguirá superar parte das lacunas anteriormente descritas. A mobilização envolve a organização coletiva e a conscientização das pessoas sobre a importância de atuarem ativamente e coletivamente na transformação de seus espaços.

A mobilização é o trabalho de base de qualquer ação que se preze a ser democrática e, tanto por tamanha importância e continuidade, é também uma das maiores dificuldades. Fora o respeito aos tempos, é necessário uma intensa preparação dos envolvidos, pois as forças de desmobilização chegam por todos os lados. Seja pelo correr das vidas individuais, ações do Estado, demoras das conquistas da luta, dificuldade de permanência, entre outros. Os desgastes e descredibilização sobre a ação acontecem e enfraquecem constantemente os trabalhos nos territórios.

Além disso, existe a imensa dificuldade sobre a continuidade da mobilização após ganhos individuais, como a casa, demarcando um posterior desinteresse em construir ações sócio-espaciais. A dimensão da propriedade individual ascende em contraposição à dimensão coletiva (SILVA, 2012). São por esses pontos que se torna imprescindível entender a mobilização também como esfera de politização, em um árduo trabalho de não esvaziamento e precarização da prática.

Segundo Silva (2017), quando a mobilização cumpre uma agenda que se encerra a partir dos êxitos restritos às famílias, para dentro das paredes e muros residenciais, o grupo sócio-espacial reconhece, “portanto, a importância da luta e mobilização, contudo, minimizam o poder da práxis” (SILVA, 2017, p. 49). Quando não são agenciados mecanismos que possam construir uma práxis libertadora, em

contraposição aos mecanismos hegemônicos que propagam o individualismo, torna o exercício popular raso e débil.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada pela sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. [...] O que pode e deve variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo anti-diálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados, é pretender a libertação dos oprimidos pela “domesticação”. Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra (FREIRE, 1974, p. 108).

Ou seja, para Freire (1974), a mobilização se insere em um ato que envolva tomada de consciência (ou “conscientização”), no qual os oprimidos refletem sobre suas realidades e condições de opressão e, a partir disso, organizam-se coletivamente para transformá-las.

Sendo assim, o aspecto político transformador não pode ser subestimado ou subutilizado. Entender o peso formativo da mobilização, criando mecanismos amiúde de reflexão, criticidade e valorização da participação, é impulsioná-la para a conquista de autonomia dos envolvidos. A intenção é colocá-los no centro do processo de produção/decisão do espaço, para que o grupo sócio-espacial possa se emancipar e consiga discorrer e desenvolver, por si próprios, sobre suas necessidades, demandas e agendas. Pela mobilização,

(...) as informações devem surgir através da reflexão e da práxis em cada uma das famílias inseridas neste contexto e não de forma pragmática. Não transformando, a própria mobilização, num elemento também precário. (...) Isso parece ser um dos pontos que requer atenção, uma vez que a mobilização tem caráter “espontâneo” e depende do grau de consciência de cada família (SILVA, 2017, p. 50).

A contínua movimentação coletiva em prol do habitat comunitário, atravessando a vida privada e coletiva dos indivíduos, é o que chamamos de engajamento (ARRUDA, 2021). Entretanto, neste trabalho, entendo a participação como um degrau anterior para o alcance da autonomia, no qual o envolvimento mais intenso de assessores técnicos ainda é necessário. Ela é como uma ferramenta, um artifício profissional, dentro de um caminho conduzido pela mobilização, de encontro ao

engajamento. Então seguirei a escrita por esse caminho: mobilização, que atua do princípio ao (não) fim, participação e engajamento.

A participação, em teoria, refere-se ao envolvimento ativo e contínuo das pessoas nos processos de tomada de decisão ou na execução de atividades, indo além de simplesmente estar presente. Implica em contribuir de maneira significativa com ideias, discussões e ações dentro de um contexto, seja ele comunitário, político ou institucional. O termo “ferramenta” foi utilizado, pois a participação cumpre um papel de uso estratégico dentro dos processos ou projetos, no qual deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser um meio para coletar e comutar informações, promover a colaboração e coletividade, tomar decisões de maneira mais inclusiva e fomentar o engajamento em uma comunidade. E, enquanto ferramenta, é amplamente empregada por assessorias técnicas, bem como coletivos, universidades, ONGs e por ações do poder público.

Porém, muitas vezes, os processos participativos podem ser cooptados e banalizados, em burocráticas atividades, apenas para legitimar decisões previamente tomadas por técnicos e especialistas — majoritariamente em prol dos interesses heterônimos. Neste contexto, requerem a presença dos cidadãos apenas para que tomem conhecimento da decisão ao mesmo que tenham ilusão de envolvimento, sem realmente permitir uma transformação autônoma e ativa dos envolvidos, os passivizando (KAPP; BALTAZAR, 2012; KAPP, 2014; LEFEBVRE, 2001; MONTANER; MUXÍ, 2014).

Isso é o que Maricato (2007) chama de participativismo, uma participação cidadã geralmente manipulada pelos “tomadores de decisão” — técnicos, prefeitura, vereadores e empresários. Muitas vezes, resume-se a uma consulta superficial dos cidadãos, que visa apenas a aprovação de soluções, sem dar espaço para as pessoas presentes se expressarem ou até mesmo compreenderem a situação que estão inseridos. Isso acaba por ocasionar expectativas vãs, resultando em desânimo e desinteresse da população.

Na prática, o processo se pauta nos códigos técnicos e é dominado por quem domina esses códigos, enquanto a participação popular existe para amenizar conflitos. Os moradores fornecem parte das informações e tomam conhecimento das decisões por meio de grupos de referência, mas suas experiências e aspirações entram no processo, quando muito, como acessórios. Nas palavras de uma moradora da Vila das Antenas (Morro das Pedras) sobre as reuniões participativas: “A gente só ia lá só pra concordar. Tipo assim, mesmo discordando, [o projeto] já estava pronto. A gente era só pra servir de uma fachada pra eles” (KAPP; BALTAZAR *et al.*, 2012, p. 283).

Esse tipo de participação provém de um grande esvaziamento de significado, principalmente se tratando das questões estruturais discorridas, já que não há aprofundamento efetivo, consciente e deliberativo pela sociedade. Ou seja, seu “propósito é sustentar aparência democrática por meio de pequenas concessões, desde que não comprometam a manutenção das estruturas de poder” (ASSIS, 2017, p. 61) em um processo com “pouca transparência mesmo que parcialmente deliberativo” (SOUZA, 2006, p. 416). A crítica, portanto, foca em como ela pode ser instrumentalizada pelos detentores do poder, sem que haja uma redistribuição efetiva de poder para as populações marginalizadas, o que, segundo Sherry Arnstein (1976), torna a participação uma ferramenta vazia e frustrante.

Em contraposição, o que pautamos e almejamos é o que o autor (ARNSTEIN, 1976) chama de participação plena, um emaranhado complexo de temas e ações, que não segue normas ou fórmulas fixas, mas tem em si o compromisso dialógico e de abertura à retomada da esfera pública. Todavia, há de se atentar às armadilhas das feições advocatícias, reduzidas à defesa altruísta ou militante de um grupo vulnerável (KAPP; BALTAZAR, 2012), intervindo negativamente no crescimento autônomo do grupo.

Além das formas de participação apenas formais ou superficiais, onde os indivíduos são incluídos em processos decisórios de maneira limitada, sem verdadeiro poder de influência, também deve haver o alerta sobre a pouca vontade de participação dos sujeitos. Tanto pela vida corrida, pelos péssimos horários e momentos que normalmente são inseridas essas atividades, como finais de semana e feriados (muito para que possa haver adesão inclusive), etc. Como traz Nascimento (2011),

não há tempo no cotidiano de muitas pessoas para se engajar em temas estruturais, como a participação deliberativa ou a co-gestão dos recursos das políticas urbanas, não diante de problemas urgentes que dizem respeito à sobrevivência de suas famílias (NASCIMENTO, 2011, p. 149).

A participação demanda recursos e decursos. É necessário ter tempo e meios para acessar informações e interpretar discussões. As horas investidas em reuniões e ações participativas impactam cada indivíduo de maneira distinta: nós, profissionais, dedicamos nossos dias nesse trabalho, é nosso expediente, enquanto as participantes, majoritariamente mulheres, podem sofrer com uma extensão às suas horas de trabalho não remunerado, somando-a às funções do cuidado, normalmente destinadas a elas, e com a perda de tempo de descanso. Esse envolvimento exige investimento constante, a participação não é igualmente acessível a todas as pessoas, e os custos associados ao engajamento podem ser intransponíveis para muitas, o que perpetua a desigualdade.

Ademais, numerosos indivíduos se esvaem por não enxergarem potencial de transformação real, já que muitas vezes são colocados em situações que não dão frutos concretos. Cooke e Kothari (2001) sugerem que a não participação pode ser uma escolha consciente, embasada na rotina e na aceitação do *status quo*. Mesmo quando alcançam pequenas vitórias, essas conquistas podem ser ilusórias, permitindo a opressão contínua.

O ponto central é que esses mecanismos, apesar de envolverem a população, não questionam profundamente a lógica capitalista de produção do espaço nem alteram as bases da democracia representativa. Marcelo Lopes de Souza (2012) destaca que experiências participativas consistentes podem ser ilusórias e neutralizadoras, criando a falsa impressão de que a “democracia representativa é menos problemática do que realmente é” (SOUZA, 2012b, p. 3). No lugar de força social, a falta constante do nível de consciência na participação leva a um reforço dos padrões heterônimos de interesses, enfatizando a mera instrumentalização por grupos dominantes e legitimando valores do *modus operandi* do Estado.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Acho necessário trazer essa perspectiva de *modus operandi* heterônimo do Estado, visto como uma barreira ativa, mas pretendo não me utilizar da visão simplificada da realidade que divide o mundo em dois extremos opostos e mutuamente excludentes, como “bem” e “mal” ou “certo” e “errado”. Essa abordagem ignora as complexidades e nuances dos problemas e interpreta as situações de forma polarizada, reduzindo questões complexas a escolhas binárias e absolutas. Ela limita funcionários públicos a figuras perversas e a população dos territórios em vulnerabilidade

Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne [...] É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação (FREIRE, 1979, p. 22).

Em função disso, voltemos à necessidade da politização dos discursos e formação pela indispensável mobilização. Não que a frequente dispersão e debandada de indivíduos seja finita ou pequena, mas que talvez garanta a permanência de um grupo articulado e ativo.

A agência das metodologias e métodos aqui levantadas foi a partir do entendimento que este trabalho se encontra neste degrau, dos processos participativos. Mesmo trabalhando em um grupo já mobilizado (em níveis variados de mobilização, mas de constância), nenhum alcance de autonomia se dá por eventos pontuais ou em um pequeno curso do tempo. É um trabalho contínuo, que caminha arduamente à sua utopia, mas aqui, ainda assim, acontece em seu historicamente possível, faremos dele potência.

E com isso, as metodologias escolhidas facilitam “processos participativos genuínos” (MARICATO, 2007), capacitando os moradores para refletir e decidir sobre seus espaços, ao invés de serem meramente consultados. Isto é, enxergam os moradores enquanto promotores dos desenhos e na gestão de seus territórios, desestabilizando as estruturas hierárquicas que costumam caracterizar os processos tradicionais de planejamento. O esforço mira em uma futura “despositivação”<sup>28</sup> (KAPP; BALTAZAR, 2010) dos processos e entregar aos participantes, cada vez mais, o protagonismo também da feitura das regras a serem seguidas.

Sendo assim, o engajamento não é um próximo degrau à parte da participação, na subida pela autonomia, é uma ocorrência gradual em seus processos. É um nível de comprometimento não superficial e envolvimento contínuo. Como dito, é a

---

enquanto vítimas e como problema, transformando a situação em fatalismos e menosprezando o poder dos sujeitos enquanto agentes políticos críticos, de ambos os “lados”.

<sup>28</sup> “Para isso, no entanto, é preciso desmanchar sua sacralização em norma e seus desdobramentos automatizados em infinitos mecanismos de ação; é preciso “despositivar” o pressuposto da participação, tirando-lhe os conteúdos determinados e recuperando algo de suas possibilidades de transformação social – participação, de fato, exige trabalho duro, embate de opiniões, defesa de argumentos e, certamente, algum conflito. Na produção do espaço isso implicaria a criação de instrumentos de conteúdo não determinado (não positivo), agora rumo à autonomia” (KAPP; BALTAZAR, 2010, p. 21).

mobilização contínua e fortalecida, em que não mais necessita de estímulos externos (como a assessoria) para ocorrer. Implica uma relação de maior prazo e uma dedicação mais profunda, onde as pessoas se sentem conectadas ao processo e dispostas a seguir ativamente e criticamente. Um senso de pertencimento e responsabilidade, essencial para a autonomia.

Se partirmos do pressuposto de que a autonomia dos cidadãos só é possível uma vez que as condições da participação não sejam “determinadas por regras a priori, mesmo que tais regras sejam aceitas pelos participantes” (KAPP; BALTAZAR, 2012, p. 13) fica evidente a necessidade de questionarmos a centralidade da palavra participação, por um lado, e a importância da palavra engajamento, por outro. Dessa maneira, podemos afirmar que a escalada para uma democracia radical (controle cidadão ou autogestão) não é em graus de mais participação, mas sim de mais engajamento, isto é de pessoas cada vez mais conscientes do porquê de fazerem parte de um processo coletivo e do porquê de precisarem responder por si mesmas (ARRUDA, 2021, p. 56).

Como podem observar, todos os movimentos para o alcance da autonomia convergem em um ponto: o acesso à informação. As bibliografias trazidas incitam que não há como criar meios para que os sujeitos se emancipem sem o necessário pressuposto do trabalho formativo nos processos de assessoria. Embora a presença dos assessores arquitetos possa resultar em alguma coação, mesmo que sutil, onde suas influências podem gerar graus de detrimento à coletividade, a estruturação de um espaço de trocas de conhecimento e acesso à informação é um ambiente em que sua presença possa ser demasiadamente frutífera.

Não há prática social mais política que a prática educativa. Com efeito, a educação pode ocultar a realidade da dominação e da alienação ou pode, pelo contrário, denunciá-las, anunciar outros caminhos, convertendo-se assim numa ferramenta emancipatória. O oposto de intervenção é a adaptação, é acomodar-se, ou simplesmente adaptar-se a uma realidade sem questioná-la (FREIRE, 1996, p. 34).

Conhecimento é um movimento de poder e disputa (desigual), indissociavelmente político. Uma das considerações aqui presentes é o compromisso metodológico de incitar a problematização da própria realidade em todos os âmbitos de envolvimento, entendendo a formação política como um caminho. Trazer indícios individuais e uma formulação coletiva e contínua a partir da realidade sócio-espacial do grupo em diálogo. Intencionada e politicamente mobilizada, rumo ao horizonte de aprendizado, engajamento e autonomia. Isto é, um processo de conscientização e de práxis urbana.

A educação é uma força transformadora, capaz de desvelar realidades ocultas e proporcionar a conscientização necessária para a emancipação social. Em contextos de opressão, onde a dominação se manifesta de diversas formas, a prática educativa se torna um espaço de resistência. Quando as comunidades se apropriam do conhecimento trazido pelos profissionais em somatória aos seus, elas não apenas desafiam as narrativas impostas, mas também constroem suas próprias identidades e formas de organização.

Neste cenário, a autonomia emerge. Para que indivíduos e grupos possam realmente se libertar, é fundamental que eles desenvolvam a capacidade de criar suas próprias normas e práticas, fundamentadas em suas realidades. Esses espaços de formação política, embasados no diálogo e compromisso com a comunicação clara e verdadeira, possibilitam uma análise mais profunda e abrangente, capaz de incluir as vozes frequentemente silenciadas. Para isso, é preciso que o conhecimento formalizado, muitas vezes distanciado da vivência cotidiana das comunidades, seja traduzido em um discurso acessível e relevante.

A prática educativa é um diálogo contínuo, onde todos os participantes contribuem e aprendem mutuamente. É através dessa prática de educação crítica que se abre espaço para novas possibilidades, onde a emancipação não é apenas um objetivo, mas um processo constante, engajado, de transformação. E, pelo discutido, a identificação do exercício educativo de transformação sócio-espacial, que aqui chamaremos de formação política, é indispensável nos trabalhos de Assessoria Técnica, logo, também precisam ser intrínsecos as metodologias e métodos utilizados por ela, em um meio de educação não-formal.

Essa compreensão do meio (educação não-formal) se justifica por alguns motivos. Ela parte de uma visão em que a instituição escolar é utilizada enquanto ferramenta de manutenção e reprodução do sistema hegemônico capitalista (ILLICH, [1970] 1979). Toda educação é política e nunca neutra, logo “ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a prática da liberdade” (FREIRE, 1974, p. 15). Ao analisarmos as bases escolares da nossa sociedade, encontramos uma educação elitista e desigual, corroborando a constituição de classes e perpetuando estruturas hierárquicas que legitimam as opressões das minorias, principalmente étnicas, como aponta hooks (1994).

Esse espaço, que deveria promover cidadania e igualdade, acaba por se tornar, muitas vezes, uma das primeiras instituições que dividirão os seres sociais em um sistema controlador e manipulador. No livro "Vigiar e Punir" (1987), Michel Foucault analisa o ambiente escolar sob uma perspectiva de disciplina e controle social, entendendo a escola como uma instituição disciplinar. Ele argumenta que, assim como as prisões, hospitais e quartéis, as escolas exercem controle sobre os corpos e comportamentos dos indivíduos, moldando-os conforme as normas (heterônomas) da sociedade. O professor vira o algoz dos alunos, aprender se torna um martírio, os corpos se tornam dóceis, domesticados e manipuláveis. O mesmo autor relaciona o ambiente escolar com o que chama de panóptico<sup>29</sup> — instituições disciplinares da sociedade, com conceito de prisão perfeita de controle.

Esses mecanismos disciplinadores tornam o ambiente escolar um espaço de "normalização", onde os alunos são moldados e avaliados com base em padrões específicos, o que muitas vezes leva a uma conformidade imposta. Esse modelo de disciplina e vigilância, de "panóptico", reforça a obediência e a docilidade, transformando a escola em um espaço onde se educa não apenas para o conhecimento, mas também para a submissão ao sistema social vigente.

Mais uma vez volto a falar dos maniqueísmos que essas palavras podem apresentar. Não é sobre o indivíduo docente, é sobre o sistema em que ele está inserido e poucos conseguem, em brechas, romper. Porém, em meio a uma extensa e árdua carga horária, assíduo desinteresse pelos alunos, pelas normas, pelas administrações, questionar por que os professores não trabalham mais questões que auxiliem os discentes a serem sujeitos em suas realidades, concluo que seria um tanto abusivo. Fora que entregar tamanha responsabilidade em mãos inseridas em um contexto ainda de limitado acesso<sup>30</sup>, seria minimamente controverso.

---

<sup>29</sup> Foucault (1987), em Vigiar e Punir, utiliza o termo "panóptico" inspirado no modelo arquitetônico do Panóptico de Jeremy Bentham, uma estrutura carcerária em que um único vigia, posicionado no centro, pode observar todos os prisioneiros sem ser visto, criando um estado de vigilância constante e internalizada.

<sup>30</sup> Como retratado anteriormente, a taxa de pretos e pardos representa quase o dobro de brancos em relação a habitações em vulnerabilidade e moradia em comunidades. Ou seja, população a quem se destina o trabalho de Assessoria Técnica. Agora, cruzando com os dados de alfabetização, temos que: dos 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade, 151,5 milhões sabiam ler e escrever um bilhete simples e 11,4 milhões não sabiam. (...) As pessoas de cor ou raça branca e amarela com 15 anos ou mais de idade tiveram as menores taxas de analfabetismo, 4,3% e 2,5%, respectivamente. Já as pessoas de cor ou raça preta, parda e indígena do mesmo grupo etário tiveram taxas de 10,1%, 8,8% e 16,1%, respectivamente. Ou seja, as taxas de analfabetismo de

Em uma rede de aprendizado levada ao ambiente de realidade do grupo sócio-espacial, em didáticas mais fluidas, aplicáveis no dia a dia, mais cognitivas, a educação não-formal cria potência. Além do meio, é preciso entender como esses espaços de formação gerem comunicação e diálogo e não sejam uma disseminação de educação bancária (FREIRE, 1997, 2004), no qual o saber é uma “transmissão dos detentores aos seres destituídos de conhecimento” (já que conhecimentos não acadêmicos possuem pouco valor nesse sistema), para que assim possam ser replicadores do conhecimento depositado (FREIRE, 1996). A base perde a valorização dos saberes e das trocas, voltam às institucionais salas de aula, perdem a multiplicidade das vozes.

Os espaços de formação política visam fortalecer a organização e interpretação de informações, baseando-se no cotidiano daquele grupo de pessoas e no território que habitam e constroem. Nesses espaços, a aprendizagem é um processo ativo de construção do conhecimento, em que os indivíduos interpretam o mundo com base em suas próprias experiências e interações. A aposta é que os indivíduos consigam, ativamente, desdobrar informações por si mesmos, ao invés de apenas receber instruções diretas, fomentando que construam suas próprias compreensões e competências. Isso envolve explorar, experimentar e resolver problemas, em vez de memorizar passivamente. A ideia é que, além de receberem e doarem conteúdos, desenvolvam habilidades de raciocínio crítico e tornem o conhecimento e a prática dos espaços de formação mais duradouros.

Historicamente, os grupos sociais sempre se utilizaram da educação não-formal, ou redes de aprendizagem<sup>31</sup> para contribuírem na aprendizagem de mundo e das realidades sócio-espaciais dos que com ele caminham, principalmente no âmbito da vivência, formação e práticas democráticas. Ou seja, o engajamento na produção espacial em ação direta é majoritariamente marcada pelos processos educativos (e socializações políticas) em sua própria dinâmica.

---

pretos e pardos são mais que o dobro das dos brancos, e a de indígenas é quase quatro vezes maior” (IBGE, 2022).

<sup>31</sup> Ivan Illich elaborou o conceito de "redes de aprendizagem", representando vias alternativas para a obtenção de conhecimento e habilidades por meio de laços sociais e recursos comunitários. O foco das redes de aprendizagem reside na valorização da colaboração, do intercâmbio de conhecimentos e da autonomia como impulsionadores da jornada educativa. Essas redes englobam desde interações informais entre indivíduos até o acesso a recursos compartilhados pela comunidade, orientações de mentores e a exploração inventiva de tecnologias para facilitar a troca de saberes.

A educação é sem dúvida um dos métodos em que os grupos, rurais, urbanos ou em qualquer contexto de organização de resistência popular, utilizam para dimensionar suas lutas, formar seus integrantes e garantir através da educação, sobretudo popular, que esses sujeitos possam ter uma formação integral, pensando, evidente, a partir dos seus territórios, e das suas realidades (ARRUDA, 2021, p. 12).

Nesse âmbito, ao que rege a Assessoria Técnica parte da necessidade de trabalhar métodos que valorizem e potencializem a formação política e, dessa forma, talvez consigamos sair dos paternalismos missionários e de algumas imposições que acabamos por colocar (não há neutralidade).

Não é um processo simples e o tempo sempre será um entrave, se esses territórios trabalham na urgência da necessidade, os processos de autonomia levam uma periodicidade demasiadamente extensa. É mais demorado e árduo criar possibilidades de produção em conjunto do que somente entregar, transferir, conteúdos prontos. Mais penoso e complicado criar instrumentos do que instrumentalizar de maneira passiva e objetificante.

Para isso, os sujeitos precisam querer e reconhecer “sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem” (FREIRE, 1987, p. 108). Nesse processo, é importante ter espaço para frustração, dificuldade, conflitos, limitações (uma vez que todos são atravessados por perspectivas dominantes e individualistas), assim como para o acolhimento. Ter atenção e paciência para conseguirmos ultrapassar a linha tênue entre a “boa intenção participacionista e o empoderamento local efetivo” (NASCIMENTO, 2011, p. 162).

Por fim, o agenciamento das discussões que serão apresentadas foi estruturado com o firme propósito de evitar a reprodução de um paradigma positivista, que frequentemente reduz a pesquisa a um processo linear, rígido e desvinculado das ricas experiências e subjetividades inerentes à realidade social. Essa escolha metodológica se embasa na crescente crítica ao reducionismo da ciência meramente quantitativa, “neutra” e “não intervencionista”, buscando desafiar essa visão hegemônica. Nesse sentido, as bases teóricas adotadas reconhecem que o conhecimento não é apenas um produto de processos institucionalizados, mas também um campo de luta política e social, construído a partir da realidade

cotidiana e das práticas sociais, integrando o vivido, o percebido e o concebido, conforme proposto por Henri Lefebvre (1991, 1999, 2001).

O pensamento positivista, que se consolidou a partir do século XIX, estabeleceu uma ruptura entre sujeito e objeto, privilegiando métodos das ciências como critério de verdade e objetividade. Essa perspectiva, ao buscar a neutralidade e a descrição fiel do objeto, acabou por reduzir a complexidade da realidade social a modelos causais e deterministas, desconsiderando a subjetividade humana e as dinâmicas sociais que não se encaixam em regras fixas. No entanto, como destacam Miranda e Resende (2006), essa forma de conceber a ciência passou a receber críticas, especialmente no âmbito das ciências humanas e sociais, que buscaram libertar-se da epistemologia das ciências e adotar abordagens mais compreensivas, que valorizam a conexão de sentido, a subjetividade e as experiências vividas.

A pesquisa qualitativa, nesse contexto, emerge como uma alternativa ao paradigma tradicional, reconhecendo o sujeito como fonte fundamental de conhecimento e valorizando a complexidade da realidade social. Como aponta Minayo (2009), a realidade social é mais rica do que qualquer teoria ou discurso que possamos elaborar sobre ela, e as ciências sociais possuem instrumentos para aproximar-se dessa suntuosidade, ainda que de forma incompleta. Essa abordagem qualitativa permite uma integração mais profunda entre pesquisador e pesquisados, rompendo com a dicotomia sujeito-objeto e promovendo uma relação dialógica e participativa, como proposto por Borda (1986) e Freire (1986). Nessa perspectiva, a pesquisa não se limita à descrição de fatos, mas busca compreender a percepção que os sujeitos têm de sua própria realidade, reconhecendo a sabedoria popular e promovendo uma postura ética e política comprometida com a libertação e não com a dominação.

Não parece que está se formando um novo paradigma científico para substituir qualquer um já existente, pela pesquisa participante. No entanto, podemos nos aproximar de um tipo de brecha metodológica se os pesquisadores engajados seguirem os efeitos dinâmicos do rompimento da díade sujeito-objeto que esta metodologia exige como uma de suas características básicas. São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa de uma relação mais proveitosa sujeito-sujeito, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa. Nada senão novas instituições podem surgir deste curso. Isto é igualmente importante como uma postura prática, na medida que as políticas de participação tornam-se mais sensíveis às necessidades reais das bases sociais e rompem com as relações verticais e paternalistas tradicionais (BORDA, 1986, p. 59).

Como reforçam Miranda e Resende (2006), o objeto de pesquisa deve ser compreendido como uma totalidade que conecta sentidos e significados, expressando objetivações e subjetivações humanas em suas condições históricas específicas. Assim, o conhecimento produzido deve ser entendido como práxis, uma combinação de reflexão crítica e intervenção ativa na realidade social.

Logo, as metodologias trazidas, a partir da análise de suas bases filosóficas e epistemológicas, permitiu para além das escolhas de técnicas mais adequadas e sustentação dos métodos, mas também a reflexão crítica sobre os pressupostos que fundamentam esta investigação. Dessa maneira, conduziram a pesquisa para que não apenas busque respostas finais, mas valorize a análise dos processos, promovendo uma autorreflexão e um aprendizado coletivo, em um ciclo contínuo de produção de conhecimento. Portanto, ao abordar métodos e metodologias, procurei cultivar uma postura crítica e aberta, que reconheça a complexidade do saber e a importância de integrar diferentes perspectivas, contribuindo para a construção de um material acadêmico mais inclusivo e representativo (mesmo com reconhecidas limitações de tempo e espaço, como falarei nos próximos capítulos).

Em breve explicação, métodos se referem às ferramentas e procedimentos específicos utilizados na ação concreta, na experimentação, investigação e na interpretação.

São atividades sistematizadas as quais possibilitam traçar o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos de pesquisa e, por sua vez, aos conhecimentos válidos (LAKATOS; MARCONI, 2003 apud TAVARES; RAMOS, 2021, p. 238). Tudo isso, tendo em mente princípios e pressupostos teóricos, ritos, procedimentos, planejamento para o uso de técnicas e ferramentas de pesquisa para atingir um resultado, confirmar ou não uma hipótese. Em síntese, contribuir para reconstruir constantemente o conhecimento científico, e realizar o ciclo gnosiológico<sup>32</sup> proposto por Paulo Freire (1997) quando se articula o conhecimento já existente e difundido com o por vir (TAVARES; RAMOS, 2021, p. 238).

Já as metodologias englobam um conjunto mais amplo de princípios e práticas que guiam a escolha e aplicação desses métodos. Para Thiollent (1998), a metodologia se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência, nos quais seus objetivos consistem “em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização” (THIOLLENT, 1998, p. 25). Em outras palavras, a metodologia não se limita a ser uma mera disciplina que estuda os métodos, ela também representa um modo de conduzir a teoria e a prática, orientando decisões e na estruturação das investigações.

A partir de todos imbrólios e questões surgidas e percorridas, como meio de realizar a assessoria somada à pesquisa qualitativa intervencionista, o texto discorrerá e irá se apoiar nas seguintes abordagens metodológicas: a metodologia cartográfica, a pesquisa-ação, o círculo de cultura e a interface.

Todas assumem posicionamento intervencionista e não neutro, pois pesquisar é intervir. Não há neutralidade do pesquisador frente ao universo pesquisado e sobretudo do universo pesquisado frente ao pesquisador, um processo de coprodução mútua e simultânea (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 734 - 743). Além disso, implicam a participação dos pesquisadores, moradores e demais agentes na busca de intervenção nas situações investigadas, com propósito de transformação social e emancipação das partes envolvidas. Essa seleção foi feita pela potência de espaços de educação criados a partir dessas conexões, baseada no profundo

---

<sup>32</sup> Paulo Freire (1996) descreve o ciclo gnosiológico como um processo de aprendizado que envolve a prática e a reflexão crítica, ou seja, a práxis. Ele acredita que o verdadeiro conhecimento tem como ponto de partida a curiosidade ingênua (motivação, impulso), desdobra-se na união entre a experiência prática (ação) e a análise consciente (reflexão) sobre essa prática, alcançando as nuances da curiosidade epistemológica (crítica e transformadora). Esse ciclo não é apenas um método, mas um compromisso ético de buscar a transformação da realidade, afastando o aprendiz de uma postura passiva e conformista e promovendo a conscientização.

respeito pelo saber local que trazem os setores populares em sua prática cotidiana (GADOTTI, 2012) e a partir da premissa de geração de conhecimento mútuo.

O conhecimento mútuo não é determinado por normas profissionais e expectativas, é antes encontrado na troca, na negociação, pelo palpite e pela intuição. O conhecimento mútuo significa o abandono das hierarquias incorporadas na maioria das relações profissionais (“eu sei mais do que você”) em vez disso acolhe contribuições de todos em um espírito de empreendimento compartilhado (AWAN; SCHNEIDER; TILL, 2011, p .32).

### **Metodologia cartográfica**

A metodologia, que aqui chamaremos de cartográfica, parte da junção do método cartográfico, atravessado pelas filosofias de Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997, 2002, 2004), principalmente no que diz respeito aos rizomas<sup>33</sup>, e a cartografia social. A fim de gerar uma abordagem híbrida, capaz de capturar tanto a fluidez das subjetividades e dos afetos quanto questões mais concretas territoriais, a mescla proposta tem a capacidade de criar uma cartografia crítica complexa. Podendo envolver tanto o engajamento participativo da comunidade quanto a sensibilidade para captar as transformações subjetivas e materiais que ocorrem nos territórios, oferecendo uma visão mais multifacetada da realidade do grupo sócio-espacial. Uma associação que propõe outras linhas e outros modos de tecer compreensões acerca das pessoas e do território, mapeando paisagens, mergulhando na geografia dos afetos<sup>34</sup>, dos movimentos e das intensidades.

Ao convergir seus elementos, em um emaranhado de linhas múltiplas de pensamentos, possibilita-se a construção de uma cartografia rizomática, capaz de integrar falas plurais, sentidos e afetos que atravessam e são atravessadas por essa pesquisa. Dessa maneira, vislumbrar fissuras nos modos enraizados de produzir

---

<sup>33</sup> Aqui, o entenderemos como uma rede de relações interligadas, de maneira não linear. Não parecida como uma rede de pesca, por exemplo, mas uma rede de ligações múltiplas, tal qual o próprio rizoma na biologia, onde pontos diversos se ligam por linhas, sem uma ordem exata, com intensidades diferentes. Um grande diagrama composto por conexões de contextos, relações, objetos e sujeitos, em uma forma de mapear que valoriza a diversidade, a interconexão e a fluidez das experiências.

<sup>34</sup> A cartografia dos afetos, termo usado por Suely Rolnik, é uma abordagem que busca mapear e compreender as intensidades emocionais e subjetivas que emergem nas relações sociais e nas experiências individuais. Assim, o cartógrafo deve estar imerso nas dinâmicas de seu espaço-tempo, captando os afetos que pedem passagem, dando voz a eles, como também deixando-se afetar por eles e os afetando.

conhecimento e dados a serem trabalhados. Uma possibilidade de fuga da forma arborescente, hierárquica, do “fazer para” e mergulhar nas multiplicidades do “fazer com”. Metodologicamente, caminhar aberta aos devires, no processo contínuo (nunca estático) de transformação que caracteriza a vida e as relações, “aumentando ou diminuindo sua potência de agir, seja por influência de elementos externos ou de suas próprias partes” (DELEUZE; GUATTARI, 1997 apud VASCONCELOS, 2016, p. 9). Nessa perspectiva, poder compreender e analisar o objeto pesquisado sem o descolar das práticas coletivas, que emergem a partir das experiências (afetivas) compartilhadas entre os indivíduos.

A cartografia em si, origina-se e é mais popularmente conhecida pelo seu desenvolvimento nos estudos da Geografia, tendo como objetivo principal a elaboração de representações gráficas do espaço físico, como mapas, cartas e plantas. Essa abordagem tradicional se caracteriza por ser objetiva, linear e estática, focando na precisão técnica para descrever paisagens geográficas, sem considerar, muitas vezes, as dimensões sociais ou subjetivas do espaço. Sua abordagem metodológica segue regras e procedimentos preestabelecidos para a *coleta* e representação dos dados, capturados por um momento específico no tempo, sem considerar transformações temporais. Sendo assim, atua como ciência necessária para exatidão técnica e processamentos de análises mais amplas das dinâmicas sociais, entretanto em porte estático, hierárquico e unidimensional.

Todavia, a cartografia tem expandido seus horizontes teóricos e metodológicos para outras áreas disciplinares, como a filosofia. Sob a ótica de Deleuze e Guattari, o *método cartográfico* transcende a representação fixa, adotando a *filosofia da multiplicidade*. Nesse sentido, não se limita a descrever territórios físicos, mas propõe uma abordagem dinâmica e processual, explorando interações, subjetividades e fluxos de transformação, de forma a interpretar as complexas relações entre sujeitos e espaços, em constante dialética, integração e movimento.

Já a Cartografia Social, compreende um olhar interdisciplinar que enfatiza a construção coletiva de mapas em processos participativos envolvendo comunidades locais, produzindo mapas capazes de abranger nuances da cartografia tradicional acrescida das subjetividades diagramáticas do método cartográfico. Isso porque essa prática não apenas representa os espaços físicos, mas também evidencia conflitos, resistências e dinâmicas sociais que moldam os territórios, destacando

dimensões políticas e culturais do espaço. Diferentemente da cartografia tradicional, que tende a invisibilizar essas questões, a cartografia social atua como uma ferramenta de empoderamento comunitário e de análise crítica das desigualdades sócio-espaciais.

Assim, essas abordagens, em junção, permitem germinar uma cartografia plural e multifacetada, que se reinventa para abarcar as complexidades contemporâneas do território e da sociedade enquanto atua como ferramenta de resistência e instrumento metodológico de sensibilização e provocação<sup>35</sup>. Para discorrer sobre essa metodologia de forma didática, este subcapítulo será dividido em três partes: (1) O Método Cartográfico; (2) A Cartografia Social; e (3) A metodologia cartográfica.

### **O método cartográfico**

O método cartográfico, fundamentado na filosofia de Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997, 2002, 2004), é apresentado como uma abordagem que vai além de um instrumento analítico, atuando como ferramenta de intervenção em campo. Ele propõe uma pesquisa qualitativa *in loco*, que valoriza processos, busca promover a horizontalidade<sup>36</sup> dos saberes e reconhece a importância dos fluxos e das relações rizomáticas dos territórios, seus indivíduos e a construção mútua entre eles. Nele, o ato de pesquisar rompe as barreiras do tradicional, não focando suas energias na busca por resultados, mas analisando seus passos, as relações com e entre os sujeitos e os objetos. Formulando, em sua trajetória, possíveis perspectivas e informações a serem incluídas e focalizadas. Assim sendo, as estratégias metodológicas não estão dadas de antemão, mas emergem de forma processual, à medida que a relação com o objeto de estudo se desenvolve.

---

<sup>35</sup> Tal qual uma Interface, como será discorrido no subcapítulo *Interfaces*.

<sup>36</sup> Como dito em outros trechos desta dissertação, esta pesquisa de mestrado compreende a horizontalidade, assim como a não hierarquia, como utópicas, no entanto, existem artifícios para tensioná-la, como por exemplo os caminhos metodológicos aqui expostos. Partindo do princípio da não neutralidade, todos os corpos presentes estão integrados a uma sociedade e não há como apartá-la do entendimento do grupo em ação. Pessoas ocupam espaços e títulos diferentes socialmente, isso sempre reverberará nas práticas coletivas, resultando em pesos diferentes nas falas, nas atitudes e na aceitação das ideias. Porém, como primeiramente dito, há uma amplitude de instrumentos que canalizam seus esforços para que essa discrepância hierárquica diminua, até mesmo consideravelmente. Assim, a não hierarquia segue enquanto horizonte, mas ainda não como chão que atualmente podemos pisar.

Nessa lógica, o ato de pesquisar é entendido como um caminhar atento que se constrói junto ao objeto. Nas palavras de Barros e Kastrup (2015, p. 52), “Cartografar é acompanhar processos”. E esse caminhar passa pelo significado da processualidade da cartografia, no entendimento que toda pesquisa tem seu início no meio de um decurso, em fluxo constante, com passado e um presente complexos, possivelmente emancipados da própria pesquisa iniciada. Ou seja,

Quando tem início uma pesquisa cujo objetivo é a investigação de processos de produção de subjetividade, já há, na maioria das vezes, um processo em curso. (...) O caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes. O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos — na coleta, na análise, na discussão dos dados e (...) na escrita dos textos (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 58 - 59).

Diferentemente do processamento, vinculado às regras fixas de *coleta* e análise de dados, a cartografia, através da sua processualidade, *produz* dados ao caminhar. Ao abraçar essa perspectiva, distancia-se da busca por produtos conclusivos ou verdades absolutas, concentrando-se no acompanhamento das transformações e interações entre sujeitos e territórios, em uma dinâmica aberta ao imprevisível e ao encontro com o novo. Isso quer dizer que, ao iniciar a pesquisa, não se tem um objetivo ou um resultado claramente definido, mas moldável.

Em vez disso, o pesquisador (cartógrafo) adota uma "receptividade afetiva" (ALVAREZ; PASSOS, 2015), uma disposição para se engajar com o campo de forma sensível e atenta. Atuando no

deslocamento do olhar daquilo que sempre foi considerado como central, nuclear, essencial para se entender o funcionamento da sociedade e das instituições, para aquilo que era descrito como periférico, marginal, menor, fronteiro (ALBUQUERQUE JÚNIOR *et al.*, 2011, p. 9).

Isso permite que o pesquisador se conecte com aspectos que podem não ter sido considerados inicialmente, promovendo uma exploração com maior profundidade. Sendo que, ao traçar um caminho sem objetivos fixos, a pesquisa também se torna um processo mais flexível e adaptativo, onde novas compreensões podem emergir à medida que o trabalho avança.

Isso caracteriza uma reversão metodológica, o que Passos *et al.* (2015) nomeiam de *hódos-metá*, no qual inverte o conceito tradicional de método (metá-hódos<sup>37</sup>), que significa um caminho predeterminado. Com o *hódos-metá*, a pesquisa se torna uma experimentação do pensamento, não apenas um método a ser aplicado, mas uma atitude a ser adotada. Essa abordagem mantém o rigor, mas o ressignifica, aproximando-o dos movimentos da vida e da normatividade do vivo. Assim, a precisão é entendida não como exatidão, mas como um compromisso com a realidade e uma intervenção significativa (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015).

Por acompanhar processos, não há como retirar ou desvincular o objeto de estudo de seu fluxo processual e dos indivíduos que o permeiam, assim como do cartógrafo que o acompanha. Concomitantemente, não há como separar a cartografia da experiência, separar o método da experimentação cartográfica propriamente dita. Traduzindo em uma indivisibilidade entre “sujeito e objeto, pesquisador e campo da pesquisa, teoria e prática” (ALVAREZ; PASSOS, 2015, p. 137).

Assim, se faz a construção de um *plano comum*, que, segundo Kastrup e Passos (2013), reúne vetores heterogêneos, incluindo o objeto, os sujeitos, humanos ou não, enfatizando a comunicação entre singularidades e a valorização de saberes — normalmente invisibilizados pela tradicional forma de fazer pesquisa. Cria-se, assim, a pesquisa-intervenção, favorecendo a inclusão e potencializando a legitimidade das perspectivas dos objetos pesquisados, sem buscar homogeneizar ou reduzir as diferenças entre os participantes. Considera, dessa forma, o comum na diferença, articulando uma abordagem que reconhece a heterogeneidade como essencial.

A ideia de não separar sujeito (pesquisador/cartógrafo) e objeto (campo de pesquisa) reflete uma compreensão da subjetividade e da objetividade como processos inter-relacionados<sup>38</sup>, e não como entidades distintas e independentes. Para Prado Filho e Teti (2013),

---

<sup>37</sup> Metá (reflexão, raciocínio, verdade) + hódos (caminho, direção). Dicionário Etimológico. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/metodo/>.

<sup>38</sup> Na sinopse do livro “Pistas do Método da Cartografia” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), os autores utilizam o termo *subjetivação-objetivação*, enquanto Prado Filho e Teti (2013) utilizam o termo “jogos de objetivação e subjetivação” para se referirem a essa inter-relação.

A objetivação refere-se à colocação dos corpos e subjetividades dos indivíduos como objetos para o saber e o poder modernos, implicando toda uma diversidade de sujeições e controles, envolvendo a produção de corpos e de indivíduos concretos, presos a identidades visíveis. A subjetivação implica um movimento do sujeito em relação a si mesmo no sentido de reconhecer-se como sujeito de um enunciado, de um preceito, de uma norma, fazendo com que estes operem no seu próprio corpo, o que envolve um conjunto de trabalhos e práticas de si visando estetizar-se e produzir-se conforme enunciado pelo preceito ou pela norma (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 50).

Logo, a objetivação pode ser entendida como o conjunto de fatores que estruturam o contexto em que a subjetividade se desenvolve, enquanto a subjetivação diz respeito ao processo pelo qual os indivíduos constroem suas identidades e subjetividades em afeto<sup>39</sup> a essa objetivação. Parte-se então de uma construção individual e coletiva que emerge das interações entre sujeitos e contextos. Dessa maneira, os pesquisadores, enquanto cartógrafos, são incentivados a percorrer essa interconexão, reconhecendo que o conhecimento não é apenas uma representação objetiva da realidade, mas sim uma construção complexa que envolve tanto a experiência quanto as estruturas.

Ao enfatizar que tanto a subjetividade quanto a objetividade são produtos de agenciamentos coletivos, a cartografia desafia a visão do sujeito como um ente isolado e autônomo. Propõe, então, uma abordagem relacional em que a experiência é um espaço de encontro e transformação mútua, entre sujeito e objeto. Isso porque o sujeito é moldado por suas experiências, interações e pelo ambiente em que está inserido, o que limita a compreensão do processo de subjetivação se houver uma separação rígida entre sujeito e objeto, fazendo-os intrínsecos um ao outro. Essa visão holística, que reconhece a complexidade das relações que moldam as identidades e experiências, promove uma ética de responsabilidade. Como também destaca a importância das conexões para a co-construção do conhecimento, questionando noções de individualidade e objetividade.

Isso também exprime a renúncia de um pesquisador observador distante e imparcial. Em vez disso, a abordagem evidencia a interconexão entre o cartógrafo e o contexto da pesquisa. Reconhece que as experiências e emoções do pesquisador influenciam o processo de descoberta, assim como a experimentação-vivência da cartografia influencia o olhar do pesquisador. Cria conexões, expressões e uma

---

<sup>39</sup> Na ação de afetar-se.

visão mais profunda das subjetividades singulares e coletivas, próprias e contextuais, relacionando o indivíduo, os indivíduos, o grupo, o meio... todos em constante movimento. O olhar do cartógrafo “não é do tipo que se debruça sobre as mutações vividas nesse processo, mas daquele que se constrói junto com elas e como parte delas” (ROLNIK, 2011, p. 15).

Em contraste com os métodos qualitativos tradicionais, a cartografia propõe um processo investigativo alternativo, que se constrói envolvendo ação, conhecimento e transformação, em uma micropolítica que atua em diferentes escalas. Ela questiona o dogmatismo científico ao utilizar o corpo e a subjetividade como ferramentas de análise, reconhecendo a importância da singularidade e dos afetos, em oposição à neutralidade impessoal dos métodos tradicionais. Em seu caráter processual e criativo, a cartografia se mostra além de uma coleta de dados e representações enrijecidas. Mas sim, atua na junção de diversas percepções dos atores envolvidos, mirando novas visões e possibilidades dinâmicas, atravessadas pelas subjetividades. Com isso, parte de uma metodologia que não nega o contexto a que se insere, tampouco seu histórico e conexões já existentes, mas soma a elas as potencialidades, em uma lente interdisciplinar, criando territórios comuns heterogêneos.

E essa capacidade do método cartográfico em estabelecer conexões e interações entre diferentes campos do conhecimento, práticas sociais e formas de subjetividade é sua característica de transversalidade. Uma abordagem holística e integrada, que permite que diferentes áreas do saber se inter-relacionem. Ou, uma *interdisciplinaridade participativa*, que une visões de múltiplos campos do saber, dos sujeitos envolvidos, do pesquisado e do pesquisador (nunca neutro) como co-produtores de conhecimento. Uma visão pluralista que desafia a ideia de uma única verdade.

Antes de maiores e densas explanações, saliento que não existe um manual de procedimentos metodológicos para o método cartográfico, tanto nos escritos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, quanto nos autores de referências que os sucedem. Não há receitas, passo-a-passos, nenhum roteiro a ser seguido de como fazer. Isso porque, cartografar também é um processo de subjetividade, a ação perpassa pela experiência em si e pela lente do cartógrafo, sendo que ambos têm suas peculiaridades e individualidades. Cartografar é se conectar, criar e participar de

rizomas, e o rizoma pode ser percorrido em direções múltiplas, transformar-se no processo e reinventar-se pelas subjetivações. Por isso,

Uma cartografia não adota a lógica do princípio e do fim; nem começa pelos princípios, pelos fundamentos, pelas hipóteses; nem termina com as conclusões, ou com o final, ou com a tese; ou tem a pretensão de ter esgotado o objeto ou tema de pesquisa. Uma cartografia se situa de entrada, no meio, no complexo, no jogo das linhas. Não segue nenhum tipo de protocolo normalizado, porque realizá-la depende muito mais da postura com a qual o cartógrafo permite experimentar seu próprio pensamento (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012, p. 169).

Dessa forma, a prática cartográfica cria um circuito de conhecimento que conecta pesquisa e vida, ao invés de simplesmente aplicar modelos rígidos. Não se trata de adotar um "método deleuziano" específico, mas de permitir que o pensamento se desenvolva de maneira não linear e aberta. É um processo dinâmico e contínuo, em que o cartógrafo, aberto ao imponderável e às surpresas, aprende ao longo da pesquisa, em vez de seguir etapas ou um conjunto fixo de procedimentos. Logo, a cartografia propõe uma abordagem crítica do presente, explorando a vida como rizoma, cheia de direções e possibilidades, sem uma unidade predefinida. É mais sobre experimentar do que sobre seguir um protocolo estabelecido.

Também por isso,

Falamos em praticar a cartografia e não em aplicar a cartografia, pois não se trata de um método baseado em regras gerais que servem para casos particulares. A cartografia é um procedimento ad hoc, a ser construído caso a caso. Temos sempre, portanto, cartografias praticadas em domínios específicos (KASTRUP; BARROS, 2015, p. 76).

Tal característica se liga<sup>40</sup> diretamente a outro ponto importante: o método cartográfico não é uma metodologia. Como também não é um método, apesar de seu nome. O método cartográfico, atravessado pela filosofia da multiplicidade, é interpretado como uma abordagem que ultrapassa as categorias tradicionais de metodologia e método, mas também da ética ou política, sendo construído como uma interseção entre esses elementos.

---

<sup>40</sup> A ligação é sempre bidirecional, um ponto se relaciona, interfere e deixa-se interferir pelo outro. Em uma visão rizomática, não existe o que vem primeiro e o que vem depois - a ideia linear de organização. São pontos de pensamentos em um corpo de pensamentos, um reflete no outro e deixa-se refletir. Entender isso faz com que a leitura de uma cartografia (e do próprio método cartográfico) ganhe formas tridimensionais e que os textos, que parecem uma repetição de ideias com diferentes termos, alcancem leitura singular, afetada, não desgarrada, mas engendradora em outros conteúdos.

Recobrando pontos e linhas já trazidos por este texto: a cartografia é uma prática que foca na construção do conhecimento em contextos sociais dinâmicos, onde a subjetividade e a intersubjetividade<sup>41</sup> são fundamentais. Ela não se limita a mapear dados, mas busca compreender as complexidades das experiências humanas, promovendo uma ética de responsabilidade em relação ao outro. Além disso, a cartografia é vista como uma forma de resistência às estruturas estabelecidas, ao invés de seguir regras fixas, ela convida à exploração criativa e à experimentação, permitindo que novos significados e conexões surjam. Uma visão mais fluida e aberta sobre o mundo. Ou seja, não se encaixa por uma ideia de metodologia ou método, não tem regras, não é um conjunto de práticas, não se instrumentaliza ou aplica. Não é procedimento, nem tão pouco analisa ou desenha procedimentos e o que eles devem fazer. O método cartográfico não se preza aos domínios das formas, mas a um “regime das sensibilidades e das forças” (COSTA, 2020, p. 12).

Segundo Costa (2020), a cartografia se assemelha a uma ética e uma política, pela qual desloca o foco para a potência e a capacidade de transformação, investigando "o que pode" ao invés de "o que deve". Ele sugere que a cartografia deve ser entendida como uma postura ética em relação ao mundo e às nossas interações com ele. Assim, pesquisa é um processo dinâmico e contínuo, ligado às nossas posições em relação a territórios, gestos e conhecimentos em transformação. Em vez de se limitar às técnicas, a atitude cartográfica envolve um comprometimento ativo com o processo de investigação, buscando conexões e significados que emergem ao longo do caminho. Assim, a cartografia se torna uma prática ética e política, que visa transformar e engajar-se com as complexidades da vida social. Para o autor,

Embora pesquisadoras e pesquisadores, especialmente no Brasil, tenham assumido a cartografia como um método de investigação, o que se lê em Deleuze e Guattari é uma série de apontamentos em prol do que poderíamos chamar de uma ética cartográfica, aqui sustentada como um lugar de partida, e não de chegada (COSTA, 2020, p. 11).

Seria a cartografia vista como um ponto inicial para reflexões e práticas, em vez de um objetivo final, abrir possibilidades para novas compreensões e transformações

---

<sup>41</sup> A intersubjetividade se refere à interação e compartilhamento de significados entre sujeitos, onde as experiências e percepções de um indivíduo são influenciadas e moldadas pelas interações com outros. Esse conceito enfatiza que a subjetividade não é apenas uma experiência isolada, mas se desenvolve em contextos sociais e relacionais.

sociais, permitindo que os pesquisadores explorem novas direções e conexões em suas investigações. Assim, esse enfoque ético também implica na já mencionada fuga da simples coleta de dados, pelo direcionamento/responsabilidade (política/ética) do pesquisador em respeitar e valorizar as vozes do campo heterogêneo comum criado. Ou seja, uma ética e uma política do cartógrafo e da própria cartografia no percorrer, acompanhar e produzir com. Compromisso que se conecta ao ressignificado do rigor da pesquisa, citado nas palavras de Passos *et al.* (2015) em páginas passadas deste texto: “O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo (...). A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 10).

Em vez de se concentrar apenas na análise objetiva do sujeito e do objeto, prioriza a experiência vivida durante a pesquisa, enfatizando os encontros e interações que surgem ao longo do caminho. O “hódos cartográfico”, ou o percurso da pesquisa, é caracterizado pela atenção sensível ao que acontece no momento da experiência. Ao que nos afeta e nos transforma, ao invés de buscar uma descrição objetiva e distanciada do que ocorre. A ética sensível, pessoal, ao “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (LARROSA, 2002, p. 21).

Ao propor uma exploração aberta e criativa, desafiando estruturas estabelecidas e promovendo novas formas de pensar, sentir e intervir, a cartografia também se posiciona como uma prática, agenciada pela transformação e movimento. Dessa forma, além de transcender categorias tradicionais de método e metodologia, também, ao olhar do meu eu-cartógrafa, acaba por transcender a ética, ou a política. O processo em vez do resultado, a experimentação em vez da aplicação, e a transformação em vez da reprodução, em um movimento de ressignificação do rigor acadêmico como um compromisso com a fluidez da vida e das relações. Assim, a cartografia permeia uma abstração construída por uma abordagem que integra método, metodologia, ética, política, prática e pesquisa.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> O que encorpa o montante de motivos para que ele não tenha manual, e sim guias, pistas a serem seguidas, em uma desordem ordenada pelo próprio cartógrafo em sua multiplicidade de linhas de entendimento, experiência, afeto, relações, ligações.

O que é a cartografia, então? Pergunta que abre caminho para inúmeras linhas, pontos, conexões (respostas?), tanto na concepção quanto no fazer cartografia. Para Suely Rolnik (2016, p. 15), a cartografia é o movimento de transformação a partir da criação e “desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos”. Nesse texto, construirei um rizoma possível sobre a pergunta.

Pelas características expostas, esse texto não tem como objetivo organizar o método cartográfico de forma rígida ou estruturada (sistematizá-lo), nem reduzi-lo ou resumi-lo a uma explicação simplificada (sintetizá-lo). Em vez disso, o texto busca apresentar reflexões e indicações que mantenham a complexidade e a abertura do método, respeitando sua natureza fluida e adaptável. Essa escrita é quase uma metalinguagem cartográfica, em que cartografo o método pelo meu próprio entendimento e pelo afetar das minhas experiências teórico-práticas. Para isso, foi trazido todo aporte conceitual e bibliografias necessárias, principalmente no que tange às pistas deixadas pelo grupo de teóricos que investiga o método cartográfico; bem como a construção de um texto, pensado em diagrama rizomático, que possa ser didático aos leitores e não uma justificativa de aplicação ou instrumentalização.

Ao refletir sobre o método, na intenção de aqui explicá-lo, entendi que não há como fazê-lo se não de uma forma que passa pelas minhas próprias subjetividades e os jogos de subjetivação e objetivação em mim, atravessada pelo meu caminho pessoal de assessora técnica e pesquisadora de um programa de mestrado. Fazer diferente disso seria contraditório aos pensamentos dos autores que constroem sobre o assunto, principalmente Gilles Deleuze e Félix Guattari. Como espero que possa perceber, escrever sobre o método cartográfico se tornou uma própria cartografia, implicou em adotar uma abordagem processual, aberta e não linear.

Isso significa que o texto se organiza como um "rizoma", conectando ideias, experiências e reflexões de maneira associativa, sem a necessidade de começar ou terminar em pontos fixos. A introdução se esforçou, até aqui, em situar o método no texto e o texto no método. Como próximo passo, contextualizá-lo historicamente “pelo meio”, já que o processo de sua construção corre por mais de cinco décadas e segue como parte do processo de pesquisa, não como um produto finalizado.

A fim de corresponder ao programa estipulado para essa dissertação, no corpo do texto, entrelacei conceitos e vivências, mostrando como o método cartográfico atravessou tanto a pesquisa quanto a mim, pesquisadora. Porém a escrita vai explorar as intensidades do campo no capítulo seguinte a este, em *Praticando A Teoria — Assessoria em Campo*, incluindo reflexões subjetivas, sensações e afetos, reconhecendo meu papel de cartógrafa, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto do processo. Lá, as ideias de autores foram incorporadas de forma fluida, como um diálogo com as experiências vividas no campo, enquanto aqui, ative-me em uma abordagem mais teórica, mas não distante e descolada da experiência ou de mim mesma.

Além disso, não é objetivo fechar os espaços para as incertezas e perguntas que surgem no processo. Uma relação intensamente direta com a vida de pesquisar, mesmo em moldes convencionais, em que entender camadas mais profundas é se abrir para dúvidas e questionamentos maiores. A diferença é que a cartografia não busca respostas prontas e fechadas, mas sim traçar caminhos de exploração. Nesse sentido, indagações sobre o próprio ato de escrever e pesquisar estão presentes, revelando as tensões e descobertas do percurso. Dessa maneira, a narrativa é sensível e reflexiva, equilibrando trechos argumentativos com descrições mais sensíveis ou afetivas, capazes de transmitir a complexidade das relações e dos territórios analisados.

A conclusão não encerra ou esgota assunto, muito menos de forma definitiva. Ao contrário, funciona como um ponto de reinício, deixando reflexões abertas, convidativas ao pensamento e experimentações do método. Assim como um convite de entendê-lo em ação no próximo capítulo. O esforço para feitura desta dissertação é construí-la como uma grande narrativa cartográfica, e esse subcapítulo é uma cartografia dentro de uma cartografia, um ciclo teoria-prática-teoria (em constante movimento). É um rizoma que liga a cada ponto de experimentação, seja prática ou teórica, aos diversos atores e agenciamentos mobilizados aqui.

Então, aqui, retomaremos o começo pelo meio: uma breve contextualização dos pensamentos que constroem o método cartográfico. A cartografia, atravessada pelas filosofias de Deleuze e Guattari, é profundamente influenciada pelas ideias de Foucault e, juntos, fundamentados em um alinhamento com os pensamentos de Nietzsche. As ideias foucaultianas exercem um impacto significativo por meio da

incorporação de perspectivas metodológicas e conceitos desenvolvidos por ele nas décadas de 1960 e 1970. Como a *arqueologia do saber*, trazendo um dos conceitos mais importantes para esse diálogo de filósofos: o *dispositivo*; além das *genealogias do poder* e da *ética*, um conjunto produtivo no ato de examinar historicamente as articulações entre poder, ética e conhecimento.

Como destacam Prado Filho e Teti (2013), mesmo antes de Deleuze descrever Foucault como um cartógrafo, este já afirmava conceitos que dialogavam com a cartografia e sua relação com o campo da Geografia. Para eles, os escritos e falas do autor já transmitiam uma

certa “especialização da história” observável em suas genealogias, bem como a aplicação da arqueologia como cartografia ou geopolítica dos discursos, pistas que se tornam evidentes pelo seu emprego de “metáforas espaciais”, tais como: posição, campo, deslocamento, território, domínio, solo, arquipélago, geopolítica, paisagem, entre outras, dando mostras de uma dimensão espaço-temporal em suas análises (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 46).

Em breve e rasa dissertação, a *arqueologia do saber* é uma análise que investiga as condições que possibilitam a formação do conhecimento e sua propagação ao longo da história, principalmente nas dinâmicas de legitimação ou marginalização em seus contextos. Ela evidencia as relações de poder atuantes sobre os saberes e como essas relações os influenciam e moldam-nos, caracterizando-as como produto das práticas sociais e estruturas dominantes. Destarte, oferece uma base para a cartografia ao mapear interações sociais e dispositivos de poder a partir dos discursos. Já as *genealogias do poder e da ética* fornecem uma lente crítica para compreender as relações complexas entre saber, poder e subjetividade, a partir das práticas e moralidades e como as relações de poder as delinham, sendo esse poder não apenas repressivo, mas também produtivo.

Foucault se pronunciou sobre diversos conceitos do que chamava de *dispositivo*, mas nunca o fechou em um único significado (assim como muitas das suas ideias). Em minha leitura sobre a definição foucaultiana, o *dispositivo* é uma rede complexa e heterogênea que articula elementos diversos e formam-se principalmente em torno de problemas táticos e urgentes em uma sociedade, desempenhando uma função histórica e estratégica. Assim, eles operam nas articulações entre saber, poder e subjetividade, moldando práticas sociais e identidades.

Foucault enfatiza que a relação entre os elementos do dispositivo é dinâmica, sendo eles

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

E, por serem dinâmicos, podem sofrer mudanças constantes, onde as relações de poder e saber estão sempre em fluxo, adaptando-se e mudando ao longo do tempo, em resposta aos diferentes contextos sociais, políticos e históricos. Além disso, o dispositivo não se limita às instituições ou estruturas específicas, é uma “máquina social” que opera em níveis micro. Ou seja, estão presentes em todo âmbito social, disseminados, influenciando indivíduos, grupos e suas redes de maneira discreta e constante, produzindo efeitos de maneira sutil e subjetivantes, moldando identidades e modos de ser. Por esses motivos, acabam por dificultar a visibilidade dessas conexões.

O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1979, p. 246).

Guiados pelas perspectivas foucaultianas, Deleuze e Guattari trazem referências e princípios da cartografia, na obra “Mil Platôs”, de 1980, considerada a mais importante apropriação conceitual do método cartográfico. Nela, os autores expandem os conceitos de *arqueologia do saber* ao enfatizar suas implicações na subjetividade e nas práticas sociais, além de incorporarem as ideias das genealogias em sua abordagem cartográfica. Por esse caminho, concebem a cartografia como uma ferramenta tanto para desvendar as linhas de poder e resistência presentes nas sociedades, quanto para resistir às formas de controle e objetivação.

O conceito de dispositivo foi trabalhado por Deleuze, sendo colocado como um agenciamento complexo composto por linhas de visibilidade, enunciação, força e subjetivação, que estruturam os processos sociais e as relações de poder. Sendo as linhas de visibilidade correspondentes ao poder percebido em um campo social; as

de enunciação são de regulação dos discursos; as de força são as próprias relações de poder; e as de subjetivação são as linhas que atravessam os sujeitos na percepção de si e dos outros, são identitárias, formadas pelas relações sociais e culturais. E, por serem uma ótica da própria sociedade representada, assim como ela, são estruturas não fixas, mutáveis, multilineares.

Sendo assim, a produção de subjetividade segue sendo um elemento central nos dispositivos, operando em duas frentes: primeiro, objetivando os indivíduos e seus grupos sociais por meio de normas e controles; segundo, subjetivando-os pela internalização dessas normas e práticas, na qual as pessoas começam a adotar essas normas como parte de suas identidades, moldando-as, mesmo que inconscientemente. Entretanto, sendo também a produção de subjetividade uma prática social, os indivíduos são tanto formados quanto formadores de suas próprias identidades dentro dos limites impostos pelos dispositivos. Assim, essa dualidade não apenas cria realidades e sujeitos, mas também estabelece regimes de normalização e controle.

Tomando como base da construção do método cartográfico, Deleuze (2005) vê a cartografia como um caminho para analisar e resistir aos dispositivos, "desemaranhando" suas linhas e traçando os jogos estratégicos que articulam saber e poder. Isso permite compreender as práticas que constituem as subjetividades e explorar formas de resistência aos processos de controle e individualização promovidos pelo Estado moderno e suas redes normativas.

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de 'trabalho de terreno'. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal (DELEUZE, 2005, p. 1).

Ao capturar intensidades e dinâmicas micropolíticas em campos sociais, explorando paisagens psicossociais<sup>43</sup>, subjetividades coletivas e modos históricos de existência,

---

<sup>43</sup> As paisagens psicossociais, termo muito utilizado por Suely Rolnik, são contextos dinâmicos de afetos e intensidades gerados por grupos sociais, refletindo as transformações e interações das subjetividades. A cartografia dessas paisagens acompanha esses fluxos e movimentos, analisando e potencializando novas formas de subjetivação e resistência em um mundo em constante mudança.

Deleuze e Guattari assumem a cartografia como uma topologia dinâmica<sup>44</sup>. Utilizam nela metáforas espaciais e diagramas para expor forças, densidades, intensidades e movimentos. Ela acompanha transformações e revela forças (dinâmicas e mutáveis) invisíveis que estruturam a sociedade e os indivíduos. Assim, ela não apenas deriva das metodologias foucaultianas, mas também as ressignificam, promovendo uma abordagem interdisciplinar e criativa que dialoga com diversas áreas do conhecimento.

Há também uma íntima relação entre Gilles Deleuze e as ideias do filósofo Henri Bergson, que repercute em fortes elementos para a conjectura dos mil platôs, com foco em conceitos centrais como *duração*, *intuição*, e *multiplicidade* — na *crítica à representação*. A noção de duração salienta que a realidade é um fluxo contínuo de mudanças, onde as identidades estão sempre em transformação, sendo esse dinamismo trazido para a cartografia. A intuição, segundo Bergson, permite uma apreensão mais profunda e não fragmentada da realidade. Deleuze adota essa ideia ao negar um simples mapeio da realidade visível, mas, ao cartografar, criar novas conexões e possibilidades a partir dessa realidade.

Além disso, a cartografia deleuziana é marcada pela noção de multiplicidade, alinhando-se à crítica bergsoniana à representação, onde o mundo é visto como um conjunto de interações dinâmicas. Essa crítica ao representacional reforça a ideia de que o conhecimento deve ser um processo ativo de criação e a cartografia, nesse sentido, não é um reflexo passivo da realidade, mas uma prática criativa que entende esse dinamismo, permitindo explorar e gerar novos significados e meios de representá-los.

No Brasil, desde a década de 1980, o método cartográfico tem sido desenvolvido por diversos autores que contribuíram para sua compreensão e prática. A citar, temos os autores do livro “Pistas do método da cartografia”: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Lílina da Escóssia, que discutem a cartografia como uma abordagem que acompanha a produção de subjetividades, propondo um método de pesquisa dinâmico e participativo, que não se limita a descrever ou representar a realidade de forma estática, mas busca mapear interações, afetos e processos em

---

<sup>44</sup> Contrapondo a topologia quantitativa ligada à cartografia convencional, que mapeia e representa de forma estática.

contextos específicos, destacando a importância de compreender o movimento e as transformações nas relações sociais e subjetivas.

Como também, Suely Rolnik, uma das teóricas brasileiras que muito contribuiu para o desenvolvimento do método cartográfico, especialmente em sua interação com Félix Guattari, no qual juntos, eles exploraram a micropolítica e a subjetividade. Rolnik desenvolveu uma cartografia que não apenas descreve, mas também interage com as dinâmicas de afeto e resistência presentes nos processos de subjetivação. Suas contribuições se concentram na análise das intensidades e das relações de poder que moldam as experiências coletivas, propondo uma metodologia que busca entender e transformar a realidade por meio de intervenções críticas e políticas, moldadas pelas intensidades e afetos.

Além disso, publicações de autores como Fonseca e Kirst, Luciano Bedin da Costa, Regina Benevides de Barros, e Albuquerque Júnior, Veiga-Neto e Souza Filho, entre outros, dialogam com as propostas brasileiras sobre a construção do método cartográfico, explorando trajetórias cartográficas sob a ótica deleuzo-guattariana foucaultiana. Essas contribuições refletem um esforço coletivo para articular diferentes propostas metodológicas, sem buscar uma unificação rígida, mas visando estratégias de análise crítica do próprio método e às múltiplas formas de fazer cartografia. Atualmente, a metodologia cartográfica segue ganhando espaço em diversas disciplinas, com pesquisadores aprofundando suas implicações, inspirando práticas pedagógicas, artísticas e sociais.

A cartografia, aplicada aos estudos urbanos delineados por rizomas e dispositivos, é uma ferramenta de leitura e compreensão das dinâmicas sociais, culturais e espaciais das cidades, analisando-as como espaços dinâmicos de interação social, revelando fluxos, relações de poder e áreas de resistência. Além disso, inclui vozes marginalizadas e promove uma representação mais igualitária da vida urbana, identificando oportunidades de transformação social. Os mapas, nessa perspectiva, tornam-se ferramentas críticas e interdisciplinares para evidenciar desigualdades e propor novas formas de organização social e territorial.

Ao observar as cidades por um olhar rizomático e o que elas evocam, podemos entender melhor as complexas interações que ocorrem na vida urbana, como os conflitos, realidades e as negociações que acontecem diariamente. Esse processo

envolve um trabalho contínuo de juntar e reorganizar diferentes experiências e elementos únicos. Em outras palavras, a vida na cidade é dinâmica e mutável, cartografá-la é prestar atenção a essas dinâmicas, compreendendo como os indivíduos, humanos ou não, interagem, relacionam-se e dialeticamente se engendram, assim como construir algo a partir disso. Dessa forma, a cartografia oferece uma abordagem complexa, implicando a experimentação e o pensamento crítico, permitindo uma profunda compreensão sócio-espacial. E para isso, também parte de envolver os olhares de quem integra esse corpo de sujeitos e promove novas formas de ver e interpretar a realidade.

Como pudera perceber, o método cartográfico carrega consigo um montante enorme de conceitos, pensados pelo atravessamento de diversos teóricos, em um desenho não linear de leitura. Explicá-lo, da forma mais didática que essa pesquisa de mestrado pode se prestar a fazer, é de uma extensa complexidade. Entretanto, Deleuze e Guattari formularam algumas lógicas visuais que auxiliam nesse processo de entendimento: o *modelo árvore* em contraposição a um *modelo anti-árvore*, o tão falado *rizoma*.

O *modelo árvore* se refere a uma abordagem tradicional de mapeamento que é hierárquica e linear. Esse modelo representa informações de forma rígida, seguindo uma estrutura fixa, onde os dados são organizados em categorias e subcategorias, como folhas, caule e raízes. Essa forma de representação tende a reproduzir uma visão estática da realidade, limitando a compreensão das interações complexas e dinâmicas que ocorrem em um determinado espaço. Esse arquétipo de pesquisa busca categorizar e classificar informações de maneira ordenada, que pode ser útil para mapear territórios e características específicas, mas não captura a fluidez e a complexidade (dinâmica) das relações sociais e culturais que se manifestam em um espaço.

Essa produção arborescente, hierárquica, também enreda os outros problemas já mencionados neste texto. A exemplificar: como a suposta transparência do olhar do pesquisador, em oposição ao reconhecimento que ele não é neutro, mas condicionado por sua perspectiva, valores e contexto, o que implica que a pesquisa não revela verdades universais, mas interpretações situadas; a separação rígida entre sujeito e objeto, confrontando com o entendimento que o conhecimento é produzido na interação, envolvendo desejos, motivações e implicações do

pesquisador, de modo que o processo de pesquisa é sempre afetado por essa relação; e, por fim, a atitude demonstrativa positivista tradicional, contra um construtivismo entendido como experimentação de conceitos e criação de novas formas de pensar e intervir na realidade.

Em contraste, um movimento *anti-árvore*: o modelo rizomático, que enfatiza a multiplicidade e as conexões não hierárquicas. Deleuze e Guattari, autores desse modelo, criticam a lógica binária representada pela árvore-raiz, demonstrando uma incapacidade dessa abordagem em compreender a multiplicidade e a complexidade das relações. Em oposição, eles propõem o *modelo do rizoma*<sup>45</sup>, inspirado em sistemas biológicos, que é um conjunto de conexões descentralizadas, flexíveis e dinâmicas. Para eles, no rizoma não há hierarquias ou centros fixos, tudo é interligado de forma fluida, com múltiplas entradas e possibilidades de transformação.

Como primeiro contato, facilita se visualizarmos o rizoma como a imagem de uma rede neural ou tecnológica/informática, formadas por linhas múltiplas (podendo ter diferentes tamanhos e espessuras) e suas conexões, capaz de se expandirem em todas as direções. Diferente das redes de pesca, elas operam de forma fluida, sem caminhos predefinidos, mantendo-se em contínua expansão e interação, refletindo uma lógica de possibilidades infinitas e relações dinâmicas. Dessa forma, “deve ser entendida com base numa lógica das conexões, e não numa lógica das superfícies” (KASTRUP, 2003, p. 53), já que ela não é descrita por fronteiras ou trajetos únicos, mas por sua capacidade de articulação e transformação constantes.

Um rizoma é composto sobretudo por *linhas*, que representam processos e experiências em movimento, que se cruzam, modificam-se, relacionam-se e criam outras linhas. E, por representarem ações e processos, elas são móveis, dinâmicas, desordenadas, emaranhadas (DELEUZE; PARNET, 1998). Estão em constante mudança e não seguem direção fixa. Assim como não possuem um começo e um fim definido, entretanto é possível identificar seus entrecruzamentos, pois quando se atravessam formam os denominados *pontos* — outro elemento representativo dos rizomas. No modelo rizomático, as conexões entre os elementos são fluidas,

---

<sup>45</sup> O conceito de rizoma proposto por Deleuze e Guattari (1997) se desvia da ideia tradicional de raiz, que é centralizada e tem um aprofundamento (ir para o fundo) linear, para uma dinâmica social mais ramificada, sem uma centralização ou raiz hierarquizada.

permitindo que pontos (que são formados por linhas) se transformem em linhas e vice-versa.

Para Deleuze e Guattari, o conceito de *rizoma* oferece uma gama de possibilidades e complexidades que se relacionam de maneira mais eficaz com diferentes áreas do conhecimento e a criatividade. Diferente de um modelo tradicional, que tem um centro ou ponto de partida definido ou fixo, o rizoma não possui um núcleo fixo e não indica um único caminho para começar. Além disso, não são processos que se concluem ou concluem a algo. Eles se encontram no meio de outros agenciamentos em fluxo, dentro dos processos que já estão em andamento e seguirão por linhas errantes múltiplas, assim como a cartografia, começam pelo meio. Isso significa que existe mais liberdade para explorar diferentes conexões e, ao mesmo tempo, mais responsabilidades na forma em como interpretar e organizar essas informações.

Traçando um paralelo com a própria cartografia, existe uma intensa convergência de ideais, uma clara assimilação da forte base que os rizomas significam a ela, principalmente ao refletir as linhas, conexões, heterogeneidades e multiplicidades que a caracterizam. Captura a essência que a realidade é composta por múltiplas conexões em um campo aberto e performativo.

É justamente neste campo permeável, aberto e performativo que a ideia de rizoma se encontra com as possibilidades da cartografia feita de forma horizontal, “não somente como método da geografia clássica territorial, mas como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo” (RENA *et al.*, 2016, p. 15 apud FALABELLA; THÜRLER, 2021, p. 317), “que, ao invés de procurar por alguma raiz e/ou origem de um fenômeno, está mais interessado em estabelecer ou evidenciar conexões de aspectos que se ligam e se ramificam infinitamente” (COLLING, 2021, p. 27 - 28 apud FALABELLA; THÜRLER, 2021, p. 317), sem recorrer aos instrumentos verticais de representação do espaço como verdades fixas (FALABELLA; THÜRLER, 2021, p. 317).

Diferente de representações fixas, como desenhos e fotografias, o *rizoma* remete a um mapa, que exige produção e construção ativa. Esse mapa é desmontável, conectável, reversível e modificável, possibilitando múltiplas entradas e saídas (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Tal como o conhecimento, ele não é estático nem dado, mas uma construção contínua, moldada por interações sociais e criativas, que transcende qualquer representação única da realidade. Assim, o mapa emerge como um instrumento dinâmico, apto a ser desconstruído e reconfigurado conforme o devir cartográfico avança, criando novas conexões e traçados. Assim como no

*rizoma*, prevalecem o movimento e a transformação, permitindo conexões, interrelações e interpretações. O mapa, portanto, é aberto e flexível, adaptando-se às possibilidades que ele mesmo cria. Como afirmam Deleuze e Guattari (1995, p. 22), ele “não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói”, atuando como um agente ativo na geração de conexões rizomáticas.

Na filosofia rizomática, o mapa opera como um diagrama<sup>46</sup>, formado por linhas, pontos e espaços vazios<sup>47</sup> em constante construção. Por isso não se esgota nem esgota a realidade, permanecendo mutável e atravessado por ramificações que conectam suas diversas dimensões. O que denota que não é um simples registro, mas um instrumento de intensidade, promovendo criatividade e descobertas. Ou, em termos cartográficos: diferente de um decalque<sup>48</sup>, (FALABELLA; THÜRLER, 2021, p. 317) que reproduz uma realidade fixa, o mapa é uma ferramenta criativa, que transforma experiências e constrói novas possibilidades. Assim, o

diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar. Se há muitas funções e mesmo matérias diagramáticas, é porque todo diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal. Mas, também, porque há tantos diagramas quanto campos sociais na História (DELEUZE, 1988, p. 44).

Dessa maneira, ele reflete a multiplicidade e a interconexão do *rizoma*, enquanto traça relações de poder, subjetividades e dinâmicas sociais. Sua flexibilidade o torna um espaço de experimentação, permitindo reavaliar e expandir constantemente as conexões entre diferentes elementos. Também por isso, ele oferece ao pesquisador um ambiente criativo, no qual realidades são exploradas de forma dinâmica e ancoradas em experiências. Isso leva a crer que, mais do que uma representação

---

<sup>46</sup> Mapas e diagramas são sinônimos em diversas obras importantes sobre o método cartográfico.

<sup>47</sup> Que seriam lugares no mapa sem linhas, os quais Deleuze denomina de “vazios” ou “virtual”, espaço para as singularidades.

<sup>48</sup> O decalque se refere a uma abordagem que implica a reprodução de um modelo fixo, resultando em uma representação estática e hierárquica da realidade. Ele é caracterizado por sua lógica de repetição, no qual se retorna sempre ao mesmo ponto, semelhante a uma cópia ou um modelo que isola o que pretende reproduzir. Enquanto o mapa permite múltiplas entradas e saídas, promovendo uma exploração criativa e dinâmica das relações sociais, o decalque se limita a registrar um momento específico, cristalizando a realidade em uma forma fixa, que não captura a complexidade e a fluidez da experiência.

do *rizoma*, o mapa é sua extensão operativa, viabilizando a cartografia de múltiplas dimensões da realidade. E, por transcender a ideia de representação, também funciona como um dispositivo de criação coletiva, podendo se manifestar como obra de arte, ação política ou ferramenta de pesquisa, adaptando-se a contextos variados, sendo continuamente desmontado e reconstruído.

O ato de mapear imbrica uma inter-relação entre rastreamento e mapeamento, uma dança síncrona/cíclica auspiciosa e arriscada. O rastreamento é como uma forma de análise que se concentra em seguir e registrar movimentos e dinâmicas de fenômenos sociais, culturais ou naturais, resultando em uma representação mais estática que captura um momento específico. Em contrapartida, o mapeamento é a descrita prática mais dinâmica e aberta, que busca entender as complexas interconexões entre diversos elementos, refletindo a fluidez da realidade. Em ilustração comparativa, tem-se o movimento de Milton Santos (1988) entre paisagem e espaço, no qual a paisagem pode ser vista como uma representação visível das dinâmicas sociais ("o domínio do visível"), e o espaço é o contexto mais amplo onde essas dinâmicas ocorrem. Nessa conceituação, o rastreamento representa um retrato congelado da paisagem, enquanto o mapeamento cartografa o espaço, incluindo ações e dinâmicas sociais.

Embora haja um contraste entre rastreamento e mapeamento, Deleuze e Guattari (1995) argumentam que esses conceitos não são mutuamente exclusivos; ao contrário, devem ser considerados em relação constante. E aí que se encontram armadilhas que exigem muito esforço e atenção do cartógrafo. O rastreamento pode organizar o *rizoma* em uma representação estática, mas há o risco de que isso cristalice seu movimento fluido. Assim, há de se enfatizar a importância de equilibrar essas abordagens para preservar a multiplicidade e a abertura. A ideia central é que a pesquisa deve transitar entre o estático e o dinâmico, permitindo uma compreensão menos enrijecida, mas tátil dos fenômenos sociais em constante transformação.

Pelas obras de Deleuze, as linhas que formam o mapa são entendidas como relações de forças que, ao se moverem, geram articulações singulares, que mobilizam estratégias envolvendo poder, subjetividade e resistência. Isso faz com que permitam tanto captura quanto transformação, resultando no conceito de agenciamento. Dessa forma, o diagrama serve para visualizar a cartografia desses

agenciamentos, permitindo uma análise das forças em jogo e evidenciando dinâmicas micropolíticas — sem se limitar às estruturas macropolíticas como Estado ou instituições. Assim, o diagrama não representa a política em grande escala, mas esboça relações sutis de poder<sup>49</sup>, revelando as dinâmicas articulações do grupo sócio-espacial.

Deleuze (1988), como dito na última citação direta, refere-se aos diagramas como “máquinas abstratas” (DELEUZE, 1988). Em contraponto, os agenciamentos são referidos como “máquinas concretas”, que articulam forças em torno de objetivos específicos, podendo tanto capturar quanto organizar formas de resistência. As máquinas concretas são as manifestações práticas e específicas dessas máquinas abstratas no mundo real. Em outras palavras, enquanto as abstratas, — os mapas diagrama — oferecem uma estrutura teórica para compreender as dinâmicas sociais, as concretas — os agenciamentos — são suas realizações práticas que atuam no mundo. Elas representam as atualizações das potencialidades contidas nas máquinas abstratas, funcionando em contextos específicos e envolvendo formas de conteúdo e expressão.

Logo, esses agenciamentos fazem parte dos sistemas sociais, políticos ou técnicos que operam com base nas articulações estabelecidas pelos diagramas rizomáticos. E são neles (nos agenciamentos) que Deleuze e Guattari (1995, 2002, 2004) formulam as três dinâmicas interconectadas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Resumidamente, a territorialização se refere ao ato de criar uma "zona de conforto" a partir do caos, gerando segurança e estabilidade. A desterritorialização, em contraste, rompe com o território, introduzindo o caos e permitindo desconstruções e novos fluxos, o que abre espaço para pensar e criar. Esse movimento é caracterizado por encontros entre forças externas que alteram a dinâmica do território. Já a reterritorialização é o retorno a um território transformado, já que não voltamos ao mesmo território, existe sempre o dinamismo e a mutabilidade do ser e do espaço. A territorialização tenta reorganizar o caos em uma nova ordem e possibilitando outros agenciamentos.

Esses processos — territorialização, desterritorialização e reterritorialização — não são fases, mas dinâmicas que coexistem e interpenetram-se, indissociáveis entre si

---

<sup>49</sup> O poder não é uma particularidade das instituições e lideranças, ele é ambíguo e disseminado, cada indivíduo exerce uma forma de poder em suas interações.

pelo movimento da repetição. Deleuze e Guattari (1997) os descrevem como *ritornelo*<sup>50</sup>, metáfora que ilustra o equilíbrio entre estabilidade e mudança. O *ritornelo* aponta tanto para a criação de novos territórios quanto para o retorno ao familiar, sempre transformado, refletindo a tensão permanente entre fixidez e movimento. Assim, esses conceitos permitem pensar a cartografia como um dispositivo que ultrapassa a representação, promovendo invenção, subjetivação e criação contínua.

Voltando aos *rizomas*, Deleuze e Guattari (1995) desenvolveram seis princípios para descrevê-los, são eles: conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura do significante, cartografia e decalcomania. As ideias desenvolvidas até este ponto do texto sintetizam muitas características trazidas por esses princípios. O objetivo desta ordem de escrita foi promover a compreensão aplicada destes princípios em vez de colocá-los como conceitos em forma de caixas de armazenamento de conteúdo, evitando a possibilidade de comprometer ou ser contraditória à fluidez de sua filosofia. Logo, ao agora passar pelos seis, a inter-relação com o que já foi escrito se torna uma ilustração bidirecional e permite uma explanação de forma concisa.

O primeiro, o “Princípio da Conexão”, é o princípio-base do *rizoma*, no qual “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15). Reiterando a saída da hierarquia do *modelo-árvore* e partindo para um contínuo crescimento livre e descentralizador. O segundo é o “Princípio da Heterogeneidade”, complementar ao primeiro, trata-se da possibilidade de conectar

cadeias semióticas de toda natureza (...) a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

É o princípio que envolve a transversalidade e a construção de um plano comum a partir das diferenças, incluindo o objeto, os sujeitos, humanos ou não, o espaço, os poderes, os desejos, os afetos, etc.

---

<sup>50</sup> Termo que exprime ação de retorno e é aplicado em variadas circunstâncias: refrão de madrigais, estribilhos, repetição de introdução instrumental a composição vocal, coro etc. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ritornelo/>.

O terceiro princípio se trata-se da "Multiplicidade", já tão mencionada no texto e embasamento primordial para os Mil Platôs<sup>51</sup>. Ele enfatiza a ideia de que a realidade é composta por múltiplas dimensões e relações, em vez de uma única essência ou unidade. Esse princípio refuta a noção tradicional de sujeito e objeto, de verdade absoluta, e do domínio da totalidade. Em vez disso, propõe-se considerar uma rede de determinações, grandezas e dimensões que estão em constante mudança e crescimento multidirecional. Por isso, impossibilita abarcar todas as conexões de um *rizoma* em uma cartografia. No lugar de categorização hierárquica, como o modelo arborescente, há que a realidade é composta por uma infinidade de relações e interações, mutáveis entre si, em vez de uma única essência ou totalidade.

Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mudem de natureza (as leis de combinação aumentam, pois, com a multiplicidade) (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16).

O termo "mil platôs" sugere uma infinidade de níveis, dimensões ou interpretações de um mesmo fenômeno, enfatizando a ideia de multiplicidade. Em vez de se limitar a um número fixo, como quinze<sup>52</sup>, "mil" indica uma abertura para uma diversidade quase ilimitada de conexões e possibilidades, alinhando-se com o conceito rizomático que permeia a obra. Assim, o princípio da multiplicidade não apenas fundamenta a teoria apresentada em "Mil Platôs", mas também serve como um guia para a prática filosófica e política proposta pelos autores.

Em seguida, tem-se o "Princípio da Ruptura A-significante", que aborda sobre desconexões. Assim como qualquer ponto do *rizoma* pode se conectar a outro (princípio da conexão), ele também pode se desconectar, romper qualquer uma de suas ligações. Para mais, mesmo que rompido, não há empecilho teórico para que possa reconectar suas linhas aos mesmos ou outros pontos do *rizoma*.

---

<sup>51</sup> Na obra de Deleuze e Guattari (1995), cada um dos quinze "platôs" funciona como um espaço para explorar diferentes aspectos da multiplicidade, permitindo uma análise das complexas interações entre forças sociais, políticas e subjetivas. Assim, os platôs não são simplesmente capítulos ou seções, cada platô representa um campo de problemas e possibilidades, refletindo a complexidade da experiência humana. São pontos de encontro onde diferentes linhas de pensamento se entrelaçam, refletindo a natureza rizomática do conhecimento. Essa estrutura permite que o leitor navegue por múltiplas entradas e saídas, sem necessidade de ordem ou hierarquia, já que são interdependentes e interconectados entre si, ilustrando a ideia de que o conhecimento é sempre um processo em construção e expansão.

<sup>52</sup> Número de platôs descritos na obra *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

O quinto, “Princípio da Cartografia”, e o sexto, “Princípio da Decalcomania”, são intimamente ligados e antagônicos à ideia de *decalque*. Então, para melhor compreendê-los, é necessário que exploremos mais esse conceito. No método cartográfico, o decalque é entendido como uma representação estática que reproduz uma realidade preexistente, funcionando como um modelo ou cópia. Ao contrário da cartografia, que é dinâmica e aberta, o *decalque* volta sempre ao mesmo, perpetuando redundâncias e limitando a inovação (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Dessa maneira, ele se associa à lógica da *árvore*, que hierarquiza e organiza informações de maneira fixa. Portanto, é visto como um processo de reprodução que não se adapta às mudanças, não transforma e não evolui.

O “Princípio da Cartografia”, para Kastrup (2003) “é o primeiro princípio metodológico da filosofia de Deleuze e Guattari” (KASTRUP, 2003, p. 55). Possivelmente, é a maior indicação de um método para que se crie o método cartográfico. Nele se exprimem a maior parte das ideias já trazidas sobre a cartografia rizomática, sobretudo o desenvolvimento de mapas diagramas como caminho metodológico. Como visto ao longo deste texto, essa abordagem tem como foco o estudo das linhas que compõem indivíduos ou grupos. Ou seja, formados por diversas linhas de natureza distinta. E é nele em que o método cartográfico contrasta a cartografia com o *decalque*.

Enquanto o *decalque* é uma representação estática de uma realidade preexistente, a cartografia é apresentada como uma prática dinâmica e criativa. Ela disserta sobre o mapeio dos processos em andamento, o movimento antecessor à própria cartografia e o devir do cartógrafo, se adaptando às mudanças nas conexões e contextos. Refletindo também a complexidade das relações dinâmicas, ao contrário de uma representação engessada, decalcada da realidade.

Por esse princípio, Deleuze e Guattari (1995) enfatizam que o pensamento rizomático não é representacional, mas inventivo. Fazer um mapa, não um *decalque*, sublinha a importância do mapeamento como prática que revela e realiza potenciais ocultos, permitindo a singularização e a criação de novas estéticas da existência. Mais do que descrever ou representar, o mapeamento se torna um instrumento para produzir ideias, ações e novos modos de subjetivação, resistindo à reprodução de padrões fixos e à repetição. Nesse sentido, a cartografia é uma

estratégia para acessar territórios de pesquisa empírica sem seguir modelos pré-estabelecidos, mas acompanhando os processos do campo.

Já o “Princípio da Decalcomania”, é a impossibilidade de representação ou cópia de um *rizoma*, já que ele está sempre em mudança. Como poderia existir a representação estática de algo que, por natureza, é dinâmico? Enquanto o *decalque* reflete uma tentativa de capturar algo de forma estática, reproduzindo modelos já estabelecidos, o princípio da decalcomania visa destacar o caráter experimental e inventivo do processo cartográfico. Esse princípio reforça que o mapeamento, no contexto da cartografia rizomática, não é um exercício de fixação ou cristalização de significados, mas um método que explora a fluidez e a contingência. Ele permite que o mapa seja continuamente refeito e reorganizado, acompanhando o movimento das linhas de força e os agenciamentos.

Para Deleuze e Guattari (1995), o *decalque* é incapaz de lidar com a complexidade e a multiplicidade das forças que atravessam os territórios e sujeitos, pois ele apenas reforça representações preexistentes. Em contraste, a cartografia, alinhada com a decalcomania, propõe a criação de novas configurações, rompendo com a fixidez e abrindo espaço para o movimento e mutabilidade. É um processo de construção que não parte de um modelo original ou de uma estrutura definida, mas que emerge das dinâmicas e interações que se desenvolvem ao longo do percurso.

A *decalcomania*, enquanto princípio cartográfico, também enfatiza a capacidade do método de dissolver fronteiras rígidas (reafirmando sua multiplicidade), permitindo que as interconexões se expandam por múltiplas direções (como no princípio da conexão). Ela não busca delimitar territórios ou impor uma ordem fixa, mas possibilita a emergência de novas formas de relação e organização (pelo princípio da heterogeneidade). Essa abordagem sustenta a abertura constante do *rizoma* e a multiplicidade de entradas e saídas, criando um espaço metodológico para a invenção e a transformação da realidade (por meio do princípio da cartografia). Está tudo conectado, como um grande *rizoma*.

Em ilustração prática, a facilitar a compreensão, façamos uso de um exemplo. Um trabalho de assessoria é, por sua essência, coletivo e interdisciplinar, envolvendo uma ampla diversidade de atores para seu desenvolvimento. Esse trabalho pode ser entendido como um *rizoma* a ser cartografado: embora seja possível mapear suas

interações, a representação integral desse *rizoma* é impossível, pois ele está em constante transformação. Essa dinâmica reflete os princípios da “Cartografia e da Decalcomania”, que enfatizam a natureza fluida das relações e a impossibilidade de capturar uma realidade fixa.

Os envolvidos nesse processo desempenham papéis específicos e coletivos. Eles convivem e modificam-se em função dos poderes que exercem e que atuam sobre eles, passando por constantes processos de subjetivação e objetivação. Todos os atores — sejam humanos ou não — estão interconectados, formando uma rede que não apenas sustenta sua existência dentro do *rizoma* da assessoria, mas também abrange suas outras ligações e subjetividades dentro daquele grupo sócio-espacial. Isso expande infinitamente as inter-relações, conforme proposto pelo “Princípio da Conexão.”

A assessoria e seus atores estão interligados a uma vasta gama de conexões entre objetos, sujeitos (humanos ou não), espaço, poderes, desejos e afetos. Essa complexidade é tão grande que uma cartografia nunca conseguiria mapear todos esses elementos de forma completa. Além disso, as conexões entre eles continuam a se modificar, surgindo ou rompendo ao longo do tempo, o que se alinha ao “Princípio da Multiplicidade”.

Considere uma situação em que um sujeito participa ativamente de alguns processos desse trabalho — por exemplo, em uma disciplina universitária realizada naquele território para apoiar a assessoria. No entanto, ao final do semestre, nenhum discente ou docente retoma o envolvimento com o trabalho ou com o território. Isso pode ser interpretado como uma ruptura de conexão com o *rizoma* que estava sendo construído. Contudo, nada impede que em um futuro semestre esses indivíduos voltem a fazer contato e retomem sua presença, ilustrando o “Princípio da Ruptura A-significante.”

A partir dos seis princípios de Deleuze e Guattari, ideias começam a ser formuladas do que seria o método cartográfico e o próprio papel do cartógrafo, o “antropófago”, que devora, captura, que afeta e é afetado e se alimenta das heterogêneas linguagens do devir. O cartógrafo é o pesquisador que se nutre no adentrar da cartografia, e para isso,

absorve matérias de qualquer procedência, não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas (ROLNIK, 1987, p. 24).

Trazendo também consigo seu repertório, sua história em fluxo, em convergência com outros percursos dinâmicos. Não se vincula ao desenho ou à narração descritiva do *rizoma*, mas de se integrar a ele, tornando-se sensível “nas urgências indicadas pelas sensações, ou seja, os sinais da presença do outro [no] corpo vibrátil” (ROLNIK, 2016, p. 20).

Suely Rolnik chama de *corpo vibrátil* uma dimensão da subjetividade que vai além da percepção e das experiências psicológicas convencionais. Esse corpo é sensível às intensidades e fluxos do ambiente, captando as interações e afetos que moldam a experiência humana. Permite assim uma conexão profunda com o mundo, onde as sensações e emoções se entrelaçam, criando um espaço de vivência que é ao mesmo tempo pessoal e coletivo. E, ao experimentar essa vibratibilidade, o indivíduo pode se libertar de narrativas fixas e preconcebidas sobre si mesmo e sobre o que o rodeia, permitindo uma reconfiguração da própria identidade e um olhar mais aberto a mundos antes não imaginados ou programados.

O cartógrafo, então, se preza em uma leitura mais ampla da realidade a partir dos processos que a rodeia, “o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência” (PASSOS; BENEVIDES, 2015, p. 31). E como a experiência tem um recorte espacial e temporal, o trabalho do cartógrafo sempre será impermanente e provisório, assim como qualquer produto gerado por ele, como uma representação diagramática a partir do mapa dinâmico cartografado.

Cartografar é interferir em um mundo que está em construção, um porvir, um processo inacabado de abordagem de processos, como um caminho possível forjado no encontro entre narrativas e trajetórias heterogêneas. Processos e não resultados. Se pensarmos que as cartografias são retratos dessa interação no tempo e espaço, entenderemos sua característica provisória e, portanto, a impossibilidade de fixação que os mapas verticais pretendem (FALABELLA; THÜRLER, 2021, p. 318).

Ser cartógrafo é uma postura, em um trabalho de acompanhar processos de transformações territoriais (BARROS; KASTRUP, 2015), constituindo mapas formados pelas linhas que atravessam, moldam e transformam um território, seu grupo sócio-espacial e a ele mesmo. Há três linhas fundamentais que formam o

mapa cartográfico: *molares, moleculares e de fuga*, que se relacionam entre si, atravessam-se, entoando sua multiplicidade. As linhas molares são rígidas e sedentárias, representando instituições e normas sociais que impõem controle e ordem. Elas são agenciamentos territorializados e agem de maneira controladora, definindo estruturas estáveis como Estado, família, escola (meios de aprendizagem formal), classes sociais, proletariado, etc. Ou seja, dispositivos de poder dos modelos dominantes, fundamentadas no controle, normatização e padronização, reforçando normas sociais e hierarquias.

Já as linhas moleculares são flexíveis e migrantes, permitindo fluxos de desterritorialização, promovendo transformações por meio do devir e abrindo espaço para a resistência e a criação de novas formas de existência. Elas realizam ações de modificação dentro dos territórios, em resistência ao que neles existem ou regem, podendo atuar tanto de maneiras conservadoras quanto revolucionárias. Dessa forma, ao frustrarem esquemas dominantes, criam novas possibilidades de segmentação flexível e transformam territórios ao desestabilizar a ordem vigente. Não são movimentos radicais de quebra ao existente, mas de reforma.

Enquanto as linhas molares impõem estruturas fixas, as moleculares promovem mudanças e experimentações, e é na interação entre essas linhas que formam a identidade e a subjetividade dos indivíduos. Ambas as linhas atravessam os sujeitos simultaneamente: enquanto as molares impõem instituições macroestruturais, as moleculares potencializam ações e mudanças no micro.

Nessa lógica, apesar do trabalho de Assessoria Técnica eludir os fluxos moleculares, Carvalho (2011) afirma que todos os tipos de luta e resistência são molares e moleculares, e compõem um rizoma múltiplo, com espessuras de linhas diferentes. Ainda nesse emprego, vejo na Assistência Técnica um rizoma com forte linhas moleculares, entretanto ainda transita de forma mais comportada pelos ideais das linhas molares, reforçando o status quo. O que elucida inclusive a capacidade molecular de se tornarem conservadoras (molares) e possivelmente perderem sua capacidade transformadora. Ao comum, ambas atuações nasceram em deslumbre pelas linhas de fuga.

As linhas de fuga representam movimentos que escapam das estruturas sociais, culturais e psicológicas estabelecidas, um rompimento radical, possibilitando a

criação de novas formas de existência e ação. Elas são caracterizadas como trajetórias que não se limitam a um caminho definido, mas que escapam das estruturas convencionais, por isso representam movimentos em direção a destinos desconhecidos e não previsíveis. Essa característica nômade e descentralizadora rompe com identidades fixas e formas de controle, permitindo a reconfiguração da própria subjetividade. No contexto metodológico, as linhas de fuga são consideradas potências imprevisíveis e indizíveis, cujos efeitos só podem ser observados indiretamente. Elas funcionam como práticas críticas, questionando dicotomias e promovendo multiplicidade, sendo essenciais para compreender dinâmicas sociais. Além de desafiarem estruturas rígidas e criarem possibilidades de resistência, liberdade e novas subjetividades.

Assim como as linhas moleculares, essas linhas são agentes de desterritorialização, que desestabilizam territórios fixos e abrem espaço para novas conexões e territórios, porém uma desterritorialização abrupta, de rompimento, não de fissura. E, ainda em semelhança às moleculares, também podem se reterritorializar, assumindo profundas formas conservadoras ou revolucionárias. Essa reterritorialização, segundo Deleuze e Parnet (1998, p. 32), faz parte de um agenciamento de possíveis perigos associados às linhas de fuga, que podem resultar em novas formas de controle ou até mesmo em autodestruição, tendo como por exemplo o fascismo (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Em mais clara diferenciação, as linhas moleculares representam fluxos de desterritorialização, associadas aos processos de mudança que ocorrem entre categorias rígidas, dentro de estruturas existentes; por outro lado, as linhas de fuga representam uma desterritorialização radical, movimentos absolutos de ruptura que não se prendem a nenhuma estrutura ou segmentação. Isso quer dizer que, enquanto as moleculares podem ser vistas como um espaço de transformação e diferenciação, as linhas de fuga são mais sobre a criação do novo e a exploração do desconhecido. Em outras palavras, ambas rumam a transformação criativa e experimentação, mas as linhas moleculares promovem mudanças dentro de estruturas existentes, enquanto as linhas de fuga rompem com essas estruturas, buscando novas direções e possibilidades.

Por esse olhar, Deleuze e Parnet (1998) descrevem as linhas de fuga como as primeiras linhas dos rizomas, já que surgem a partir da quebra do existente e da

criação do novo. Um nascimento de um novo rizoma. Logo, tudo deriva a partir delas, inclusive as outras linhas (então não seria diferente sobre as trajetórias da Assessoria e Assistência Técnica). Mas isso não significa que são linhas constantes e únicas, elas são iniciais, mas também emaranhadas e nascentes a partir das outras linhas, conforme o devir rizomático vai acontecendo, ao longo do tempo e do espaço. Todas as linhas emaranham entre si, conectam-se, modificam-se, nascem, criam cortes, fissuras e rompimentos umas nas outras.

Em uma pesquisa conjunta, Passos, Kastrup e Escóssia (2015), entre outros autores, desenvolveram oito pistas de como compreender e praticar o método cartográfico, publicadas no livro *“Pistas do método da cartografia”*. Assim como os seis princípios de Deleuze e Guattari: (1) as pistas não seguem uma ordem nem pesos de importância, podem ser lidas e encaixadas a partir das ligações de quem as estuda e cartografa algo, sempre a partir da vivência-experiência; (2) não compreendem um passo a passo, mas “orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo de pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17); e (3) já foram empregadas no texto, sem que sejam colocadas aprisionadas em conceitos, mas em uso fluido, e por aporte didático, serão aqui expostas de forma posterior aos usos. Lembrando que os princípios eram relacionados ao rizoma e as pistas à prática de cartografar. Nas palavras dos autores:

Em vez de regras para serem aplicadas, propusemos a ideia de pistas. Apresentamos pistas para nos guiar no trabalho da pesquisa, sabendo que para acompanhar processos não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos. As pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa- o hódos-metá da pesquisa (PASSOS et al., 2003, p. 13).

A primeira pista é a *“A cartografia como método de pesquisa-intervenção”*, escrita por Passos e Barros (2015), que discute a inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisa e pesquisador, em ênfase que pesquisar é intervir. Para os autores,

toda pesquisa é intervenção. (...) A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17 - 18).

Esta pista aponta a cartografia como uma abordagem de pesquisa-intervenção, na qual o cartógrafo não segue um roteiro prescritivo com regras fixas ou objetivos previamente estabelecidos. Em vez disso, é essencial ter uma orientação flexível que permita a interação entre pesquisador, objeto e participantes, reconhecendo que a pesquisa é uma forma de intervenção que transforma tanto a realidade quanto o pesquisador. É o referido *hodos-meta* das primeiras páginas aqui escritas, em que a análise não se separa da intervenção, já que é implicada pela experiência, pelo campo e as conexões internas e externas a ele.

A ideia central é que a pesquisa não é apenas um processo de coleta de dados, mas um movimento colaborativo onde todos os envolvidos influenciam e são influenciados (justificando também a inexistência da neutralidade). Assim, o movimento do cartógrafo ocorre em conjunto com os participantes, destacando a importância da colaboração e da co-construção do conhecimento no campo de pesquisa.

Nessa pista, os autores fazem um paralelo entre o método cartográfico, enquanto “pesquisa-intervenção” e a pesquisa-ação, que também é um segmento metodológico desta dissertação de mestrado. Na pesquisa-ação, o

campo de análise se distingue, mas não se separa do campo de intervenção, sendo o sistema de referência teórico que se toma operatório em uma pesquisa-ação e, conseqüentemente, sempre encarnado em uma situação social concreta. A análise aqui se faz sem distanciamento, já que está mergulhada na experiência coletiva em que tudo e todos estão implicados (PASSOS; BARROS, 2015, p. 19).

Essa distinção feita entre o método cartográfico e a pesquisa-ação destaca diferentes enfoques na produção de conhecimento social. Enquanto a pesquisa-ação enfatiza a colaboração, fomento de conhecimento e intervenção prática em situações sociais concretas, a cartografia busca uma análise mais reflexiva e teórica das relações sociais, mesmo que também envolvam aspectos práticos. Ambas as abordagens têm suas próprias contribuições para a pesquisa social, mas operam em paradigmas diferentes: uma mais voltada para a ação direta

e transformação a partir de situações (pesquisa-ação) e outra para a compreensão complexa sobre as dinâmicas sociais (cartografia).

A segunda pista, escrita por Virgínia Kastrup (2009), apresenta-se no texto “*O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*”. Nesse contexto, Kastrup (2009) apresenta quatro modos de atenção do pesquisador-cartógrafo: *o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento*. O *rastreio* se refere a um processo de exploração inicial, chamado por ela de “varredura do campo” (KASTRUP, 2015, p. 40). Atua como uma investigação abrangente voltada para compreender o objeto e os afetos que emergem no plano, como um momento de abertura e contato com o território ainda desconhecido.

O *toque*, por sua vez, é uma forma de atenção sensível, desencadeada pelas forças que afetam o pesquisador, permitindo refinar os critérios e a seleção no decorrer da pesquisa. O *pouso* representa um instante de pausa para uma percepção mais focada em algo, seja por vias visuais, auditivas ou de outra natureza. Nele, “realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom. Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala” (KASTRUP, 2015, p. 43).

E, finalmente, o *reconhecimento atento* é o estágio de reflexão, análise e compreensão, em que o pesquisador cartógrafo se organiza e identifica as particularidades do objeto, como um processo de captar e destacar suas especificidades, permitindo uma visão mais clara do devir. Essa fase não ocorre de forma linear, é um processo que revela a construção da percepção em o cartógrafo se concentra em destacar os “contornos singulares” (BERGSON, 1897; 1990 apud KASTRUP, 2015, p. 45) do objeto, sem se deixar levar por representações fixas.

Esses gestos da atenção são fundamentais para guiar o cartógrafo em sua investigação, destacando a importância de estar atento às interações e processos em andamento, além de representar uma forte indicação de como fazer cartografia — metodologicamente.

A terceira pista, já amplamente reforçada, é “*Cartografar é acompanhar processos*”, escrita por Barros e Kastrup (2015). Em resumo, as autoras enfatizam que, ao contrário da abordagem tradicional que divide a pesquisa em etapas distintas (como coleta, análise e discussão), a pesquisa cartográfica é um processo contínuo onde

cada passo está interligado e carrega consigo os anteriores (começar pelo meio). O cartógrafo entra em um território já constituído por uma história em andamento e “como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes” (BARROS; KASTRUP 2015, p. 59). Dessa forma, os rastros, passos e pegadas deixados ao longo do percurso são fundamentais para entender as interações e afetos que emergem e na construção coletiva da pesquisa.

A quarta é apresentada por Kastrup e Benevides (2015) em "*Movimentos-funções do dispositivo no método da cartografia*". É neste capítulo que as autoras tratam das ideias de dispositivos, galgadas por Foucault e Deleuze e expostas aqui<sup>53</sup>, problematizando suas funções na prática cartográfica. A frisar sobre: a noção de dispositivo proposta por Michel Foucault, é descrita como um conjunto heterogêneo que inclui discursos, instituições, leis e práticas. Eles operam em resposta a urgências sociais e têm funções estratégicas, refletindo mudanças nas relações de poder e saber. Para as autoras, a função do dispositivo se faz através de três movimentos-função: (1) movimento-função de referência; (2) movimento-função de explicitação; (3) movimento-função de transformação-produção.

O *movimento de referência*, que funciona com certa regularidade, diz respeito à capacidade do dispositivo cartográfico de estabelecer conexões entre diferentes elementos do campo de pesquisa, permitindo que o pesquisador identifique e mapeie as relações existentes. Já o *movimento de explicitação*, que determina as linhas do processo em curso, envolve a clareza e a articulação dos processos observados, ajudando a tornar visíveis as dinâmicas que influenciam o objeto de estudo. Por fim, o *movimento de transformação-produção* se refere à capacidade da cartografia de gerar novos conhecimentos e práticas a partir das interações e experiências vividas durante a pesquisa. Esse movimento destaca que a cartografia não é um método descritivo, mas um processo ativo que transforma tanto o pesquisador quanto o contexto investigado.

A quinta pista, em “O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica”, de Escóssia e Tedesco (2015), trata sobre “o plano movente da realidade das coisas” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p. 92). Esta pista explora a cartografia como uma prática que vai além da mera representação de objetos de estudo, enfatizando a

---

<sup>53</sup> Encontra-se mais sobre os dispositivos na página 69 desta dissertação.

importância do coletivo de forças que produzem essas realidades. É a ideia de que, além das formas estáveis que normalmente percebemos como objetos ou sujeitos, existe um plano coletivo<sup>54</sup> de forças — também compreendido como plano de consistências ou de imanência (DELEUZE; PARNET, 1998) — que interagem, entrelaçam-se e produzem essas formas estáveis. Assim, esse plano é proposto para entender a gênese dos objetos e as subjetividades que emergem deles. A cartografia, nesse sentido, permite que o pesquisador compreenda não apenas o que está sendo estudado, mas também outras implicações envolvidas na pesquisa.

A sexta pista é construída no texto “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador” de Passos e Eirado (2015), no qual os autores defendem a ideia de abertura pelo observador aos vários pontos de vista a serem mapeados, sem deixar que o manipulem por aparências. Por ela, o cartógrafo deve se abrir para a heterogeneidade do devir cartográfico, para “as formas da realidade, aumentando seu quantum de transversalidade ..., colocando lado a lado ... a forma do fenômeno e as linhas de sua composição, fazendo ver que as linhas penetram as formas e que as formas são apenas arranjos de linhas de forças” (PASSOS; EIRADO, 2015, p. 110).

Nela, os autores argumentam que a pesquisa cartográfica deve dissolver o ponto de vista do observador, reconhecendo que o conhecimento é sempre produzido em um contexto relacional e dinâmico. O pesquisador não é um mero espectador, mas sim um participante ativo no processo de investigação. Isso implica uma reconfiguração das relações entre sujeito e objeto, onde ambos são co-construídos através das interações durante a pesquisa. Por fim, a pista seis enfatiza a responsabilidade ética e política do pesquisador-cartógrafo diante dos efeitos que ele produz. Ao intervir nos processos e dispositivos, o pesquisador deve estar atento ao impacto de suas ações, acompanhando cuidadosamente as transformações que ocorrem e comprometendo-se com uma postura de abertura ao inusitado e ao diverso.

A sétima pista está compreendida em “Cartografar é habitar um território existencial”, de Alvarez e Passos (2015), e fala sobre a necessária imersão do cartógrafo no território existencial, onde o cartógrafo se engaja ativamente na

---

<sup>54</sup> Coletivo, nesse emprego, não é sinônimo de coletivo social, mas o entendimento do coletivo a partir de relações estabelecidas entre os dois planos: o plano das formas (sujeitos e objetos) e o plano das forças, que produzem a realidade.

pesquisa, adotando também uma postura de aprendiz. Nessa pista, é enfatizado que habitar um território implica perder certezas e cultivar experiências concretas e plurais. O conhecimento, nesse contexto, é construído através de relações de mutualidade entre sujeito e objeto, onde o cartógrafo deve estar presente nas situações vividas. Assim, a pesquisa cartográfica não é apenas um ato de observação, mas um processo de acolhimento mútuo, onde conhecer, agir e habitar se tornam experiências interligadas.

Por fim, a oitava pista, descrita em “Por uma política da narratividade”, de Passos e Barros (2015), na qual discutem a importância da narrativa e propõe uma abordagem política para a construção do conhecimento. Tudo é político; e narrar não é apenas um ato de contar histórias, mas uma forma de expressão que reflete a relação entre o indivíduo e o mundo, sendo, portanto, também um problema político. Nessa pista, há dois procedimentos narrativos: a redundância, que busca a clareza e a unidade do caso, e a desmontagem, que permite explorar as forças que circulam além dos sentidos estabelecidos.

Em conclusão, a própria descrição do fazer cartográfico perpassa por esses tantos princípios e pistas deixados pelos autores, atravessados pela transversalidade do próprio cartógrafo, seu posicionamento ético, atento e responsável. Imerso na experiência, aberto para o que surgir, de tato humilde e curioso, compreendendo seu poder limitado pelo seu tempo e espaço para compreender e mapear a imensidão de um rizoma. Cartografar é se importar com a chegada, o encontro, dialogar com as vozes, o devir, a permanência e a intensidade. Fugir dos ideais positivistas ao produzir e absorver todo tipo de subjetividade encontrada em um grupo sócio-espacial, ao mesmo que aprende a ser conexão ativa e bidirecional. Entender que todos carregam consigo uma bagagem anterior à cartografia, mas não se deixar manipular por suas próprias, “tem que passar pela destruição, fazer toda uma limpeza, toda uma raspagem do inconsciente. [...] Destruir crenças e representações, cenas de teatro” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 325, p. 328), não “somente se desviar, mas enfrentar, voltar-se, retornar, perder-se, apagar-se” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 53).

É desafiador para o pesquisador cartografar, construir o seu próprio mapa/rizoma – um mapa que está em constante movimento, já que a cartografia não oferece regras definidas por antecedência, um roteiro definido e fixo ou um método estabelecido de trabalho (ROSÁRIO; COCA, 2018, p. 37).

Com isso, esse método é a cartografia dos processos em trânsito investigados, mirando em intervenções e possíveis respostas, mais do que apenas a representação gráfica disto. “A cartografia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 73). Tudo é apto para olhar atento, ou *atenção sensível* (KASTRUP, 2015, p. 49) dos pesquisadores/assessores, em qualquer ação que se envolva, principalmente o que deseja intervir de forma ativa. “Ao invés de ir a campo atento ao que se propôs procurar, guiado por toda uma estrutura de perguntas e questões prévias, o aprendiz-cartógrafo se lança no campo numa atenção à espreita” (ALVAREZ; PASSOS, 2015, p. 143).

No contexto da pesquisa voltada para a assessoria técnica, o papel do pesquisador cartógrafo é também diagnosticar as forças em jogo e acompanhar suas dinâmicas, considerando agenciamentos e práticas de resistência. Sempre reconhecendo que o processo é coletivo e coletivizado. Isso significa que a experiência e a produção de conhecimento ocorrem em um contexto de colaboração e interação entre indivíduos. Ao mesmo que as reações a acontecimentos são moldadas por relações sociais, onde cada pessoa influencia e é influenciada pelos outros.

Assim, a coletividade não é apenas a soma de indivíduos, mas uma rede de relações que forma identidades e subjetividades. Isso implica que as experiências individuais são reconhecidas como parte de um fenômeno mais amplo, onde as identidades e subjetividades são formadas através da interação. Por fim, entender as dinâmicas sociais e afetivas que permeiam os processos de pesquisa-intervenção, enfatizando que o conhecimento e as práticas devem ser desenvolvidos em um contexto colaborativo e relacional.

## A cartografia social

*“É preciso que estejamos abertos para ver novas possibilidades de redesenho do mundo, de escrita de nossa própria história, história das bases populares” (Santos, 1996, Certeau, 1998 apud SILVA, 2013, p. 4).*

A Cartografia Social (CS) é uma metodologia centrada na construção de mapas de forma participativa e coletiva, envolvendo uma intensa troca de conhecimentos entre o grupo sócio-espacial e pesquisadores. Um dos objetivos centrais é valorizar vozes normalmente excluídas nos processos de ação no próprio território, não apenas pela participação, mas também pelo domínio das ferramentas. Dessa forma, nessa abordagem, os pesquisadores atuam como mediadores e educadores técnicos, facilitando o diálogo e a colaboração da prática em si — novamente o “fazer com” no lugar do “fazer para”. Durante o processo de mapeamento, a prática fomenta debates sobre ações e conflitos, além de consensos para a resolução de problemas. Sempre priorizando o conhecimento e cultura dos participantes, permitindo que seus conhecimentos e práticas culturais sejam incorporadas ao desenho do território — o mapa — reivindicando direitos territoriais e fortalecendo identidades coletivas (ACSELRAD; COLI, 2008).

[A Cartografia Social] inscreve-se a uma proposta teórica e metodologia de referência dialógica e dialética, que parte do princípio das trocas de olhares entre as produções científica e do princípio da produção social e dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos em seus cotidianos praticados a produção do conhecimento numa perspectiva dialógica (SILVA; SCHIPPER, 2012, p. 26).

Essa chamada ‘perspectiva dialógica’ é essencial para a produção do conhecimento mútuo, promovendo uma compreensão complexa e aprofundada das dinâmicas territoriais, sobretudo quando comparadas aos tradicionais métodos e metodologias para diálogo com a população, como reuniões, assembleias, entrevistas e questionários. Vindo de uma vertente mais próxima do campo da Geografia, o conceito de território ganha outras perspectivas, não só um conceito de análise, mas um conceito envolto pela ideia de práxis. Nesse enredo, o território é abordado não apenas como um espaço físico ou delimitado, mas como uma construção social, profundamente marcada pelas práticas humanas e pelos conflitos políticos e sociais

que nele ocorrem. Isso insere o território como um elemento ativo na produção do espaço e no exercício de poder, um “dispositivo de agenciamento político” (CRUZ, 2013, p. 119). Little (2002) reforça esse olhar da práxis; para ele,

territorialidade é um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou ‘homeland’. (...) Assim, todo território surge de condutas de territorialidade de um grupo social, o que significa dizer que todo território é produto de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p. 3).

A forma como o território é compreendido conceitualmente pode ajudar a construir narrativas, como o seu mapeio, enfatizando a importância tanto na análise quanto na prática política. Em outras palavras, ao invés de ver o território como um espaço fixo, a proposta é considerá-lo como algo que é vivido, ou, como sugere Milton Santos (1996, p. 18), um território usado, levando em conta as práticas e as interações. Usado, pois considera as experiências, as práticas e ações dos sujeitos e grupos (humanos ou não) que habitam e utilizam esse território, em vez de tratá-lo como uma entidade isolada. Assim, também implica que as ações políticas devem levar em conta como os seres pertencentes a esse lugar realmente vivem e interagem com seu espaço e seu inverso. Reconhece suas necessidades e práticas, ao mesmo tempo que considera como esses seres são também formados por esse espaço. A mesma dualidade encontrada nos grupos sócio-espaciais<sup>55</sup>, mas talvez em uma ideia de espacial-social. Em resumo, uma abordagem mais dinâmica e socialmente consciente do conceito de território, destacando que a análise também deve focar nas práticas e usos reais do espaço, em vez de uma visão estática ou puramente geográfica.

E ao sair desse olhar puramente geográfico, a Cartografia Social apresenta recursos metodológicos para produção de mapas que possam abarcar esse universo mais múltiplo, quanto às visões e saberes, coletivos e individuais. Principalmente mapas que transcrevem o território usado, vivenciado por quem o usa, vivencia (e o constitui). Impossibilitando uma unidade do olhar, mas oferecendo ferramentas de expressões diversas, a CS faz do próprio grupo sócio-espacial, cartógrafos, com

---

<sup>55</sup> Marcelo Lopes de Souza (2013) discorre sobre o hífen em "sócio-espaciais" para destacar a inseparabilidade entre os aspectos sociais e espaciais, enfatizando que o espaço é um elemento ativo nas dinâmicas sociais. Essa escolha reflete uma abordagem crítica influenciada por Henri Lefebvre, que reconhece o território como produto e produtor de ações sociais.

seus variados devires a serem levados ao mapa, em uma tarefa coletiva, dialógica, compartilhada e até vezes conflituosa. Isso ocorre porque a ação do mapear participativo também

trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47).

Porém em uma ordem de consenso e dissenso, assim como um jogo, ou uma interface.<sup>56</sup>

Esse dissenso é baseado na ideia trazida por Rancière (1996a; 1996b) e que, ao meu ver, tem íntima ligação com a prática da CS. Rancière argumenta que a democracia, ao pressupor a igualdade entre os cidadãos, muitas vezes ignora as desigualdades reais que existem na sociedade. Inclusive, essa pressuposição de igualdade pode, paradoxalmente, naturalizar a desigualdade, fazendo com que qualquer expressão de diferença seja vista como uma perturbação da ordem social.

O dissenso, então, atua como um dispositivo político que interrompe essa lógica de dominação naturalizada. Ele permite que grupos marginalizados ou não reconhecidos como interlocutores irrompam na esfera pública, promovendo novas formas de enunciação e subjetivação política. Rancière vê o dissenso como uma cena onde diferentes vozes e experiências podem se manifestar, questionando o que é considerado visível e válido dentro da comunidade. Além disso, ele relaciona o dissenso à ideia de uma "comunidade de litígio"<sup>57</sup> (RANCIÈRE, 1996b), onde o conflito e a disputa são partes integrantes da vida política. São grupos sociais que contestam e desafiam as normas estabelecidas dentro de uma sociedade, especialmente em contextos democráticos.

---

<sup>56</sup> Ler mais no subcapítulo 'Interfaces'.

<sup>57</sup> As comunidades de litígio, segundo Jacques Rancière, são grupos sociais que desafiam as normas estabelecidas e reivindicam inclusão na esfera pública, mesmo quando historicamente silenciados. Esses grupos, chamados de "parte dos sem-parte" (sans-part), surgem em disputas por reconhecimento, questionando quem tem o direito de ser ouvido na sociedade.

É isso o que chamo dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados (RANCIÈRE, 1996b, p. 374).

Logo, o dissenso não é simplesmente um desacordo sobre opiniões ou uma disputa de poder dentro de um sistema preexistente. Ele é algo mais profundo: trata-se de uma manifestação de conflitos que revela o que estava invisível e inaudível na ordem dominante. Por conseguinte, a Cartografia Social é um agenciamento de dissenso, sua prática atua como elemento disruptivo, desafiando as normas — heterônomas — descritivas estabelecidas. Então, permite que vozes antes silenciadas sejam não só ouvidas, mas também instrumentalizadas pelo próprio grupo sócio-espacial de litígio e em litígio. É pelo dissenso que se desafia o que é aceito como normal, verdadeiro ou evidente dentro de uma sociedade, como a própria leitura cartográfica de um território, propondo uma reconfiguração das relações entre o que está dado e o que pode surgir ao se romper, recriar por dentro. Um rizoma de fortes linhas moleculares.

Isso também está relacionado à ordem de poder na ação de representar, delimitar e descrever territórios. Cartografar também é, simbolicamente, ter poder sobre aquele espaço descrito, não sendo apenas coincidência que todos os mapeamentos oficiais são produzidos por movimentos hegemônicos, imperialistas, coloniais e extremamente políticos. Mesmo quando querem transmitir uma imparcialidade sobre a ação de mapear, a suposta neutralidade de uma ação, que na realidade sempre interferiu em todo rizoma de conjunturas do território. Dessa maneira, os mapas não são apenas ferramentas neutras de representação, mas instrumentos que refletem e reforçam estruturas de poder.

A frisar, os autores Acselrad e Coli (2008) argumentam que os mapeamentos oficiais estão subordinados aos imperativos dos sistemas políticos que os demandam, transformando-os em instrumentos de controle e dominação. Assim, a produção de conhecimento geográfico é influenciada por relações de poder, onde a forma como o território é representado pode legitimar ou contestar a desigualdade social. Em exemplo, temos na história nacional a produção cartográfica utilizados pelo império para justificar a desapropriação de terras de indígenas e povos negros,

evidenciando como a cartografia pode ser uma ferramenta de opressão (ACSELRAD; COLI, 2008).

Para a racionalidade dominante – do Estado e das empresas – espacializar é impor uma dada leitura de mundo como verdade e como norma a ser seguida e portanto institucionalizada – daí vemos os mapas políticos, os mapas rodoviários, os mapas de eventos, os mapas dos grandes projetos, que acabam por construir ou fortalecer os imaginários urbanos e as fronteiras sociais. Na maioria das vezes estes mesmos mapas tornam ocultos processos sociais cotidianos (SILVA, 2013, p. 8).

A CS tem a ideia de utilizar o próprio instrumento pelo “outro lado”, contestando o que é dado e respeitando as ordens subjetivas além de topográficas. Não mira em “neutralizar” a vida que ocorre nesses lugares em mapeio, as vontades futuras e as marcas do passado, mas, de alguma forma, em abarcá-las. Cria essa possibilidade a partir da sua feitura, envolvendo mãos que vivenciam e constroem esse espaço, sujeitos que passam a vida a construir aquele rizoma em níveis de intensidade e intimidade, mesmo que não haja a intenção anterior de cartografá-lo. Essa intenção é feita a partir da mobilização consciente da ação, por muitas vezes empregada pelos profissionais que ali são recorridos, como por exemplo assessores técnicos de arquitetura, urbanismo e planejamento. Por isso a CS é, antes de tudo, formativa, na qual as ciências formais são envolvidas e entrelaçadas nos saberes que aquele grupo sócio-espacial carrega.

Condensando um pensamento sobre as características trazidas, Popayan (2005, p. 6) descreve a CS como fundamentada na investigação-ação-participação:

- Na Investigação na Cartografia Social, a comunidade participa da investigação, aporta seus conhecimentos e experiências ao mesmo tempo que há troca. Os mapas se adequam e favorecem a cultura dos narradores orais, sendo que a construção coletiva de mapas permite a atualização da memória individual e coletiva;
- A Ação significa que o conhecimento de uma realidade permite atuar sobre ela. Trata-se de conhecer a realidade para transformá-la e não de investigar só pelo prazer de conhecê-la. Não se trata de qualquer tipo de ação ou ativismo, busca-se antes de toda ação que se conduza à construção social;
- A Participação corresponde como processo permanente de construção social em torno dos conhecimentos, experiências e propostas de transformações para o desenvolvimento. A participação deve ser ativa, organizada, eficiente e decisiva. A comunidade deve participar de todo o processo investigativo;
- A Sistematização é compreendida como a recompilação de dados de uma experiência, sendo que aponta seu ordenamento ao encontrar as relações entre os elos e descobrir a coerência interna dos processos instaurados na prática. A sistematização deve ser um elemento fundamental para apreender a realidade e transformá-la; permite dimensionar esses conhecimentos dados e práticas visando atingir um sustentável desenvolvimento social.

Assim como foram feitos paralelos entre a cartografia tradicional e o método cartográfico, também se mostra pertinente traçar essa diferenciação aqui. A cartografia social e a tradicional, convencional, ou cartesiana, diferem em diversos aspectos fundamentais, refletindo suas abordagens distintas em relação ao mapeamento e à representação do espaço. Enquanto a cartografia tradicional tem como foco a representação precisa de espaços, relevos, fronteiras e distribuições populacionais; a cartografia social busca dar voz às comunidades, em como as realidades sociais, culturais e políticas interferem no território e, principalmente, na representação do território. Também existe uma divergência metodológica, na qual a cartografia convencional é, por essência, quantitativa, baseada em instrumentos rígidos para reconhecer informações, principalmente fazendo uso de estatísticas. Além disso, esses instrumentos, em somatória com os robustos recursos monetários investidos a esse serviço, dão a esse tipo de cartografia a vantagem de poder produzir um trabalho multiescalar, agilizando também sua execução e sistematização dos dados obtidos.

Por outro lado, a cartografia social utiliza procedimentos qualitativos e necessariamente participativos, onde os sujeitos mapeadores são os agentes principais, tanto daquele território quanto das atividades de mapeio. Ela envolve um processo colaborativo em que as comunidades participam ativamente na construção

dos mapas, por meio de oficinas, entrevistas e outras formas de engajamento comunitário, resultando em representações que refletem as percepções locais. Por isso, requer um trabalho mais dispendioso, para conseguir cobrir respeitosamente sua abordagem subjetiva, desenvolvida em meios menos lógicos e binários, como anotações, representações, planilhas e diários de bordo. Além de normalmente envolver uma sistematização de informações com números limitados de recursos — especialmente monetário e de número de trabalhadores envolvidos.

Todavia, não significa que a CS renuncia o uso de geotecnologias formais, como imagens de satélites, cartas, fotografias aéreas, Sistema Global de Posicionamento – GPS, bússola e softwares. Inclusive, estes são muitas vezes usados como base e como ponto de partida para o mapeio coletivo, também auxiliando no processo de formação do grupo sócio-espacial. Não é sobre negar os instrumentos formais, mas igualmente aprender a lê-los e manejá-los.

Assim como no método cartográfico, a CS lida com uma decodificação da escala micro, envoltas pelos jogos de subjetivação e objetivação. Seus mapas também podem ter leitura diagramática, pelos quais capturam dinâmicas sociais, relações de poder e movimentos comunitários, sendo fluidos e passíveis de mudanças conforme as dinâmicas realidades. Dessa maneira, em diferenciação das representações objetivas da realidade física da cartografia convencional, a cartografia social produz mapas subjetivos e comunitários, refletindo narrativas coletivas. Ferramentas de reflexão e ação comunitária, que não apenas documentam o espaço físico, mas também expressam a autorrepresentação das comunidades, suas identidades, atuando como instrumentos de visibilidade e de luta por direitos sociais e territoriais. Existe aqui uma clara intencionalidade e posição política no trabalhar dessa metodologia, sendo ela ferramenta de resistência, empoderamento e transformação, como também instrumento de mobilização.

Assim, as experiências autônomas de mapeamento, frequentemente situadas na contramão das linhas de expansão das fronteiras da acumulação de riqueza, não apontam necessariamente para arranjos institucionais consensuais, mas, com frequência, para o dissenso e para a produção não-hegemônica de sentidos e territórios (ACSELRAD, 2013, p. 5).

Mendonça Neto (2013) levanta uma questão da evolução da cartografia cartesiana, destacando sua transição para uma abordagem que incorpora novos métodos e

ferramentas, especialmente em resposta às demandas contemporâneas. Hoje é inclusive uma de suas fortes características na busca pela representação da "verdade terrestre", numa contínua valorização das técnicas neopositivistas. Com o avanço tecnológico, essa forma de cartografia se beneficia de ferramentas que permitem a produção de mapas de alta qualidade e precisão gráfica. Entretanto, também representa a ciência se transformando cada vez mais em pura técnica.

Sobre o assunto, Ana Clara Torres Ribeiro (2012b) engendra uma discussão, no campo da cartografia, na qual traz seu olhar sobre a sucessiva e exponencial problemática vinculada à sociedade moldada e dinamizada pelo acesso à informação. Sobretudo os papéis centrais nas interações econômicas, sociais e culturais mediados pelo consumo de novas tecnologias de comunicação e informação. Ribeiro (2012b) destaca a técnica como central para compreender tanto formas contemporâneas de dominação, baseadas na eficácia e monitoramento social, quanto práticas de resistência e afirmação.

A técnica, por meio de sistemas e paradigmas, molda a apropriação do espaço, criando rotinas ou rupturas que podem tanto limitar quanto promover conquistas sociais. Assim, a experiência urbana reflete embates entre essas sistematicidades, movidas por comunicação, poder e linguagem (RIBEIRO, 2012b; BRITTO; JACQUES, 2010). Pertinente trazer a esse enredo a forte influência contemporânea de plataformas digitais, como o *Google Maps* e *Google Earth*, que planificam e homogeneizam a percepção social sobre o espaço geográfico, não atribuindo a ele as peculiaridades das vivências nos territórios. Tiram da ideia comum do espaço a experiência e a vida de especificidades neles contidas, um mapa sem memória.

Se as imagens cartográficas passam a ser tomadas como a própria realidade, corre-se o risco de interpretar o mundo pelo aparente e pelo estático, nivelando o espaço geográfico pela representação geométrica, e não pelo território ou por seus usos em processo (SANTOS, 1999 apud RIBEIRO; SILVA, 2022, p. 5). Ademais, os mapas muitas vezes ocultam conflitos, além de congelar o movimento e os eventos. Portanto, é um exercício de poder; representa e distorce, revela e oculta conforme a visão e o projeto de mundo de quem ou de que instituição o produz. Logo, tem uma função política de legitimar determinada leitura de mundo normatizando visões e impondo determinado projeto àqueles que não têm poder (SILVA; KAERCHER, 2013 apud RIBEIRO; SILVA, 2022, p. 5) (RIBEIRO; SILVA, 2022, p. 5).

De acordo com Silva (2013), programas modernos de geoprocessamento e mapeamento aceleram a produção cartográfica, mas reduzem o domínio cognitivo

dos processos, tornando os geógrafos dependentes de tecnologias monopolizadas por grandes empresas transnacionais. É necessário um crivo mais questionador da ação de cartografar, não a limitando à produção do mapa em si, mas compreendida como um processo de construção social. A isso, Lefebvre (1969) acrescenta que as representações sociais e espaciais possuem força política, sendo ferramentas de dominação e disputa. Badiou (1995) complementa ao destacar que as verdades, embora objetivas, carregam desejos e subjetividades que formam consensos culturais, tornando visíveis alguns elementos enquanto ocultam outros. Assim, o mapa, como materialidade e representação, é um instrumento que revela ou esconde aspectos conforme as intenções de seus produtores (SILVA, 2013).

Quem gera informação tem o poder de deixar sua visão como predominante no meio que atua, ainda mais quando são dadas como verdades absolutas e objetivas. A contraponto, o mapa reflete uma interpretação parcial do espaço geográfico, influenciada por subjetividades e objetividades que moldam diferentes verdades. E, assim como nos trouxe Deleuze e Guattari (1995), não há a possibilidade de completude representacional, tanto pela intensa ramificação do rizoma territorial quanto por seu dinamismo, logo, não há verdades absolutas representacionais.

Quando a proposta é retomar esses instrumentos e focá-los em outra narrativa, atravessa duas questões que são importantes no fazer da Cartografia Social. A primeira é a necessidade já descrita de ser uma prática formadora e formativa. Guiando os olhares dos profissionais que seguem seu caminho metodológico como mediadores da ação ao mesmo que abre espaço para que as comunidades desenvolvam habilidades de análise crítica e compreensão espacial. Isso significa que a Cartografia Social não deve apenas criar representações do espaço, mas também desempenhar um papel educativo e de co-capacitação nas comunidades envolvidas. A prática formadora implica que os indivíduos e grupos que participam do processo de mapeamento aprendam e ensinem sobre suas realidades e a representá-las. Além disso, a abordagem formativa sugere um processo contínuo de aprendizado e transformação, onde as comunidades não são apenas receptoras de informações, mas ativamente engajadas na construção do conhecimento sobre seu território. Isso reforça a ideia de que a cartografia pode ser um instrumento de empoderamento, permitindo que as comunidades tenham instrumentos de luta para que sejam ouvidas e reconhecidas em contextos sociais e políticos.

A segunda é que ela precisa ser questionadora do próprio processo, abrindo um leque de outros debates. Desde a necessidade de fazer cartografia social, suas intenções, o sentido que a mobilização toma a partir dele, a problematização do seu uso e dos recursos usados. Como também a quem essa cartografia será apresentada, quem terá acesso a essas informações, se é para um fomento de discussões internas ou algo a ser levado para o exterior daquele território. Gerar informação é poder, assim como ter informações. Se o contexto da CS é uma provável luta territorial, esse imbróglio, sempre sensível, é exponencialmente problematizado, atado por um carecimento maior de atenção e cuidado com as informações geradas.

Isso posto, conclui-se que essa metodologia se encontra em um universo que transcende a Geografia, caminhando por vertentes da Antropologia, Sociologia, outras ciências sociais e também das Artes. Ela não só reconhece a prática cotidiana, mas trabalha uma vivência do dissenso, acrescida à ciência de como levar aquilo a uma imagem palpável, traduzida em mapa, construindo uma perspectiva interdisciplinar. É também entender como poderia se fazer estático algo que é dinâmico, já que “o espaço é um cruzamento de móveis” (CERTEAU, 1998, p. 202) e traz consigo os questionamentos levantados no método cartográfico. Dessa maneira, a cartografia social abarca “todas as atividades que vão do levantamento do campo ou da pesquisa bibliográfica até a impressão definitiva e a publicação do mapa elaborado” (JOLY, 2013, p. 8), compondo uma narrativa coletiva que permeia o cotidiano.

Para deixar claro, a cartografia social não é um movimento antagônico à cartografia tradicional, mas uma contranarrativa, uma perspectiva alternativa de um território. Que inclusive, como dito, utiliza-se de recursos e instrumentos desenvolvidos pela tradicional para construir esse novo mapeio comunitário, moldada em outros objetivos e vozes. Isso significa que não é uma oposição direta, mas talvez de complementaridade, onde enriquece o entendimento do espaço ao incluir referências e experiências que muitas vezes são omitidas nas representações convencionais.

Para Santos (2000, p. 65), "a cidade, pronta a enfrentar seu tempo a partir do seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara do seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos 'donos do tempo', que são também os donos do

espaço". Sendo assim, a CS age também como lugar para a expressão identitária e reivindicação sócio-espaciais de pertencimento. Emerge como uma resposta às práticas tradicionais de mapeamento, que historicamente serviram aos interesses do Estado e à apropriação utilitária do território. Em um breve contexto histórico, a prática de mapeamento participativo teve suas primeiras relatadas experiências no Canadá, durante os anos 1960, com o "Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós". Segundo Acselrad e Coli (2008), esse projeto resultou na elaboração de mais de duzentos mapas que documentavam as atividades sazonais de subsistência das comunidades esquimós (ACSELRAD; COLI, 2008).

A partir da década de 1990, com o crescimento das disputas territoriais, surgem os mapas participativos, que incorporam dados históricos e culturais, permitindo que comunidades expressem suas identidades e reivindicações territoriais, sobretudo na América Latina, com significativos focos no Brasil (ACSELRAD; COLI, 2008). Essas iniciativas de mapeamento participativo se difundiram globalmente, impulsionadas por ONGs, associações indígenas e organismos multilaterais, integrando conhecimentos locais às políticas de gestão territorial. Na mesma década, a introdução dos Sistemas de Informação Geográfica Participativos (SIGPs) facilitou a integração de conhecimentos locais com informações cartográficas, permitindo que as comunidades realizassem mapeamentos conforme suas próprias perspectivas (VÁZQUEZ; MASSERA, 2012).

No Brasil, a cartografia social é um campo em expansão marcado por uma crescente politização das apropriações territoriais, especialmente entre comunidades historicamente marginalizadas, como as quilombolas e indígenas. Essa metodologia começou a ganhar destaque no Brasil como uma resposta às desigualdades sociais e à necessidade de reconhecimento dos direitos territoriais de comunidades tradicionais. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), iniciado por Alfredo Wagner Berno de Almeida e vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi um dos exemplos mais significativos dessa prática. A Nova Cartografia Social buscou ampliar a prática cartográfica ao enfatizar a importância da pesquisa de campo; na construção de relações de confiança entre pesquisadores e comunidades; a luta por garantia dos direitos territoriais; como também para a autonomia das comunidades tradicionais frente aos processos de expropriação. Nas palavras de Almeida (2018), a Nova Cartografia Social

visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. A verificação *in loco* de situações empiricamente observáveis remete, sobretudo, a relações de pesquisa e de confiança mútua entre os investigadores e os agentes sociais estudados, que se referem aos chamados povos e comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2018, p. 58).

Outra autora que ganha destaque nesse meio, é a professora Ana Clara Torres Ribeiro e seu grupo de pesquisa no Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – LASTRO-IPPUR, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No final dos anos 1990, Ribeiro iniciou o desenvolvimento de uma metodologia de cartografia social, a qual chamou de Cartografia da Ação Social, em resposta às novas demandas sociais e territoriais emergentes no Brasil (RIBEIRO *et al.*, 2001). Essa abordagem integra a análise das condições de existência das classes populares com a representação espacial, oferecendo uma ferramenta para entender e lutar por direitos territoriais em contextos urbanos.

A cartografia da ação social se difere dos primeiros exemplos mundiais e nacionais, pois trabalha principalmente com lutas urbanas e não se restringem aos territórios étnico-culturais tradicionais, nem aos territórios regidos por movimentos sociais. Ela abrange uma variedade de contextos onde comunidades buscam reconhecimento e direitos, incorporando também os “movimentos espontâneos”, isto é, as sociabilidades não institucionalizadas a priori que se conformam nas lutas insurgentes construídas nos limites do suportável na convivência social que obedece normas morais cotidianas do lugar, que vão muito além das normas de Estado” (SILVA, 2013, p. 5).

O trabalho de Ribeiro transcende as fronteiras disciplinares, articulando em sua cartografia diferentes campos do saber, como geografia, sociologia, antropologia e educação popular, em diálogo com os saberes das comunidades. Seu foco está na ação social e nos processos de produção e aprendizado coletivo, sendo o mapa um instrumento metodológico e não o fim em si mesmo, enriquecendo a análise das dinâmicas sociais e espaciais contemporâneas. Nas descrições e narrativas práticas da autora e seu grupo, sua metodologia é caracterizada pela ação prática em ambientes educacionais e na interação com movimentos sociais, possibilitando um diálogo direto entre teoria e prática.

Um dos principais objetivos é capacitar os sujeitos envolvidos a compreenderem e mapearem suas realidades, promovendo a crítica aos mapas tradicionais e às representações hegemônicas do espaço. O método envolve reuniões coletivas, identificação de problemas sociais, construção de glossários e elaboração de mapas que representam conflitos, vínculos sociais e trajetórias de luta. Assim, as práticas espaciais são analisadas criticamente, permitindo que os participantes se tornem agentes ativos na transformação de suas realidades. Os mapas resultantes são documentos políticos, com autoria dos próprios grupos sócio-espaciais, que expõem desigualdades e resistências, desafiando as cartografias hegemônicas apresentadas como neutras (RIBEIRO *et al.*, 2001; RIBEIRO, 2009, 2011, 2012a, 2012b).

Como é possível perceber nessa apresentação e acrescido de meus estudos sobre o assunto, não foi encontrado grandes diferenciações entre o desenho metodológico da cartografia social, discorrida neste subitem desta dissertação, e a cartografia da ação social de Ribeiro. Logo, serão apresentadas como sinônimos ao longo do texto.

Mesmo passado agora mais de quatro décadas, a CS segue se consolidando como metodologia importante para enfrentar processos de modernização e apropriação territorial impostos por grandes projetos de desenvolvimento que frequentemente resultam na expulsão de comunidades diversas. Assim, é apresentada como um campo em constante construção, dialogando com as experiências de resistência, promovendo a participação comunitária e o reconhecimento das realidades locais, enquanto crítica à instrumentalização heterônoma da cartografia, cada vez mais dominado por práticas tecnológicas e discursos hegemônicos.

Em minha análise, a Cartografia Social pode sofrer reversão de funcionalidade quando analisada em conjunto com o uso metodológico de interfaces, no qual a base de uma metodologia se transcreve nas interfaces e a cartografia social é utilizada como método instrumentalizado de mobilização, sensibilização e provocação. Entretanto, qualquer que seja a face da mesma moeda, na CS, tanto o mapa quanto a ação de produzi-lo, correspondem aos paradigmas conceituais do uso metodológico de interfaces.

A prática em si é desenvolvida em oficinas e atividades, com necessário engajamento participativo, e pode suceder de diversos modos: mapa mental, papéis, pranchas, quadros ou tabuleiros<sup>58</sup> ilustrados com limites territoriais, com bases cartográficas (referenciais de ruas, rios, quarteirões, etc), com imagens de satélite ou aéreas, entre outras. Sendo a construção coletiva desses mapas também um meio de discussão sobre planejamento territorial e gestão comunitária fundamentado na práxis.

Desta forma, a cartografia da ação social é aquela não oficial, que trata das trajetórias das bases populares, das rotas de lutas e manifestações, das trajetórias de trabalho no cotidiano, das manifestações culturais, das normas sociais ocultas não estatais. Com essa orientação, é possível o desvendar de um novo mundo, desvelar o invisível, ver beleza no anonimato, ver potencial no não considerado, naquilo e naquele visto como pobre de tudo (SILVA, 2013, p. 4).

Como dito, a metodologia pode ser aplicada de várias formas, sendo o produto final um ou vários mapas. Aqui, será exposto uma maneira mais aberta da sua feitura, deixando margens às mudanças e adaptações para que possa ser praticada em diversos contextos. Como profissionais, pesquisadores ou facilitadores da prática, é sempre importante uma pesquisa anterior sobre o contexto do território, como um breve diagnóstico, integrando sobretudo os conflitos e questões mais públicas sobre aquele espaço e seus sujeitos, um passo anterior à prática, comum em qualquer tipo de envolvimento de ação/pesquisa-intervenção.

O primordial para dar início à Cartografia Social é a própria mobilização do grupo sócio-espacial, mesmo que feito inicialmente de maneira menos engajada — até porque engajamento se faz pela constância e movimento dos envolvidos. O exercício de mobilização ativa, durante as atividades propostas, também se encarregam da investigação e documentação (cartográfica) das características da equipe mobilizada, como gêneros, idades, levantamentos culturais, quantidade de responsáveis por terceiros<sup>59</sup>, profissões — contando com o aposentados e desempregados — e subsistências, entre outras. Assim como na cartografia cartesiana, o trabalho com estatísticas também tem grande importância e dita sobre muitos dados, variáveis e indicadores significativos a serem levados à sistematização.

---

<sup>58</sup> Tal qual encontrado em jogos de mesa.

<sup>59</sup> Como responsáveis por menores de 18 anos, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

O diálogo sobre a CS entre os envolvidos se inicia pelo próprio questionamento de intenções e objetivos em realizá-la, tanto pelos profissionais/instituições, quanto pelos sujeitos do território, em possíveis conclusões a partir do debate entre todos. Ou, em situações que já existem um nível de aprofundamento nas relações e no engajamento, o posicionamento coletivo das intenções e objetivos. Por ser uma metodologia de produto distinto e feita dispendiosa, é necessário que se tenham objetivos claros para que a prática valha do esforço e tempo neles aplicados. “Por que e para que fazer um mapa? Quais as intenções e intencionalidade? Por que espacializar processos, coisas e ações? Afinal quem vai ter acesso? Por que divulgar e como divulgar?” (SILVA, 2013, p. 7 - 8). Como dito, essa metodologia precisa ser questionadora em si, se não é mais um processo de esgotamento e fomento de desinteresse.

Caso se sustente positivo, passa-se para as discussões mais imersas no assunto, sempre de maneira dialógica e acessível, para a melhor compreensão de todos: 1) o planejamento de uma agenda de atividades; 2) a escala que será trabalhada (em termos menos tecnicistas, mais dialógicos, usando meios de fronteiras e limites que os próprios participantes usam, como marcos físicos, ruas, região, etc.); e 3) com base nos passos anteriores, sobretudo os objetivos e intenções, analisar quais tipos de mapas podem ser gerados e quais informações tem-se a intenção de levantar a partir deles.

As próximas ações se iniciam pela formação do grupo participante. Como discorrido sobre os participativismos, não existe participação real se grande parte dos sujeitos não estão integrados nas leituras e linguagens do que está sendo proposto. Logo, há que se desenvolver uma didática para o ensino de conceitos, fundamentos e técnicas necessárias para o exercício de mapeamento, fundamentado no aprendizado mútuo. Um ensino que não seja bancário<sup>60</sup> e tecnicista, mas aberto aos diversos saberes e compreensões dos assuntos discutidos. Capaz de envolver, contextualizar, dialogar de modo acessível. Quanto mais os atores se enriquecem com os saberes passados nos momentos de formação, maior a autonomia no desenvolvimento de produtos, e uma possível maior validação destes enquanto

---

<sup>60</sup> O ensino bancário, conceito proposto por Paulo Freire (1997), refere-se a uma educação em que o conhecimento é "depositado" nos alunos pelos professores, como se fossem depósitos em um banco. Nesse modelo, os alunos são vistos como receptores passivos de informações, sem espaço para questionamentos, reflexões ou participação ativa no processo de aprendizagem.

ferramentas de luta, principalmente em momentos de negociação. As etapas de formação normalmente são feitas anteriores às atividades que necessitam de conhecimentos específicos sobre os instrumentos utilizados, porém, o ímpeto formativo não se atém somente a estas ocasiões, ele permanece em toda a prática metodológica.

Todo o ganho de visibilidade, reconhecimento ou até mesmo de empoderamento social de grupos sociais por meio das experiências de cartografias e mapeamentos sociais só se torna possível no momento em que lhes seja garantida a ampla participação e a autonomia na definição, no processo de produção e no uso da cartografia, bem como que lhes seja assegurado o reconhecimento legal de todos os conhecimentos tradicionais fornecidos e/ou partilhados durante a produção dessas obras. Feito isso, as cartografias sociais podem efetivamente promover reordenamentos sociais, políticos, econômicos e culturais mediante o estabelecimento de novas formas de se pensar, criar, definir, representar e ordenar o território e todos os elementos a ele atrelados (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 39).

Para a ação de mapeio em si, é importante uma prévia escolha dos métodos que serão utilizados, reconhecendo que eles não precisam se limitar a um mapeamento físico ou análogo aos mapas formais. Assim, essa metodologia pode ser praticada de diversos modos: o mapa mental; a narrativa cartográfica; o diagrama cartográfico; com bases cartográficas formais simples (referenciais de ruas, rios, quarteirões, etc.); com a técnica *overlay*<sup>61</sup> utilizando imagens de satélite, aéreas, ou bases formais completas, sobrepostas por algum material translúcido, para que se possa trabalhar em cima das informações dadas; com auxílio de instrumentos tecnológicos, como o Sistema Global de Posicionamento (GPS) e drones; construção ou intervenção em maquetes tridimensionais; entre outros. Levando sempre em consideração o tempo de realização e o método mais apropriado para o grupo, para o orçamento destinado e, sobretudo, para alcançar os objetivos.

É importante frisar que também há a necessidade de prosseguir a formação sobre o método escolhido, além da clara explicação prévia sobre a atividade proposta e as informações nela contidas. Não há como fazer uma cartografia social sem um constante diálogo entre todos os participantes. Outrossim, a documentação de todo o processo é de suma importância, principalmente para a posterior sistematização dos dados. Muitas das questões, conflitos e dados se dão de forma oral durante a

---

<sup>61</sup> A técnica *overlay* (ou sobreposição) é uma metodologia utilizada em cartografia e análise espacial que permite a combinação de diferentes camadas de informação geográfica em um único mapa. Essa técnica é especialmente útil para visualizar e analisar a relação entre diferentes variáveis ou fatores que podem influenciar um determinado fenômeno.

ação, por isso, querer uma atenção na escolha de meios de registro, como vídeos, gravações, anotações, fotografias legendadas, como também a digitalização das informações do mapeio.

A escolha dos métodos de mapeio também passa por outro viés que considero importante para a própria mobilização, que é a ludicidade visual dos materiais e construção das atividades. Essa questão não está diretamente ligada a uma questão de sofisticação ou embelezamento do produto, mas de convite, abertura à curiosidade e fluidez da atividade. Se embasadas nas ciências dos jogos, as atividades podem se apresentar como menos cansativas e mais interativas e abertas à participação. Dessa forma, também facilita a abertura a novos devires nas atividades, mantendo uma abordagem flexível durante o processo, permitindo adaptações conforme novas informações emergem ou à medida que se aprofunda nas dinâmicas daquele rizoma.

Após conclusão dos produtos de representação, o processo de sistematização se inicia, também em diversos tipos de método escolhidos de acordo com quais informações se deseja gerar, ou quais assuntos se deseja levantar a partir do mapa. Isso pode ser feito com planilhas, infográficos, diagramas, textos e narrativas, geolocalização dos pontos mapeados por meio de softwares, etc. A sistematização também deve estar ligada à facilitação dos processos que justificaram e objetivaram a prática da cartografia, compreendendo que não há rigor de enrijecimento dos dados, sendo a eminência da subjetividade a grande riqueza desse passo.

Normalmente esse trabalho é desenvolvido pelos profissionais ou facilitadores da ação, o que deságua em diversos pontos. O primeiro é que há um olhar assistencialista envolto nessa atividade, uma crença que a análise de dados deve ser feita por pessoas capacitadas formalmente para isso, fazendo com que se perca pontos importantes de autonomia do grupo. Há também que se entender que a dinâmica de vida do grupo sócio-espacial e os tempos necessários possam atropelar as intenções de envolvê-los, porém também se perde a possibilidade de integração de revalidação de muitas informações. É necessário um crivo crítico para que os motivos da não participação sejam reais e não justificativas vãs, já que a presença dos sujeitos do território tornam mais densas e prósperas todas as etapas de qualquer processo participativo. Envolvê-los requer didática e tempo (não só do

trabalho em desenvolvimento, mas também deles próprios), ainda sim é majoritariamente o cenário ideal.

Por fim, tem-se as etapas de apresentação dos resultados obtidos, suscetível a revalidação de informações (principalmente caso não haja participação do grupo na sistematização dos dados). Após possíveis correções, é necessário que se faça uma discussão sobre estratégias de uso das informações geradas. Como dito anteriormente, externalizar alguns dados pode ser prejudicial à luta territorial ali em disputa. Nesse momento, também é importante o diálogo sobre a posse e uso posterior do material produzido. Mesmo que o grupo facilitador tenha desenvolvido ou traduzido em modelos formalizados, é importante assegurar aos participantes do território algum acordo de propriedade, anuência e/ou consentimento.

A Cartografia Social é uma ferramenta que fortalece comunidades marginalizadas ao possibilitar que mapeiem seus territórios com base em vivências, conflitos e demandas, desafiando as representações oficiais atreladas ao poder institucional. Esse processo formativo e participativo busca o empoderamento coletivo e o reconhecimento das lutas locais. Contudo, apesar de seu potencial transformador, a prática enfrenta desafios significativos, como garantir o engajamento das comunidades, superar barreiras técnicas e lidar com o desinteresse ou resistência de instituições públicas. Além disso, há uma complexidade nas relações sociais e políticas que precisam ser representadas de maneira crítica, tornando o processo mais qualitativo subjetivo do que técnico formal. Isso acaba por elevar a necessidade de um cuidado ético nem sempre respeitado e também por minar certo reconhecimento institucional.

A construção desses mapas exige confiança mútua, diálogo constante e validação comunitária, garantindo que as informações produzidas reflitam as necessidades e estratégias dos sujeitos sociais. Portanto, a ciência geográfica, ao adotar a cartografia social, deve ser pautada por princípios éticos que valorizem os conhecimentos locais, promovendo uma leitura crítica e transformadora do território e das desigualdades socioespaciais. Os mapas produzidos nessa lógica não são apenas representações estáticas, mas documentos dinâmicos e interativos que articulam textos, imagens e sons. Conforme Joliveau (2008), o caráter interativo garante que os próprios sujeitos possam construir e adaptar os mapas de acordo com seus saberes e necessidades. Esse tipo de cartografia se propõe a ser

incompleta e em constante construção, reforçando que o mapa é uma ferramenta analítica e de memória social (RIBEIRO, 2012a).

Repensar a cartografia exige superar o modelo cartesiano e reconhecer que o mapa não deve ser o fim do processo, mas o meio para entender a ação social. Assim, torna-se essencial incluir os sentidos dos sujeitos, respeitar o tempo das trocas de saberes e valorizar o cotidiano das comunidades. Essa abordagem processual busca captar movimentos, lutas e reivindicações, promovendo uma leitura crítica das dinâmicas territoriais.

### **Metodologia cartográfica**

Após essa exploração das possibilidades cartográficas, observa-se que as práticas de cartografia, sejam elas fundamentadas em princípios ou pistas deixadas por alguns autores ou em metodologias específicas de manejo, desafiam a compreensão tradicional da cartografia cartesiana e seus mapas quantitativos. Nesse caminho, os processos criativos inspirados por elas deixam aberto um mundo de possibilidade de reinventá-las ou de praticá-las a partir das subjetividades do próprio pesquisador. Um caminho sem regras estáticas e enrijecidas, que podem se transmutar e adaptar-se, assim como os territórios em que atuam. E por não existir passo-a-passo, “o pesquisador-cartógrafo terá que inventar os seus na medida em que estabelece relações e passa a fazer parte do seu próprio território de pesquisa” (COSTA, 2014, p. 71). Abre-se um leque de oportunidades ao considerarmos diferentes formas de realizar cartografias.

É bom lembrar ainda que existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados, o que coloca a necessidade de uma proposição metodológica estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado, indicando que dessa perspectiva método e objeto são figuras singulares e correlativas, produzidas no mesmo movimento, e que não se trata aqui de metodologia como conjunto de regras e procedimentos preestabelecidos, mas como estratégia flexível de análise crítica (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 46).

Inspirado no método cartográfico e na cartografia social, proponho construir diretrizes para uma metodologia cartográfica, que pode ser adaptada aos contextos, impulsos, desejos, sentimentos, preferências e questões de cada pesquisador cartógrafo. Essa abordagem não é uma invenção inédita, mas sim uma análise

metodológica de seus usos em conjunto, atravessada por minhas próprias subjetividades e caminhos teóricos e práticos já percorridos, assim como nos orienta o método cartográfico. Falabella e Thurler (2021) encerram um de seus textos, em boas escolhas de palavras para transmitir esse ensejo, enfatizando que a prática da cartografia é uma atividade pessoal e subjetiva, que deve ser adaptada tanto ao contexto da investigação quanto ao perfil do pesquisador. São elas:

Sabemos que a aplicação de um método é uma tarefa pessoal, da mesma forma, sabemos que o método certo é aquele que corresponde a ambos contextos, da investigação e do investigador que a conduz, por isso a cartografia não deve ser entendida como uma postura para todos os que procuram e para todos os objetos. Nossa intenção aqui foi a de apresentar uma possibilidade de entendimento da cartografia que, outros pesquisadores, certamente, fariam de forma diferente. Nós mesmos faríamos de forma diferente em outro contexto, em um tempo-espaço diferente (FALABELLA; THÜRLER, 2021, p. 328).

Mesmo assim, há alguns pontos que não se pode perder de vista, e um deles é que pesquisar é intervir. O pesquisador não é um corpo neutro no território, ele atua e modifica o campo e o espaço, assim como o campo e as relações de afeto o modificam, não existindo pesquisa imparcial, mas um processo de coprodução mútua e simultânea (SOUZA; FRANCISCO, 2016). Logo, a metodologia aqui discorrida se faz baseada na experiência conjunta de pesquisador e pesquisado, da proximidade entre eles e das redes que constroem, acrescidas nas sensibilidades, intensidades e respeito mútuo entre os participantes. Em uma “estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47). Essa metodologia intervencionista se embasa na atuação de indivíduos presentes no território e dispõe-se como princípio para um trabalho de respeito aos sujeitos, intensidade e afeto, propositiva e sistematizadora das investigações resultantes às ações.

A relação entre o método cartográfico e a cartografia social revela uma aproximação que dinamiza o posicionamento, a ética, a sensibilidade e a própria prática, induzindo sujeitos a serem cartógrafos dos devires da vida, já que ambas buscam compreender as dinâmicas sociais em constante transformação. O método cartográfico, inspirado na ideia de rizoma, valoriza a multiplicidade, a não-hierarquia e a interconexão das experiências, propondo acompanhar processos subjetivos e sociais de forma fluida e experimental. Já a Cartografia Social foca na

representação das realidades sociais por meio da participação ativa das comunidades, sendo um importante instrumento de mobilização e transformação social. Mesmo que partam de fundamentos teóricos distintos, o diálogo entre as duas pode se transformar em uma híbrida metodologia das vozes e das subjetividades.

Primeiro, convergem em diversos pontos, principalmente pela valorização da participação ativa dos sujeitos, em que o pesquisador e os participantes co-constroem o conhecimento em um processo contínuo. Fundamentam-se na inclusão das vozes no mapear de vivências, relações de poder e desigualdades e oferecem instrumentos críticos que contribuem para práticas investigativas voltadas à resistência e à mudança. Nesse caminho, engajam-se em promover análises críticas que incentivem a ação social coletiva. Isso quer dizer que compartilham um compromisso com a complexidade das conexões e, em união, podem fazer com que a ênfase na subjetividade e na experimentação orientem intervenções práticas e representações visuais que possibilitam transformar realidades territoriais, não em uma coleta de dados, mas na produção de dados a partir da processualidade e das redes.

Após o estudo das duas abordagens metodológicas, diversas indicações de como uní-las aparecem de forma fluida. O método cartográfico constrói o sujeito cartógrafo, não voltado para representações, mas para a investigação-ação de seus dispositivos e agenciamentos. Já a CS é o diálogo na construção de um material representacional político, com objetivos claros e participação engajada. É quase como fazer a prática da Cartografia Social com os fundamentos do método cartográfico, mas vai além, pois mesmo que possam ser complementares, também podem ser antagônicos em diversos pontos. Faz do seu desenvolvimento um posicionamento do devir e das vozes, já que cartografar “implica alguma coisa que violenta o pensamento, que o tira de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas” (DELEUZE, 2022, p. 56), e as somam à arte de conseguir traduzir um campo nunca estático em imagem. Um decalque de um momento, que é o momento da ação.

Assim, esses decalques do momento se posicionam como ferramentas analíticas que buscam mapear criticamente as estruturas e dinâmicas do passado e presente de sua feitura. Diferente de simples reproduções da realidade, eles evidenciam

impasses, tensões e pontos de bloqueio que estruturam um determinado contexto, destacando onde há potencial para transformação. Podem ser utilizados como instrumentos de comparação, pois permitem relacionar diferentes situações e visualizar padrões sociais que, muitas vezes, não são imediatamente perceptíveis. Dessa forma, não devem ser um fim em si mesmos, mas um ponto de partida para processos criativos e reflexões mais amplas sobre possibilidades e conexões. Nesse sentido, inserem-se na prática cartográfica como mapa estático de um mapeamento dinâmico e contínuo das relações sociais, culturais e subjetivas.

Cartografar não é só uma ação da prática guiada ou do devir, mas da socialização entre os envolvidos e os saberes que carregam consigo, os conhecimentos que compõem aquele território e aquelas pessoas enquanto grupo. Isso também faz com que a própria metodologia não se feche em si mesma, mas seja ponto de abertura para outras possibilidades, engajamentos, aprendizados e coletividade.

Na metodologia cartográfica, a cartografia acontece desde a chegada, do encontro, do estudo do que veio antes, entendendo que se insere sempre no meio de algo. Não se discute seu possível uso coletivamente com o território, é algo que o pesquisador ou a equipe carrega em decisão anterior àquele momento. Entra no rizoma pelo devir e pela observação, e é pelo contato que integra a participação coletiva na construção do mapa diagramático do trabalho que o trouxe até aquele lugar, com aqueles indivíduos. E, a partir do avançar desse devir, pode introduzir a ideia do mapeio coletivo físico, agora, sempre em diálogo com o grupo que passa a integrar<sup>62</sup>.

Não se trata de um compilado de procedimentos já definidos, ela é uma atitude e resposta dos acontecimentos, a partir das experiências e da atuação dos sujeitos. Seu planejamento se constrói a partir das necessidades observadas e cartografadas pelo pesquisador, em conversa com o grupo, fundada na compreensão de que tudo é mutável no território. Assim, toda a interação com a comunidade se torna parte do método e um passo para próxima atuação, sejam eles dias em que foram propostas atividades, como o estudo do mapa, ou os dias de aproximação e criação de vínculos e afetos. Sendo sempre importante que, no construir diagramático, a teoria

---

<sup>62</sup> Nunca como igual aos demais do grupo sócio-espacial, o pesquisador sempre será externo e terá peso diferente em suas falas, socialmente ocupando lugares hierárquicos. Entretanto, pela presença e pela intervenção, passa a fazer parte daquele rizoma.

também seja parceira, assim como a organização contínua de ideias, de agenda, de atividades. Bem como retornar a esses arquivos e dados sempre que necessário, vê-los de outro ângulo, analisá-los a partir de novas informações.

Dessa maneira, os tempos se dão de forma flexível e atrelado aos acontecimentos reais. A ação parte da participação nas dinâmicas políticas existentes e nos processos de disputa territorial, além da análise de como as forças se articulam no processo. À vista disso, a atuação se molda a cada experiência no território, enquanto as conexões são formadas. Inserir-se no território requer a manutenção dos posicionamentos e um pensamento aberto frente a tudo aquilo que possa vir a emergir no contexto de problematização (SOUZA; FRANCISCO, 2016). Tal como a possibilidade contínua de mudança, conjunta com a habilidade de lidar com o fator da mutabilidade — principalmente quando se trata de um território não formal, com diversas disputas e caminhos entrecruzados entre os diversos atores e agentes deste rizoma.

Há de se atentar que o método cartográfico ultrapassa barreiras dos planejamentos de atividades. A sua compreensão leva a uma ação do tato, do se relacionar perante ao outro, alimentando-se de tudo que está presente. E que grande parte do cartografar não está nas representações geradas, mas nas falas, nas ações, nas minúcias da conexão entre os atores. De fato, entender-se enquanto cartógrafo das subjetividades, transforma qualquer ação em informação, qualquer atitude em milhares de linhas e pontos do rizoma daquele território. Trabalhar dentro dessa sensibilidade atenta tem a capacidade de alcance dos objetivos de forma mais fiel aos protagonistas do trabalho, que são os sujeitos do grupo sócio-espacial.

A metodologia cartográfica age nesse tópico no ato dos cartógrafos-facilitadores passarem, didática e dialogicamente, parte dessa ética sensível para quem antes estava no lugar de ser observado e integrado. Agora eles se posicionam também enquanto observadores, enquanto cartógrafos antropofágicos de informações, porém de formas mais densas, profundas e sentidas, já que protagonizam aquelas linhas. E, na compreensão do seu próprio mapeio social coletivo, das subjetividades observadas de dentro, fazendo com que o papel do pesquisador se volte cada vez mais ao lugar da escuta. Logo, esse engendramento é sobre autonomia.

Outrossim, a prática se engrandece nas conexões afetivas entre os atores e essas relações se fortalecem à medida que os participantes compartilham experiências, conhecimentos e momentos coletivos, o que aumenta o engajamento nas atividades propostas. Japiassú e Marcondes (2006), no dicionário básico de filosofia, reúnem algumas definições sobre a palavra afeto, entre estas estão: do verbo afetar, comover, perturbar; afetar significa exercer uma ação sobre alguma coisa ou sobre alguém. Sendo assim, as interações geradas durante a pesquisa têm um impacto significativo nas dinâmicas sociais do território. A cartografia demanda atenção aos envolvidos e seus devires pessoais e coletivos, reconhecendo que cada encontro gera efeitos que influenciam tanto os pesquisadores quanto os participantes. Isso porque a pesquisa cartográfica, ao se aprofundar nas vivências do território, distingue-se de outras metodologias por seu envolvimento com as subjetividades e particularidades.

Dessa forma, também promove um acolhimento da diversidade e das diferentes realidades dos participantes, permitindo uma compreensão mais abrangente e sensível da vida comunitária. A busca por uma cartografia rizomática implica em criar conexões entre pensamentos diversos e em constante movimento, refletindo também sobre como os afetos, de afetar, influenciam as relações e a capacidade de ação dos indivíduos. A cartografia demanda um estado de atenção aos afetos e efeitos da experiência, dos encontros no objeto pesquisado e na(s) pessoa(s) que pesquisam, visto que “Nada existe de cuja natureza não siga algum efeito” (ESPINOSA, 2015, p. 109).

Por fim, ao considerar o território como um espaço onde sujeito e objeto se co-determinam, a cartografia se torna uma ferramenta que não apenas analisa, mas também participa ativamente da construção de significados, refletindo os processos de subjetivação do trabalho imaterial e material. Portanto, desponta como um meio de pesquisa que acompanha as transformações e complexidades do cotidiano, marcado por flexibilidade, mobilidade e constante adaptação. Privilegia processos dinâmicos e relacionais, mapeando conexões, rupturas e fluxos que atravessam as experiências sociais e os territórios existenciais. Não apenas identifica estruturas, mas também revela movimentos e possibilidades de mudança que escapam às categorias rígidas dos métodos tradicionais. Ao mapear afetos, intensidades e desejos, a cartografia acompanha o pulsar da vida em suas múltiplas dimensões,

permitindo que o pesquisador se movimente entre diferentes territórios e modos de subjetivação. Esse encontro entre investigador e território investigado cria um espaço de troca, onde novas formas de compreender e intervir na realidade emergem.

Além disso, reafirma seu forte potencial político e abre caminhos para a criação de novas formas de pesquisar, revelando as tensões e possibilidades que se escondem em diferentes contextos. Nesse sentido, não é apenas uma ferramenta de análise, mas um dispositivo criador que participa ativamente da construção de novas formas de atuar, envolvendo o pesquisador em um método que se transforma junto com o objeto analisado. Mais do que registrar o que está dado, ela se propõe a capturar o que está em movimento — os fluxos que atravessam territórios e subjetividades, conectando vidas, afetos e experiências de maneira singular.

### **Pesquisa-ação**

Assim como o método cartográfico, a pesquisa-ação se consolida como uma abordagem metodológica de caráter participativo e intervencionista, que combina investigação científica e prática transformadora, tanto na produção do conhecimento quanto na ação coletiva. De acordo com Vergara (2006, p. 49), "a pesquisa-ação é um tipo particular de pesquisa participante e de pesquisa aplicada que supõe intervenção participativa na realidade social. Quanto aos fins é, portanto, intervencionista". Sendo assim, se difere da pesquisa tradicional, que muitas vezes mantém uma distância entre o pesquisador e o objeto, envolvendo ativamente os participantes como coautores do processo e promovendo uma relação dialógica, colaborativa e, sobretudo, formadora.

A pesquisa-ação busca promover a modificação ativa do universo que está sendo pesquisado, enquanto ele está sendo pesquisado. Dessa forma, esta metodologia se destaca por enfatizar a ação coletiva como meio para a resolução de problemas. Segundo Thiollent (2011, p. 20), essa abordagem pode ser definida como

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p.14).

Destarte, a pesquisa-ação se caracteriza pelo envolvimento ativo dos participantes em todas as etapas do processo investigativo, desde a formulação inicial até a avaliação dos resultados. Por isso, há uma relação estreita entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa, promovendo um diálogo constante e uma construção coletiva do conhecimento. Os problemas investigados emergem da própria realidade dos envolvidos, mas também de forma pactuada com eles a partir de um interesse comum, e as soluções são pensadas de forma colaborativa, buscando ações concretas que possam transformar a situação estudada. Mais do que analisar indivíduos isoladamente, esse método foca na dinâmica social e nos desafios presentes no contexto específico, acompanhando as decisões e estratégias ao longo do percurso para garantir que a pesquisa tenha um impacto efetivo na realidade observada.

Conforme Cassandre e Godoi (2013), essa abordagem busca contemplar tanto os sujeitos vinculados ao problema quanto os pesquisadores, promovendo a integração entre conhecimento teórico e ação prática, como também amplia a construção coletiva do conhecimento e fortalece o engajamento social. Dessa forma, essa abordagem busca não apenas compreender a realidade ou um problema ao longo da pesquisa, mas também intervir na situação e/ou no espaço e contribuir para a produção de conhecimento acadêmico e melhoria da própria prática em si, respeitando os limites éticos e contextuais da prática (TRIPP, 2005).

Com esses objetivos, essa metodologia é estruturada em ciclos contínuos e dinâmicos, não necessariamente em momentos separados, podendo acontecer simultaneamente. Lewin (1946), um dos precursores dessa abordagem metodológica, a desenha como um modelo espiral de planejamento, ação e reflexão. Já Tripp (2005) a ilustra como um círculo contínuo de investigação e ação. Para Thiollent (2011), as etapas cíclicas são compostas pelo diagnóstico, ação e reflexão — por isso a metodologia é relacionada com a práxis freiriana por diversos autores. Para além, ao integrar teoria e prática, essas etapas abrem espaço para que os participantes desenvolvam maior consciência sobre sua realidade e

adquiram autonomia para transformá-la (KOSHY; KOSHY; WATERMAN, 2010), situação que também auxilia no refinamento das questões levadas à pesquisa.

Thiollent (2011, p. 79) enfatiza que "deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação", e isso também implica que o tema pesquisado seja imbricado à ação em análise. Esse aspecto a torna particularmente relevante para estudos que buscam impactar realidades sociais específicas, permitindo que as soluções emergentes sejam implementadas e avaliadas de maneira contínua. Evidenciando a preocupação com a efetividade das intervenções e com o aprimoramento contínuo do processo investigativo, o autor propõe um modelo estruturado para a condução dos problemas trabalhados na pesquisa-ação, que inclui as seguintes etapas:

a) análise e delimitação da situação inicial; b) delineamento da situação final, em função de critérios de desejabilidade e de factibilidade; c) identificação de todos os problemas a serem resolvidos para permitir a passagem de (a) e (b); d) planejamento das ações correspondentes; e) execução e avaliação das ações (THIOLLENT, 2011, p.53-54).

Além disso, ao romper com a dicotomia entre sujeito e objeto de estudo, a pesquisa-ação possui um caráter emancipatório e político, reconhecendo a importância da ação coletiva na construção de mudanças sociais ao valorizar a participação ativa dos indivíduos no processo investigativo. Segundo Cassandre e Godoi (2013), essa abordagem permite que o conhecimento teórico e a prática se interliguem de maneira inseparável, gerando soluções que são ao mesmo tempo reflexivas e transformadoras. Dessa forma, a pesquisa-ação se apresenta como uma metodologia flexível e comprometida com a promoção da justiça social e de uma possível emancipação, tornando-se uma ferramenta para pesquisadores e comunidades que buscam enfrentar desafios complexos de maneira colaborativa e efetiva nos processos de assessoria técnica.

Nesse contexto, a pesquisa-ação tem sido amplamente utilizada no campo da arquitetura e urbanismo para compreender e intervir em espaços urbanos, considerando as práticas e saberes dos moradores. Isto permite que profissionais se utilizem dessa abordagem para analisar as dinâmicas territoriais e a produção do espaço a partir das experiências dos sujeitos envolvidos, construindo uma prática mais democrática e participativa, valorizando as vozes e saberes locais. Assim, a pesquisa-ação se apresenta como uma estratégia metodológica potente para o

estudo de contextos sociais complexos, proporcionando tanto avanços científicos quanto benefícios concretos para as comunidades pesquisadas.

Ainda desenhando-a pelos escritos de Thiollent (2011), o autor cita uma série de estratégias para seu desenvolvimento, sendo elas:

a) há uma ampla e explícita integração entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; c) objetos investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados (THIOLLENT, 2011, p. 22 - 23).

Quanto ao histórico da pesquisa-ação, esta tem suas raízes históricas profundamente ligadas ao desenvolvimento das ciências sociais e à busca por metodologias que integrem teoria e prática, promovendo transformações sociais por meio da participação ativa dos envolvidos. Um dos principais precursores dessa abordagem foi Kurt Lewin (THIOLLENT, 2011; MORIN, 2004; BARBIER, 2002), psicólogo social alemão que, na década de 1940, cunhou o termo "pesquisa-ação". Entretanto, não há certezas de que ele tenha inventado o nome desta metodologia, e há registros de outras abordagens parecidas com seu desenvolvimento metodológico datadas anteriormente a este autor (DEMO, 2008; TRIPP, 2005). Lewin desenvolveu seu trabalho em um contexto marcado pela necessidade de abordagens que integrassem a investigação científica à ação prática. Ao demonstrar que a pesquisa poderia ser uma ferramenta ativa para a resolução de problemas coletivos, ganhou visibilidade e influenciou áreas como educação, desenvolvimento comunitário e mudança organizacional.

Lewin (1946) propôs um modelo cíclico composto por quatro etapas principais: diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação. Esse processo espiralado de ação e reflexão permitia que os pesquisadores interagissem com o ambiente de estudo, promovendo mudanças sociais sem se distanciar do objeto de investigação.

Na década de 1950, Stephen Corey, discípulo de Lewin, expandiu a aplicação da pesquisa-ação para o campo educacional, destacando seu potencial para a reflexão

sobre práticas pedagógicas e a melhoria do ensino (TOLEDO; JACOBI, 2013; KOSHY; KOSHY; WATERMAN, 2010). Essa expansão contribuiu para a consolidação da metodologia como uma ferramenta relevante para a formação de professores e a transformação de contextos educacionais. Paralelamente, na Europa, autores como André Morin e René Barbier desenvolveram abordagens mais dialógicas e participativas, enfatizando a importância da colaboração entre pesquisadores e comunidades. Barbier, em particular, destacou o caráter existencialista da pesquisa-ação, relacionando-a a temas profundamente humanos, como amor, paixão e velhice, enquanto Morin reforçou a necessidade de uma visão sistêmica e complexa da realidade.

No contexto latino-americano, a pesquisa-ação ganhou força a partir das décadas de 1960 e 1970, inspiradas pelas ideias de Paulo Freire e sua perspectiva crítica e emancipatória, que defendia a importância da reflexão coletiva e da problematização da realidade como ferramentas para a transformação social, conferindo-lhe um viés politizado e voltado para a inclusão. No contexto brasileiro, a pesquisa-ação foi introduzida no campo da educação e do planejamento rural pelo sociólogo João Bosco Pinto, que a utilizou como estratégia metodológica para incentivar a participação de camponeses no desenvolvimento regional e local (BALDISSERA, 2001). Bosco baseou sua proposta no conceito de educação libertadora, inspirado no pensamento freiriano, e destacou a importância do acesso ao conhecimento técnico-científico, da criatividade e da organização coletiva como ferramentas para a transformação social.

Entretanto, foi nas décadas de 1980 e 1990 que a metodologia foi amplamente difundida no Brasil (MIRANDA; RESENDE, 2006), principalmente por meio dos trabalhos de Michel Thiollent. Thiollent (2011) definiu a pesquisa-ação como uma investigação social empírica, realizada em estreita associação com a resolução de problemas coletivos e com a participação ativa dos envolvidos. Ele enfatizou a comunicação e a colaboração entre pesquisadores e participantes, defendendo que a pesquisa-ação deve ser um processo coletivo e dialógico, no qual os sujeitos se tornam coautores do conhecimento, reforçando seu caráter participativo e intervencionista. Portanto, sua abordagem reforçou a ideia de que a pesquisa-ação não se limita à geração de conhecimento, mas também promove a autonomia e a capacitação dos participantes para enfrentar os desafios de sua realidade.

Ao longo dos anos, a pesquisa-ação assumiu diversas concepções e interpretações, adaptou-se a diferentes contextos e áreas de atuação e expandiu-se para muitas áreas, como saúde, desenvolvimento comunitário, estudos organizacionais e administração. Hoje, a pesquisa-ação continua a ser amplamente utilizada em diferentes áreas do conhecimento e, com a crescente valorização das metodologias qualitativas e participativas, essa metodologia mantém sua relevância como uma ferramenta potente no cenário acadêmico e prático contemporâneo.

Por conseguinte, considera-se que os princípios e concepções da Pesquisa-ação são utilizados de maneiras diversas, porém, pautadas no objetivo principal dessa metodologia: o de estudar um problema de forma coletiva e reflexiva de modo que possibilite a busca de soluções e intervenções ao campo investigado e aos participantes envolvidos no processo a construção de novos conhecimentos (SILVA *et al.*, 2021).

Assim como as vertentes no seu histórico inicial, como metodologia que integra ação e investigação para a resolução de problemas práticos, a pesquisa-ação deu origem a diversas derivações contemporâneas, cada uma com enfoques e objetivos específicos, mas mantendo o princípio da participação ativa e da transformação. A maioria é advinda das ideias propostas por Thiollent (2011), inclusive aparentam ter uma descrição semelhante de algumas linhas, como a pesquisa-ação participante, entretanto isto é fortemente refutado por Novaes e Gil (2009).

Segundo esses autores, a pesquisa-ação (PA) e a pesquisa-ação participante (PAP) compartilham a premissa de que o conhecimento deve estar atrelado à ação e à transformação social. No entanto, apresentam distinções metodológicas e filosóficas que as diferenciam, sendo a primeira (PA), ligada a Lewin e desenvolvida por Thiollent (2011) e, segundo Novaes e Gil, seu foco está na transformação de realidades situacionais, sem necessariamente um compromisso político explícito ou uma vinculação a movimentos sociais. Já a segunda (PAP) se desenvolveu a partir da tradição latino-americana, fortemente inspirada pelas ideias freireanas. Esta enfatiza o engajamento político e a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento, sendo indissociável da educação popular e da luta por emancipação social. Seu objetivo não é apenas intervir em uma situação problemática, mas também fortalecer coletivos e comunidades em seus processos de autonomia e resistência (NOVAES; GIL, 2009).

Outras vertentes de grande nome são as pesquisas-ação crítico-colaborativa, pedagógica e colaborativa (SILVA *et al.*, 2021). A crítico-colaborativa, principalmente desenvolvida por Pimenta (2005), eleva os participantes ao papel de copesquisadores, promovendo ações interventivas e reflexão crítica sobre a realidade. Essa linha busca romper com hierarquias tradicionais, incentivando a horizontalidade entre os envolvidos e a transformação de práticas institucionais para a democratização social. Pimenta (2005) destaca que a efetividade da pesquisa depende da colaboração ativa dos participantes, evitando sua marginalização nos processos investigativos. Já a pesquisa-ação pedagógica, que tem Franco (2016) como principal autor, concentra-se na mudança de percepção dos docentes sobre suas práticas, utilizando dispositivos pedagógicos para gerar empoderamento e consciência crítica. Esse autor relaciona essa metodologia à meta-análise de experiências anteriores, destacando sua capacidade de tensionar a "consciência ingênua" e promover rupturas transformadoras no campo educacional.

Por fim, a pesquisa-ação colaborativa, conforme Ibiapina (2008), prioriza a construção coletiva do conhecimento, integrando universidade e escola. Essa abordagem valoriza a mediação de grupos colaborativos para o desenvolvimento profissional docente, onde a socialização de experiências e a superação democrática de conflitos são centrais. Ibiapina ressalta que a colaboração não se limita à resolução de problemas, mas também à reconstrução reflexiva das ações educativas. Estas são algumas das vertentes mais atuantes no cenário brasileiro, contudo, existem inúmeros outros caminhos e nomenclaturas espalhados ao redor do mundo, com fortes semelhanças e divergências.

Além das vertentes, ainda existem as cinco modalidades de pesquisa-ação trazidas por Tripp (2005), que refletem diferentes níveis de engajamento político, crítico e emancipatório, adaptando-se a diversos contextos e necessidades. São elas: (1) Pesquisa-ação técnica: o pesquisador atua de forma mais mecânica, seguindo manuais ou protocolos predefinidos. O foco está na aplicação de técnicas e procedimentos para melhorar práticas específicas, sem necessariamente questionar as estruturas ou contextos mais amplos; (2) Pesquisa-ação prática: o pesquisador projeta e implementa mudanças com base em suas próprias reflexões e experiências, buscando melhorar práticas cotidianas. A ênfase está na resolução de problemas concretos, mas ainda sem um questionamento profundo das estruturas

sociais ou políticas; (3) Pesquisa-ação política: reconhece a necessidade de engajar-se em questões políticas para promover mudanças mais amplas. O foco está em influenciar políticas ou sistemas, muitas vezes enfrentando resistências ou barreiras institucionais.

A quarta e a quinta são derivações da pesquisa-ação política: (4) Pesquisa-ação socialmente crítica: vai além da mudança individual ou organizacional, buscando transformar estruturas sociais injustas. O pesquisador e os participantes questionam as normas e práticas dominantes, trabalhando para promover maior igualdade, tolerância e cooperação; (5) Pesquisa-ação emancipatória: a mais abrangente das modalidades, buscando mudar o status quo não apenas para um grupo específico, mas para a sociedade como um todo. Ela envolve um esforço colaborativo e participativo, visando a emancipação e a autonomia dos indivíduos e grupos.

Neste texto de mestrado, bem como na pesquisa empírica, foram usadas principalmente as filosofias desenvolvidas por Thiollent (2016; 2011; 1987) e não houve, nem haverá, distinção de nomenclatura. Portanto, aqui, será utilizado a simples forma 'pesquisa-ação', entendendo-a como crítica, relacionada ao engajamento, emancipação, autonomia e ação política. Ainda, é lida como socialmente crítica, questionadora das estruturas dominantes e focada na justiça social, mudanças estruturais e ampliação da participação e do protagonismo dos envolvidos.

Vale destacar que “A função política da pesquisa-ação é intimamente relacionada com o tipo de ação proposta e os atores considerados. A investigação está valorativamente inserida numa política de transformação” (THIOLLENT, 2011, p. 47). Não se limita à produção de conhecimento acadêmico, mas assume um compromisso com as demandas das minorias sociais, denunciando contradições e desigualdades presentes na sociedade. Ao instigar a participação ativa dos sujeitos, a pesquisa-ação contribui para a democratização do saber, empoderando os participantes, podendo fomentar uma mudança de sujeitos passivos em agentes ativos de mudança, capazes de reconhecer e valorizar seu próprio potencial. Como aponta Zuñiga (1891 apud Thiollent, 2011), a pesquisa-ação busca transferir o controle do conhecimento para as coletividades, permitindo que expressem seus aprendizados de forma autônoma e engajada.

Como anteriormente sinalizado, essa abordagem metodológica é uma alternativa concebida à pesquisa tradicional, o que gera dois caminhos que serão percorridos: sobre a pesquisa-ação ser um tipo de pesquisa social, assim como afirma Thiollent (2011); e as principais divergências entre os dois tipos de pesquisa. Começaremos pelo primeiro: considerada um tipo de pesquisa social, é defendida por Tripp (2005) como um tipo de pesquisa que combina teoria e prática, como uma forma de investigação-ação por meio de um processo sistemático e empiricamente fundamentado. Ainda, Koshy, Koshy e Waterman (2010) a afirmam como promotora de técnicas de coleta e interpretação de dados, além de dinâmicas de grupo, para promover a mobilização e a conscientização dos envolvidos.

A pesquisa por ser ação, a própria forma ou maneira de fazer a investigação da realidade gera processo de ação das pessoas envolvidas no projeto. O modo de fazer o estudo, o conhecimento da realidade já é ação; ação de organização, de mobilização, sensibilização e de conscientização (BALDISERA, 2001, p. 8).

Ao integrar técnicas de pesquisa social, como coleta e interpretação de dados, bem como dinâmicas de grupo, a pesquisa-ação promove a participação coletiva na produção do conhecimento e na formulação de estratégias de intervenção. Como enfatiza Thiollent (2011, p. 99), ela pode ser concebida como um procedimento exploratório, cujos objetivos são definidos conjuntamente por pesquisadores e participantes, contribuindo para elucidar a ação e impulsionar novas investigações. Além de sua dimensão prática, a pesquisa-ação não descarta a teoria, pois busca a emancipação dos sujeitos e a reflexão sobre o papel político da pesquisa social (THIOLLENT, 2011; BARBIER, 2007). Trata-se, portanto, de um processo colaborativo, no qual pesquisadores e participantes interagem promovendo a aprendizagem e a transformação social.

Nesse contexto, Barbier (2007, p. 91) destaca a complexidade inerente à pesquisa-ação, ressaltando que ela envolve múltiplos elementos como organização, informação e retroação, sem se fechar em uma abordagem estritamente teórica. Essa característica dialógica permite que a pesquisa-ação não apenas resolva problemas imediatos, mas também desencadeie novas investigações, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais. Por fim, por ser entendida como um ciclo contínuo, conforme apontado por Tripp (2005), cujo movimento reflexivo não apenas aprimora a prática social, mas também amplia o

conhecimento sobre o próprio processo investigativo, fortalecendo a relação entre teoria e ação e promovendo mudanças significativas na realidade estudada.

Em relação às divergências com a pesquisa tradicional, é importante ponderar que a pesquisa tradicional tem caráter majoritariamente positivista, busca a neutralidade e objetividade do pesquisador e a separação entre sujeito e objeto, uma posição de distanciamento que busca explicar fenômenos de forma apartidária e casual (OLIVEIRA, 1988). A pesquisa-ação, por sua vez, integra teoria e prática, envolvendo ativamente os participantes no processo investigativo e deixando claro sua politização. Tal coparticipação permite que os envolvidos se apropriem do conhecimento gerado e o utilizem para transformar sua realidade, tornando-a também formativa e possivelmente capacitadora à autonomia. Sendo assim, uma das principais diferenças reside na relação entre pesquisadores e participantes.

A pesquisa-ação é a revolta contra a separação dos 'fatos' e dos 'valores' que dá um sabor particular à noção de objetividades das Ciências Sociais. É um protesto contra a separação do 'pensamento' e da 'ação' que é uma herança do *laissez-faire* do século 19. É uma tentativa desesperada de transcender a estéril especialização das Ciências Sociais com seu implícito repúdio da responsabilidade humana para com os acontecimentos sociais (DUBOST, 1987, p. 136 apud BARBIER, 2002, p. 37 - 38).

Tradicionalmente, a pesquisa segue um modelo linear e pré-determinado, associado ao positivismo e ao funcionalismo. Logo, outro diferencial importante da pesquisa-ação está relacionado ao processo metodológico, que tem caráter contínuo, iterativo e cíclico (ou espiralados). A aplicação desses ciclos torna o processo mais aberto e adaptativo, permitindo ajustes constantes no decorrer do processo investigativo, como também uma maior flexibilidade aos dissensos, reconhecendo a complexidade e a subjetividade dos fenômenos sociais. Ademais, também se diferencia ao adotar uma abordagem epistemológica crítica, rejeitando a ideia de que a realidade social possa ser estudada com os mesmos métodos das ciências naturais. Não descarta o rigor metodológico, mas busca formas de investigação que respeitem a complexidade das relações humanas (THIOLLENT, 2011), permitindo uma leitura múltipla e multirreferencial das situações investigadas (BARBIER, 2002, p. 66).

Além disso, a pesquisa-ação é uma metodologia associada a formas de ação coletiva, enquanto a convencional muitas vezes se limita à observação e à descrição de fenômenos, sem necessariamente buscar intervenções práticas. Ou

seja, outra diferença fundamental é relacionada aos objetivos. A pesquisa-ação é uma metodologia teórico-prática com objetivos claramente definidos e voltados para a transformação social e a produção de saberes e consciência, sendo eles:

Contribuir para o melhor equacionamento do problema; Levantar soluções e propostas de ações para resolução do problema; Contribuir para a transformação da situação estudada; Obter informações de difícil acesso; Desenvolver a consciência coletiva nos planos políticos e culturais; Produzir conhecimento.

No entanto, o autor destaca que nem sempre toda Pesquisa-ação conseguirá alcançar todos esses objetivos, mas se houver um amadurecimento metodológico e se a pesquisa for bem conduzida e direcionada, os objetivos podem ser alcançados ao longo do processo de investigação, de maneira concomitante. Porém, é importante, sempre que necessário, retomar aos objetivos a fim de realizar mudanças e assim reorganizar o processo de investigação. (THIOLLENT, 2011, p. 18 apud SILVA *et al.*, p. 9).

Podem ser categorizados em duas dimensões principais: o objetivo prático e o objetivo de conhecimento. O primeiro está associado à resolução de problemas concretos, emergentes do contexto pesquisado, por meio do levantamento de soluções viáveis e da mobilização dos envolvidos para uma ação transformadora. O segundo se refere à ampliação do conhecimento sobre a situação investigada, possibilitando uma melhor compreensão das dinâmicas sociais e dos fatores que influenciam a problemática em questão (THIOLLENT, 2011, p. 18).

Entretanto, é necessário que se mantenha um equilíbrio entre as duas dimensões, “um acordo sobre a necessidade da prática para o desenvolvimento do conhecimento” (NILSSON, 2000, p. 6). Thiollent (2011) enfatiza que, embora os objetivos práticos e de conhecimento possam ser alcançados simultaneamente, é essencial manter uma certa harmonia e aprumo entre eles. Enquanto os objetivos práticos focam na resolução imediata de problemas, os objetivos de conhecimento buscam ampliar a compreensão teórica e prática das situações investigadas. Esse equilíbrio permite que a pesquisa-ação seja tanto uma ferramenta de intervenção social quanto uma metodologia de produção de conhecimento científico. Ou seja, a pesquisa deve não apenas gerar informações originais sobre a realidade estudada, mas também criar condições para que os participantes desenvolvam maior capacidade de ação e reflexão sobre sua própria condição.

Todos esses objetivos práticos não devem nos fazer esquecer que a pesquisa-ação, como qualquer estratégia de pesquisa, possui também objetivos de conhecimento que, a nosso ver, fazem parte da expectativa científica que é própria às ciências sociais (THIOLLENT, 2011, p. 21).

Tal equilíbrio corrobora ao próximo objetivo, grandemente dissertado por Tripp (2005), que é a melhoria da própria prática. Segundo ele, o objetivo da pesquisa-ação é alcançar níveis de aprimoramento da prática ao promover uma oscilação sistemática entre agir no campo e investigar sobre ela, compreendendo-a por investigação e ação para aperfeiçoá-la. Tripp (2005) destaca que a pesquisa-ação deve ser contínua e não ocasional, pois não se pode repetidamente realizá-la sem um compromisso com a transformação contínua, equilibrando a teoria e a prática para elevar a compreensão, reflexão e a eficácia das ações implementadas e conseguir alcançar uma melhoria da prática que seja metodologicamente sólida e não apenas pragmaticamente eficaz.

Uma proposta de pesquisa geralmente se concentra numa questão muitas vezes deriva da dedutivamente de uma teoria, mas quando é possível pré-especificar o objetivo da pesquisa-ação, ele sempre será do tipo “como posso/ podemos melhorar essa prática?” (TRIPP, 2005, 459).

Além disso, a pesquisa-ação tem como objetivo produzir conhecimento que possa ser aplicado em outros contextos, contribuindo para a construção de guias ou regras práticas que orientem a solução de problemas semelhantes (TRIPP, 2005). Ao promover a conscientização coletiva, tanto no plano político quanto no cultural, a metodologia também busca desenvolver a capacidade dos participantes de refletir criticamente sobre sua realidade e mobilizar-se para transformá-la.

Nesse caso, não se trata apenas de resolver um problema imediato e sim desenvolver a consciência da coletividade nos planos político e cultural a respeito dos problemas importantes que enfrenta. (...) O objetivo é tornar mais evidente aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados (THIOLLENT, 2011, p. 18).

Thiollent (2011) ressalta que a pesquisa-ação não se limita a ações pontuais, mas visa gerar mudanças duradouras, mesmo que em escalas menores, como em comunidades ou grupos específicos. Essas mudanças podem ser tangíveis, como a produção de materiais ou a organização de ações diretas, como também subjetivas, como o aumento da consciência crítica e da capacidade de mobilização.

Nesta pesquisa, o objetivo de ampliação do conhecimento é intimamente ligado, ou até mesmo sinônimo, da formação política. Assim, a partir da pesquisa-ação há possibilidade de alcançar

a) A coleta de informação original acerca de situações ou de atores em movimento. b) A concretização de conhecimentos teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas investigados. c) A comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal acerca da resolução de diversas categorias de problemas. d) A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas e -planejar as correspondentes ações. e) Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta da ação e suas condições de êxito. f) Possíveis generalizações estabelecidas a partir de várias pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores (THIOLLENT, 2011, p. 41).

Conforme destacam Koshy, Koshy e Waterman (2010), essa metodologia gera conhecimento a partir de investigações conduzidas em contextos específicos e práticos, integrando saberes locais com conhecimentos técnicos formais, gerando um outro nível de consciência em todos os participantes. Em outras palavras, a mescla entre conhecimento local, conhecimento geral e conhecimento especializado cria um espaço de intercâmbio e cocriação do saber, reforçando seu potencial transformador, já que os sujeitos da pesquisa deixam de ser apenas observados ou consultados e se tornam protagonistas no processo investigativo.

Outra qualidade da pesquisa-ação consiste no fato de que as populações não são consideradas como ignorantes e desinteressadas. Levando a sério o saber espontâneo e cotejando-o com as "explicações" dos pesquisadores, um conhecimento descritivo e crítico é gerado acerca da situação, com todas as sutilezas e nuances que em geral escapam aos procedimentos padronizados. Com a divulgação de informação dentro da população, com o processo de aprendizagem dos pesquisadores e dos participantes, com o eventual treinamento de pessoas "leigas" para desempenharem a função de pesquisadores é possível esperar a geração de uma massa de informação significativa, aproveitando um amplo concurso de competências diversas (THIOLLENT, 2011, p. 24).

Thiollent (2011) reforça que a pesquisa-ação é um método que articula o conhecer e o agir, extraindo novos conhecimentos a partir da ação. Essa característica a aproxima de abordagens intervencionistas, nas quais a geração de conhecimento está intrinsecamente ligada à aprendizagem e à reflexão crítica tanto da ação quanto dos discursos, promovendo um desenvolvimento que contribui para uma transformação social baseada na práxis, como proposto (ou inspirado) por Paulo Freire.

o papel da pesquisa não se limita a fazer falar determinados interlocutores e produzir um discurso diferente. Trata-se de "trabalhar" sobre o discurso por meio de análises e interpretações. Isto supõe que seja ultrapassado o simples registro de informação espontaneamente gerada pelos interlocutores implicados na pesquisa (THIOLLENT, 2011, p. 79).

Durante o processo, os participantes, em conjunto com os pesquisadores, identificam e mapeiam as realidades e suas questões a serem trabalhadas, engajando-se em uma reconceitualização da prática (PICHETH *et al.*, 2016). Assim, o conhecimento gerado é contextualizado, relevante e levado a ação, no esforço em que não haja imposição de soluções externas ou manipulação pelos técnicos especializados e acadêmicos. Em consonância com essa perspectiva, Severino (2007, p. 88) ressalta que essa abordagem "além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la". Assim, sua proposta é sair dos limites dos enclausuramentos da pesquisa descritiva ou analítica e se fazer uma pesquisa interventiva.

Segundo Toledo e Jacobi (2013), as relações estabelecidas durante a pesquisa assumem características didáticas, favorecendo a investigação, o ensino e a aprendizagem. No entanto, esse processo não é espontâneo e deve ser cuidadosamente trabalhado ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Com isso, os autores reiteram que a articulação entre pesquisa e educação é uma das características mais importantes da pesquisa-ação, pois a troca de conhecimentos contribui para a disseminação de saberes existentes e também para a produção de novos conhecimentos.

Além disso, a pesquisa-ação busca democratizar o saber, transferindo e compartilhando conhecimentos e tecnologias sociais entre o campo profissional, acadêmico e os grupos sócio-espaciais. Permite assim que as comunidades adquiram domínio e compreensão dos processos nos quais estão inseridas, capacitando-as para enfrentar suas lutas sociais, incentivando a emancipação e a autonomia. Como ressalta Thiollent (2011), o conhecimento gerado na pesquisa-ação é divulgado tanto no seio da população quanto em canais acadêmicos, contribuindo para o avanço do debate sobre as questões abordadas, também engrandecendo o outro campo em jogo e atores do meio.

A pesquisa-ação também apresenta diretrizes ou premissas metodológicas imbricadas na sua prática, que não necessariamente são objetivos, mas passos que

compõem certa obrigatoriedade. Mesmo que os autores pesquisados não usem dessa linguagem, são princípios que se repetem em toda bibliografia lida para esta dissertação e aqui serão trazidas três destas: (1) a participação ativa; (2) a postura político-crítica do pesquisador (nunca neutro); e (3) a compreensão e pactuação da metodologia, dos objetivos e dos processos.

(1) A participação ativa é um elemento central e obrigatório na pesquisa-ação, além dos participantes coautores dos processos e, idealmente, também dos produtos e possíveis construções teóricas, ambicionando que a pesquisa não seja imposta de cima para baixo, mas construída coletivamente, transcendendo à coleta de dados ou à observação passiva. Como destacado por Thiollent (2011), esse método não pode ser conduzido unilateralmente pelo pesquisador, pois seu diferencial está justamente na construção coletiva do conhecimento e da ação. Assim, o envolvimento da comunidade envolve um compromisso real com a identificação, a análise e a transformação da realidade investigada.

Kemmis e McTaggart (2005) reforçam que os participantes assumem o papel de pesquisadores de suas próprias práticas e discursos e praticantes da ação em seus territórios, transformando a si mesmos e seus contextos através da práxis. Ou seja, engajando-se tanto na análise dos problemas quanto na intervenção e avaliação das ações propostas, a partir do aprendizado dialógico, no qual saberes se complementam, fortalecendo a autonomia e a consciência crítica dos envolvidos. Essa interação faz com que a ação não caia no ativismo (THIOLLENT, 2011), mas sim promova a ampliação do nível de consciência dos envolvidos e consiga alcançar mudanças a partir da práxis.

Entretanto, a participação não deve ser confundida com a mera observação participante, à simples divulgação de informações, consultas cidadãs, aos participativismos, ou outras formas superficiais de envolvimento comunitário. Como destaca Toledo e Jacobi (2013, p. 159), para que a pesquisa-ação alcance seu potencial transformador, a participação precisa ser proativa e decisiva no processo de tomada de decisões. Trata-se de um modelo de investigação que rompe com a dicotomia tradicional entre sujeito e objeto, promovendo um diálogo constante e formador. Essa participação integral, como aponta Sannino (2011), valoriza a dimensão da ação em si e a dimensão praxiológica, respeitando e agregando as subjetividades, ou seja, como as ações são aplicadas e como impactam os agentes

na transformação social, indo de encontro aos ideais de emancipação propostos por Paulo Freire.

Paulo Freire (1987) enfatiza que o conhecimento emancipador surge da interação entre sujeitos que compartilham experiências e reflexões. Em sua teoria dialógica da ação, não há um pesquisador que impõe um conhecimento sobre um objeto passivo<sup>63</sup>, mas sim sujeitos que se encontram para transformar o mundo em colaboração. Para que a participação seja efetiva, é necessário que haja um compromisso compartilhado entre pesquisadores e participantes, com um equilíbrio de poder<sup>64</sup> e benefícios mútuos. Como ressalta Tripp (2005), a pesquisa-ação deve tratar de assuntos de interesse comum, permitindo que todos participem ativamente e de forma proativa.

A participação ativa também implica desafios metodológicos e práticos. A complexidade do relacionamento entre pesquisa e ação exige um constante questionamento das dinâmicas de poder envolvidas<sup>65</sup>, inclusive a da própria presença do pesquisador. Por isso, é necessário garantir que a presença do pesquisador não sufoque as iniciativas dos grupos pesquisados, mas sim fortaleça sua autonomia, que devem ter controle sobre os rumos da investigação e, sobretudo, da intervenção (THIOLLENT, 2011).

(2) A postura do pesquisador na pesquisa-ação exige um equilíbrio dinâmico entre envolvimento e distanciamento, sendo um processo que articula a escuta ativa, engajamento crítico e respeito aos saberes, assumindo a ética da não neutralidade, esquivando-se da distância pesquisador-objeto. Pois, diferente de abordagens positivistas, que buscam neutralidade e objetividade estrita, a pesquisa-ação pressupõe uma relação dialógica e cooperativa. Como destaca Thiollent (2011), esse método leva a sério os saberes espontâneos da população, cotejando-os com explicações acadêmicas para produzir um conhecimento crítico e descritivo sobre a realidade estudada, “com todas as sutilezas e nuances que em geral escapam aos procedimentos padronizados” (THIOLLENT, 2011, p. 24).

Para isso, deve assumir um papel ativo, de voz clara e coerente com o contexto, em uma relação dialógica com os participantes, auxiliando as fases de reflexão,

---

<sup>63</sup> Como na educação bancária (FREIRE, 1997).

<sup>64</sup> Conscientes e assumindo as hierarquias sociais, para que se possa ter o esforço de minimizá-las.

<sup>65</sup> Processo encaminhado nesta dissertação baseada principalmente no método cartográfico.

conhecimento e prática. Nesse contexto, o pesquisador não deve se posicionar como único detentor do saber, atua como um mediador e facilitador, mas também como um agente de transformação, sendo que, “ao facilitar a pesquisa-ação, é importante que o facilitador também faça uma pesquisa-ação sobre sua facilitação, não só para melhorá-la, mas também para demonstrar excelente prática em pesquisa-ação para os facilitados” (TRIPP, 1996 apud TRIPP, 2005). Ou seja, é de encargo do pesquisador diversos estudos anteriores à ação: o diagnóstico prévio da comunidade e seu grupo sócio-espacial, principalmente sua contextualização e situação; os métodos e metodologias que quer levar àquele território e/ou pessoas; como também o denso estudo sobre sua atuação e ética enquanto pesquisador, incluindo meios de acessibilidade, comunicação, ferramentas etc.

Barbier (2002) ressalta que o pesquisador na pesquisa-ação não é um agente externo ou neutro, mas um sujeito autônomo que assume diferentes papéis ao longo da investigação, transitando entre a implicação e o distanciamento, a afetividade e a racionalidade.

O pesquisador desempenha, então, seu papel profissional numa dialética que articula constantemente a implicação e o distanciamento, a afetividade e a racionalidade, o simbólico e o imaginário, a mediação e o desafio, a autoformação e a heteroformação, a ciência e a arte. O pesquisador em pesquisa-ação não é nem um agente de uma instituição, nem um ator de uma organização, nem um indivíduo sem atribuição social; ao contrário, ele aceita eventualmente esses diferentes papéis em certos momentos de sua ação e de sua reflexão. Ele é antes de tudo um sujeito autônomo e, mais ainda, um autor de sua prática e de seu discurso (BARBIER, 2002, p. 18).

Esse trânsito entre distintas funções e respeitos permite que ele se insira na dinâmica social sem se sobrepor aos participantes, garantindo que a pesquisa seja um processo conjunto de reflexão e ação (BARBIER, 2002). Entretanto, também é um ponto de atenção, pois o envolvimento do pesquisador não pode comprometer sua capacidade crítica. Portanto, essa postura exige flexibilidade, abertura e sensibilidade à complexidade da vida e do território, oferecendo condições para que os atores sociais se envolvam ativamente nas etapas do ciclo, sem deixar que o contexto interfira na sua ética (o que é de extrema dificuldade com os avanços de afetação pelo outro e intensidades no correr da pesquisa).

Por isso, a ética é um aspecto central na condução da pesquisa-ação. Mais do que seguir protocolos acadêmicos ou profissionais, a ética nessa abordagem implica compromisso real com os participantes, garantindo que sua participação seja

consentida, esclarecida e respeitada em todas as etapas. Inclusive não vinculando o encerramento da pesquisa nos produtos acadêmicos ou profissionais, pois também deve gerar benefícios concretos para a comunidade envolvida.

Além do rigor científico, outra questão que demanda bastante atenção do pesquisador trata-se da ética. A ética pressupõe o compromisso do pesquisador com os sujeitos envolvidos e, nesse sentido, quando da utilização da pesquisa-ação, deve buscar a participação consentida e esclarecida dos sujeitos, cujas contribuições devem ser, sem exceção, consideradas. Outros aspectos éticos da pesquisa-ação referem-se ao fato de que os participantes não devem ser enganados, manipulados ou explorados, seja no delineamento do trabalho ou para alcançar determinados fins de pesquisa, priorizando os interesses do pesquisador. Ademais, o processo de pesquisa não deve se esgotar em produto acadêmico, mas representar benefício direto e imediato à comunidade alvo de sua atuação, ou seja, deve ter alguma utilidade prática social (MIRANDA, 2019, p. 9).

Dessa forma, Tripp (1996) sugere que o próprio facilitador da pesquisa-ação deve refletir continuamente sobre sua prática, buscando aprimorá-la e demonstrando coerência entre o discurso e a ação. Como também deve ser vigilante para evitar manipulações ou explorações, sabendo equilibrar a afetividade e a racionalidade, (BARBIER, 2002) reconhecendo que sua prática é tanto científica quanto vinculada à ação coletiva de transformação dos envolvidos.

(3) A pesquisa-ação exige um compromisso dialógico entre o pesquisador e o grupo pesquisado, fundamentado na compreensão e pactuação da metodologia, dos objetivos e dos processos investigativos. Como destaca Thiollent (2011), a participação dos envolvidos deve ser consentida, esclarecida e autônoma, garantindo uma relação de reciprocidade construída através de diálogo aberto e constante. E, para que essa reciprocidade ocorra, é fundamental que haja clareza e negociação em torno das metodologias empregadas e das finalidades da pesquisa, tornando-se um caminho para firmar o compromisso com a pesquisa e entre si.

O alinhamento entre as partes faz com que se estabeleça uma relação de maior empoderamento e transparência, possibilitando que ações desenvolvidas sejam estruturadas e mais eficazes, uma vez que apenas a participação consciente dos sujeitos pode gerar mudanças significativas na realidade estudada. Dá-se, assim, a abertura ao protagonismo e emancipação dos participantes a partir do conhecimento mútuo e engajamento pelo domínio do ciclo, métodos e dos instrumentos levados a eles, no qual o pesquisador-facilitador cumpre o papel de

oferecer suporte metodológico e fomentar as reflexões, respeitando a autonomia e as decisões dos participantes.

A aceitação do pesquisador no contexto investigado não é automática, mas construída ao longo da pesquisa por meio de relações participativas e transparentes. Ele, ao desempenhar um papel ativo e explícito dentro da situação de investigação, não deve substituir a atuação dos grupos envolvidos, mas sim fomentar um processo coletivo de reflexão e ação (THIOLLENT, 2011, p. 18). Dessa forma, a pesquisa-ação se constitui como um espaço de construção compartilhada do conhecimento, onde a escuta e a negociação são fundamentais para garantir que os interesses e necessidades dos participantes sejam considerados e respeitados.

Para discorrer sobre possíveis etapas do ciclo e como colocar em prática essa metodologia, trago as descrições dos dois autores mais utilizados na prática desta dissertação, Tripp (2005) e Thiollent (2011) — mesmo que apresentem certas divergências em suas teorias, podem ser tipos de manejos complementares.

A pesquisa-ação, conforme proposta por Tripp (2005), é um processo cíclico e reflexivo de investigação e ação, que busca tanto a melhoria da prática quanto a produção de conhecimento. O processo começa com o Reconhecimento, fase em que se realiza uma análise situacional para compreender o contexto, as práticas atuais e os participantes envolvidos. Essa etapa não apenas identifica os problemas a serem abordados, mas também estabelece as bases para o planejamento e a implementação de mudanças. Tripp (2005) destaca que o reconhecimento segue o mesmo ciclo da pesquisa-ação, envolvendo monitoramento, avaliação e interpretação dos resultados para planejar ações adequadas, como também acompanha todo o ciclo da pesquisa, sendo constantemente revisitado para orientar as ações e ajustes necessários.

No decorrer do processo, a reflexão desempenha um papel central. Diferente de abordagens que reservam momentos específicos para a análise crítica, na pesquisa-ação a reflexão deve ocorrer continuamente, informando cada etapa do ciclo investigativo. Desde a identificação inicial de aspectos a serem melhorados até a avaliação dos resultados, o pesquisador e os participantes engajam-se em um processo contínuo de reflexão e ajuste. Porém,

Uma das razões para não se colocar a reflexão como uma fase distinta no ciclo da investigação-ação é que ela deve ocorrer durante todo o ciclo. O processo começa com reflexão sobre a prática comum a fim de identificar o que melhorar. A reflexão também é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento, e o ciclo termina com uma reflexão sobre o que sucedeu. Isso se perde quando o processo é reduzido a “planeje, faça, reflita”, como acontece muitas vezes em educação (TRIPP, 2005, p. 454).

Para que o projeto de pesquisa-ação seja bem-sucedido, Tripp (2005, p. 455) propõe diretrizes a serem seguidas: o tema deve ser de interesse mútuo; todos os envolvidos devem participar ativamente conforme desejarem; o controle sobre os processos de pesquisa deve ser compartilhado de maneira igualitária; e a relação de custo-benefício deve ser equilibrada entre os participantes. Assim, a metodologia não é imposta, mas acordada coletivamente, garantindo um compromisso compartilhado com a pesquisa e sua aplicação prática.

O ciclo da investigação-ação consiste em quatro fases principais: (1) Planejar uma melhora da prática, (2) Agir para implementar a mudança planejada, (3) Monitorar e descrever os efeitos da ação e (4) Avaliar os resultados da ação. Esse ciclo se repete, permitindo que cada nova rodada de investigação refine as estratégias e amplie os impactos desejados (TRIPP, 2005, p. 446).

Ao fim, o relato da pesquisa-ação, conforme Tripp (2005), deve seguir uma estrutura que contemple desde a introdução e reconhecimento do problema até a descrição detalhada de cada ciclo investigativo. Isso envolve planejamento, implementação, análise dos resultados e avaliação tanto da mudança na prática quanto da própria pesquisa. O relatório deve apresentar as melhorias alcançadas, suas implicações e recomendações futuras, permitindo que outros pesquisadores e profissionais se beneficiem das descobertas.

O relatório da pesquisa-ação: O que se segue é um esquema de um típico relatório de estudo de caso de pesquisa ação, o qual pode ser utilizado para qualquer projeto e também é adequado para dissertações. (1) Introdução: intenções do pesquisador e benefícios previstos; (2) Reconhecimento (investigação de traba lho de campo e revisão da literatura); (2.1) da situação; (2.2) dos participantes (o próprio e outros); (2.3) das práticas profissionais atuais; (2.4) da intencionalidade e do foco temático inicial; (3) Cada ciclo: (3.1) Planejamento: da preocupação temática (ou ciclo anterior) ao primeiro passo de ação; (3.2) Implementação: relato discursivo sobre quem fez o quê, quando, onde, como e por quê; (3.3) Relatório de pesquisa sobre os resultados da melhora planejada: (3.3a) resumo e base racional do(s) método(s) de produção de dados; (3.3b) apresentação e análise dos dados; (3.3c) discussão dos resultados: explicações e implicações (3.4) Avaliação (3.4a) da mudança na prática: o que funcionou ou não funcionou e por quê; (3.4b) da pesquisa: em que medida foi útil e adequada; (4) Conclusão: (4.1) Sumário de quais foram as melhorias práticas alcançadas, suas implicações e recomendações para a prática profissional do próprio pesquisador e de outros; (4.2) Sumário do que foi aprendido a respeito do processo de pesquisa-ação, suas implicações e recomendações para fazer o mesmo tipo de trabalho no futuro. (TRIPP, 2005).

Por fim, Tripp (2005) ressalta que a pesquisa-ação deve servir como uma ponte entre a teoria e a prática, promovendo não apenas a melhoria da prática, mas também a transformação da teoria. No entanto, ele observa que essa conexão nem sempre é evidente, pois a pesquisa-ação tende a se concentrar mais na aplicação prática do que na produção teórica. Para superar essa limitação, é essencial que os resultados da pesquisa-ação sejam documentados e compartilhados, contribuindo para o avanço do conhecimento em diferentes áreas.

Já segundo as teorias de Thiollent (2011), a pesquisa-ação é uma metodologia flexível e dinâmica, que se adapta às necessidades e contextos específicos dos grupos envolvidos. Diferente de abordagens rígidas e lineares, ela segue um ciclo iterativo, marcado por constantes idas e vindas entre as etapas, permitindo ajustes e recaminhos contínuos ao longo do processo. Thiollent propõe uma estrutura composta por fases interligadas, que incluem: (1) Fase exploratória; (2) Tema da pesquisa; (3) Colocação dos problemas; (4) Hipóteses; (5) Seminário; (6) Coleta de dados; (7) Plano de ação; (8) Divulgação externa. A avaliação é uma etapa presente em todas as fases do processo, desde os contatos iniciais até a finalização das atividades, permitindo verificar constantemente se as ações estão alcançando os objetivos desejados e se os problemas estão sendo resolvidos.

(1) A fase exploratória é o ponto de partida, onde o pesquisador busca conhecer o campo de pesquisa, os participantes e suas expectativas, além de realizar um diagnóstico inicial da situação e dos problemas prioritários, semelhante a fase de

reconhecimento de Tripp (2005). Ou seja, esse momento consiste em "descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e esclarecer um primeiro levantamento (ou 'diagnóstico') da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações" (THIOLLENT, 2011, p. 56). Nessa etapa, é essencial que o pesquisador se familiarize com a cultura e a realidade da comunidade, utilizando técnicas como entrevistas e consulta a documentos e pesquisa bibliográfica. Como também em uma espécie de cartografia, onde o pesquisador deve observar as dinâmicas sociais, escutar atentamente os participantes e compreender como a comunidade expressa suas preocupações, indo além dos dados oficiais.

É também nessa fase que a comunidade deve ser informada e formada sobre a metodologia que será utilizada, bem como as ideias de procedimentos e objetivos iniciais, lembrando que são mutáveis, abertos às necessidades da ação, dos envolvidos e aos ruídos. A partir dessa abertura, os objetivos da pesquisa são definidos coletivamente, garantindo que os problemas abordados sejam relevantes para os participantes.

De acordo com o princípio da participação, são destacadas as condições da colaboração entre pesquisadores e pessoas ou grupos envolvidos na situação investigada. Quem são essas pessoas ou grupos, em termos sociais e culturais? A que interesses políticos estão vinculados? Já participaram em experiências semelhantes? Com êxito ou fracasso? Dentro da imaginação popular, como são representados os problemas e possíveis soluções? Que tipo de crença está interferindo? Existe vontade de participar? De que forma? Existe dificuldade de compreensão ou de expressão? Tais são algumas perguntas iniciais cujas respostas podem nortear a exploração dos problemas de participação dos potenciais interessados. Além disso, os pesquisadores costumam praticar um reconhecimento de área. Isto inclui observação visual, consulta de mapas e organogramas e discussão direta com representantes diretos ou indiretos das várias categorias sociais implicadas (THIOLLENT, 2011, p. 49).

Entretanto, essa etapa não se constitui apenas no início da pesquisa-ação. Embora ela seja uma das primeiras etapas, a pesquisa-ação é caracterizada por um planejamento flexível e cíclico de avanços e retornos entre as fases, devido à sua natureza dinâmica e interativa. Sendo assim, o processo de pesquisa-ação pode retornar a etapas anteriores ou refazer diagnósticos à medida que novas informações surgem ou que as condições mudam, o que pode implicar uma continuidade ou retomada de atividades exploratórias ao longo do processo. Portanto, embora a fase exploratória seja mais intensa no início, ela pode ocorrer em diferentes momentos da pesquisa, conforme necessário.

A definição do tema e dos problemas ocorre de forma colaborativa e dialógica, envolvendo pesquisadores e participantes, garantindo que sejam relevantes para todos os envolvidos. (2) A delimitação do tema deve ser claro e prático, refletindo as necessidades e interesses do grupo, envolvendo também a escolha das áreas de conhecimento e formação política que serão abordados.

em geral o tema é escolhido em função de um certo tipo de compromisso entre pesquisadores e os elementos ativos da situação a ser investigada. Em certos casos, o tema é de antemão determinado pela natureza e pela urgência do problema encontrado na situação (THIOLLENT, 2011, p. 56).

(3) Em seguida, os problemas são colocados de forma estruturada, considerando a situação inicial, a situação desejada e os obstáculos a serem superados. Essa fase é crucial para garantir que a pesquisa-ação seja focada em questões reais e transformadoras.

Na sua formulação, um problema desta natureza é colocado da seguinte forma: a) análise e delimitação da situação inicial; b) delineamento da situação final, em função de critérios de desejabilidade e de factibilidade; c) identificação de todos os problemas a serem resolvidos para permitir a passagem de (a) a (b); d) planejamento das ações correspondentes; e) execução e avaliação das ações (THIOLLENT, 2011, p. 53 - 54).

(4) A formulação de hipóteses na pesquisa-ação não segue o modelo tradicional de comprovação ou refutação, em vez disso, as hipóteses são suposições flexíveis que orientam a investigação e as ações, principalmente de possíveis soluções aos problemas que surgem. Elas podem ser ajustadas ou abandonadas conforme os resultados obtidos, permitindo que a pesquisa seja adaptativa e sensível às mudanças no contexto.

(5) O seminário é uma etapa central na pesquisa-ação de Thiollent (2011), reunindo pesquisadores-facilitadores, participantes e especialistas para discutir, analisar e tomar decisões sobre o processo investigativo. Ele funciona como um espaço de debate teórico-prática, onde as informações coletadas são centralizadas, interpretadas e refletidas, os temas e as hipóteses são refinadas ou abandonadas e os planos de ação são definidos. Ele também promove a formação de "grupos satélites (grupos de estudos especializados, grupos de observação, informantes, consultores e etc..)" (THIOLLENT, 2011, p. 63), que executam atividades específicas e contribuem para a sistematização dos dados e o planejamento das ações. O autor resumiu algumas das principais tarefas desta fase, que são:

1. Definir o tema e equacionar os problemas para os quais a pesquisa foi solicitada. 2. Elaborar a problemática na qual serão tratados os problemas e as correspondentes hipóteses de pesquisa. 3. Constituir os grupos de estudos e equipes de pesquisa. Coordenar suas atividades. 4. Centralizar as informações provenientes das diversas fontes e grupos. 5. Elaborar as interpretações. 6. Buscar soluções e definir diretrizes de ação. 7. Acompanhar e avaliar as ações. 8. Divulgar os resultados pelos canais apropriados (THIOLLENT, 2011, p. 59).

Como também o papel do pesquisador nesses espaços, como oferecer suporte teórico e prático aos participantes para que possam compreender e discutir os problemas investigados; ser responsável pelo registro sistemático do processo, elaborando atas, coletando e organizando informações e produzindo relatórios de síntese. Como também colaborar na concepção e implementação das ações planejadas, sempre em diálogo com o grupo e, por fim, sua atuação inclui a reflexão crítica sobre os resultados e sua inserção em um contexto mais amplo das ciências sociais ou de outras áreas relevantes (ORTSMAN, 1978 apud THIOLLENT, 2011, p. 59).

(6) A coleta de dados, por sua vez, é conduzida de maneira colaborativa, realizada por meio de técnicas como entrevistas coletivas e individuais, questionários, observação participante ou outras metodologias e ferramentas de produção de dados. Thiollent (2011) ressalta que a metodologia da pesquisa-ação privilegia a obtenção de informações qualitativas, muitas vezes dispensando o uso de questionários estruturados em populações reduzidas, favorecendo abordagens mais dialógicas e interpretativas. Esses, são sistematizados e analisados no seminário, onde são interpretados à luz da teoria e da prática, sendo que a análise crítica permite identificar dimensões positivas e negativas da realidade, promovendo a reflexão e a ação coletiva. A partir da sistematização das informações coletadas, a análise e interpretação dos dados são conduzidas de forma crítica, estimulando a reflexão e a ação transformadora dos grupos envolvidos. Nesse momento, a troca entre saberes formais e informais se torna essencial para a construção coletiva do conhecimento.

(7) O plano de ação é elaborado com base nos problemas identificados e nas hipóteses formuladas, guiada pela noção de que "a pesquisa-ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação". Ele deve responder a questões como: quem são os atores envolvidos, quais são os objetivos tangíveis, como garantir a participação da comunidade e

como avaliar os resultados. O plano de ação é implementado de forma colaborativa, com o acompanhamento e a avaliação contínua dos resultados.

(8) Por fim, a divulgação dos resultados é o momento de devolutiva das informações aos participantes e aos setores interessados. Essa etapa promove uma visão de conjunto sobre o processo e os resultados alcançados, fortalecendo a convicção e o engajamento dos envolvidos.

Inicia-se evidentemente com um planejamento. Porém, conforme afirma Thiollent (2011), há um ponto de partida, que é a fase exploratória, e um ponto de chegada, referindo-se à divulgação dos resultados, mas no intervalo haverá uma multiplicidade de caminhos em função das diferentes situações diagnosticadas ao longo do processo. Neste contexto, o papel do pesquisador deve ser o de oferecer subsídios que propiciem a participação dos atores sociais envolvidos em todas as etapas e assegurar o rigor metodológico, o qual favorecerá o cumprimento dos objetivos propostos (instrumentais, educacionais, científicos, entre outros) (TOLEDO; JACOBI, 2013, p. 159).

A partir dessas duas formas de utilizar a pesquisa-ação, pode-se criar caminhos que entremeiam ambas, substituindo e adaptando processos a partir do contexto, das necessidades e mesmo da subjetividade do pesquisador, dentro dos limites da metodologia. Isso porque ela possui uma flexibilidade positiva à consideração das habilidades interpessoais tanto do pesquisador quanto dos participantes, uma vez que essas competências facilitam o diagnóstico da realidade, a definição de metas e a formulação de respostas às demandas identificadas (Demo, 2008). A somar, a pesquisa-ação não segue um roteiro fixo, apesar de compartilhar princípios comuns. Seu desenvolvimento exige planejamento adaptável às dinâmicas do grupo e da realidade investigada, sem perder o rigor metodológico. Contudo, a ausência de uma rigidez não implica falta de sistematização, mas reforça a importância da participação ativa dos sujeitos no processo.

Essa referida adaptabilidade também se relaciona com a sua propriedade em poder ser somada a outras metodologias qualitativas e interventivas. Barbier (2007) destaca que essa abordagem se insere no paradigma da complexidade, exigindo do pesquisador um olhar capaz de integrar múltiplos elementos sem se fechar em um modelo teórico fixo.

A pesquisa-ação não substitui as demais, é apenas uma linha dentre as várias linhas de pesquisa existentes, podendo ser trabalhada em conjunto com as demais para o conhecimento, atentando-se “às exigências teóricas e práticas para [...] [equacionar] problemas relevantes dentro da situação social (THIOLENT, 2011, p. 10).

Por fim, trataremos dos limites e desafios dessa metodologia. Como apresentado, um de seus principais méritos está na capacidade de promover mudanças concretas na realidade estudada, ao mesmo tempo em que constrói conhecimento de forma colaborativa. No entanto, essa característica também é alvo de críticas, especialmente por parte de correntes mais tradicionais da ciência, que questionam sua objetividade e rigor metodológico, até mesmo seu grau de cientificidade. Para alguns críticos, essa abordagem se aproxima mais do empirismo do que da produção de conhecimento sistemático e teórico.

Ademais, como destacado por Tripp (2005), pela natureza cíclica e aberta da pesquisa-ação, há uma dificuldade de elaboração de propostas de pesquisa convencionais, já que os resultados e os caminhos a serem seguidos emergem ao longo do processo. Esse entrave da aceitação institucional da pesquisa-ação, seja acadêmica, seja financiadora de pesquisas, muito acontece pela predileção de abordagens clássicas, dificultando o reconhecimento e o apoio a pesquisas que adotam metodologias participativas interventivas. Além disso, no ambiente acadêmico, a exigência de propostas de pesquisa detalhadas e previsíveis entra em conflito com a natureza dinâmica e emergente da pesquisa-ação, tornando sua legitimação um desafio constante.

Além disso, há uma tendência de que a pesquisa-ação seja aplicada de forma indiscriminada, o que pode levar à banalização de seu potencial crítico e reflexivo (TRIPP, 2005; MONTEIRO *et al.*, 2000). Levando também a outro risco, apontado por Miranda e Resende (2006), que é a priorização excessiva da prática sobre a teoria, fenômeno conhecido como praticismo. Nesse contexto, há o perigo de que a pesquisa-ação se transforme em um instrumento de soluções imediatas e pragmáticas, sem um aprofundamento teórico consistente. Isso pode resultar na instrumentalização do conhecimento, onde a teoria se torna apenas um suporte para justificar ações previamente determinadas, sem uma real interação entre reflexão e prática, podendo, inclusive, resultar em uma pesquisa técnica e superficial.

Apesar desses desafios, a pesquisa-ação oferece contribuições valiosas para a ciência e para a sociedade. Ela promove a reflexão crítica e a ação responsável, integrando teoria e prática de forma dinâmica e colaborativa. Para superar as críticas e limitações, é essencial buscar um equilíbrio entre a ação e a fundamentação teórica, garantindo que a pesquisa-ação não caia nessas armadilhas de serem desprovidas de profundidade. Além disso, é necessário promover um diálogo teórico mais amplo entre pesquisadores, sobretudo dentro de instituições acadêmicas, reconhecendo e enaltecendo a potência dessa abordagem para a construção de um conhecimento científico mais inclusivo e transformador a partir da práxis e do seu constante estudo, melhoramento e atualização.

### **Interfaces**

As interfaces são, com um tom de generalidade, ferramentas ou procedimentos desenvolvidos para mediar as atividades na Assessoria Técnica. Elas instigam a sensibilização e provocação, tendo como horizonte uma produção política espacial emancipatória. Essas ferramentas têm o potencial de serem usadas como forma de viabilizar o diálogo aberto e respeitoso entre conhecimentos locais e acadêmicos e reforçar a importância de criar um espaço de intercâmbio, evitando a imposição de uma perspectiva dominante.

Ou seja, são instrumentos que operam como ferramentas nas interações dialógicas e plurais, incentivando os usuários a se engajarem na retomada da esfera pública (BALTAZAR *et al.*, 2019). Elas visam promover a autonomia dos grupos sócio-espaciais onde são inseridas, principalmente por meio da troca de saberes. Quando bem desenvolvidas, essas interfaces conectam o conhecimento especializado de quem as idealizou ao conhecimento local dos grupos nos territórios em que são utilizadas, promovendo uma interação contínua e transformadora. Esse processo facilita o engajamento social e o fortalecimento de diálogos, permitindo que os participantes reflitam sobre suas decisões e ações de modo mais fluido e oportuno. Como expõe Freire (1969), o diálogo visa problematizar o conhecimento em relação à realidade concreta, oferecendo uma compreensão e transformação mais profundas. Contudo, é fundamental que essa mobilização seja constante e

politizada, uma vez que “interfaces isoladas não garantem uma mobilização cidadã contínua” (ARRUDA, 2021, p. 7)

Podem ser jogos, brincadeiras, rodas, dispositivos analógicos e tecnológicos e até mesmo a construção coletiva de cantigas e narrativas, meios de construção que enalteçam os saberes ali envolvidos. Nas palavras de Kapp, Baltazar e Morado (2008): “Interfaces podem ser concretas ou abstratas, existentes ou inventadas, informacionais ou operacionais, físicas ou digitais, ou qualquer combinação híbrida dessas possibilidades” (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 23).

A dimensão estética está associada quer à arte de comunicar, quer a arte de pesquisar [...] com alcance estético ou não, desenvolvem-se várias tentativas de comunicação diferente, para as quais são necessárias novas abordagens tecnológicas (THIOLLENT, 1986, p. 77).

Sua condução metodológica conflui na possibilidade de uma rede de imaginários ativada pela interatibilidade articulável da ferramenta, mobilizando assim uma consciência coletiva e dialógica acerca dos territórios trabalhados. Esse instrumento se faz como um campo mobilizador na construção e exposição das subjetividades, em um esforço máximo de horizontalizar as vozes. Um objetivo é que todos se oportunizem pelos conhecimentos e saberes trazidos e consigam os problematizar consciente e criticamente.

A se perceber, essas ferramentas levam em conta um certo aparato lúdico, convidativo, interativo e provocador para o diálogo em sua concepção, no qual possibilita aos seus participantes discutirem sobre as questões e contextos espaciais e sócio-espaciais, incentivando uma reflexão crítica sobre os assuntos trazidos (e possíveis mudanças). Inserir interfaces como método, é uma forma de trazer à tona assuntos em sua seriedade, mas de formas menos codificadas e adequadas ao contexto, em um universo que traz a ludicidade como interação. Ou, como trata Schiller (2015), um impulso lúdico, “uma comunidade entre impulso formal e material” (SCHILLER, 2015, p. 73).

Criam a possibilidade de construir análise e ação a partir de uma certa (e séria) brincadeira que expanda o imaginário dos presentes. Brincadeira essa, que tem responsabilidades com a seriedade ao mesmo tempo que tem com sua prática e

experiência nela contida. “Segundo Vilém Flusser, ‘brincar’<sup>66</sup> é um meio de superar uma relação funcional com o aparelho. Uma interação lúdica significa utilizar o aparato além de suas prescrições, engajando-se com o conteúdo e não apenas com a interface.”<sup>67</sup> (FLUSSER, 2000 apud BALTAZAR; CABRAL FILHO, 2019, p. 134, tradução própria). É essa despreensão lúdica, porém comprometida, que torna as interfaces atrativas, facilita o engajamento e desempenha um papel de cognição em seus usuários, a interação ativa potencializa a apreensão e pensamentos mais densos. Para Pozzana (2013), esses dispositivos, através dos jogos, reúnem a

(...) importância da utilização de elementos lúdicos dentre outros que propiciam o encontro de coletivos como estratégias de produção de dados que facilitam a abertura para a multiplicidade, que possibilitam diferentes conexões, a afetabilidade de corpos e a formação do pesquisador neste processo (POZZANA, 2013 apud CINTRA, 2017, p. 50).

Ademais, o uso desse método permeia a citada reinvenção da própria práxis da arquitetura e urbanismo. Como dito, a dominante prática em AU tem demandado uma certa oxigenação teórico-prática em sua compreensão processual, em suas estratégias pedagógicas e até mesmo sua ampliação a uma ação coletiva em campo — sobretudo no âmbito dos processos participativos. Nesse campo de atuação, como uma forma alternativa ou complementar ao projeto, o uso de interfaces tem sido amplamente debatidas, mesmo que muitas vezes não se utilize desse termo para classificá-las. São encontradas em diversos nomes e formas, mas sempre como instrumentos mediadores e interlocutores de construção sócio-espacial, como cartografias sociais, jogos, dinâmicas, etc.

Inclusive, há certa interconexão entre a criação de projetos e a elaboração de instrumentos, ressaltado pela importância de habilidades criativas e reflexivas em ambos os processos. Os projetos de arquitetura, não são apenas produtos visuais ou técnicos; eles envolvem um raciocínio profundo sobre o contexto, os usuários e as funcionalidades. O mesmo essencial para as interfaces, pois ajudam a transformar essas ideias em diálogo e possíveis soluções. E, como em um bom projeto, deve ser sustentado por uma base sólida de ferramentas que permitam sua

---

<sup>66</sup> Ou jogar, em tradução livre de ‘play’.

<sup>67</sup> No original: “According to Vilém Flusser, ‘play’ is a means to overcome a functional relationship with the apparatus. A playful interaction means using the apparatus beyond its prescriptions, engaging with content and not only with the interface.”

execução eficaz e dialógica. Isso envolve não apenas a geração de novas ideias, mas também a capacidade de refletir criticamente sobre as abordagens existentes e adaptar soluções de acordo com suas necessidades específicas. Assim, a criatividade não se limita ao design estético, mas se estende em processos e metodologias.

O que é levantado aqui não é sobre o desenvolvimento de uma interface amplamente aplicável, mas o pensar interfaces como processos metodológicos de sensibilização e provocação pelo diálogo nas etapas de AT. Mesmo que simples, valem-se de uma didática de mão dupla, contribuindo com a escuta sensível, atenção, acordos, aprendizados e entendimentos. Uma proposta de uma outra prática, na qual os arquitetos investem suas energias na produção ferramentas abertas e não somente nos projetos finais. Cada processo tem um efervescer de articulações e mobilizações existentes, criar dispositivos específicos pode não só fazê-los emergir, mas catalisá-los.

Para isso, a necessidade de conformação ao contexto é crucial. Cada interface possui suas particularidades, e a flexibilidade na sua criação é vital para atender a essas necessidades. Partem de um trabalho cartográfico sensível e atento, para que primeiro se atenham a um entendimento sócio-espacial mais amplo e, em ciclos, irem aprofundando na mediação da prática. Essa sinergia pode levar a patamares de entendimento e compartilhamento mais robustos e interessantes ao processo como um todo. A iniciativa depende da capacidade de unir criatividade, reflexão crítica e um entendimento profundo das necessidades contextuais, garantindo que os instrumentos utilizados complementem e potencializem o grupo e os objetivos trazidos à roda.

É também sobre a devida aplicabilidade desses instrumentos, de forma a desenvolver um ambiente que realmente busque uma construção de emancipação dos envolvidos, enquanto processo constitutivo e transformador da relação com o espaço. Esse exercício precisa ser uma ponderação da realidade, a partir de seus participantes e propositores, ao mesmo que seja um espaço de partilha e de expansão dos imaginários ali integrantes (e integrados). Uma estratégia de envolvimento e crescimento mútuo, em que o grupo se sinta apto a problematizar a realidade e construí-la no ímpeto da coletividade, sem que os saberes técnicos

sobressaiam às escolhas dos assessorados, nem que as individualizações das subjetividades sejam menosprezadas.

Desse modo,

[...] o uso de interfaces, como mediadoras, possibilita que opiniões, saberes e demandas das mais distintas naturezas e relacionadas aos distintos campos do conhecimento apareçam. Assim, apontando para a autonomia do grupo em questão, uma interface ou um conjunto delas devem funcionar como mediadoras, podendo ser atualizadas em decorrência das novas disposições que vêm à tona a cada momento, condizendo com a autoinstituição constante da vida democrática (ARRUDA, 2021, p. 159).

Existe um cruzamento entre ideais da AT e do uso de interfaces enquanto método em relação a premissa de autonomia, já que ambos tem um início fomentador de mobilização, trabalham no âmbito da participação, instigam o engajamento e, enquanto trabalho, encerra-se. Entretanto, quando se propõem em serem incentivadores de emancipação<sup>68</sup>, algumas partes permanecem, sobretudo as reflexões construídas coletivamente quanto àquele espaço e seus integrantes.

Isso significa que as interfaces também gozam do compromisso de formação política em sua interação, um papel pedagógico para uma prática espacial mais democrática. Além de serem instrumentos de engajamento e transformação sócio-espacial, elas também representam uma via de acesso e trocas de informações, levantando questões latentes nos territórios, como por exemplo o reconhecimento dos marcadores sociais e a potência existente neles.

Estratégias pedagógicas que trazem o corpo e o prazer para reflexão sobre o mundo tendem a contribuir para o enfrentamento da visão colonial e racista que institui razão, civilização, cultura e universalidade como valores essenciais do branco europeu, e emoção, corpo e ludicidade como elementos inferiores e essencialmente negros (FANON, 2008; FAUSTINO, 2013 apud BALTAZAR *et al.*, 2022, p. 1122).

Isso perpassa a incorporação e cruzamentos de teorias, pedagogias e práticas na produção de novas ferramentas para a produção de conhecimentos mútuos<sup>69</sup>,

<sup>68</sup> Entendendo que “ninguém liberta ninguém, nem ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1974, p. 25). Os meios podem facilitar o processo de emancipação, mas eles nunca serão emancipadores, já que é função do próprio indivíduo e do grupo a qual pertence se emancipar.

<sup>69</sup> “Awan, Schneider e Till entendem que a formulação do conhecimento mútuo de Giddens “indica a disposição dos agentes espaciais em compartilhar seu conhecimento de uma maneira aberta e também de respeitar o conhecimento do outro” (2011, p. 33). Assim o conhecimento amador tem tanto potencial quanto os métodos de um suposto expert. O conhecimento mútuo expande os meios em que o conhecimento pode ser colocado e desenvolvido” (ASSIS, 2019, p. 101).

conscientização e base para os campos de negociação. Uma ferramenta que trabalha em prol da autonomia, tanto no processo de formação de arquitetos e urbanistas enquanto propositores, quanto em uma educação que se dá pela interação trazida, e que extrapola os limites da escola.

Compostas por propostas de engajamento e aprendizagem, a AT e o uso desse método possuem efeito articulador e, mesmo que não permaneça nas intensidades antes trazidas, esses pontos continuam entre o grupo e suas contínuas complexidades. A experiência que é trazida se perpetua, em diferentes graus, mas possibilita facilitar uma posterior mobilização sócio-espacial. Além disso, disseminam o valor da construção de sujeitos a partir do reconhecimento e importância das subjetividades individuais que formam essa força coletiva. Logo, ao fim, trabalham para ter um grupo mais alinhado, problematizador crítico e engajado.

Dessa equação, o pressuposto é que as interfaces também objetivam o domínio sobre os instrumentos e sobre si próprias, permitindo um avanço de emancipação do grupo e “a necessidade de autonomia das pessoas para lidarem com seus próprios desejos” (BALTAZAR, 2020, p. 123). Se o grupo consegue se apropriar dos meios e da ideia contida neles, torna mais viável que consigam se engajar em desenvolvê-las, adequá-las para futuros conflitos. Um dos motivos da tamanha importância de desenvolver instrumentos flexíveis aos ruídos e novos paradigmas para guiá-los.

A relação é direta com a noção de flexibilidade e abertura das interfaces. Primeiramente, por ser dialógica, uma boa interface deve ser aberta à apropriação e transformação de si própria pelos que interagem com ela, não de maneira arbitrária, mas por uma conformação de seu uso e planejamento em um coletivo. Essa situação também diz respeito a um posicionamento e articulação autônoma coletiva em sua concepção e utilização. Não significa que não existem regras, mas que essa estrutura seja aberta à inclusão, supressão ou modificação de acordo com a situação que pode ser apresentada, em um ato democrático dentro da própria atividade.

A flexibilidade toma partido por sua atuação ser pensada para corpos distintos, situações inúmeras e, sobretudo, conflitos. Logo, é necessário que essa ferramenta seja planejada frente a essa consciência, e assim, seja capaz de responder a isso.

Situação muito relacionada a um posicionamento do método cartográfico, frente às adversidades que o território e seu grupo sócio-espacial podem trazer ou carregar consigo. Dessa maneira, a respeito da autonomia do grupo em questão, uma interface deve mediar em intensa atualização aos envolvidos, surgimento de novas prioridades e disposições.

Em síntese, as interfaces são dinâmicas, assim como a conjuntura de onde é utilizada e, como na vida, devem responder e atualizar-se, motivadas pelos possíveis “ruídos”<sup>70</sup> que surgirem. Nas palavras de Arruda:

A abertura a modificações constantes é uma das principais características de uma interface, que, por agora, podemos dizer que são ‘coisas’ — um jogo, um site ou um conjunto de regras — que medeiam pessoas sem predeterminar o resultado de tal mediação (ARRUDA, 2021, p. 20).

Essa abertura e reprogramação ativa possibilita desfechos e respostas às perguntas nem sequer pensadas anteriormente, a partir do ocorrer de engajamento múltiplo, por pessoas, situações e interesses múltiplos. É uma retomada autônoma do grupo em um redirecionamento do projeto imaginado pelos profissionais.

Visto isso, sendo um método que depende de interação, diálogo e formação política, um aspecto de atenção são as linguagens aplicadas, tanto nas atividades quanto nas ferramentas. Elas precisam ser claras e de fácil entendimento, mas não rasas. Se uma premissa da Assessoria Técnica parte da ideia de decodificar saberes institucionalizados, seus instrumentos não podem se valer de criar uma divisão entre os que dominam os termos e os que não têm acesso a eles, perpetuando desigualdades e limitando a participação.

A representação e a complexa linguagem arquitetônica, frequentemente se torna uma ferramenta de controle, limitando a compreensão democrática e a discussão aberta sobre conceitos espaciais (KAPP, 2014). Para superar essas dificuldades na utilização de interfaces, é fundamental adotar uma ressignificação e simplificação linguística que inclua uma revisão de terminologias, a criação de um repertório acessível e compartilhado, assim como mecanismos de negociação de saberes e significados.

---

<sup>70</sup> Para Assis (2017), os ruídos, entendidos como manifestação do dissenso, possibilitam a ampliação do imaginário espacial, na medida em que são incorporados como recursos por meio da ação do conhecimento mútuo.

O diálogo desempenha um papel crucial nesse processo, funcionando como um espaço de acolhimento que permite a escuta ativa e a expressão de diferentes perspectivas, mesmo as conflitivas. Quando sustentado por uma linguagem acessível, não apenas engaja as pessoas, mas também cria um ambiente encorajador, propício para o acolhimento das vozes presentes. Essa abordagem, fundamentada nas ideias de Freire (1967, 1997, 1969a, 2007) e Thiollent (2011), mobiliza os indivíduos a refletir e agir, desafiando a apatia e promovendo transformações significativas em suas realidades. Ao fomentar um ambiente de comunicação aberta e inclusiva pelas interfaces, podemos construir um conhecimento mais acessível e colaborativo, essencial para o desenvolvimento de assessorias técnicas que realmente atendam às necessidades da comunidade.

Entretanto, o uso de interfaces como método de AT em Arquitetura e Urbanismo também apresenta uma série de obstáculos e conflitos que merecem atenção. A começar pela complexidade de integração entre sistemas e grupos distintos pode se tornar um desafio significativo, especialmente quando as interfaces não são bem definidas, não usam linguagem apropriada ou não são flexíveis o bastante para conseguir acolher as situações que podem surgir. Se os participantes não se sentirem envolvidos ou representados, isso pode resultar em alienação. As pessoas podem sentir que suas vozes não estão sendo ouvidas ou que suas experiências não são valorizadas, levando a um desengajamento. Além da falta de clareza, que pode resultar em mal-entendidos e levar a implementações inconsistentes, o perigo de rigidez estrutural de uma interface pode impedir que seus objetivos sejam alcançados e que qualquer conflito não esperado seja um entrave intransponível.

Além disso, os enfrentamentos na utilização dessas ferramentas permeiam a dificuldade dos tempos, capital financeiro, eventual ausência de transparência nos discursos, desinteresse da população e o não reconhecimento da seriedade nas atividades propostas. Desde o momento de sua concepção até o de atribuição dos conhecimentos compartilhados e incorporados pelos participantes, após seu uso, o método leva um tempo extenso, interferindo inclusive na paciência dos seus participantes e na apatia e desistência dos propositores. Como dito anteriormente, os momentos das atividades são horas preciosas que os assessorados cedem para isso, por isso, se há uma dificuldade de entendimento dos objetivos daquele momento pode gerar descontinuidade da participação.

Por serem elementos mais lúdicos<sup>71</sup>, facilmente são confundidos como desimportantes e desperdício de horas investidas. Os grupos sócio-espaciais estão mais familiarizados com uma tratativa mais enrijecida pragmática, advindas do Estado, ou de grupos de Assistência Técnica. Atuações que extrapolam as práticas tradicionais podem incitar resistências à implementação de ferramentas recreativas, criando tensões.

Em um esforço de superar esse entrave, os discursos precisam estar alinhados, no qual os propositores se empenhem em um diálogo honesto e objetivo. Para mais, precisam superar a vaidade e abrir mão de alguns planos iniciais, para que a atividade respeite e valorize os novos movimentos trazidos. Pois, caso não o façam, outro entrave surge: a eterna dependência da presença dos profissionais (não neutros nos debates), não deixando que o engajamento autônomo ocorra.

Diante disso, no lugar de mediadoras, as interfaces servirão como uma cortina de fumaça para afirmar e transferir os pensamentos institucionalizados. Fazendo com que no instante em que as atividades se encerram, levam consigo a mobilização e os instrumentos. Quando a presença dos profissionais (e acadêmicos) predomina, pode haver uma apropriação do espaço de diálogo, excluindo as comunidades de um papel ativo na discussão e decisão sobre seus próprios contextos.

Adiante, mesmo que o uso se dê de maneira democrática, problematizadora, e dialógica, esbarramos em dois pontos. O primeiro é a diversidade de interpretações dessas interfaces, a conjunção de diversos repertórios dos sujeitos envolvidos criam dinâmica rica e única, mas também pode gerar conflitos, especialmente em contextos de resolução e deliberação. Pode também haver um desalinhamento entre as expectativas dos técnicos e das comunidades em relação aos resultados esperados. Enquanto técnicos podem buscar específicos dados e análises, as comunidades podem estar mais interessadas em resultados tangíveis e práticos que melhorem suas condições de vida imediatas. Essa situação requer uma considerável habilidade de adaptação e gerenciamento dos profissionais, sendo que

---

<sup>71</sup> Essa ludicidade também traz consigo um possível valor monetário aplicado. Pela necessidade de serem convidativas e interativas, muitas vezes dependem da produção de materiais, aumentando o custeio das atividades da Assessoria (que, em sua maioria, partem de um orçamento extremamente baixo).

intervir ou apaziguar ou nem sempre é a melhor solução e muitas das vezes não cabe aos assessores técnicos fazê-la.

A segunda adversidade é sobre a complexa avaliação do impacto das interfaces em processos participativos. Mesmo com objetivos evidenciados, os caminhos que podem tomar as atividades constituem um dinamismo plural e que são absorvidos e apropriados em diferentes intensidades. É preciso muito trabalho de análise para chegar a pontos de diagnósticos e avaliações, em um processo cíclico de ação-reflexão-ação, para superarmos as etapas do trabalho e alcançarmos produtos necessários. Com tanto dispendimento de tempos e recursos, é importante que cheguemos a algum lugar. E que esse lugar seja minimamente oportuno às pessoas ali presentes.

Esses fatores ressaltam a importância de um planejamento cuidadoso e inclusivo na implementação de interfaces, em abordagens participativas que integrem efetivamente as vozes locais. Isso pode garantir que as interfaces sirvam como ferramentas de empoderamento e não de exclusão e que elas contribuam efetivamente para a assessoria e a democratização de seus processos sociais.

Neste trabalho de mestrado, as metodologias anteriormente trazidas, criam as bases na concepção das interfaces desenvolvidas nesse processo. Incorporam características específicas, que serão discutidas no próximo capítulo, e características comuns dentre elas, que embasaram todo o processo de idealização, conceito e produção. Destacam-se : a necessidade e capacidade de mobilização e engajamento; a busca pela desierarquização de conhecimentos e falas (mesmo que utópica); a abertura para diálogo, retóricas e negociações; ambiente dialógico; compartilhamento de saberes institucionalizados (decodificados) e não institucionalizados; busca pela autonomia dos envolvidos, em um possível movimento de transformação e emancipação — tanto espacial quanto profissional; e o crescimento e empoderamento de todas as partes.

Assim, o interesse esteve em (1) integrar dinâmicas de mediação no processo de resoluções, decisões, projetos e para lidar com conflitos entre os diferentes grupos do trabalho de Assessoria, seja entre os próprios assessorados ou entre eles e os presentes especialistas; (2) romper algumas barreiras de comunicação que existem nessa dicotomia contextual e facilitando uma ideia de parceria e coletividade; (3)

auxiliar não só no compartilhamento de pensamentos, mas também nas negociações necessárias; (4) criar alianças e compromissos e alinhar diferentes perspectivas; (5) e, por fim, mobilizar informações em um contexto dinâmico e incerto. Em suma, é uma chamada para que o engajamento coletivo seja parte integrante do desenvolvimento dos percursos, produtos e projetos nesses contextos complexos.

### **Círculo de Cultura**

O Círculo de Cultura, idealizado por Paulo Freire na década de 1960, é uma metodologia pedagógica que rompe com os modelos tradicionais de ensino ao se basear na valorização do diálogo, da troca de saberes e das vivências dos envolvidos. Originalmente concebido para a alfabetização de adultos em contextos populares, expandiu-se para diversas áreas da educação e formação política, especialmente em movimentos sociais e comunidades marginalizadas. Essa abordagem promove a construção coletiva do conhecimento, partindo de temas geradores que emergem das realidades concretas dos participantes, com o objetivo de fomentar uma consciência crítica e reflexiva.

A prática do Círculo de Cultura transcende a simples transmissão de conteúdos, criando um espaço democrático onde educadores e educandos atuam como co-construtores do saber. No qual “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1997, p. 96). E, para isso, os processos de construção do conhecimento mútuo são feitos pela somatória de saberes científicos, locais e comunitários e da interseção de todos eles, sempre pautadas no diálogo. Nesse contexto, o

Círculo de Cultura constitui-se locus da vivência democrática, de formas de pensamentos, experiências, linguagens e de vida, que possibilita o estabelecimento de condições efetivas para a democracia de expressões, de pensamentos e de lógicas com base no respeito às diferenças e no incentivo à participação em uma dinâmica que lança o sujeito ao debate, focando os problemas comuns (DANTAS; LINHARES, 2014, p. 76).

Portanto, essa ação também objetiva um deslocamento das posições exercidas pelos sujeitos presentes, no qual todos passam a ser educandos e também educadores, já que é um espaço aberto para o conhecimento heterogêneo, seja

técnico, narrativo, científico, analítico, histórico, etc. Assim, “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação” (FREIRE, 1997, p. 64). Todos ensinam e aprendem juntos, desenvolvendo o saber coletivo, o conhecimento mútuo.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser – e, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, 1997, p. 35).

Freire os nomeia como educador e educando, pois sua concepção metodológica faz parte de um ambiente de escolarização, em exercício voltado à educação propriamente dita. Porém, como a discussão aqui trazida se volta a outros contextos, os educadores serão substituídos por responsáveis pela prática da proposta metodológica, e terão sinônimo de facilitador, mediador, ou, mais intimamente ligado à esta dissertação, assessor técnico. O lugar de educandos, nessa visão, é transferido aos indivíduos do grupo sócio-espacial trabalhado. E a coletividade entre os responsáveis e os sujeitos do grupo serão chamados de participantes, pois nessa metodologia, todos os envolvidos nas atividades são ativos em constituí-la. Ou seja, todos atuam como agentes ativos na busca por emancipação e mudança social.

Mesmo que proponha a horizontalidade, como anteriormente exposto, não é uma atividade simplória fazer com que os técnicos formais saiam da posição de detentores do saber, tanto pela construção social e acadêmica que passaram, quanto pelo olhar dos indivíduos com quem atua. Ao mesmo tempo que não é fácil cultivar nos sujeitos a importância do conhecimento que carregam consigo. É um trabalho constante e certamente democrático, fazendo com que a prática seja dialética, pela evolução do pensamento por meio da interação de ideias, e dialógica, pelo diálogo entre os envolvidos.

Ou seja, a educação deve ser interativa, permitindo a discussão e desenvolvimento coletivo, situação com certo nível de complexidade, como em qualquer outro meio de debate e negociação. Como é uma prática que preza pela participação ativa dos sujeitos, também carrega consigo as questões destes, seja individual ou coletiva.

Todos são atravessados e exercem relações de poder, carregam subjetividades, são implicados de diferentes formas pelas objetividades do sistema, entre outras questões individualizadoras e agregantes.

Freire (1997) acredita que o ser humano é um ser inacabado, sempre em busca de se aprimorar e interagir com o mundo em coletividade. Essa busca, que ele chama de "ser mais", está relacionada à vocação ontológica do ser humano, que envolve a humanização e a realização plena de seu potencial. "Esta busca do ser mais, porém, não pode realizar-se ao isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires" (FREIRE, 1997, p. 105). O objetivo não é sobre participação, mas sobre coletividade e a ação coletiva. Nessa reflexão,

[...] não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E [...] será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (FREIRE, 1997, p. 101).

Consequentemente, é sobre a importância da coletividade no próprio processo de aprendizado e reflexão, sendo que a educação deve ser um esforço conjunto. E a superação das limitações não ocorre apenas absorvendo ideias, mas sim através da produção e transformação dessas ideias na prática e na comunicação.

Para mais, ancorada em fundamentos marxistas, a metodologia propõe a análise das estruturas de opressão e desigualdade, incentivando a autonomia e o empoderamento. Nesse ambiente colaborativo, a codificação e decodificação das experiências permitem que os participantes interpretem suas vivências e se reconheçam como agentes de transformação social, além de promover uma aprendizagem contextualizada. Logo, rompe com a lógica tradicional de transmissão de conhecimento, que muitas vezes é unidirecional e hierárquica.

Em vez disso, oferece um espaço colaborativo onde o saber é co-construído, respeitando todas as experiências e conhecimentos prévios. Promove assim uma experiência de diálogo, que envolve reflexões sobre trabalho, práxis e transformação social. A intencionalidade é superar a consciência imediata da realidade vivida, incentivando análises mais profundas. E com isso, no caminho pela autonomia, os profissionais envolvidos ficam cada vez mais no lugar de facilitadores, diminuindo assim as hierarquias dentro do Círculo.

Para Paulo Freire (1997), o “círculo” reflete o conceito de circularidade dos encontros e retrata a dinâmica interativa, onde o conhecimento flui de forma dialética, adaptando-se às mudanças sociais e históricas. Também é sobre a própria conformação física, a disposição dos sujeitos durante as atividades, ou seja, em roda. Já a "cultura" se relaciona ao cotidiano e às formas concretas de viver e estar no mundo. Logo, a cultura não é apenas um conjunto de tradições ou conhecimentos teóricos, mas sim uma teia de significados, uma soma das vivências práticas das pessoas em seu ambiente social e político. Assim, o Círculo de Cultura se consolida como uma ferramenta de emancipação social, construída sobre a valorização da diversidade e do saber coletivo.

Círculo de Cultura, porque (...) Faz-se a leitura do mundo – as suas normas, as suas concretudes e os seus afetos. No Círculo de Cultura, aprendem-se e se ensinam modos próprios, novos, solidários, coletivos, populares, de pensar e de agir diante do mundo. E todos juntos aprenderão, de fase em fase, de palavra em palavra, de linguagens em linguagens que aquilo que constroem pelo trabalho é uma outra maneira de fazer cultura (UFPB, 2006, p. 1).

Portanto, são espaços educativos que promovem um ambiente de diálogo e reflexão coletiva, caracterizados pela comunicação e discussão. Isso porque, nesse contexto, a troca de ideias e experiências não é superficial, mas sim baseada em um diálogo profundo, reconhecendo que todos têm algo a contribuir. Além disso, as discussões nos Círculos não se limitam à prática, mas também contribuem para a produção teórica, permitindo que as experiências compartilhadas levem a novas compreensões e teorias. Portanto, a escuta ativa é essencial nesse processo, cada participante está motivado a ouvir e entender as perspectivas dos outros, enriquecendo o diálogo. Bem como o ato de problematizar, pois todos são incentivados a analisar criticamente as falas e experiências compartilhadas, questionando e refletindo sobre suas realidades e as dos demais.

Segundo Fiori (1997), ao "objetivar seu mundo", os participantes não apenas reconhecem e analisam suas experiências, eles se conectam uns com os outros em um espaço comum. Onde a comunicação e o diálogo se tornam ferramentas para criticar e transformar. Todos aprendem em uma "reciprocidade de consciências" (FIORI, 1997, p. 15), com o responsável facilitador atuando como um coordenador-animador das discussões.

Além disso, Freire (1997) enfatiza que o conteúdo deve ser construído a partir da "leitura de mundo"<sup>72</sup> (FREIRE, 1982) dos participantes, permitindo que todos se reconheçam como educadores e educandos. Essa abordagem visa desenvolver uma consciência crítica e fomentar a autonomia, alinhando-se ao conceito de "educação como prática da liberdade" (FREIRE, 1967).

Dessa forma, conectam-se profundamente à subjetividade do grupo. O diálogo, central na dinâmica dos Círculos, fomenta a compreensão do mundo e fortalece as identidades pessoais e coletivas. Essa interação não apenas constrói conhecimento, mas também reforça a identidade subjetiva e coletiva, essencial para uma conscientização crítica.

Historicamente, o Círculo de Cultura emergiu durante as experiências de Freire na alfabetização de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, nos anos 1960. Este modelo pedagógico fazia parte do movimento de Cultura Popular, que buscava valorizar a cultura local e promover a participação ativa da população nas questões sociais e políticas. Inicialmente, os Círculos reuniam trabalhadores orientados por um educador, que facilitava discussões sobre temas relevantes às vivências dos participantes. Embora a alfabetização fosse um dos objetivos, o foco principal era promover a dignidade humana e o protagonismo dos participantes em sua própria história e cultura. A proposta era sobre

(...) uma práxis pedagógica que se compromete com a emancipação de homens e mulheres ressaltando a importância do aspecto metodológico no fazer pedagógico, sem desvalorizar, no entanto, o conteúdo específico que mediatiza esta ação, possibilitando a tomada de consciência do educando, mediante o diálogo e o desvelamento da realidade com suas interligações, culturais, sociais e político-econômicas (DANTAS; LINHARES, 2014, p. 61).

Os encontros abordavam problemas vivenciados pelos participantes, incentivando uma reflexão crítica que os ajudasse a tomar posição diante das questões discutidas. Com o passar do tempo, os Círculos de Cultura se expandiram para outras áreas da educação e da formação política, tornando-se uma estratégia na luta por uma educação libertadora, capacitando os sujeitos, enquanto grupos

---

<sup>72</sup> "A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele" (FREIRE, 1982, p. 9), isso porque "a leitura do mundo revela a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo" (FREIRE, 2007, p. 42, p. 63).

sócio-espaciais, a se verem como agentes ativos por sua emancipação e transformação do seus meios. “Hoje, transcendendo aquela dimensão educativa, pode ser aplicado em atividades de planejamento em qualquer tipo de promoção coletiva que incentive processos educativos, assumidamente, com postura de vida participativa” (UFPB, 2006, p. 2).

Freire (1997) não escreveu sobre essa metodologia como um manual, mas como proposta aberta ao caminho de cada um em como fazê-la, ou como praticá-la. Logo, discorrerei sob o meu olhar. Para começar, antes de tudo, assim como nas outras propostas metodológicas desta dissertação, o Círculo de Cultura exige mobilização e acolhimento, para que as pessoas sintam vontade de participar. Além disso, essa metodologia adota uma abordagem que integra o lúdico ao científico, no qual o uso de dinâmicas, jogos e técnicas de relaxamento podem torná-lo mais acessível, convidativo e eficaz, promovendo a participação mais ativa do grupo (ROZAL *et al.*, 2023). Nas palavras de Gomez (2013),

A intervenção pedagógica implica a realidade, a escuta atenta, a paciência, para esperar a fala, a palavra das pessoas e o registro que permita intervir no que fosse significativo para ambos, tendo em vista também o objeto de estudo em construção. Isso envolve preparar o terreno para a chegada, para a aproximação, para conhecer as pessoas, indagando a realidade e a práxis que se empenha nessa experiência (GOMEZ, 2013, p. 91).

Isto posto, num primeiro momento, o foco está na comunicação, o objetivo é fomentar assuntos importantes para os participantes, seja sobre o território e seus conflitos e questões, seja sobre um grupo de estudos e seus tópicos de interesse, vide seus objetivos. Um ponto de auxílio importante nessa etapa é construir um ambiente mais fluido, descontraído, sempre em roda, e talvez atravessado por outras metodologias integrativas. Isso tem o fim de estimular os participantes não só a falarem, mas também a chegarem em tópicos mais profundos ou até mesmo polêmicos, movimentando um início da percepção de si enquanto indivíduo e enquanto parte de um grupo. Desse(s) diálogo(s), é construído o universo vocabular, do qual serão levantadas as temáticas que serão trabalhadas.

Esse momento também pode acontecer a partir de outras atividades feitas, que não engendradas pelo Círculo em si, principalmente quando o trabalho geral é pautado na participação e no desenvolvimento da ação coletiva — como as ações da assessoria técnica. E, caso você leitor tenha passado pelos últimos subtópicos

deste capítulo, perceberá que aqui há um outro momento rico de união metodológica, no qual o método cartográfico praticado pelo pesquisador-facilitador auxilia grandemente no levantamento temático.

Essa investigação do universo vocabular do grupo representa o conjunto de palavras e expressões que refletem as experiências e vivências dos participantes, na valorização da linguagem cotidiana, criando um ambiente inclusivo e conectado à realidade local. Por meio dessa investigação, identificam-se palavras geradoras que orientam as discussões e promovem a articulação entre conceitos e situações cotidianas.

A lembrar, esse exercício foi criado também para fins de alfabetização, por isso um grande foco nos vocábulos. Porém, “a educação para a democracia, para além da alfabetização é a conscientização sobre o poder da reflexão e as múltiplas possibilidades que o sujeito tem de transformar sua realidade e o meio em que está inserido” (FERREIRA, 2024, p. 282). Mesmo que não seja para uma escrita da palavra, muitos termos que surgem em uma discussão podem se mostrar valiosos na disseminação de seus significados e usos. Além do mais, o exercício facilita a comunicação, já que aprender a dialogar a partir dessa linguagem comum pode auxiliar no contato mais acessível entre os diferentes sujeitos presentes.

As palavras geradoras são palavras específicas que emergem do universo vocabular dos participantes e são escolhidas por sua relevância e conexão com a realidade cotidiana dos educandos. Elas servem como ponto de partida para o aprendizado, permitindo que o grupo explore e discuta suas experiências a partir desses termos. A partir dessas discussões, surgem os temas geradores, que são mais amplos e representam questões ou tópicos significativos. Além de caracterizarem uma investigação em maior profundidade e, por isso, são levantados em considerável menor número quando comparados às palavras.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, ao partir de palavras e temas próximos da realidade do grupo do Círculo, propõe uma educação conectada, que, ao utilizar da linguagem parte daquele cotidiano, seria possível criar um processo educativo mais intensivo. Permitindo assim que eles se identifiquem com o aprendizado e possam refletir sobre algo que estão realmente inseridos.

É a partir desse comprometimento, dessa postura radical de construção do diálogo, de problematização da realidade, intencionalmente voltado para o fortalecimento da práxis (ação e reflexão) que os conteúdos vão sendo desenvolvidos (HENRIQUES; TORRES, 2009, p. 128).

O próximo passo consiste na tematização e é o momento em que os temas e palavras geradoras são codificados e transformados em elementos de reflexão crítica, no ato de decodificar.

A codificação pode se dar por imagens expressas de várias formas — desenho, fotografia, imagem viva, — que por sua vez deverão suscitar novos debates. Parte-se da compreensão de que cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica, dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte (DANTAS; LINHARES, 2014, p. 74).

Esse processo de codificação e decodificação das experiências vividas, permite que os sujeitos compreendam o significado social dos termos e ampliem seu entendimento sobre elas, estes politizam a palavra. A decodificação tem papel de transformar as reflexões iniciais, feitas no ato de codificar, em um entendimento mais objetivo, capaz de abrir possibilidades concretas de ação e transformação. Esse movimento vai do “vivido ao objetivo, da subjetividade à objetividade” (Fiori, 1997, p. 9), ajudando os participantes a enxergar suas experiências sob uma nova perspectiva crítica.

A descodificação é análise e conseqüente reconstituição da situação vivida: reflexo, reflexão e abertura de possibilidades concretas de ultrapassagem. Mediada pela objetivação, a imediatez da experiência lucidifica-se, interiormente, em reflexão de si mesma e crítica animadora de novos projetos existenciais. O que antes era fechamento, pouco a pouco se vai abrindo; a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se crítica (FIORI, 1997, p. 14 - 15).

No processo, o educador cria condições para que os participantes reflitam coletivamente, construindo novos significados e projetando mudanças possíveis. Assim, a tematização não só revela a dimensão social das experiências, mas também incentiva a consciência crítica e o desejo de intervenção no mundo.

Por fim, tem-se a problematização, na qual os participantes são incentivados a ir além da simples observação de suas experiências e a questionar as condições que as cercam. Desvelando assim suas contradições e compreendendo os fatores sociais, culturais e econômicos que a constituem. O objetivo é superar uma visão ingênua do mundo, promovendo uma compreensão mais crítica, em que

identifiquem situações que os afetam e discutam possíveis caminhos, promovendo a conscientização e a mobilização para a ação. Essa etapa, que rejeita uma postura passiva frente ao mundo e enfatiza a capacidade do grupo, está intimamente relacionada à práxis freiriana, que se fundamenta na interconexão que é a união dialética entre ação e reflexão.

Na perspectiva freiriana, problematizar significa refletir sobre o que se faz, como se faz e por que se faz, imprimindo sentido às experiências vividas. Essa reflexão, enquanto componente ativo da práxis, não é apenas uma sequência de ações, mas uma prática educativa que envolve tanto a teorização quanto a própria prática. Não sendo, portanto, um exercício intelectual isolado, mas diretamente ligada à ação.

Completa-se a conclusão de uma atividade no exercício de avaliação, como uma autoanálise, ou autorreflexão da finalizada prática. Essa etapa tem importância sobretudo aos facilitadores, que, a partir das falas voltadas ao fazer, podem construir e conceber novas abordagens e posicionamentos posteriores, assim como uma melhor sistematização do trabalho como todo.

Há de se enfatizar sobre algumas funções exercidas nessa metodologia, a começar sobre o papel do responsável pela atividade. Como anteriormente dito, a atribuição de orientar a atividade deve ser feita no encargo de um ou mais facilitadores. São chamados assim com objetivo de promover certa desierarquização da própria posição. Sua função principal é criar um ambiente propício para o diálogo e a interação entre os participantes, em vez de ser um transmissor autoritário de conhecimento.

Como facilitador, muitas vezes no papel de animador das discussões, tem por responsabilidade coordenar, ajudar a identificar temas e palavras geradoras que são relevantes e estimular a reflexão crítica. E, no cumprimento destas, deve estar sempre atento para que não seja o centro das discussões e decisões, esforçando-se para que aconteça essa inversão dos protagonismos. Sobretudo, preocupar-se em não exercer falas impositivas quando não há necessidade. Pois, por sua posição de maior poder — socialmente falando —, pode acarretar em manipulação do grupo, ou até mesmo gerar sentimento de anulação e rejeição nos demais, inibindo-os de se expressarem.

Contudo, não significa que deva se omitir, sendo também convidado a expressar seus saberes e suas inquietações, de modo a propiciar uma arena dialógica para a troca de conhecimentos. Entretanto, que saiba medir até onde suas falas são de condução crítica para o crescimento do diálogo, ou prejudiciais no encaminhamento para a proposta emancipação.

Para além, também incube a ele assumir-se enquanto pesquisador, trabalhando em estudos prévios às atividades, tanto do espaço que atuará, quanto da sua própria formação para essa atuação, na construção de uma conduta criativa, sensível, respeitosa, cativante e estimuladora. Como também em atividades durante e posteriores às ações desenvolvidas, na sistematização e reflexão sobre a prática. O esforço está em fazer com que

as ações desenvolvidas gerem uma reciprocidade entre educador e educandos, estabelecendo a superação da dualidade pela autenticidade da ação e dos saberes, que são creditados pela convicção no potencial criador dos sujeitos, colocando-se, assim, a serviço de movimentos de humanização mútua e de construção dos lugares possíveis de libertação, gestores do ser mais (FREIRE, 1997 apud LEAL; SILVA; AZEVÉDO, 2021, p. 329).

Outro ponto, é a já citada formação física do Círculo de Cultura, que tem referência em seu próprio nome, logo, os participantes são sempre dispostos em roda. O objetivo é promover um ambiente de diálogo mais horizontal e inclusivo. Essa disposição física facilita uma maior igualdade entre os participantes, permitindo que todos tenham a mesma oportunidade de falar e ser ouvidos. Isso auxilia a eliminar a hierarquia típica das salas de aula tradicionais ou palestras, onde o detentor do saber está à frente e os aprendizes estão virados para ele e de costas um para os outros.

Além disso, o formato circular incentiva a interação e a troca, pois todos os participantes estão visualmente conectados, criando um espaço mais acolhedor, favorecendo a participação ativa. Como também reforça a ideia de que cada voz é importante e que todos, como segmento dessa roda, têm algo a contribuir.

Visto sua prática, um adendo é importante a ser colocado: Círculos de Cultura não são sinônimos de rodas de conversa. Apesar da semelhança por serem práticas de diálogo e interação social que favorecem a troca de experiências e a reflexão coletiva, além da disposição física dos seus participantes, elas não são a mesma

prática metodológica. A roda de conversa é um método integrativo que pode ter abordagem mais flexível, buscando a troca de saberes e experiências a partir de um ou mais assuntos anteriormente selecionados, sendo assim mais objetiva. Seu propósito é permitir uma reflexão sobre temas específicos, em dinâmica fluida, ou a partir de outras metodologias.

De acordo com Mélo *et al.* (2007), elas são espaços de discussão temática onde os participantes, por meio do diálogo, compartilham suas experiências e reflexões, promovendo uma troca de saberes. Possibilitam assim a ressignificação das experiências, tornando os participantes críticos e reflexivos, ao contrário de modelos de aulas tradicionais, palestras e apresentações. Dessa forma todos os participantes podem se tornar ativos, com a fala sendo vinculada às suas vivências e opiniões. As rodas são, assim, um movimento ético-político de construção coletiva de conhecimento, fundamentado no diálogo igualitário e na negociação entre os sujeitos. Assim, esse processo também é focado em gerar conhecimento coletivo (MELLO *et al.*, 2007).

Por outro lado, o Círculo de Cultura, com base na metodologia de Paulo Freire, mostra-se mais sistemático. Tem um objetivo claro de promover a conscientização e a transformação social por meio da análise crítica da realidade concreta dos participantes. Além disso, ele parte da identificação coletiva dos temas, usados para aprofundar sobre experiências daquele certo grupo sócio-espacial. Assim, enquanto a roda de conversa objetiva pela construção de um espaço democrático de fala sobre determinado assunto, a metodologia do Círculo de Cultura enfatiza a problematização da realidade e a busca por soluções coletivas que promovam a mudança social.

Os Círculos de Cultura envolvem alguns princípios estruturadores fundamentais para garantir uma prática pedagógica transformadora e inclusiva. Alguns já citados e outros expressos por meio de entrelinhas, funcionam como fundamentos norteadores de todo o processo. São eles: a democracia na promoção de um espaço de igualdade onde todos os participantes têm voz e são considerados sujeitos ativos no processo de aprendizagem;

A democracia (...) é forma de vida, se caracteriza, sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas comuns (FREIRE, 1967, p. 80).

O diálogo para o intercâmbio de ideias, permitindo a troca de saberes e experiências que enriquecem a construção coletiva do conhecimento; Ele “deixa de ser uma simples metodologia ou uma técnica de ação grupal e passa a ser a própria diretriz de uma experiência didática centrada no suposto de que aprender é aprender a dizer a sua palavra” (BRANDÃO, 2010, p. 69).

A amorosidade, como a base das relações entre todos os envolvidos, estabelecendo um clima de respeito, confiança e afeto, que favorece o aprendizado e a reflexão crítica; a busca pela horizontalidade nas relações, colocando todos como parceiros no processo de ensino-aprendizagem; a humildade, necessária para que todos reconheçam sua condição de sujeitos inacabados e em constante processo de aprendizagem; o estímulo à autonomia, a partir da práxis metodológica, em que todos são incentivados a refletir criticamente sobre suas realidades e a agir para transformá-las coletivamente; a oralidade e a escuta, reforçando a importância de dar espaço às diversas vozes presentes e de ouvir ativamente suas perspectivas e necessidades; a problematização das questões abordadas, permitindo uma análise profunda das realidades, promovendo uma reflexão que vai além da simples troca de informações; por fim, o pensar e agir criticamente, capacitando os sujeitos para não apenas compreenderem sua realidade, mas para intervir de maneira transformadora nela, utilizando a realidade concreta como ponto de partida para a reflexão.

Firmados nesses princípios, quando o Círculo é praticado em contextos educativos e comunitários, proporciona uma variedade de ganhos, como o empoderamento da comunidade, ao envolver os participantes ativamente no processo. Isso cria um senso de pertencimento e responsabilidade sobre os temas abordados e sobre a própria atividade coletiva territorial. Além disso, promove o desenvolvimento de consensos entre diferentes grupos, incentivando a colaboração e o entendimento mútuo.

No entanto, essa metodologia também enfrenta desafios significativos, como a resistência à participação, especialmente de indivíduos acostumados com modelos

“participativos” tradicionais. Somado a isso, o processo de construção coletiva demanda tempo, o que pode ser um obstáculo em contextos que exigem resultados rápidos, ou pela própria agenda dos envolvidos, o que pode provocar desmobilização.

A desigualdade de vozes nas discussões também podem comprometer o processo, dificultando a criação de um espaço democrático e inclusivo. Essa situação não ocorre somente pela presença de profissionais, mas também pelo posicionamento mais dominante de alguns indivíduos, como por exemplo as lideranças dos territórios. Além disso, a falta de formação adequada dos facilitadores pode comprometer as atividades, não só no manejo e orientação, como já exposto. Como muitas vezes as discussões caminham em temas sensíveis, essa falta de formação pode acarretar em um mal condicionamento da discussão, podendo gerar desconforto e tensões.

No mais, o Círculo de Cultura é um espaço educativo que busca resgatar as vivências dos participantes e promover uma análise crítica da realidade, permitindo que as pessoas reflitam sobre suas experiências e compreendam o mundo como algo que pode ser transformado. Por meio do diálogo, todos são convidados a compartilharem suas ideias em igualdade, criando novos significados coletivamente. Nesse processo, os participantes são engajados a se humanizarem, revelando contradições sociais e opressões. Para mais, compreenderem que as dificuldades enfrentadas não são imutáveis, por isso, por meio da ação coletiva é possível mudar a realidade. Assim, o Círculo de Cultura se torna um espaço de aprendizado e transformação, onde a prática educativa, através da práxis freiriana, une reflexão e ação para enfrentar as estruturas opressoras e construir um mundo mais humanizado<sup>73</sup>.

Por fim, gostaria de acrescentar a essa metodologia, principalmente em sua lente de formação política, a ideia de comunidades de aprendizagem, como proposta por bell hooks (2013). A ideia tem o fim de ver emergir um modelo pedagógico ainda mais inclusivo e transformador. Ambos os conceitos, o Círculo de Cultura e as comunidades de aprendizagem, ainda se tratando de diferentes metodologias,

---

<sup>73</sup> Para Paulo Freire, humanizar significa reconhecer e afirmar a dignidade humana, envolvendo a conscientização crítica e o diálogo. A humanização do mundo envolve a luta contra injustiças sociais e requer a participação coletiva, visando criar, com amorosidade, uma sociedade mais justa e solidária, onde todos possam desenvolver seu potencial e contribuir para o bem comum.

compartilham o objetivo de construir espaços educativos de forma coletiva, que rompam com a lógica hegemônica da educação tradicional. Que promovam a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de agir para transformar sua realidade e a própria prática educativa em um instrumento de emancipação e justiça social.

As comunidades de aprendizagem, propostas por bell hooks (2013), são espaços educativos inclusivos e transformadores, centrados na dignidade humana, no amor, na solidariedade e na resistência. Esses ambientes promovem o aprendizado por meio de um diálogo horizontal, valorizando as vozes marginalizadas e reconhecendo as experiências de vida dos participantes como essenciais para o processo educativo. Ajuda, assim, a construir um senso de pertencimento e empoderamento entre os participantes. hooks critica modelos tradicionais que perpetuam a opressão, propondo uma pedagogia que cultiva a liberdade e a empatia, formando agentes de mudança comprometidos com a justiça social.

Ao integrar princípios como colaboração e respeito mútuo, as comunidades de aprendizagem podem influenciar significativamente meios educativos como os Círculos de Cultura freireano. Não obstante, esses autores interagem em intenso diálogo em suas obras, no qual hooks tem um capítulo dedicado aos conhecimentos trazidos por Freire. Assim como, inspirado pelo diálogo presencial com hooks, Freire modificou sua forma de ver o mundo e transmitiu-a em sua própria escrita, em suas obras. A interação entre essas metodologias enriquece os espaços educativos, promovendo a troca de saberes e a conscientização para a ação baseados na amorosidade, respeito e sensibilidade ao outro. Consequentemente, construindo um ambiente seguro e acolhedor no qual a diversidade de experiências enriquece o aprendizado. Essa convergência fortalece o compromisso ético e político com a transformação, resultando em ambientes dinâmicos que contribuem para a formação de indivíduos críticos, solidários e engajados na emancipação coletiva.

# CAP. 02

Praticando  
a teoria  
-  
Assessoria  
em campo



## PRATICANDO A TEORIA — ASSESSORIA EM CAMPO

O Capítulo 2 versará sobre o empirismo desta pesquisa e a prática baseada nas apostas metodológicas trazidas. Pela busca de diálogo não só com os termos da profissão em si, mas também com sua relação com a cidade, seus espaços e grupos sócio-espaciais, a feitura desta dissertação não se absteve a uma análise metodológica solitária ou construída somente a partir de textos acadêmicos. Fez-se, indispensavelmente, teórico-prática e participativa. A crença é que a temática sobre uma atuação que envolva uma densa rede de sujeitos deveria necessariamente ser construída por uma pluralidade de vozes.

[...] a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos estes fatos e todos estes dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população nele envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Se me preocupa, por exemplo, numa zona rural, o problema da erosão, não compreenderei, profundamente, se não percebo, criticamente, a percepção de que dele estejam tendo os camponeses da área. A minha compreensão e o meu respeito. Fora desta compreensão e deste respeito à sabedoria popular, à maneira como estes grupos populares se compreendem em suas relações com o seu mundo, a minha pesquisa só tem sentido se a minha opção política é pela dominação e não pela libertação dos grupos e das classes sociais oprimidas. Desta forma, a minha ação na pesquisa e a dela decorrente se constituem no que venho chamando de invasão cultural a serviço sempre da dominação. Se, pelo contrário, minha opção é libertadora [...] não posso reduzir os grupos populares a meros objetos da minha pesquisa. Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento (FREIRE, 1986, p. 35).

Por esse caminho, ao construir esta investigação, grande parte se volta à prática e reflexão de como a teoria aplicada se discorre em campo, pela sua própria atuação, e na fuga de possíveis arbitrariedades. Dessa forma, como parte integrante e de suma importância para esta análise, aqui será destinada parte da práxis metodológica que se volta à ação, valorizando mais os processos do que possíveis resultados, sendo esta uma pesquisa das subjetividades. Nela, serão praticadas as abordagens metodológicas pesquisadas no capítulo anterior e oriundas do desenvolver empírico das intensas leituras feitas ao longo do *stricto sensu*, e até mesmo antes. Assim, construindo ação e reflexão junto e dialogicamente com diversos agentes, produtores do espaço e vivências, enreda-se esta pesquisa que estima contribuir para a reflexão de uma práxis embasada.

Destacando o posicionamento de não neutralidade do pesquisador frente ao universo pesquisado e, sobretudo, do universo pesquisado frente ao pesquisador,

as práticas que aqui serão destrinchadas tiveram como pilar a participação ativa de todos os envolvidos nas práticas espaciais. Almejando ser uma prática espacial realmente insurgente<sup>74</sup> e democrática, as conduções metodológicas compreenderam pontos importantes de formação política e foram empenhadas para o esforço de desviar dos assistencialismos e participativismo.

Apoiada na pesquisa-ação, a análise se inicia com um reconhecimento, que consiste em uma análise situacional detalhada do contexto em que a pesquisa será realizada (TRIPP, 2005). Esse reconhecimento proporciona uma visão ampla das práticas atuais, dos participantes envolvidos e dos fatores que influenciam a situação estudada. Concomitante a isso, a pesquisa-ação se distingue da pesquisa participativa porque, além de envolver um estudo científico, ela resulta em uma ação concreta a ser realizada pelo pesquisador em conjunto com os sujeitos participantes da pesquisa.

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a "dizer" e a "fazer". Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados (THIOLLENT, 2009, p. 16).

Logo, paralelamente ao processo de estudo acadêmico, incube-se de projetar e implementar mudanças para melhorar a prática na própria prática, seguindo o mesmo ciclo da pesquisa-ação. Isso inclui planejar como monitorar e avaliar a situação atual, executar esse monitoramento e, em seguida, interpretar e avaliar os resultados obtidos. Com base nessa análise da ação, é possível planejar mudanças e aprimoramentos adequados, dando seguimento ao primeiro ciclo de pesquisa-ação. Esse processo orienta a ação e a reflexão, garantindo que as mudanças propostas sejam contextualizadas e eficazes; para isso, é contínuo e interativo, permitindo ajustes e refinamentos ao longo do tempo.

Logo, esta dissertação parte de duas ações baseadas na pesquisa-ação, em paralelo: a primeira é a própria pesquisa de mestrado e a segunda é a assessoria técnica ReUrb Carolina, que cumpre o lugar da ação da primeira, no ciclo

---

<sup>74</sup> Souza (2010) as caracterizam como práticas que se insurgem, efetivamente, contra a propriedade privada e os demais pilares da ordem sócio-espacial heterônoma.

investigação-ação (TRIPP, 2005). Sendo assim, a pesquisa de mestrado se estruturou em fases desta metodologia: 1) *Reconhecimento*: sobre a própria prática da assessoria técnica e suas questões, como a recorrente carência de embasamento teórico e programação; 2) *Investigação*: 2.1) fase exploratória: a) caminho prático profissional da pesquisadora assessora; b) bibliografia e estudos de caso; c) estudo metodológico; 3) *Ação*: 3.1) Planejar e agir: a) o levantamento do tema, dos problemas e possíveis hipóteses; b) o planejamento de uma melhora da prática (plano de ação); c) implantar a melhora planejada em um trabalho de assessoria, a ReUrb Carolina (produção de dados); 4) *Investigação*: a) monitorar, descrever e analisar os efeitos da ação (produção de dados); b) avaliar os resultados da ação, com base nesta e outras metodologias acionadas; e, por fim, 1.4) a divulgação externa feita por essa dissertação de mestrado.

Os seminários foram atribuídos nos momentos de ação e da segunda fase de investigação, em conjunto com as outras assessoras, que muito participaram e contribuíram no desenvolver desta dissertação. Já a segunda ação, baseada na pesquisa-ação que é o projeto participativo de regularização fundiária e parcelamento da Ocupação Carolina de Jesus, feito na assessoria técnica prestada, e as etapas se deram de maneira mais cíclica em cada uma das oficinas feitas, como será discorrido no subtítulo “Assessoria ReUrb Carolina”.

Esse trabalho foi realizado na cidade do Recife, em Pernambuco, e todas as ações foram realizadas durante assessorias prestadas pela Brigada de Arquitetura do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MTST). Logo, o conteúdo se inicia em contextualização geográfica e social da região e município, não só para descrever mapas aos leitores, mas no entendimento que uma investigação e presença ampla no território faz parte da práxis, a assessoria é localizada, distinta e subjetiva, assim como as pessoas e territórios envolvidos. A cultura regional e local faz parte da leitura e atuação, assim como é somada à presença do pensamento interseccional: trabalhamos em conjunto com o grupo sócio-espacial, que tem cor, tem gênero, tem classe e tem cultura(s).

Para a realização desta pesquisa teórico-prática, no pequeno tempo hábil de mestrado, foi preciso envolver situações de grupos sócio-espaciais mobilizados, logo, pertencentes ou dentro de algum tipo de organização social, seja ela um movimento, uma associação, um trabalho de assessoria e assistência técnica já em

trânsito, entre outros. Uma das vantagens, presentes no envolvimento com movimentos sociais, é o compromisso que já possuem em integrar e formar politicamente seus militantes e moradores das ocupações vinculadas a eles. Além disso, produzem e trabalham em práticas espaciais insurgentes desde seu nascimento, seu trabalho de base<sup>75</sup> é uma de suas maiores estratégias, para responder aos mecanismos de apagamento e exclusões criados pela cidade heterônoma, como aponta Rodrigues (2021).

Quando trabalhamos com determinados movimentos podemos perceber através da organização metodologias que são apresentadas de acordo com os segmentos que cada organização constrói no decurso de sua constituição. É visto que possuem uma diversidade das ações como, realização de assembleias com a comunidade, reuniões com os membros, criação de grupos com lideranças votadas coletivamente, trabalho de base na busca de levar a pauta política a um maior número de pessoas, pensando também na importância da adesão coletiva (RODRIGUES, 2021, p. 39).

Desse modo, o capítulo caminha para uma reflexão e registro sobre o histórico e as bases do MTST, contendo suas atividades como organização, o entendimento de suas metodologias de ação e formação, com foco na atuação de sua Brigada de Arquitetura e Urbanismo. Segundo Arruda (2021), todo trabalho de mobilização e pesquisa em campo é potencializado quando atrelados às dinâmicas já em curso do território e do movimento, seja de forma positiva ou negativa — já que ambos geram informações a serem captadas e cartografadas. Assim, esse pré-estudo dos territórios e do movimento social foi imprescindível para a presença de qualquer parecer prático e nos instrumentos trabalhados.

A pesquisa conta com a assessoria prestada na Ocupação Carolina de Jesus, que está localizada no bairro de Jardim São Paulo, zona oeste do Recife, em Pernambuco. Essa ocupação entrou em um processo de Regularização Fundiária, viabilizado pela Emenda Parlamentar nº 181/2020, de autoria das Juntas Codeputadas, a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021. A equipe multidisciplinar deveria elaborar, de forma participativa, o Projeto Básico de Parcelamento do traçado das áreas privativas (lotes) e das áreas comunitárias da

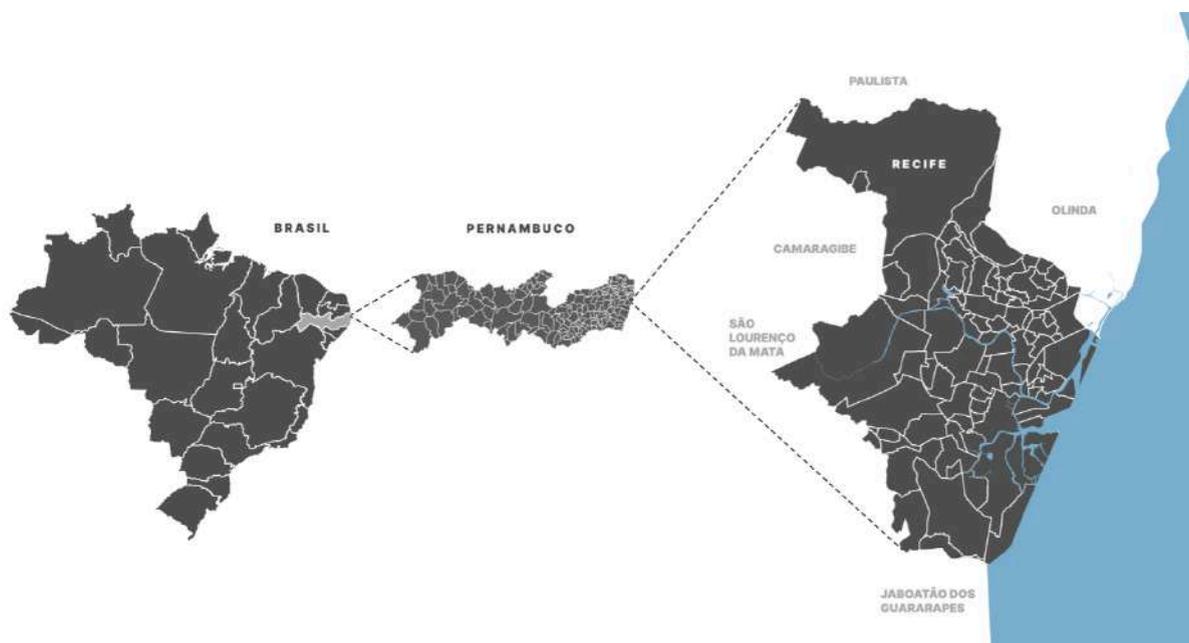
---

<sup>75</sup> “Retomar o trabalho de base não é a repetição saudosa de práticas e atividades do passado. Também não é o basismo que trata o povo como menor incompetente ou elogiando suas ações espontâneas (basismo é uma forma disfarçada de autoritarismo porque mantém a base dependente). Retomar o trabalho de base é o resgate de uma estratégia de um caminho de luta e organização que envolve os próprios interessados no conhecimento e solução dos desafios individuais e coletivos.” (PELOSO, 2012, p. 27.)

Ocupação Carolina de Jesus, para o desenvolvimento do Projeto de Regularização Fundiária. A execução do projeto teve como responsável legal a instituição Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Entidade co-proponente (executora) — Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS).

## No Recife

Figura 1: Localização de Recife, com separação de bairros e entorno.



Fonte: Autora, 2024.

Antes de discorrer sobre a capital pernambucana, é pertinente pautar que os recifenses têm uma preferência categórica por dizer "no Recife" em vez de "em Recife". Essa é uma escolha que reflete tanto o apego à tradição linguística local quanto ao respeito pela identidade cultural da cidade. Essa forma pode causar certo estranhamento às pessoas não locais, já que a preposição "em" que geralmente é utilizada para indicar um estado ou condição dentro de um lugar, enquanto "no" é uma contração da preposição "em" com o artigo definido "o", que se refere especificamente a um lugar masculino, como é o caso de "Recife". De fato foi para mim, que sou mineira e nunca havia ouvido a expressão antes de viajar para esse município.

Entretanto, essa forma de falar não é apenas uma peculiaridade regional, mas um símbolo de pertencimento e valorização das raízes históricas e culturais do Recife. Gilberto Freyre (1975, 1997), um dos maiores intelectuais brasileiros, defendeu que o uso do artigo definido masculino "o" antes do nome da cidade reforça sua singularidade e expressa o vínculo afetivo entre os habitantes e o espaço urbano. Para ele, dizer "no Recife" ou "do Recife" é uma forma de reconhecer a cidade como um lugar único, com narrativas e memórias que marcam sua história e identidade.

Freyre (1975) também destacava que o uso de "em Recife", sem o artigo masculino, era comum entre pessoas de fora, especialmente das regiões Sul e Sudeste, o que, para ele, refletia um desconhecimento ou descaso com a tradição cultural local. Além disso, ele via nesse uso uma tentativa de padronizar a linguagem, desconsiderando as especificidades e o orgulho da identidade recifense.

Quando se vivencia o Recife, aprende-se a entendê-lo enquanto personagem vivo de sua própria história, não mais um local físico. Ao caminhar pela cidade e ouvir a expressão "em Recife", percebe-se, de forma bastante clara, uma distinção entre aqueles que são ou não da região. Essa diferenciação, no entanto, não está mais vinculada exclusivamente à ideia de ser nascido e/ou criado na cidade, mas sim a um sentimento de pertencimento, identificação e respeito. Sendo este último que deveria ser parâmetro para seu uso de forma geral, o respeito ao uso da linguagem de quem não só é "DO Recife", mas também constrói o que é "O Recife".

Essa questão diz muito sobre a construção do imaginário sobre o próprio lugar e seu vínculo atinente entre sujeitos, ambientes, rios e paisagens. Formando assim uma identidade coletiva, onde as experiências compartilhadas e as narrativas locais contribuem para um sentimento de comunidade. Dessa forma, os habitantes não apenas vivem em um espaço físico, mas também criam um espaço simbólico que reflete suas histórias, lutas e aspirações.

Dessa forma, Recife, assim como Pernambuco em si, evocam profundos sentimentos entre seus habitantes, muitas vezes manifestado através de uma certa adoração, que se traduz em um forte "bairrismo". Característica marcante da identidade pernambucana, que se reflete tanto na valorização das tradições locais quanto nas lutas sociais e culturais que permeiam a história da cidade. O bairrismo

é mais do que um simples orgulho regional, é uma expressão de respeito e cuidado, no qual os recifenses não se importam apenas com a ideia de cidade, mas também com sua comunidade e as condições sociais que a cercam. Porém, esse se importar não é passivo, é de atividade latente, vista em inúmeras e diárias lutas sociais, já que, em contraste com suas riquezas naturais e culturais, o município também apresenta um grau elevado de vulnerabilidade socioespacial.

A começar, Recife é uma das capitais mais populosas do Nordeste, com uma população de 1.599.513 habitantes e urbanização de 100%, marcada por uma história de crescimento desordenado. A ausência de planejamento adequado resultou em grandes aglomerações em periferias e favelas, com infraestrutura precária, especialmente na mobilidade urbana. A baixa altitude média de 4 metros e a proximidade com cinco rios, Beberibe, Capibaribe, Tejipió, Jaboatão e Pirapama, contribuem para a vulnerabilidade da cidade, frequentemente atingida por alagamentos.

A cidade se desenvolveu em uma área composta por diversas áreas de manguezais, e essa convivência entre a urbanização intensa e os ambientes naturais moldou não apenas a geografia, mas também a identidade social da cidade. Josué de Castro (1967), em sua obra *Homens e Caranguejos*, descreveu o Recife como indissociável de seus mangues, que não apenas sustentam a biodiversidade local, mas também representam a luta pela sobrevivência e a formação das dinâmicas sociais urbanas. O autor cria daí as metáforas do "homem-caranguejo" e da "cidade anfíbia", que refletem a relação do município e seus habitantes com os rios e manguezais, como também narra a adaptação de indivíduos às condições adversas nesse ecossistema.

Isso porque as áreas com íntima ligação com os rios e o mar, como os manguezais recifenses, dão lugar às diversas comunidades em situação de vulnerabilidade, a exemplo da grande faixa de moradias em palafitas. São cenários de uma sociedade marginalizada, marcada pela fome e pela exclusão, o que simboliza tanto a resiliência quanto a marginalização social, principalmente pela inadequação e falta de moradia e habitabilidade presentes na capital.

Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro<sup>76</sup>, os dados levantados do Censo de 2022 apontam que Pernambuco ocupa a décima colocação dos Estados com maior déficit habitacional do país. Situação que se agrava na Região Metropolitana do Recife (RMR), pela alta densidade demográfica, sendo a capital pernambucana a décima segunda cidade brasileira mais densamente povoada, com 6.803,6 habitantes/km<sup>2</sup>.<sup>77</sup> Olinda ocupa a sétima posição, com 8.474,00 habitantes/km<sup>2</sup> e três outras cidades da RMR estão entre as 60 cidades mais povoadas do país, como Paulista, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>78</sup>, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há décadas vem destacando o impacto das desigualdades socioespaciais em Pernambuco, que apresenta uma das maiores concentrações de municípios em situação de alta vulnerabilidade social no Brasil. Na Região Metropolitana do Recife (RMR), essa vulnerabilidade é intensificada pelo crescimento populacional desordenado e pela precariedade da infraestrutura urbana, especialmente em áreas periféricas e favelas, onde saneamento básico, habitação de qualidade e mobilidade urbana são insuficientes.

Adicionalmente, os indicadores de desigualdade de renda revelam uma situação preocupante. Publicada pelo IBGE, o índice de Gini<sup>79</sup>, que mede a concentração de renda, coloca Recife como uma das capitais mais desiguais do Brasil em sucessivos levantamentos.<sup>80</sup> Já com resultados insatisfatórios, registrados de 1991 a 2010, o índice piorou consistentemente pós pandemia de Covid-19 e, em 2021, o município foi classificado pelo índice Gini como a segunda metrópole mais desigual do Brasil<sup>81</sup>.

---

<sup>76</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13FL-MVsULmFMjkQb1nQsYzO2JVhLQvwz/view>.

<sup>77</sup> Dados retirados do site da Prefeitura do Recife. Disponível em: <https://desenvolvimentoeconomico.recife.pe.gov.br/censo-2022#:~:text=Um%20fator%20que%20faz%20o,6.803%2C6%20habitantes%2Fkm%C2%B2>.

<sup>78</sup> Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/>.

<sup>79</sup> O Índice de Gini é uma medida que quantifica a desigualdade de renda em uma população, variando de 0 a 1. Um índice de 0 indica igualdade perfeita (todos têm a mesma renda), enquanto 1 representa desigualdade máxima (uma única pessoa detém toda a renda). No Brasil, o índice de Gini é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O órgão investiga a distribuição de renda nos municípios durante os censos demográficos realizados a cada dez anos.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/pesquisa/36/2024>.

<sup>81</sup> Disponível em: [https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Recife\\_OM\\_Eleicoes\\_2024.pdf](https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Recife_OM_Eleicoes_2024.pdf).

Hoje, mesmo sem muitas mudanças estruturais e econômicas, Recife ocupa a sexta posição no país, em 2023<sup>82</sup>.

Essa realidade é refletida no Mapa da Desigualdade<sup>83</sup>, no qual Recife se destacou negativamente em quesitos como educação, saúde e infraestrutura. Problemas estruturais, como a falta de saneamento básico, são destacados em levantamentos como o Ranking do Saneamento 2024<sup>84</sup> do Instituto Trata Brasil, no qual a capital figura entre as 25 piores cidades avaliadas.

A desigualdade na distribuição de renda é medida pelo índice de Gini, dado que também faz parte da Síntese de Indicadores Sociais. Quanto mais perto de 1, maior é a concentração de renda. Em 2021, Pernambuco voltou a ter a terceira maior concentração de renda do Brasil, de 0,579. O Recife, por sua vez, foi a segunda capital mais desigual do país em 2021, com índice de Gini de 0,606, atrás apenas de Aracaju (CBN Recife, 2022).

É nesse conflito, de ser popularmente conhecida como a capital da desigualdade, com suas torres de luxo ao lado de grandes periferias, e ser uma das capitais nordestinas mais reconhecidas do país por suas características físicas e por sua gente, que Recife vira centro de inúmeras lutas urbanas. Por esse caminho, diante de índices sociais e econômicos extremamente desafiadores, grande parte da população tem históricos de mobilização e resistência. Seja no embate por meios culturais, como é o emblemático caso do movimento Manguebeat<sup>85</sup>, seja por batalhas no âmbito habitacional e por habitabilidade, travados no cenário urbano.

### **No Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**

Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto<sup>86</sup> se destaca como a maior organização urbana de movimento dos sem-teto no Brasil, em sua missão de ser

---

<sup>82</sup> O índice é feito com base no Censo do IBGE, aplicado nacionalmente no ano de 2022.

<sup>83</sup> Disponível em: <https://cps.fgv.br/riqueza>.

<sup>84</sup> O levantamento leva em consideração dados de 2020 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2024/>.

<sup>85</sup> O Manguebeat foi um movimento cultural e musical que emergiu no Recife no início da década de 1990, como uma resposta à estagnação e à pobreza que afetavam a cidade na época, marcada por altos índices de violência e baixa qualidade de vida. O movimento foi idealizado por jovens artistas, como Chico Science e Fred Zero Quatro, que buscavam revitalizar a cena cultural pernambucana, promovendo uma mistura inovadora de ritmos tradicionais e contemporâneos.

<sup>86</sup> Página online oficial: <https://mtst.org/>.

um pilar na luta por moradia digna e pela justiça social nas cidades brasileiras. Concentra-se na luta por uma Reforma Urbana que reflita os interesses da classe trabalhadora, organizados em comunidades periféricas e de baixa renda das cidades. Sobretudo em regiões fortemente marcadas pela pobreza, que enfrentam um alarmante déficit habitacional. Por ser um Movimento Social de caráter classista, opera em conjunto com a própria população proletária em vulnerabilidades.

Tanto nos movimentos sociais quanto em outros grupos que debatem questões progressistas das cidades, há uma certa unidade em torno do ideário da Reforma Urbana, do direito à cidade e à cidadania para todos, especialmente para os grupos historicamente excluídos territorialmente, como populações em favelas e comunidades carentes. Essa reunião de movimentos, federações de sindicatos, associações profissionais e acadêmicas, além de ONGs, contabilizou muitas conquistas ao longo dos últimos 25 anos. Entre elas: alguns capítulos na Constituição Federal de 1988, a Lei 10.257/01, o Estatuto da Cidade, a Medida Provisória 2.220/01, a criação do Ministério das Cidades, a realização da Conferência Nacional das Cidades, um Programa Nacional de Regularização Fundiária inédito em nível federal, o Conselho Nacional das Cidades, a Lei Federal 11.445/07, que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental, a Lei Federal 11.124/05, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, a proposta para instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Habitação e do Saneamento.

Essas conquistas refletem a luta por uma gestão democrática e participativa das cidades, visando garantir a justiça social e igualdade de acesso aos recursos urbanos. No entanto, os desafios persistem e os movimentos continuam enfrentando obstáculos para implementar essas políticas de forma efetiva, especialmente em um contexto de crescentes desigualdades urbanas. E esse panorama apresenta um contexto em que aparenta não ser por falta de leis que a maioria da população brasileira foi historicamente excluída da propriedade formal da terra. Maricato (2011) segue esse raciocínio afirmando que:

Os Movimentos Sociais devem lutar por novos marcos jurídicos, mas devem considerar que isso está muito longe de significar conquistas reais. Estamos testemunhando a aplicação quase nula dos instrumentos mais importantes do Estatuto da Cidade (MARICATO, 2007, p. 101).

Muitos movimentos sociais por habitação, como é o caso do MTST, diferenciam-se de outras abordagens políticas, como sindicatos e partidos, por promover ocupações de terrenos e construções que não cumprem função social como estratégia de ação direta, alcançando visibilidade e aumentando as chances de cumprimento de seus objetivos. Entretanto, busca não esvaziar essa ação de significados, a utilizando apenas por suas consequências em relação às disputas com o poder, mas também reconhecê-la pelo seu potencial completo. Como por exemplo a força da própria mobilização social e engajamento de um grupo sócio-espacial, em conjunto com as brechas de autonomia, empoderamento e coletividade geradas no grupo e até mesmo a legitimidade da luta.

O MTST nasceu em 1997 em São Paulo, como uma extensão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), porém há diferentes interpretações sobre como exatamente o movimento surgiu. Alguns argumentam que foi uma extensão deliberada do MST para as cidades, enquanto outros apontam para eventos como a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça de 1997. Momento em que o MST e os movimentos urbanos por moradia se aproximaram, resultando em ações de ocupação de terras. Atualmente, o MTST está presente em 11 estados, mobilizando aproximadamente 30 mil famílias, a maioria na Região Metropolitana de São Paulo.

O Movimento se tornou um ator político significativo, principalmente após junho de 2013, estrategicamente buscou uma abordagem em que não só contesta o sistema governamental, mas também a integrá-lo. Isso envolve a conquista de espaços dentro das instituições estatais, como participar de eleições ou ocupar cargos públicos, com o objetivo de promover suas agendas e demandas de forma mais eficaz. Essa tática vai pelo caminho de aprimorar tanto as práticas espaciais quanto as ações realizadas por seus agentes, entretanto, há de se ter certa maturidade e prudência ao fazê-lo.

Essa combinação entre ação direta e luta institucional tende a fortalecer as práticas do movimento, mas corre o risco de também cooptá-las. Essa estratégia pode tanto legitimar, garantindo que as vozes dos grupos representados sejam consideradas

nas decisões políticas, evitando sua marginalização e promovendo uma interação produtiva entre a sociedade civil e o Estado. Quanto também pode institucionalizar as lutas sociais, às limitando e delineando pelas vontades dominantes, criando uma ilusão de resistência e antagonismo.

As práticas espaciais propriamente insurgentes têm a ver, acima de tudo, com a ação direta . Entretanto, aquelas práticas dos movimentos “negociadas” com o Estado, mesmo sem ser diretamente insurgentes, podem ter, sim, conteúdo crítico, e mesmo ser compatíveis com metas estratégicas radicais e insurgentes, desde que as organizações dos movimentos não percam de vista o horizonte estrutural e não deixem que a tática conduza e colonize e subverta a estratégia (SOUZA, 2010, p. 29).

Desde 2018, o movimento tem lançado candidaturas aos cargos eletivos, incluindo a proposta de mandatos coletivos, gerando líderes políticos de destaque, como Guilherme Boulos, atual presidente do MTST. Entretanto, “não se trata, portanto, de ignorar a luta por espaços institucionais por via eleitoral ou qualquer outra via, mas de dar a ela a devida dimensão no processo de construção de um outro mundo marcado por outras relações sociais” (MARICATO, 2007, p. 2).

Voltando às bases, grande parte dos seus membros são indivíduos que não conseguiram suportar os altos custos dos aluguéis nas grandes cidades, ou que vivem em áreas de risco, além daqueles que enfrentam despejos injustos. Além disso, parte de um grupo bem heterogêneo, de maioria feminina, de baixa escolarização, em subempregos ou desempregados e, principalmente, de baixa renda. No geral, são sujeitos que vivem em condições precárias de moradia, seja por irregularidades, de risco e/ou em conjuntos multifamiliares, na comum dificuldade de acesso a serviços e equipamentos públicos.

Conforme destacado na Cartilha do MTST (2015), a proposta do movimento abrange iniciativas como: a realocação de famílias em moradias adequadas; a redução dos preços abusivos praticados pelo mercado imobiliário; a fiscalização de práticas abusivas pelo Estado; a aplicação de taxas sobre imóveis desocupados que não cumprem sua função social; e a promoção do direito à moradia digna para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua classe social. Além de promover engajamento no próprio movimento, como:

Ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores. Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. Ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos (MTST, 2015, p. 243).

Assim, a atuação do MTST é marcada por uma abordagem que combina decisões tomadas de forma tanto horizontal como vertical, com base na participação e solidariedade entre seus membros. E orienta-se por princípios e práticas que priorizam a criação de espaços de engajamento ativo e formação política, sendo estes espaços oportunidades para os membros compartilharem suas experiências, trocarem conhecimentos e fortalecerem os laços comunitários. Isso faz com que a micropolítica emergja na medida em que a socialização política se torna mais evidente, já que o aprendizado se dá por meio da prática cotidiana, fortalecendo a formação pela ação coletiva. Em outras palavras, é no contexto das ocupações, no cultivo de relações de solidariedade e afeto, e na execução de tarefas e responsabilidades diárias que os militantes incorporam os valores e princípios políticos do movimento, refletindo isso tanto no engajamento político quanto na transformação de seus modos de vida.

Apesar de ser uma organização nacional, o MTST leva em consideração as diversidades regionais e estaduais em seu método de atuação, a fim de responder de forma mais precisa e relevante às demandas e necessidades específicas das diferentes localidades em que atua. Inspirados pela teoria da insurgência de Suely Rolnik (2019), que distingue entre lutas macropolíticas, focadas na negação e na subversão das relações de opressão e exploração, e lutas micropolíticas, que atuam pela afirmação, preservação da vida e anúncio de mundos por vir, podemos caracterizar a atuação do MTST como predominantemente macropolítica, relacionada às coordenações nacionais e estaduais, e micropolítica, ligada às coordenações.

Ao longo de sua história, o MTST ampliou seu escopo para abranger diversas dimensões da vida social e política, envolvendo-se em uma variedade de temas, desde a luta por moradia até iniciativas de formação em tecnologia, cozinhas solidárias, cursinhos populares, hortas urbanas e muito mais. Além disso, dentro do movimento, surgiram núcleos e coletivos dedicados a questões específicas, como

LGBTQIA+, gênero, raça e juventude, além da organização do movimento dos trabalhadores sem direitos. A questão racial é um ponto importante a ser destacado, pois tem-se uma maioria preta e parda na população auxiliada pelo movimento. Colmam (2018, p. 2) construiu essa seguinte citação, ilustrando essa afirmação:

Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica, mas sobretudo no seu sentido político” (GOMES, 2012, p. 13). O movimento social tem contribuído para uma “tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (MUNANGA, 1994, p. 187).

Assim, ao longo dos seus mais de 25 anos de atuação, o movimento se posicionou de forma dinâmica e progressista, se atualizando e respondendo à realidade que se insere. Faz, assim, da sua metodologia interna uma combinação de trabalho de base e mobilização popular embasados na autonomia política e, a partir disso, a introdução no cenário político das diversas dimensões territoriais urbanas, engajando uma narrativa de resistência e reivindicação de direitos (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017).

Para conseguir alcançar tal autonomia e mobilização ativa, o MTST, quanto alguns outros movimentos sociais (MS), atuam estruturalmente para a politização dos seus militantes, pela formação política. Porém não possui um método ou metodologias próprias e específicas para tal, trazendo a vivência e socialização militante como um dos seus maiores enredos para essa construção, uma “pedagogia do engajamento” (CARVALHO-SILVA, 2018, p. 8).

Pedagogia essa que, considerando o perfil majoritário de suas militantes, se pauta em princípios e práticas que buscam, primeiramente, inserir as militantes em um ambiente de acesso a informações e análises de conjuntura, construídas e transmitidas de um modo direto e objetivo e em linguagem acessível (sobretudo oralmente, mas também com materiais escritos). E, em segundo lugar, criar espaços de debate e tomada de decisões coletivas, como assembleias e rodas de conversa nas quais a experiência da tomada de palavra pública, discussão e votações têm um lugar de destaque (CARVALHO-SILVA, 2018, p. 8).

É nesse contexto que o envolvimento político do MTST se estabelece principalmente com base na abordagem Freireana e popular, dedicando-se à formação de indivíduos livres (FREIRE, 1997). Guiados por essa formação, ao compreenderem criticamente o mundo ao seu redor, podem refletir sobre ele e, a

partir dessa reflexão, transformar a si mesmos, coletivamente, e a sociedade em que vivem. Esse processo é conduzido por uma pedagogia engajada e plural, fundamentada na práxis e no fortalecimento do senso de pertencimento, criando uma "atmosfera de confiança e compromisso" (hooks, 2020, p. 51) dentro do movimento. Além disso, essa abordagem sustenta a dimensão macropolítica, centrada na negociação e participação em órgãos estatais e governamentais, exigindo que os membros estejam politicamente conscientes para impulsionar e pressionar por suas lutas coletivas.

Estruturalmente, o movimento se embasa em um escopo organizacional em divisões e subdivisões com características e responsabilidades distintas na macro e micropolítica. No âmbito da macropolítica, encontram-se as coordenações nacionais e estaduais, que estão encarregadas das decisões institucionais e políticas do movimento. Já na micropolítica, sendo essa mais aproximada e relacionada às demandas e necessidades específicas e locais, os coletivos organizativos ou setoriais desempenham papel na mobilização e organização. Nas ocupações, seu trabalho envolve a infraestrutura, autodefesa, negociação, formação política, comunicação e trabalho comunitário, além das assembleias recorrentes.

Esses coletivos setoriais se organizam em grupos diferentes de trabalho, de acordo com sua especificidade. Como por exemplo: comunicação, jurídico, saúde, educação, arquitetura, dentre outros. Entretanto, trabalham enquanto unidade, em reuniões e mobilizações recorrentes. Ainda existe uma outra subdivisão na escala local, relacionada aos grupos encarregados de tomar decisões e desempenhar tarefas relacionadas às demandas cotidianas concentradas nessas citadas áreas específicas. Dentro dos setores se encontram as brigadas e eles possuem uma diferenciação hierárquica e de engajamento. Os sujeitos setorizados são mais envolvidos no movimento, tanto no quesito funções, responsabilidades e nos campos deliberativos, quanto por tempo no movimento. Já os militantes brigadistas são membros mais recentes, que ainda passam por maior formação dentro da organização e do grupo de trabalho a qual pertencem.

No caso do MTST em Pernambuco, a organização é composta por três coordenações, Coordenação nacional, Coordenação de Estadual e Coordenação de Território; e onze setores, sendo eles: Arquitetura e planejamento; Educação;

Cultura; Financeiro; Jurídico; Negociação; Formação; Autodefesa; Organização; Agroecologia; Comunicação; e Saúde.

O setor e brigada de Arquitetura se baseia na concepção de que a arquitetura desempenha um papel social, político e pedagógico dentro dos territórios, na medida em que fortalece e destaca a importância das emoções, relações afetivas e experiências subjetivas dos sujeitos junto aos projetos de sua atuação. Dessa forma, relaciona-se diretamente com uma formação política sobre as temáticas trazidas aos projetos.

Entretanto, difere-se do propriamente dito Setor de Formação Política, que aborda assuntos gerais aplicados à uma visão do próprio movimento para formação de militantes. Convergem em praticar uma pedagogia geral emancipadora, mas com objetivos diferentes. Uma forma de lidar com o mundo e posicionar-se como integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra; o outro tange muito mais conseguir responder consciente e dialogicamente as questões que envolvem os projetos de Arquitetura, Urbanismo, Planejamento, além das negociações em espaços de confronto e/ou deliberativos — imprescindivelmente alicerçadas nas bases passadas pelo Setor/Brigada de Formação Política.

Há de se contextualizar, o MTST (PE) era inicialmente assessorado pela CAUS Cooperativa e integrava alguns membros que, inclusive, participavam ativamente dos dois espaços, como profissionais assessores técnicos e como militantes. Porém, ao longo dos processos junto às comunidades, evidenciou-se a necessidade de criar um Setor de Arquitetura e Planejamento próprio, consolidado no ano de 2021, com a primeira brigada de Arquitetura e Planejamento do movimento em Pernambuco. O que foi essencial para as práticas de ação direta no mesmo ano, como por exemplo a ocupação "8 de Março".

Além de estratégias urbanísticas e arquitetônicas projetadas com as ocupações do movimento, a brigada, posteriormente setor de arquitetura e planejamento, desenvolveu diversos trabalhos ao longo desses anos. Como por exemplo: os

projetos e construções de parques infantis<sup>87</sup>; de cozinhas emergenciais<sup>88</sup>; o projeto da reforma da Cozinha Solidária<sup>89</sup>; além do trabalho que será dissertado neste capítulo, que é o processo de regularização fundiária da ocupação Carolina de Jesus. Esses exemplos também se tornaram enredos de trabalhos acadêmicos importantes, visto que grande parte dos integrantes desse grupo de assessoria eram graduandas e pós-graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Sempre reafirmando o compromisso de reconhecer, respeitar e adaptar-se às especificidades de cada território e situação, o setor, composto majoritariamente por mulheres, buscou compreender e conectar-se às dinâmicas sócio-espaciais, apoiando iniciativas locais e fortalecendo a autonomia das comunidades. Com isso, as metodologias adotadas não podem ser estáticas, elas se transformam continuamente para se ajustar às situações diversas e aos conflitos do contexto, unindo saberes técnicos formais e populares em sua construção. Ademais, os processos projetuais participativos visam sempre colocar a população assessorada como protagonista das ações e atividades, do mesmo modo que são em seus territórios.

### **No Campo**

A prática da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, aliada a uma pesquisa qualitativa intervencionista *in loco*, fundamenta-se em abordagens metodológicas que assumem um posicionamento não neutro. Essa perspectiva parte do princípio de que pesquisar é intervir, reconhecendo a ausência de neutralidade tanto do pesquisador em relação ao universo pesquisado quanto do universo pesquisado em relação ao pesquisador. Trata-se de um processo de coprodução mútua e simultânea (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 734). Essa abordagem valoriza os processos, utilizando-os também como dados para análise crítica, mediante um

---

<sup>87</sup> Ler mais em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/53629/1/TCC%20Carolina%20Glasner%20Tavares.pdf>.

<sup>88</sup> Ler mais em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/60022/3/Tcc%20Tain%c3%a3%20Macedo%20Pimentel.pdf>.

<sup>89</sup> Feito concomitantemente ao trabalho da ReUrb Carolina. Ler mais em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55378>.

olhar atento ou "atenção sensível" (PASSOS *et al.*, 2015, p. 49). Assim, busca-se delinear outras formas e modos de compreender o grupo sócio-espacial e o território que constroem, mapeando o devir e emergindo na geografia dos afetos, movimentos e intensidades.

A proposta das narrativas em campo não consiste em apresentar um conjunto de procedimentos a serem reproduzidos, mas em construir práticas metodologicamente embasadas a partir dos acontecimentos e das experiências. Cada interação em campo se torna parte do planejamento metodológico e um passo para futuras ações. Portanto, por se tratar de um processo delineado pela própria ação, ele requer uma postura flexível e aberta, adaptando-se continuamente às questões que emergem no contexto e à sua problematização. Essa flexibilidade exige uma preparação prévia dos profissionais, especialmente em territórios não formais, marcados por disputas, complexidades e relações entrecruzadas entre moradores, movimentos sociais, lideranças, apoiadores e outros agentes que compõem esse rizoma.

Para isso, como estratégia metodológica, nos esforçamos em seguir os aspectos da pesquisa-ação destacados por Thiollent (2011, p. 22 - 23):

(1) ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada — almejada para ser feita não só durante as atividades, mas também em momentos mais descontraídos, de aproximação e encontro, nas intensidades cartográficas;

(2) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta — que seriam cartografadas durante os encontros;

(3) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação — apesar de entendermos que pela intensa programação não teríamos condições de trabalhar com um momento de pactuação e acordo, porém conseguiríamos levantar em cada encontro a partir do método cartográfico, pelas vozes dos moradores;

(4) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada — que seriam levantados e dialogados em todas as oficinas, coletivamente;

(5) durante o processo há um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação — seria fomentado principalmente nos momentos de debate de abertura e fechamento das oficinas, como também pelos registros e informações produzidas pelas interfaces;

(6) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados — incluído de forma abrangente nos processos pela formação política, sistematização cíclica e reflexiva de dados gerados, discussão teórico-prática semanal das assessoras e compartilhamento de informações e conhecimento.

Sendo que em todas as etapas de ação do processo participativo também seriam embasados na reflexão coletiva, tanto sobre as oficinas pontuais, como sobre o projeto macro que consta o objetivo geral. Para que isso fosse possível, nos apoiamos no projeto de pesquisa-ação, sobre o olhar da participação, desenvolvido por Tripp (2005, p. 455):

(1) trate de tópicos de interesse mútuo; (2) baseie-se num compromisso compartilhado de realização da pesquisa; (3) permita que todos os envolvidos participem ativamente do modo que desejarem; (4) partilhe o controle sobre os processos de pesquisa o quanto possível de maneira igualitária; (5) produza uma relação de custo-benefício igualmente benéfica para todos os participantes; (6) estabeleça procedimentos de inclusão para a decisão sobre questões de justiça entre os participantes.

Sendo assim, outro ponto importante é que a mobilização, a participação ativa e a busca por engajamento são princípios essenciais, onde todos os envolvidos desempenham papéis ativos em um ciclo formativo, dialógico e emancipador. Nessa

dinâmica, a produção de dados e o desenvolvimento prático são responsabilidades compartilhadas, em que os encontros e atividades intensificam as relações, promovendo um ambiente confortável para trocas. Além disso, a assessoria técnica tem uma relação basilar com a formação política e com a educação não formal por meio da troca de conhecimentos e da interseção de saberes. Nesse contexto, a atuação busca fomentar um diálogo igualitário, visando reduzir hierarquias previamente estabelecidas no espaço e estimular uma construção coletiva de um conhecimento compartilhado, problematizado e latente para ser ação coletiva transformadora.

[...] toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel principal das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, como determinação, é substantivamente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança (FREIRE, 2000, p. 48).

Dessa forma, o trabalho desenvolvido se fundamentou na aprendizagem por meio de trocas, embasando-se nos conceitos de Paulo Freire (2007), especialmente na educação como um ato libertador e uma ferramenta de transformação social. Para Freire, a educação humaniza o sujeito ao capacitá-lo a refletir criticamente sobre as relações de opressão e injustiça, permitindo-lhe reconhecer sua condição e reivindicar seus direitos. Guiadas por isso, as atividades realizadas tiveram um caráter formativo, principalmente por meio de oficinas e rodas de conversa, onde todos eram incentivados a compartilhar seus saberes.

Essa articulação entre educação popular e pesquisa qualitativa contribuiu para que os grupos sócio-espaciais possuíssem ferramentas necessárias para lutar por suas transformações sociais. Nesse contexto, a práxis, sendo ação-reflexão, fundamentou todo o trabalho em campo, onde todos os envolvidos foram convidados a desenvolverem uma compreensão crítica do do território e do mundo ao redor, refletindo sobre ele e engajando a transformar tanto a si mesmos quanto seu contexto social.

Isso porque, quando os sujeitos entendem os dispositivos de poder que atuam sobre eles, tornam-se aptos a se engajar na luta coletiva pela sua libertação. Começam a crer mais em si mesmos, sobretudo enquanto grupo, superando, assim, sua “conivência” com o regime que os oprime. Se esta descoberta não pode ser

feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. O foco está em uma assessoria capaz de

[...] promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrente os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos sócio-culturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas (CANDAUI, 2009, p. 166).

Esta pesquisa aborda a assessoria técnica realizada na Ocupação Carolina de Jesus, localizada no bairro Jardim São Paulo, em Recife/PE, e envolve a elaboração participativa do Projeto Básico de Parcelamento para a Regularização Fundiária, viabilizada pela emenda parlamentar do mandato coletivo Juntas (LOA 2021 – Emenda 181/2020) e executada em parceria com o Coletivo CAUS e com a FASE. Como questão relevante a ser pontuada, tínhamos o curto prazo de três meses para fazê-lo.

Mesmo a presença da equipe assessora acontecer com certa regularidade no território, as atividades propostas narradas somaram cinco oficinas e contaram com três momentos: “Censo Reurb Carolina”, “Cartografar o presente e construir o futuro” e “Projetando o futuro”. Essas oficinas tinham o propósito de envolver a comunidade ao máximo no projeto de regularização e parcelamento, a fim de alcançar um ambiente engajado e uma produção realmente participativa. Outrossim, as informações trazidas a esta dissertação foram produzidas em conjunto com a equipe técnica de arquitetura do MTST, a qual faço parte, e o coletivo CAUS Cooperativa, sob a coordenação executiva da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

Todas as atividades propostas metodologicamente embasadas por esta dissertação tiveram algumas diretrizes, sendo que a partir do quarto item (4), todas foram pactuadas pelo diálogo entre os participantes. São elas: (1) Pesquisa prévia dos assessoras<sup>90</sup> e preparação/planejamento das atividades, principalmente embasados na cartografia contínua e nos ciclos da pesquisa-ação; (2) Organização e produção dos materiais que seriam utilizados na atividade; (3) Preparação da equipe assessora e divisão de tarefas; (3.1) Deixar sempre uma ou mais assessoras

---

<sup>90</sup>O grupo de profissionais de assessoria e assistência técnica era sempre composto majoritariamente por mulheres.

encarregadas pelo registro do encontro, como fotos, vídeos, anotações e/ou gravações de áudio; (4) Preparação do local da atividade; (5) Objetivos claramente definidos, feitos no início de cada atividade; (6) Definição de horários de início, pausa e tempo máximo; (7) Diálogo sobre o que foi programado para o dia, e as abordagens metodológicas que serão usadas, de forma simples e acessível, já que o objetivo é que todos compreendam as dinâmicas propostas; (8) Separação de grupos de acordo com a quantidade de pessoas mobilizadas, para que as atividades sejam feitas com um número mais reduzido de participantes, aumentando as possibilidades de se sentirem a vontade e terem maior espaço de fala, além de facilitar a dinâmica e organização das propostas; (9) Momentos de fechamento coletivo, uma síntese do encontro, com o objetivo de dialogar sobre os exercícios feitos e desdobramentos a partir deles; (10) Reuniões regulares pelas assessoras para compartilhamento e síntese das informações e narrativas das oficinas realizadas.

Alguns fatores foram levados em consideração, em ambas as assessorias, como (a) a abertura dos encontros, (b) a programação da atividade e a (c) construção de um espaço convidativo, responsável e formativo. Para iniciar os encontros (item a), foi utilizado a metodologia de abertura difundida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), chamada de mística. A mística no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma prática ritualística e simbólica que fortalece a identidade coletiva dos sem-terra, além de ser uma ferramenta pedagógica e política (CHAVES, 2022). Esse momento, característico desse movimento, é presente em todos seus eventos e utiliza elementos culturais e artísticos para expressar os valores e as lutas do movimento, promovendo reflexões e estimulando a mobilização coletiva. É também um momento de abertura, em que se convida os presentes para participar da unidade ali fomentada, deixando o ambiente mais engajado, de forma leve e descontraída. Como também é espaço para o diálogo fluido e preparação para o dia proposto, impulsionando tanto o emocional dos participantes como a ação coletiva.

Sendo assim, as atividades propostas se iniciaram sempre com música, lugares de sentar dispostos em roda, promovendo uma ambientação convidativa. Outro fator essencial nas aberturas foi relacionado à alimentação. Cafés e/ou almoços foram subsidiados pelo MTST em todos os encontros e, caso não ocorresse, muitas das

atividades estariam fortemente comprometidas. O fato de trabalharmos em uma área com uma diversidade de vulnerabilidades, incluindo a alimentar, faz com que seja necessário nos programarmos para isso, principalmente no caso da ReUrb Carolina. Nela, muitos moradores possuem recursos limitados de sustento e, em sua maioria, não conseguiriam chegar suficientemente alimentados para aguentar muitas horas de programação, já que as atividades tinham programação extensa, com conversas no começo e final, relativas ao movimento e alguma devolutiva do que está sendo feito pela equipe.

As programações das atividades (item b) eram feitas por etapa. A primeira consistia em analisar o contexto do trabalho e do território, a fim de levantar quais seriam os próximos passos necessários para alcançar objetivos específicos. Essa etapa consistia no método cartográfico, que compunha o rizoma do território a cada encontro e também inspirada na pesquisa-ação, no levantar das questões e problemas a serem levados aos projetos. Inspirado, pois, mesmo que sigam seus princípios, não foi uma metodologia acordada com todos os participantes, como diz a diretriz da abordagem metodológica, e os moradores não foram envolvidos na programação e objetivos específicos das atividades, ainda que estas fossem abertas à interferência e mudança de caminho pelos assessorados. Entretanto, eles eram a base da ação para os objetivos gerais, que eram as demandas que nos levaram até essa assessoria (o projeto de regularização fundiária e urbanística e o projeto básico de parcelamento da Ocupação Carolina de Jesus).

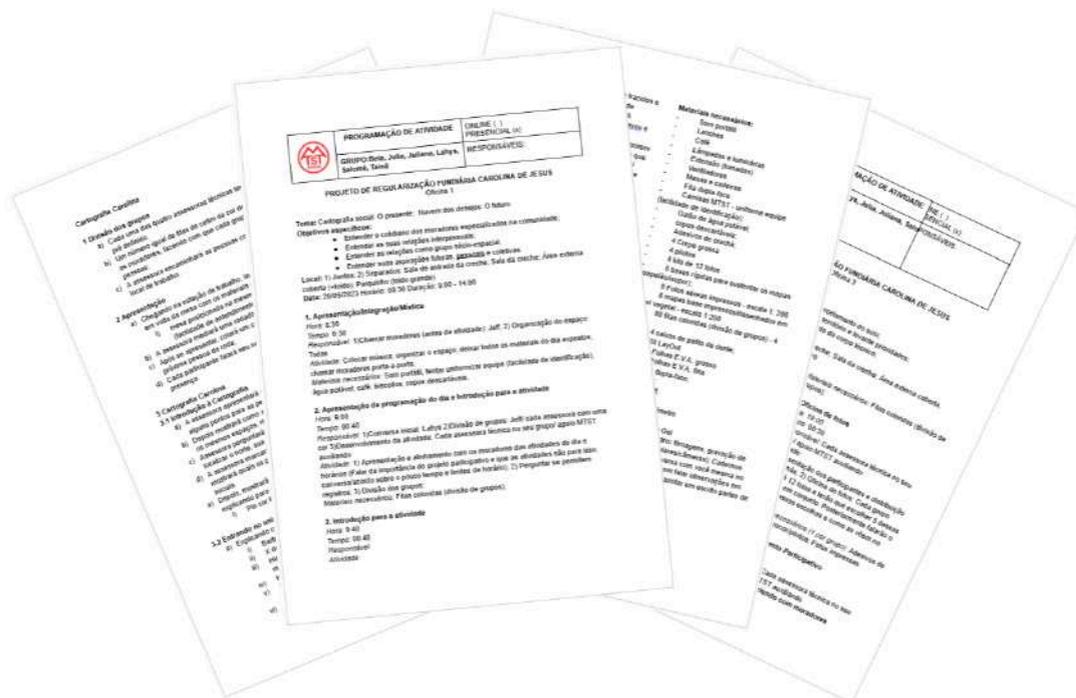
A segunda etapa era compor o que iria ser feito durante o encontro para alcançar os objetivos específicos e caminhar para o objetivo geral, além de contar sobre quais as metodologias seriam usadas. Para isso, um documento era construído, chamado de 'Programação de Atividade', que funcionava como um roteiro, auxiliando as profissionais, e nele estava: (1) Tema da atividade; (2) Metodologia que seria usada; (3) Os objetivos específicos; (4) Local que seria feito o encontro; (5) Materiais que seriam usados; (6) Data, horário de início e final, marcando a duração do encontro; (7) Momento da alimentação; (8) A mística do dia; (9) A introdução para a atividade e a apresentação da programação do dia; (10) A atividade propriamente dita, podendo acontecer em um só momento ou dividido em partes, dependendo das metodologias levadas; (11) Fechamento e encerramento.

As propostas de atividades eram apresentadas em reuniões para toda a equipe de assessoras técnicas de arquitetura e urbanismo. Nesses espaços eram feitas as sugestões e modificações, a partir do diálogo geral, saindo daí os documentos finais de Proposta de Atividade e Roteiro de Atividade, a serem levados aos territórios.

As etapas do Programa de Atividade contavam com: Hora de início, tempo de duração, profissional responsável por guiar/facilitar a atividade, e o que seria feito em cada uma delas. Sempre em tom de abertura, como uma sugestão, apta às mudanças a partir das falas que surgirem. Quanto à profissional responsável, era designada como uma estratégia organizacional, no qual a assessora se prepararia para tal e a facilitar a concentração dos participantes em uma fala. Entretanto, não partia de um posicionamento autoritário e unilateral, pois contaria com o auxílio das demais profissionais e momentos de pausa para ouvir as outras vozes envolvidas, um espaço a todos que desejassem falar, dar opiniões, sugestões etc.

Além disso, o segundo documento mencionado é o Roteiro de Atividade, produzido com linguagem fácil e acessível e construído como um manual de um jogo, a fim de auxiliar no desenvolvimento do que tinha sido proposto. Era direcionado principalmente para assessoras facilitadoras das ações, mas disponibilizado para todos que se interessassem em lê-lo. Isso porque esse roteiro também era passado de forma oral, a fim de ser mais acessível e aberto ao diálogo. Visto isso, seu objetivo não era ser uma armadura, protegendo a prática de interferências ou mudanças, mas um guia, para que os objetivos não se percam, ao mesmo que consiga abraçar os devires vindos pela experiência e as vozes presentes. Uma estratégia para tentar entender e construir junto com o “caos” das linhas ali atuantes, em um certo ordenamento, mas sem a tentativa de imobilizá-las, muito menos podá-las.

Figura 2: Documentos Preparação de Atividade e Roteiro de Atividade.



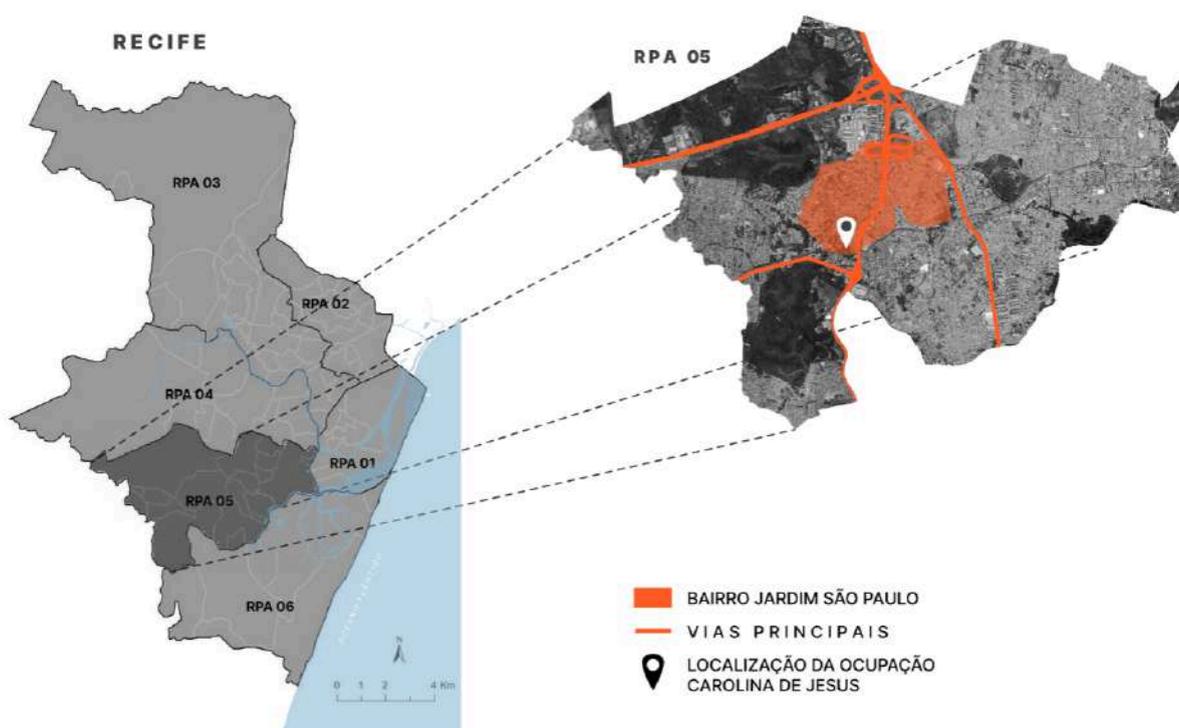
Fonte: Autora, 2024.

Fora isso, no desenvolver da programação (c), os passos precisam ser feitos de comum acordo e compreendidos pelos participantes, em linguagem não excludente, sendo papel das assessoras facilitar esse processo. As explicações e o diálogo são constantes e respeitosos, assim como o convite à mobilização e concentração. Para que isso seja possível, é necessário uma atenção especial ao contexto em que a atividade se insere e a abertura às subjetividades, dificuldades, e aos “ruídos”. O encontro deve ser adaptável, aberto e as hierarquias minimizadas, para que as múltiplas vozes tenham poder de continuidade e interferência. E, para isso, a programação prévia é fundamental, para que não se percam as conexões com os objetivos gerais. Sendo assim, os métodos e metodologias não são armaduras, mas são maleáveis às realidades que se inserem e permitem transformações conscientes e embasadas. Além disso, quando apoiadas em instrumentos mais lúdicos, tornam-se mais interessantes ao olhar, mais convidativas, auxiliando no engajamento das atividades.

### Assessoria ReUrb Carolina

A Ocupação Carolina de Jesus<sup>91</sup> está situada na Zona Oeste do Recife (PE), no bairro de Jardim São Paulo, com localização estratégica ao lado do Terminal Integrado (T.I.) do Barro, da BR-101 e da linha Centro do Metrô, a 8km da estação central, no bairro de São José. A área da ocupação, localizada na Região Político Administrativa 05 (RPA 05), tem aproximadamente 11 m<sup>2</sup>, é classificada como favela em zona de não risco. Com matrícula registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis desde 1978, o terreno é de propriedade privada e sua regularização é essencial para a segurança jurídica e urbana dos residentes.

**Figura 3: Indicação dos respectivos perímetros: município do Recife, com destaque para a RPA 05; RPA 05, com destaque do bairro de Jardim São Paulo e a localização da Ocupação Carolina de Jesus.**



Fonte: Autora, 2024.

<sup>91</sup> Página oficial da Ocupação Carolina de Jesus:  
<https://www.instagram.com/ocupcarolinamariadejesus/>.

Pelo Plano Diretor do Recife<sup>92</sup> (PDR), a área faz parte da Macrozona do Ambiente Natural e Cultural (MANC), e está dentro da Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS Tejipió), delimitando a área de influência de um dos principais cursos d'água da cidade. A zona tem seus objetivos e diretrizes definidos pela legislação assim como parâmetros urbanísticos gerais que apontam para a preservação do ambiente natural, estimulando padrões de ocupação que promovam maior integração entre os espaços públicos e privados, aliando o adensamento à necessidade de preservar e ampliar as áreas verdes, livres e permeáveis. Nos termos do Plano Diretor Municipal (2021):

Art. 44 A Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) corresponde ao território de influência da rede hídrica principal e secundária que penetra no espaço urbano do Recife, associada às áreas com presença de patrimônio cultural e das Unidades que integram o Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP).

Art. 45. A Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) tem como objetivo garantir o equilíbrio urbanístico-ambiental e a preservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, por meio da articulação entre os elementos do patrimônio cultural e do meio ambiente, notadamente os corpos hídricos principais e secundários que cortam o Recife, de modo a reconquistar a relação da cidade com as frentes d'água, garantir qualidade ambiental, constituir corredores ecológicos urbanos, manter o fluxo gênico e promover a integração entre bairros, a requalificação dos espaços públicos e a valorização dos bens culturais (RECIFE, 2021, s.p.).

Ainda pelo PDR, a ZDS Tejipió tem o coeficiente de aproveitamento mínimo de 0,10, o que significa que os proprietários devem construir ao menos 10% da área do terreno para evitar que o imóvel seja considerado subutilizado. Já o coeficiente de aproveitamento básico é de 1,00, permitindo que a área construída seja igual à área do lote sem necessidade de pagamento adicional. O coeficiente de aproveitamento máximo é de 2,00, indicando que a área total construída não pode ultrapassar o dobro da área do lote, e para construir além, pode ser necessário pagar uma contrapartida financeira ao município. Além disso, por ser uma área de *influência da rede hídrica*, a taxa de solo natural é alta, pelo menos 30% da área do lote deve permanecer como solo natural ou permeável, evitando pavimentação excessiva e garantindo a absorção de água. Pelo mesmo motivo, há um indicativo de importância para as orientações do Plano Diretor de Drenagem nesta região.

---

<sup>92</sup> Lei Complementar da Cidade do Recife nº 2, de 23 de abril de 2021.

Art. 47. III - Zona de Desenvolvimento Sustentável Tejipió (ZDS Tejipió) - que se caracteriza pela concentração de médias e baixas densidades populacionais e construtivas e cujo ordenamento deverá considerar:

- a) as orientações do Plano de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais do Recife;
- b) a necessidade de aplicação de conceitos de adaptação climática e gestão de riscos de desastres; e
- c) a presença de comunidades pesqueiras em seu território (RECIFE, 2021).

Ademais, o terreno está entre duas Zonas de Interesse Social (ZEIS), a ZEIS Areias, que se distancia pela BR-101, e a ZEIS Barro, conectada à Ocupação pelos fundos do terreno.

**Figura 4: Imagem aérea da região com indicação dos principais elementos do entorno do terreno da ocupação.**



Fonte: Autora, 2024.

O terreno ocupado é resultado de um desmembramento de uma parcela maior, ocorrido para a ampliação do Terminal Integrado do Barro (T.I. Barro), como parte das iniciativas de mobilidade relacionadas à Copa de 2014 no Brasil. Posteriormente à conclusão desse projeto, uma parte significativa do terreno permaneceu sem uso

por cerca de três anos, não cumprindo sua função social. Embasada na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a função social da cidade e da propriedade é um princípio constitucional que prioriza os interesses coletivos sobre os individuais, tratando a cidade como um bem comum e buscando superar a visão da propriedade como um direito absoluto, mesmo em terrenos de domínio público.

Determina assim, que o uso da propriedade deve atender a objetivos sociais, ambientais e culturais e isso inclui assegurar o direito à moradia, infraestrutura urbana, transporte, saneamento, espaços públicos de qualidade e participação democrática na gestão da cidade, também combatendo a ociosidade imobiliária e promovendo o desenvolvimento urbano equilibrado.

Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXII — é garantido o direito de propriedade; XXIII — a propriedade atenderá a sua função social; XXIV — a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição (BRASIL, 1988, art. 5).

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (BRASIL, 1988, art. 182).

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (BRASIL, 2001, Lei nº 10.257/2001, art. 39).

A Ocupação Carolina de Jesus é, antes de tudo, resultado de uma conjuntura complexa da própria constituição de como os tecidos urbanos se formam nas cidades brasileiras, a partir da urgência da necessidade de moradia em uma cidade que tem como base um déficit habitacional de mais de 75 mil moradias. Número este que coloca Recife como uma das capitais com maior índice de déficit no Nordeste e no Brasil.

Em 2017, deu-se a ação direta pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), com a ocupação do terreno. Parte dos ocupantes viviam nos arredores, no

próprio bairro Jardim São Paulo ou nos adjacentes, como os bairros Barro, Tejió e Curado, onde habitavam em moradias alugadas, muitos deles com dívidas referentes a isso. Antes da instalação dos barracos, o terreno era motivo de preocupação no bairro, por seu abandono, era cenário de assaltos, violências, consumo e venda de drogas, segundo os moradores do entorno.

Assim, a Carolina está instalada e permanece resistindo desde a entrada no terreno, há quase 8 anos, sendo que hoje possui relevante adensamento, com assentamentos irregulares consolidáveis. Atualmente conta com 95 famílias, abriga cerca de 160 habitantes e 106 habitações, além de 7 espaços comunitários, entre eles uma creche, um chiqueiro e uma vacaria. Em seu entorno, há escolas municipais e estaduais, uma unidade do Programa Saúde da Família, a Ceasa Pernambuco, o Hospital da Mulher, o Jardim Botânico, praças, supermercados, entre outros equipamentos públicos e serviços.

A comunidade já passou por diversas intervenções por mutirão do MTST, como a construção e atividade da Creche Comunitária Marielle Franco, um dos parquinhos desenvolvidos pelo projeto da Brigada de Arquitetura já citado, além da constante presença para formação política e engajamento social. Ademais, o território conta com a presença da organização não-governamental Teto, que substituiu alguns barracos de lona por casas feitas de madeira, construídas em regime de mutirão em conjunto com os moradores.

Pela necessidade de consolidação formal da Ocupação, em ameaça constante de despejo, a iniciativa de regularização fundiária foi fruto da Emenda Parlamentar nº 181/2020, de autoria das Juntas Codeputadas, executada sob a coordenação executiva da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) em parceria com o Setor de Arquitetura e Urbanismo do MTST e o Coletivo CAUS. As demandas eram a elaboração do projeto de regularização fundiária e urbanística e o projeto básico de parcelamento, tendo como parâmetro a participação ativa dos moradores na concepção da proposta e no prazo de três meses.

As atividades aconteceram durante sábados e/ou domingos, nos períodos matutino e/ou no vespertino, quando a presença da comunidade é mais efetiva no território. O objetivo era englobar mais pessoas, a fim de mobilizar diferentes olhares, sendo que muitos moradores são trabalhadores e, por isso, não poderiam estar presentes

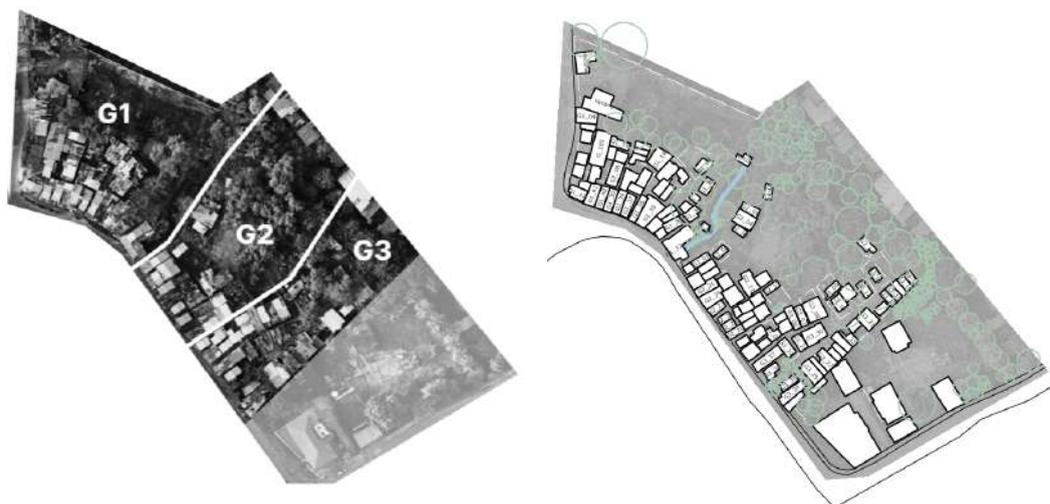
durante a semana. Entretanto, ainda assim, muitos deles não puderam participar por terem expediente nos finais de semana, na escala 6x1, ou em atividades autônomas de bico.

A caracterização do grupo assessorado que participou das atividades teve certa constância, inclusive dos mesmos sujeitos. Consistia em um grupo diverso, majoritariamente feminino, sendo que dentre as mulheres, muitas delas eram mães. Muitas crianças estavam sempre presentes e algumas participavam ativamente dos exercícios propostos. Idosos também tiveram muita presença, mesmo assim, a maioria dos participantes eram adultos. Brasileira não foi a única nacionalidade presente, participaram também pessoas de origem venezuelana. Além disso, a maioria se autodeclarou preta ou parda, mas também havia uma considerável quantidade de pessoas que se declararam brancas.

O trabalho se iniciou pelo diagnóstico prévio e os primeiros contatos da equipe com os moradores, a fim de compor aquele rizoma e cartografá-lo. Nesse sentido, as atividades referentes a etapa do levantamento de dados consistiu: na realização de um aerolevanteamento com Drone, para produção do levantamento planialtimétrico, e produção da base cartográfica vetorial; selagem dos imóveis, que contou com uma divisão territorial da comunidade em 3 grupos, chamados de G (G1, G2 E G3); realização de oficina e assembleia para formação de planejadores comunitários, para conhecer melhor os moradores e para sermos conhecidos por eles; elaboração de cadastro e aplicação de questionários; e levantamentos de dados secundários, de legislações e informações cartoriais.

**Figura 5. Divisão territorial da ocupação em 3 grupos: G1, G2 e G3.**

**Figura 6: Vetorização dos elementos e atualização da base.**



Fonte: Autora, 2024.

Fonte: Equipe ReUrb Carolina, 2023.

Nesse primeiro momento, as atividades propostas, assim como as abordagens metodológicas delas, ainda estavam a cargo do coletivo CAUS Cooperativa e de militantes do MTST envolvidos no projeto enviado à emenda parlamentar e deu-se de forma mais quantitativa, na coleta de dados. Entretanto, como pesquisadora cartógrafa, esse também foi o momento do encontro às subjetividades do outro, da abertura aos afetos e intensidades, mesmo que ainda timidamente.

### **Oficina 1: O Censo ReUrb Carolina e o encontro**

Mesmo que o MTST tenha presença ativa dentro do território, os seus militantes são organizados em diferentes áreas e por diferentes trabalhos. A equipe de assessoria técnica de arquitetura e urbanismo, formada pelo movimento para o trabalho de regularização dessa ocupação, era composta por sete profissionais da área, sendo um homem e seis mulheres. Dentre esses, apenas três já tinham um contato anterior com o território pelo Movimento Social. Portanto, essa chegada também era um momento de apresentações da equipe como um todo, das lideranças e dos

moradores. Para isso, foi realizada uma rodada de apresentações com as pessoas presentes no momento inicial.

### **Etapa 1: Capacitação**

A primeira oficina era voltada para capacitar uma equipe para a aplicação de um censo, produzido pelo mesmo grupo que programou essas primeiras atividades. Para ela, foram selecionadas três pessoas ligadas diretamente à comunidade e três pessoas que fazem parte da brigada e setor de arquitetura e planejamento do MTST Pernambuco, sendo eu uma delas. Os critérios de seleção para ambos os casos foram de participação e engajamento nas atividades da comunidade e do movimento.

Durante o turno da manhã, foi apresentado a contextualização do processo, desde a ocupação do espaço, passando pelos processos de luta até chegar no projeto de regularização fundiária. Também foram explicados os próximos passos, apresentando o mapeamento realizado e o formulário de cadastro elaborado. Após apresentação, foram designados os papéis dos recenseadores neste processo de levantamento, explicando como manejar o questionário digital, contando também com uma oficina prática do uso e aplicação do formulário via celular. Para essa última parte, o grupo se subdividiu em duplas, sempre compostas por uma assessora técnica e um morador e, como esse dia de oficina se deu em um momento posterior à selagem dos imóveis, a ocupação já estava setorizada nos grupos G1, G2 e G3, divisão que orientou a separação das duplas no território.

**Figura 7: Momentos das oficinas com os recenseadores.**

**Figura 8: Oficina prática da aplicação do censo.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

O censo representa um levantamento básico de dados socioeconômicos e seu objetivo foi, além de realizar a identificação das pessoas que moram na comunidade, também estabelecer a relação dos dados apurados com o processo de mapeamento da área, além de identificar a situação dos espaços construídos, sua ocupação e função. Nele, continha a identificação da pessoa responsável pela casa/barraco e sua situação socioeconômica, bem como a identificação de outras pessoas que residem no local. Por fim, foram levantadas questões relativas à urbanização da área tais como a disponibilidade e uso de água e esgoto e a utilização de espaços da comunidade com práticas de lazer.

## **Etapa 2: Aplicação**

A aplicação do censo foi definida para ser realizada em dois dias, sendo um dia de semana e um de final de semana, a fim de conseguir abarcar a presença das pessoas que não estivessem em casa em algum momento. E, assim como na oficina de capacitação, as duplas e as áreas que iriam cobrir permaneceram as mesmas.

**Figuras 9, 10 e 11: Aplicação do censo e levantamento cadastral.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

### Dados produzidos

Entre os dados levantados pelo censo, tem-se que a predominância de adultos entre 30 e 50 anos (54%), seguidos por crianças de 0 a 13 anos (19%). A maioria dos moradores é brasileira, mas há presença significativa de venezuelanos. Quanto à renda, 41,5% ganham até meio salário mínimo e 32% até um salário mínimo, sendo que 40% estão desempregados ou realizam bicos, e 28% trabalham de forma autônoma, sem direitos trabalhistas.

As habitações apresentam alta taxa de ocupação (88%), mesmo em condições precárias, com 6,4% em construção, refletindo crescimento na área. Do total, 85% são exclusivamente residenciais e 10% têm uso misto, combinando moradia e comércio. A infraestrutura sanitária é deficiente: 25,6% dos moradores não têm banheiro, 29,3% carecem de água encanada e 81,7% realizam despejo de dejetos de forma irregular, muitas vezes com fossas sépticas inadequadas, agravando a poluição e os riscos à saúde.

### Construção cartográfica

Mesmo que todo o trabalho do censo tenha se dado em equipe reduzida, o fato das assessoras irem até as casas das pessoas e conversarem com elas, muitas vezes assuntos que não estavam no formulário, mas estimulado por ele, iniciou a proximidade e o vínculo com aquela rede sócio-espacial. Fomos convidadas a entrar nas casas, tomarmos cafés, conhecermos a família a qual estávamos perguntando,

entre outras coisas. Os moradores estavam abertos à nossa presença e sentiam-se confortáveis em compartilhar conosco suas realidades.

Durante esses dois dias intensos, percorremos toda a ocupação, conversamos com muita gente, auxiliando ainda mais no processo cartográfico. As anotações feitas em um diário cartográfico pessoal narram que haviam muitas crianças, principalmente nos finais de semana, a maioria sendo cuidada por mães e vizinhas, em uma intensa rede de cuidado. Apesar da menor porcentagem ser de pessoas que possuem acima de 50 anos, é perceptível que essas pessoas exercem uma grande importância e influência na dinâmica comunitária, seja no apoio aos adultos como nos cuidados com as crianças.

Mesmo em pequena extensão, a comunidade tem muitos comércios informais, onde muitos moradores frequentam (principalmente os bares), e os proprietários desses estabelecimentos fazem parte do grupo de idosos referidos. A igreja evangélica, único espaço religioso destinado ao público na ocupação, tem impacto significativo e muitas vezes autoritário, sendo o pastor presença contínua no espaço, mesmo não sendo morador. A creche comunitária Marielle Franco é o local oficial de encontro para assembleias, oficinas e assuntos sobre de ação coletiva e mobilização, mesmo não estando em condições favoráveis, já que é um ambiente muito segmentado, com pouca ventilação e muito quente. Situação que muitas vezes tornava as ruas principais locais de reuniões que apresentavam um montante maior de pessoas.

Por ser uma área com certo desnível, não havia muitos problemas com inundações, comum em quase todo município, pois a maior parte das casas eram situadas na parte mais alta. Uma das grandes vantagens apontadas pelos moradores de habitarem aquele lugar era a facilidade de acesso aos transportes públicos e serviços, diferentemente dos habitacionais que muitos deles já haviam morado.

Por fim, dentro da ocupação operavam alguns agenciamentos internos de poder, como as lideranças comunitárias, o movimento social MTST, a ONG Teto, a igreja evangélica (não só o pastor, como também seus fiéis) e o tráfico (que não se envolveu nas atividades, mas não se manifestou em oposição).

Os próximos passos de planejamento e programa de atividade, bem como o desenvolvimento metodológico, foram encarregados a mim, em diálogo constante

com as outras assessoras. Nesse primeiro momento a cartografia foi feita pelo meu olhar sensível e atento, entretanto, nos próximos passos, seria importante ouvi-los falar sobre suas próprias realidades. Logo, inspirada pela pesquisa-ação, com os dados cartografados, busquei quais eram os próximos dados a serem produzidos para levantar as problemáticas e conflitos, bem como trazer à roda o olhar dos próprios moradores para aquele território.

Segundo Thiollent (2011), o papel do pesquisador é fornecer informações que ajudem os “pesquisados” a refletir e discutir sobre os problemas identificados coletivamente. Nesse contexto, o objetivo não era impor soluções prontas, mas sim fomentar um processo coletivo de conscientização e protagonismo, capacitando-os a integrar suas prioridades e soluções no projeto. O intuito era envolver os participantes como agentes ativos tanto nas ações pontuais quanto no desenvolvimento do projeto, em vez de tratá-los como receptores passivos de um planejamento baseado em um diagnóstico externo sobre o local onde residem e constroem.

### **Cartografar o presente e idealizar o futuro**

Entendendo a necessidade de uma leitura mais subjetiva e participativa do território para subsidiar a elaboração dos produtos das fases seguintes do projeto de Regularização Fundiária Urbana da comunidade Carolina de Jesus, foi feito um levantamento metodologicamente apoiado na Cartografia Social, na qual os próprios moradores puderam espacializar o cotidiano e vivências. A partir delas, iniciaram-se uma participação ativa dos moradores no planejamento de seu próprio território, levando em conta desejos, vivências, experiências espaciais, conflitos atuais e a geografia dos afetos e intensidades existentes desse grupo sócio-espacial. Sendo assim, essa foi uma análise fundamental a ser incorporada à produção de dados necessários a serem levados para etapa de projeto urbanístico, tendo em vista um processo participativo colaborativo, respeitando o habitar das pessoas que ali residem.

O exercício de deriva feito durante a aplicação do censo se mostrou uma ferramenta útil para mobilizar jeitos de criar uma “nova cartografia, de uma cartografia da ação que inclua as descobertas, e também as mazelas, do cotidiano” (RIBEIRO, 2012, p.

65), que mapeie tanto as experiências e formas de resistência, quanto às dificuldades. Podendo ser expressa por diferentes formas e linguagens (em mapas, rodas de diálogos, interfaces), sempre formativas e acessíveis, de modo “que rompam com a seleção espacial e social produzida pelas interpretações mais veiculadas da vida coletiva” (RIBEIRO, 2012, p. 64).

Dessa forma, para realizar o trabalho macro proposto, uma leitura mais holística do território era fundamental, principalmente para que se compreendesse as necessidades de seus moradores, as formas de melhorias para os espaços, as relações e os conflitos que atuam no local, como também o que o grupo sócio-espacial sonhava para o futuro daquele espaço. Isso só poderia ser feito com quem realmente vivencia e constrói aquele lugar, os seus moradores.

Assim, as atividades “Cartografar o presente e idealizar o futuro” aconteceram em dois dias e tiveram como objetivos entender o cotidiano dos moradores especializados na comunidade, as suas relações interpessoais, as relações como grupo sócio-espacial e suas aspirações futuras, pessoais e coletivas. As oficinas foram feitas na Ocupação Carolina de Jesus, no local em que hoje se encontra a creche comunitária, tanto nas acomodações internas, como nas áreas externas da creche. E a mística de abertura de ambas contou com um café da manhã, acompanhado por música, em um momento de diálogo aberto e mais fluido, sendo também aproveitado para a apresentação da programação de atividades para o dia.

Diversas escolhas foram tomadas para o melhor aproveitamento e produção de informações possíveis. Por isso, os moradores ali presentes foram divididos em três grupos para a realização da mesma proposta de cartografia social — grupos azul, rosa e amarelo. Cada pessoa recebia um pedaço de fita de cetim, escolhida aleatoriamente por eles, e encaminhavam-se para o local anteriormente determinado para cor de sua fita. Dessa maneira, mais pessoas poderiam se sentir aptas e menos inibidas de participar, conseguindo assim vozes mais plurais. Além disso, com o menor número de pessoas, consegue-se uma maior aproximação e um espaço mais acolhedor.

**Figuras 12, 13 e 14: Abertura das oficinas 2 e 3.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

### **Oficina 2: Cartografando o presente**

Para essa oficina foram acionadas a metodologia cartográfica, a pesquisa-ação e o uso metodológico de interfaces, sendo a base da atividade uma interface de cartografia social. Isso porque, “diferentemente da cartografia convencional, que privilegia o espaço euclidiano e o território enquanto estado-nação, a cartografia social prioriza o espaço vivido e as questões dos atores envolvidos no mapeamento” (GOMES, 2017, p. 101) e parte de

(...) uma descrição discursiva dos costumes, dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, dos conflitos e das lutas e suas perspectivas. Trata-se de um documento descritivo da comunidade por meio de discursos, imagens fotográficas, mapas e histórias (PINTO; WANDERLEY, 2012, p. 208).

Como visto no capítulo anterior, a Cartografia Social é uma proposta metodológica com base na construção de mapas de forma participativa e coletiva em uma intensa troca de conhecimentos entre moradores e pesquisadores, na qual estes trabalham como mediadores e educadores técnicos. Neste método, os debates sobre ações e conflitos tendem a se acalorar, assim como consensos e diálogos de resolução na ação de mapear. Diferente da cartografia tradicional, o mapa se constitui também por subjetividades e afetos nas relações em rede daquela comunidade, valorizando o conhecimento popular, simbólico e cultural. Para conseguir informações que fossem suficientes para iniciar os trabalhos propositivos, a Cartografia Social é uma forma de fomentar discussões e promover elucidações importantes.

**Figura 15: Oficinas de cartografia social.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Com isso, nesse momento a pesquisa-ação se voltou a levantar as questões do território, pelas palavras do grupo sócio-espacial, facilitadas pela interface de cartografia social. Para compor o método cartográfico, foi necessário organizar sistemas de documentação para as informações geradas, como fotos, anotações e redesenho do mapa por meios digitais, para que não haja perda de informação. Lembrando que tanto a cartografia, quanto a pesquisa-ação são posturas flexíveis que se desenvolvem ao longo da pesquisa, sem cristalizar os métodos, mas caminhando e construindo-se junto a eles. Eles não são somente abertos à combinação, à mistura, com outras abordagens metodológicas, mas também se engrandecem, dinamicamente, nesses outros passos. Como também nas outras informações, questões, jogos de poder e subjetividades trazidos à tona por eles, permitindo que o pesquisador identifique e analise as complexas interações e intervenha ao longo do processo, explorando novas áreas de conhecimento.

A interface, produzida pela equipe de AT, foi feita a partir de uma foto aérea da comunidade sobreposta por uma base cartográfica em papel vegetal, ambas em escala 1:250. Essa escolha foi devido a uma maior compreensão dos participantes diante de uma imagem real de seu território, porém em outra perspectiva — “vista como um pássaro voando”; já a base feita em linhas e desenho técnico em papel

vegetal sobrepondo a foto, suavizam a quantidade de informações trazidas na primeira imagem, facilitando a introdução de novas legendas e a sintetização de informações de uma forma mais legível. Ambas foram fixadas em uma base de isopor, facilitando a fixação de *pins* e outros marcadores da legenda.

**Figuras 16 e 17: Cartografia social em andamento.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Como a oficina 1 foi realizada de maneira individual nas casas, e com uma divisão setorial das duplas pelos grupos, os moradores ainda não conheciam a equipe como uma totalidade. Logo, no momento de abertura, aconteceu um exercício de apresentação da equipe, para uma maior identificação e proximidade dos moradores com as assessoras. Nem sempre sabiam nossos nomes, apesar dos “crachás” que usávamos nos uniformes, mas conheciam nossos rostos, não éramos mais só um grupo de pessoas vestidas de vermelho, éramos individualmente sujeitos para aquele grupo sócio-espacial. Situação que deu abertura para muitas conversas fora dos momentos de atividade.

Partindo daí para a divisão dos grupos e instalação nos lugares que desenvolveram a ação. Os grupos eram munidos de: um Roteiro de Atividade, para que todos os grupos trabalhassem de maneira minimamente alinhada e produzissem produtos que pudessem ser cruzados; uma interface; materiais de marcação e de escrita;

uma legenda, para identificação dessas marcações; e a presença de uma facilitadora e uma pessoa responsável por fazer anotações e mídias do momento.

Antes das explicações começarem, a assessora responsável pelo grupo deu abertura a uma rodada de apresentações iniciada por ela, na qual todos são convidados a falar como querem ser chamados e um pouco da sua história no território. Paralelamente, recebiam um crachá feito de fita crepe grossa escrita com seus respectivos nomes. Chamar participantes pelo nome, ou melhor, como ele quer ser chamado, pode deixar um ambiente mais amigável, pessoal e convidativo, intensificando a geografia dos afetos.

A cartografia social foi separada em três etapas, a fim de facilitar o processo formativo, para que os participantes pudessem compreender os instrumentos além de utilizá-los. Para isso, cada parte do exercício entrava em maiores explicações sobre o próprio mapeio coletivo, paralelamente a questões de maior profundidade, subjetividade e coletividade do que a anterior.

### **Etapa 1: Introdução à Cartografia**

Nele, cada assessora apresentou a vista aérea da Carolina e explicou como fazer aquela leitura, como entender aquele ponto de vista. Para isso, mostrou alguns locais de fácil reconhecimento para as pessoas se localizarem e deu espaço para que observassem e discutissem sobre aquele material. Após isso, foi mostrado como a base cartográfica em vegetal se encaixava na base anterior, mostrando onde se localizavam os pontos cartografados anteriormente, enfatizando que ambos demarcam os mesmos espaços.

A partir disso, passamos para uma maior participação de leitura cartográfica, perguntando onde, no espaço real, o sol nascia e onde se punha, conseguindo, assim, localizar aquelas posições faladas no espaço cartográfico, aproveitando para passar conhecimentos sobre a localização e importância do norte, marcando-o no mapa com um hidrocor. O grupo rosa optou por não utilizar a base cartográfica feita em papel vegetal que seria sobreposta, pois sentiram mais facilidade com a vista aérea.

Feito a leitura inicial, foi perguntado onde aquela atividade estava localizada no espaço real — creche — e onde se localizava no mapa, marcando-o com um *pin* da

cor da equipe. Esse tempo também foi aproveitado para tirar possíveis dúvidas e confusões com aquele jeito novo de ver a ocupação.

Esse momento inicial se encerrou com a apresentação da legenda que seria usada para as futuras demarcações. Essa se apresentava de maneira fixa para todos os grupos, para facilitar o cruzamento das três interfaces, como também para que todos compreendessem o que o outro grupo estaria demarcando, atividade proposta para o final do encontro.

Durante a atividade, priorizamos ao máximo recursos de acessibilidade, sobretudo a participantes não letrados, por conta disso, todos os materiais escritos foram também trazidos de forma oral e repetidamente. Além disso, utilizamos do recurso do desenho, tanto para apresentar os elementos da interface, quanto para propor aos participantes que identifiquem algo, sendo assim, as falas sempre continham: ‘desenhem ou escrevam’.

**Figura 18: Legenda utilizada para produção da Cartografia Social.**



Fonte: Autora, 2023.

## Etapa 2: Entrando no universo cartográfico

Abrimos essa parte da cartografia utilizando perguntas chave para explicar como usar alguns outros itens da legenda. Foram elas:

- Barbante vermelho: Até onde vocês acham que vai a comunidade? (delimitando os limites da Ocupação a partir do olhar dos moradores);
- X de hidrocor preto: Quais os principais acessos/entradas da comunidade?;
- Hidrocor azul: Onde há acessos ao rio? Há nascentes? Onde? Se sim, marque com x;
- Hidrocor verde: Onde estão as áreas verdes?;
- *Pins* alaranjados para lotes fora da marcação de limite da comunidade: O que tem ao redor da Carolina? Está vago ou ocupado/funcionando?;
- Barbante lilás: Quais os caminhos mais usados pelos moradores e visitantes?;
- *Post-it* da cor do grupo, com desenho ou escrita, e fincado nos devidos locais sinalizados: Por que vocês acham que esses são os caminhos mais usados? O que vocês veem quando passam por ele? Por exemplo: uma grande árvore, jardim de alguém, um esgoto a céu aberto, um beco muito estreito, um amigo/parente, etc.

Foi a hora de trazermos os moradores ao mapa. Cada morador recebeu uma bandeirinha composta por um papel colorido colocado em um palito de dente, chamados aqui de *pin*, e uma caneta/hidrocor. Nela, o morador desenhou ou escreveu algo para se identificar e fixou-a, demarcando sua residência no mapa.

Em uma estratégia para maior envolvimento e construção do mapa, foi perguntado quem gostaria de responder às seguintes perguntas: Para onde costuma ir quando sai de casa? Qual o caminho que passa para chegar até lá? (participante traçava esse caminho fixando um barbante laranja); Por que você passa por esse caminho? O que vê nele? (Fixando as informações dadas com desenhos ou escritas feitas em *post-its*).

### Etapa 3: Cartografando mais a fundo

Nela, foram (1) mapeadas as habilidades: *pin* amarelo e identificação da habilidade com *post-it*: Onde há produção de algo? E serviços? De que? Ex: Produção de doces, salgados; costureira, mecânico, faz-tudo etc; (2) demarcados os lugares onde há labores relacionadas à natureza: *pin* verde e identificação com *post-it*: Onde tem hortas, plantações de algo e criação de animais? (comunitárias ou privadas); (3) identificados os laços e afetos: *pin* rosa: Quais são os lugares importantes para você? Por que? Lembra o que sentiu quando entrou nestes lugares pela primeira vez? O que sente hoje?; (4) além de uma cartografia mais coletiva: (a) *pin* azul: Quais lugares são importantes para a comunidade? Por quê? (b) *Pin* vermelho: Que lugares precisam de mais atenção, tanto do poder público como da comunidade? Por quê?

**Figuras 19 e 20: Aplicação da Cartografia Social.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

### Fechamento da atividade

Após o mapeio coletivo, todos os participantes foram convidados a se reunirem em um mesmo local, onde as três cartografias foram colocadas lado a lado, chamando assim para uma roda de conversa sobre o que estava ali sendo exibido. Houveram

algumas incitações de nós proponentes, como: maiores semelhanças e diferenças, conflitos trazidos, pontuações sobre os recursos naturais da área, diferentes problemáticas pontuadas, etc. E, com isso, poder fomentar discussões dos grupos em conjunto, fazendo com que produzam o máximo de informações e priorizações relevantes para eles a serem sistematizados e possivelmente levados aos projetos de regularização e parcelamento.

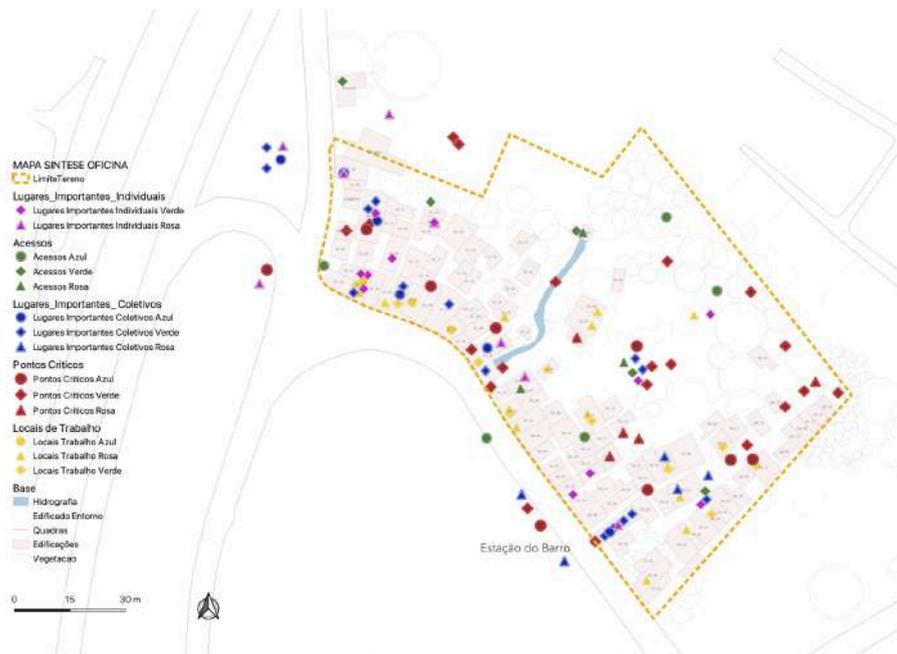
**Figura 21: União das cartografias sociais de todos os grupos, a fim de fomentar discussões sobre os temas trazidos em atividade.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

## Dados produzidos

**Figura 22: Mapa síntese da Cartografia Social da Comunidade Carolina de Jesus.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Como se tratava de um trabalho que deveria ser entregue para meios formais, a equipe de profissionais tinham um papel assistencial de colocar os dados em formatos vistos como mais profissionais, como a digitalização dos produtos feitos em campo. A exemplo desse mapa síntese.

Quanto aos dados levantados, os acessos e entradas principais identificadas, encontram-se na rua que margeia a lateral da estação, sendo lidos como problemáticos, pelos estreitamentos, dejetos, despejo de esgotos, entre outros. Assim como as ruas de entorno direto, no qual mencionaram a alta velocidade dos carros, oferecendo risco para os pedestres, especialmente as crianças e idosos. Para isso, os moradores sugeriram incluir lombadas no projeto urbanístico.

**Figura 23: Cartografia Social no grupo rosa.****Figura 24: Cartografia Social no grupo azul.**

Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

As áreas verdes da ocupação foram amplamente demarcadas, compondo uma grande parte do território, denominada pelos moradores como “Mata Carolina de Jesus”. Um dos grupos chegou a marcar as árvores como um patrimônio da comunidade e afirmaram que deveriam ser mantidas para a qualidade ambiental. Entretanto, há dificuldade no manejo e manutenção desses espaços, sobretudo de grandes árvores e o acúmulo de lixo e descartes, o que acaba por atrair e proliferar animais indesejados, como ratos, baratas, maruins e muriçocas. Quanto às águas, o córrego existente possui partes canalizadas e partes expostas, sendo estas [expostas] apontadas como áreas de risco para os moradores, sobretudo para as crianças.

Os caminhos que foram identificados na conversa e no mapa, correspondem mais aos percursos que as pessoas fazem com relação ao entorno, sendo a via em frente a comunidade a principal circulação. Essa falta de ligações de caminhos internos cartografados diz muito sobre a permanência dos moradores da comunidade em relação ao habitar, que preferem ou precisam sair do território para lazer, trabalhos, serviços e utilizam-no, predominantemente, apenas como dormitório ou internos às suas casas.

**Figura 25: Mapa de caminhos identificados pelos moradores.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Quando foram questionados sobre habilidades presentes na Ocupação, a atividade teve ampla e produtiva participação. Moradores saíram desse momento reconhecendo que na ocupação há uma diversa gama de produções e saberes, com destaque para a pluralidade de tipos de mão de obra presentes ali, inclusive de construção civil. A partir disso, houveram muitos comentários sobre o desejo de que essas pessoas fossem empregadas nas construções e nos processos que venham a acontecer posteriormente à ReUrb.

Foram também identificadas a criação de galinhas, porcos, cavalos, vacas, além de alguns jardins e pequenas hortas individuais. A horta comunitária também teve uma atenção especial nos grupos, nela, foram colocadas demarcações de plantação, importância pessoal, importância comunitária e a de locais que precisam de mais atenção e recursos. Moradores afirmaram que esse espaço poderia ser melhor aproveitado para maior produção de alimentos, sendo que pertence a um local que sofre frequentemente de insegurança alimentar.

Unanimemente, nos três grupos, houve uma elucidação da importância de algumas pessoas, apontadas nos espaços físicos que ocupam e nas atividades que desempenham, refletindo assim a forte ligação entre território e laço afetivo.

**Figura 26: Cartografia Social no grupo verde.**

**Figura 27: Cartografia Social no grupo rosa.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Por fim, os conflitos: um dos maiores levantados foi acerca do saneamento. Essa questão chega a comprometer áreas que poderiam ser espaços comunitários edificantes e não edificantes. A falta de iluminação também foi apontada como uma grande problemática em toda a ocupação, gerando muitos riscos, especialmente para mulheres que moram sozinhas nas casas localizadas no interior do terreno.

### **Construção cartográfica**

Como essa atividade corresponde a um projeto em andamento, que envolve diretamente e radicalmente a vida daquelas pessoas, além de ser avisada em uma assembleia anterior, pelo MTST, como de imprescindível participação, a adesão de moradores foi grande, gerando três grandes grupos para sua produção. Fora isso, a

interface proposta consistia em materiais grandes, coloridos e diferentes, que chamavam bastante atenção. Além de etapas introdutórias diferentes das usuais, como a separação de grupos por fitas coloridas entregues a cada uma das pessoas ali presentes, adultos e crianças. Esse fato gerou curiosidade, ligeira aproximação e um maior engajamento inicial aos exercícios propostos.

Ao que envolve o papel das assessoras, a interface utilizada se comportou extremamente dependente de uma mediação e, no caso de pessoas não letradas, não se mostrou intuitiva. Pelo tamanho do exercício proposto, as instruções precisavam ser dadas aos poucos, para que não se percam informações pelo caminho, logo a legenda proposta foi inevitavelmente relida por diversas vezes. Entretanto, a longa duração da atividade não se mostrou como um problema, principalmente por ter sido estruturada de maneira muito dinâmica. Ao passo em que as etapas avançavam, pessoas diferentes tomavam a frente nas marcações, enquanto a maior parte dos presentes davam opiniões.

A ação como um todo foi projetada para ter múltiplas ocasiões que tragam o envolvimento coletivo de todos os participantes, iniciado pela roda de apresentação e distribuição de crachás, até o fechamento, com total protagonismo das falas dos moradores, mesmo que facilitada pelas profissionais.

Um ponto que chamou a atenção da análise foi a representatividade da ação em que as pessoas se identificaram em uma bandeirinha e demarcaram pessoalmente sua residência no mapa. O fato de eles próprios encaixarem essas peças na base os deixou mais à vontade para contribuir, tirando um pouco do receio daquele apetrecho gigante em meio a eles. Foi o momento em que uma barreira de timidez e até um “medo de errar” começou a se desfazer, intensa e rapidamente. Trouxe-os, coletivamente, para mais perto da atividade e, a partir daí, começaram a se ajudar, a opinar, mexer com os materiais, entre outras participações engajadas.

Outro movimento de engajamento, trazendo uma segunda visão ao ponto negativo discorrido nos parágrafos acima, foi a falta de constrangimento dos não letrados em participar, já que, como já dito, todas as instruções possuíam ativa interlocução oral. Além disso, outros recursos foram trazidos para contrapor a escrita, deixando-os mais confortáveis.

Infelizmente, os espaços utilizados para acomodar as oficinas foram um problema. O grupo azul inicialmente se instalou em uma sala que não possuía ventilação, deixando o ambiente insuportavelmente quente, fazendo-os trocar para um ambiente externo em meio a atividade. Neste quesito, tivemos sorte da chuva intensa do período de inverno recifense ter dado alguma trégua nesse momento, tornando possível o uso desse segundo espaço.

O grupo verde se alocou na sala de entrada da creche, que é caminho às outras instalações internas e a única saída ao exterior. Essa situação gerou certo desconforto, um ambiente barulhento e dispersão da atenção dos participantes, principalmente pelo fluxo intenso de pessoas, sobretudo de crianças. Já o grupo rosa ficou numa sala fechada com ar condicionado e separação física por paredes e porta (fechada durante o exercício). Acredito que isso tenha grande relação a esta equipe ser a de maior participação ativa comparada às outras, inclusive no grau de autonomia para mudanças na própria atividade.

A ação de juntar os grupos em um mesmo ambiente, após a cartografia, para que uma conversa mais ampla e diversa acontecesse, foi pensado para que também servisse para dinamizar ainda mais o dia. Porém essa situação fez com que muitas pessoas aproveitassem do momento e fossem embora para suas casas, causando certa desmobilização. Para mais, o mapeio coletivo foi eficiente no que diz respeito ao levantamento de diversos conflitos territoriais, o que, como uma não surpresa, acalorava demasiadamente a prática e auxiliava o desenvolvimento da pesquisa-ação.

Em uma leitura social, o papel relacionado às tarefas do cuidado exercido pelas mulheres<sup>93</sup> foi um grande ponto em pauta — poderia colocar aqui como “exercido majoritariamente pelas mulheres”, mas não foi majoritário, foi unânime. Um grande número delas eram mães, inclusive muitas maternavam mais de uma criança. Situação que não foi anteriormente pensada, logo não destinamos atividades infantis, o que gerou uma sobrecarga e pausas constantes delas. Além da questão da movimentação citada no espaço de atividade do grupo verde. Ademais, quando

---

<sup>93</sup> Salientado que esta dissertação compreende como mulher, ou quaisquer de seus sinônimos, quem se reconhece como mulher, não estipulado pela genética, órgão reprodutor ou nascimento, assim como o Decreto Presidencial nº 8.727/2016, que regulamenta o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais (femininos e masculinos).

se aproximou da hora do almoço, muitas debandaram ao grupo para produzir os alimentos às suas respectivas famílias.

Não é sempre que conseguimos um número de militantes suficiente para conseguirmos abarcar a situação, mas é algo que merece devida atenção e movimentação interna para que seja suprido. Até porque, normalmente, as mulheres compõem uma maioria no grupo de pessoas engajadas nos territórios, inclusive no papel de liderança comunitária, como também representam os corpos de maior vulnerabilidade social e territorial. Essa centralidade não se dá apenas pela necessidade, mas pela construção de formas autônomas de reprodução social que desafiam a destruição promovida pelo capitalismo, o patriarcado e a precarização da vida (FEDERICI, 2020).

Ao canalizar o poder das relações afetivas e comunitárias, elas redefinem conceitos de política e democratização, transformando o trabalho reprodutivo em ação coletiva. Essa atuação, no entanto, precisa ser visibilizada e debatida na academia, nos movimentos sociais e em todos os espaços de formação de opinião, pois não se trata de um tema periférico, mas de um eixo central para qualquer projeto que envolva objetivos de justiça social.

Logo, apesar de serem maioria nas mobilizações por moradia, alimentação, segurança e justiça, são também as primeiras a se retirarem dos espaços de governança micropolítica, quando demandadas por suas obrigações de cuidado. Questão que exige reconhecimento, visibilidade e condições dignas para suas efetivas participações, até porque, quando as mulheres não se sentem aptas a estarem de corpo presente, a perda é altíssima. O trabalho de produção espacial precisa ter intrínseco a ele a reprodução social, enxergar através das lentes de gênero é indispensável. Dessa forma, reconhecer a importância das mulheres significa não apenas valorizar seu protagonismo, mas garantir condições para que sua atuação não seja invisibilizada ou precarizada, mas presente e participante.

Quanto à reflexão sobre participação, engajamento e autonomia na atividade, pode-se dizer que houveram momentos assistencialistas, principalmente na “formalização” dos produtos gerados, a interface usada permitia pouca autonomia de uso, precisando da presença constante das assessoras, mas também houveram fortes momentos de controle cidadão. Apesar do roteiro criado e uma certa firmeza

em guiá-lo, principalmente pelo tempo estipulado para cada etapa, grande quantidade de pessoas e inúmeras adversidades, como as já citadas, a interferência de uma verticalidade das assessoras não foi presença marcante. Conseguiram ser fiéis ao papel de facilitadoras, em falas e conduções não autoritárias, sempre abertas ao retorno às explicações e dúvidas, quanto às sugestões de mudanças. Além disso, as marcações no mapa, que não eram parte de alguma explicação metodológica, foram integralmente feitas pelos moradores.

Como dito, nesse estágio da pesquisa-ação e da cartografia, a situação era de construção de leitura sócio-espacial. Pelos estudos anteriores a equipe técnica tinha em sua posse um grande montante de informações do diagnóstico prévio, entretanto houve uma escolha de não utilizá-lo no momento de cartografar coletivamente, para que não inibisse ou manipulasse a construção do mapeio coletivo. A atividade trabalhou frente a uma consciência coletiva e um engajamento comunitário frente ao seu próprio território, conseguindo que as decisões tomadas fossem amplamente discutidas em rodas. Os resultados dos consensos e dissensos foram engrandecedores, tanto como produtor de dados para o futuro projeto e encontros, quanto ao que envolve um entendimento de comunidade e ação coletiva, na exposição materializada e espacializada das intensidades e laços existentes ao território e ao grupo em si.

Apesar da base se voltar ao decalque do território, a cartografia social construiu sobre ela uma outra dimensão, a da subjetividade e dos movimentos presentes na Ocupação. Os moradores puderam cartografar, também de forma oral, as múltiplas linhas daquele rizoma, um diagrama rizomático sobreposto ao decalque em redes visuais, palpáveis, dialéticas e didáticas. Já que “o rizoma não é apenas um conceito, mas um abrir portas à investigação de elementos marginalizados pelas formas de conhecimento dominantes, ou que lhes escapavam de alguma maneira” (CAVALCANTI, 2016 apud SCHERER; GRISCI, 2022). O que também significa que as diversas informações, entendimentos e idealizações fossem passadas para imagens e anotações, e que não se perdessem no campo das ideias.

### **Oficina 3: Nuvem dos desejos**

Ocorrida no dia seguinte da oficina 2, a idealização do que poderia estar por vir se deu como uma complementação à cartografia social, na qual, depois de especializarem em um mapa as realidades atuais, seriam mapeados os sonhos para o futuro daquele território. Como abordagem metodológica, foi feita uma interface simples, de fácil entendimento, e chamativa ao olhar, na qual seriam feitos mais um tipo de cartografia rizomática, mas agora sobre dinamismos do desejo.

A inspiração trazida pela pesquisa-ação agora consistia no processo de sair do lugar de passividade às “vontades do outro” (ARRUDA, 2021, p. 51). Primeiro entendem a realidade pela ótica coletiva, e o poder da presença de si e dos outros naquele lugar de debate, agora, por formas abertas permitidas pelos sonhos, traçam os seus desejos, individuais e coletivos. Sai-se assim do lugar de apenas aceitar o que os técnicos formais ditam o que é melhor para o grupo, agora eles possuem a fala sobre quais são suas próprias prioridades.

A interface usada nesta oficina era construída com uma placa de papel paraná em formato de nuvem e nela seriam pregados paps coloridos escritos. A legenda construída para esses paps foi: sonhos pessoais: papel alaranjado; sonhos para você e pessoas próximas (família e amigos na comunidade): papel rosa; sonhos coletivos: papel verde; e quais equipamentos públicos são prioridade: papel amarelo.

Durante a mística de abertura, no momento de diálogo aberto, em roda, os moradores foram incentivados a contextualizar o que havia ocorrido na oficina 2 para os poucos novos participantes, ajudando-os também a lembrar, além de estimular o início da troca coletiva. Já na divisão dos grupos, talvez por apego ao grupo da oficina anterior, ou por ter sido apenas um dia atrás, muitos dos moradores quiseram escolher suas cores, selecionando a mesma que haviam pegado anteriormente, queriam participar do mesmo grupo, como também incentivaram os seus vizinhos a fazerem o mesmo. Logo, os grupos estavam praticamente iguais, com poucas mudanças ou adioes e subtraoes, já que haviam participantes novos e alguns outros não compareceram.

Cada equipe possuía: uma interface (a nuvem); um bloco de paps autocolantes de cada uma das cores determinadas nas legendas: laranja, papel rosa, papel verde, e

papel amarelo; e canetas ou hidrocor para desenharem e escreverem. Além disso, uma assessora estava em cada espaço para explicar a atividade e auxiliá-los.

### Etapa geral

A atividade foi programada para se fazer em roda, com a interface no meio, em uma distância pequena para os participantes, para que conseguissem intervir sem muitas dificuldades. Primeiramente, a dinâmica foi explicada e dialogada com o grupo, deixando abertura para as falas dos presentes, só então seguiam para a prática. Um ponto da explicação, é que os *post-its* poderiam ser desenhados ou escritos, para que não letrados e até mesmo crianças pudessem participar sem muitos problemas.

A ação consiste em 4 perguntas, sendo que após cada pergunta, o diálogo era aberto para discussões e respostas: (1) Quais são os seus sonhos pessoais?; (2) Quais são os seus sonhos para você e as pessoas da sua família e amigos?; (3) Quais são seus sonhos para as pessoas dessa comunidade?; e por fim, depois da rodada de perguntas, conversas e resposta, foi perguntado (4) O que você acha que deveria ter aqui na comunidade ou perto? Que tipo de serviço? E de equipamento público?

Como explicado inicialmente, cada pergunta possuía um tipo diferente de cor de papel, compondo uma legenda. Porém, todos os grupos escolheram descartar, autonomamente, a dinâmica de cores, facilitando o uso da interface e deixando o debate mais fluido. Preferiram escrever seus desejos sem se preocupar em onde os colocariam.

Em um dos grupos, o verde, composto majoritariamente por idosos e muitos não ou semi letrados, apresentou uma certa timidez ao escrever ou desenhar nos papéis. Entretanto estavam muito dispostos no debate oral sobre as perguntas. Então, como facilitadora, a assessora responsável tomou para si o trabalho de levar aquelas ideias para a nuvem. No grupo rosa aconteceu o oposto, eles estavam tão engajados, que a profissional pode ficar como observadora da dinâmica (lembrando que também foram a equipe com maior desenvolvimento autônomo na passada cartografia social). Nele, também havia a presença de uma criança e um senhor de mais idade, muito conhecido na Ocupação, que foi fundamental para que isso acontecesse. Eles incentivaram fortemente o diálogo e a composição da interface,

em uma desenvolvura muito engajadora: escreviam as ideias levantadas em roda, pregavam os papéis, faziam perguntas etc.

**Figura 28: Nuvem dos desejos do grupo rosa.**

**Figura 29: Nuvem dos desejos do grupo verde.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

### Fechamento da atividade

Assim como na oficina anterior, para o fechamento desta ação, os participantes se reuniram em roda em um mesmo espaço, com as interfaces dispostas no meio e eram convidados a falar sobre as respostas dos seus grupos. A partir da fala dos grupos, a ideia é que todos pudessem dialogar sobre o futuro daquela comunidade, em conjunto. Porém esse momento infelizmente não teve muita adesão, tanto pela atividade ser parte de uma vasta programação do relacionada ao MTST, quanto por ser próximo ao horário de almoço, refeição que nós não tínhamos verba para oferecer. Logo, muitas mulheres saíram para cuidar da alimentação da sua família e, quem permaneceu, debandou rapidamente por estar com fome (também, por isso, sem muita paciência).

## **Dados produzidos**

Com o entendimento espacial que havia sido trazido na cartografia, os moradores passaram a ter uma visão de maior compreensão sobre as necessidades daquele território e sobretudo na luta. Em todos os três grupos criados, algo foi unânime: os sonhos coletivos se sobressaíram aos outros temas trazidos, até mesmo à legenda de equipamentos públicos — também muito citada. Em sua maioria, sonhos pessoais nem foram levados à roda.

Ao cartografar sonhos e aspirações futuras, muitas questões foram levantadas, sendo os principais eixos: moradia, infraestrutura, equipamentos públicos e comunitários e serviços. Mesmo que desejos pessoais tenham sido falados, principalmente no que envolvia a falta de emprego e oportunidades, a sobreeminência eram sonhos coletivos. No eixo moradia, foram levantadas as manutenções das habitações, o grande desejo da construção em alvenaria (imbricada na segurança de posse) e também sobre a qualidade e tamanho das casas, para que atendam as necessidades e quantidade de pessoas de cada família. As falas sobre infraestrutura tiveram como principais focos o saneamento básico, junto com o controle de animais e pragas, e o acesso à água e iluminação. Mas também trouxeram temas como o desejo de ter nomes e placas de identificação nas ruas internas e a necessidade de criação de sistemas que diminuam a velocidade dos carros nas vias do entorno.

Em relação aos equipamentos, foram citados os públicos: posto de saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), escola com Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). E os comunitários: áreas de lazer, associação de moradores, melhoria da creche e da horta e praças. Já em relação aos serviços, foram pontuadas a necessidade de pequenos comércios, como farmácia, mercado e padaria.

## **Construção cartográfica**

Como dito, a interface da nuvem fazia parte de um cronograma intenso de atividades do Movimento e em um horário muito próximo ao almoço, o que gerou certa impaciência na hora da aplicação. Pela confluência de motivos, essa atividade se deu em um período curto de tempo, não passando de meia hora. Tempo

insuficiente para diálogos mais profundos sobre os assuntos ali levantados e, às vezes, debatidos. Somada a essa ansiedade geral de encerramento, os três grupos se viram muito presos à escrita, já que os participantes não queriam desenhar seus anseios, como já relatado em parágrafos acima. Por isso, foi necessária a presença de uma pessoa alfabetizada para cumprir esse papel (podendo ser ou não a assessora responsável).

Contudo, teve-se uma maioria construindo coletivamente a lista de ambições para aquele espaço, fomentando diversas temáticas inclusas nos campos de serviços públicos, comunitários, aspirações quanto às moradias e a qualidade do habitar, etc. A Nuvem dos Desejos foi feita com o objetivo de abrir os horizontes a serem dialogados posteriormente. Simples, porém efetiva no que se propôs a ser — mesmo com a inquietação dos participantes em quererem que as atividades do dia se encerrassem. Logo, a conclusão é que, apesar dos contratemplos, conseguimos alcançar certo grau de participação e engajamento, bem como a autonomia interna aos grupos. Para além da dinâmica engajada do grupo rosa, a maior parte dos sujeitos desse encontro, no geral, responderam ativamente, por eles mesmos, o que querem, mesmo nem sempre tendo consciência do que podem querer — o que nos atinou para a questão a ser trabalhada na próxima oficina.

Abrir a discussão sobre o futuro, ou como colocado, os imaginários sobre o futuro, também é um ato de busca de autonomia, ainda mais quando primeiramente foram introduzidos a pensar sobre a situação atual do grupo e do espaço pela interface anterior (Cartografando o Presente).

### **Projetando o futuro: Formação política e parcelamento participativo**

Sequencialmente às atividades de “cartografar o presente e idealizar o futuro”, agora a proposta estava em pensar como materializar esse futuro. Aqui serão apresentadas duas oficinas propostas para uma integração maior dos moradores ao projeto de regularização e parcelamento em si, tanto no planejamento quanto nos espaços de negociação. Sendo que muitas das idealizações desses encontros se deram a partir do problema levantado na oficina anterior: não só querer algo, mas saber o que se poderia querer. Isso porque muitos dos moradores acreditavam que o básico que poderia ser desejado estava, na verdade, muito abaixo da ideia do que

é básico trazido pela própria Constituição Federal (CF), como nos artigos 5º ao 17º, fora os itens do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor de Recife.

Metodologicamente, em ambas oficinas, foi utilizado o estudo interfaces de jogos como método de projeto participativo na Assessoria Técnica, induzindo também um ambiente menos hierárquico, já que nos jogos todos são jogadores — mesmo com clara e assumida assimetria social entre profissionais e comunidade. Dessa maneira, a interface de jogo é conduzida a desempenhar um papel mais unificador, a fim de promover diálogo em um processo de formação de subjetividades, objetivando a emancipação<sup>94</sup>. Ou seja, uma soma de conhecimentos, em igualdade de importância, com a finalidade de uma construção plural e criação de novos imaginários frente às questões levantadas em cada atividade proposta.

Assim como no segundo momento dessa assessoria, “Cartografar o presente e idealizar o futuro”, o “Projetando o futuro” também aconteceu em dois dias e tiveram como objetivos de desenvolver o um projeto de parcelamento realmente participativo. E, para cumprir esse papel, o grupo sócio-espacial precisava estar ciente dos instrumentos que poderiam ser usados para tal, como eles funcionavam e o que eles tinham, por direito constitucional, levar ao projeto.

Para mais, as oficinas também foram feitas na Ocupação Carolina de Jesus, no local em que hoje se encontra a creche comunitária, tanto nas acomodações internas, como nas áreas externas da creche. A completar, assim como nas duas oficinas anteriores, houveram separação de três equipes por fitas coloridas, contando com no máximo vinte pessoas por grupo. Isso faz com que mais gente se sinta à vontade de falar, com que as lideranças não peguem sempre a palavra e que o corpo de profissionais consiga colocar em prática as ideias metodológicas e alcançar os objetivos propostos, em um trabalho de mediação mais atento, de escuta sensível, mais afetivo e efetivo.

---

<sup>94</sup> “A emancipação no contexto do planejamento urbano se refere à capacidade dos agentes de se tornarem conscientes de seu papel na reprodução das práticas sociais e dos mecanismos de empoderamento que os tornam capazes de transformá-las” (IRAZÁBAL, 2009 apud ASSIS, 2017, p. 25).

#### **Oficina 4: Jogo de Termos**

No campo de disputas urbanas, as normas e ferramentas de regulação urbanística são limitadas aos especialistas, técnicos e acadêmicos, desconectadas de diversos atores sociais e suas necessidades, colaborando com a promoção da passividade cidadã e um sentimento de fatalismo com as suas realidades. Para que essas práticas e suas possibilidades possam realmente beneficiar a população, especialmente grupos em vulnerabilidade, é essencial que elas sejam amplamente difundidas, compreendidas e trabalhadas criticamente. Sendo que,

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade desta luta e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia fatalista, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra (FREIRE, 2000, p. 43).

Ao longo desse trabalho de assessoria técnica de arquitetura e urbanismo, assim como a assessoria técnica jurídica (feita pelos militantes advogados do Setor Jurídico do MTST), a equipe de profissionais fez questão de se adequar à linguagem dos assessorados. Aprender como eles diziam e relacionavam-se com os temas e situações, agregando na didática de ambos os lados. Entretanto, pela atenção cartográfica, foi percebido que, quando a programação contava com questões do universo formal de negociação, como por exemplo assembleias para conversar sobre as futuras ações com o poder público, a maior parte dos moradores paravam de participar. Mesmo que os militantes se esforçassem para passar as informações de maneira mais acessível, não havia como não utilizar alguns termos ou nomes de possíveis estratégias a serem acionadas.

Como exemplo, para a regularização fundiária da Ocupação Carolina de Jesus, foram levantados alguns instrumentos jurídicos previstos na legislação que poderiam ser aplicados, como: a demarcação urbanística, prevista na Lei nº 13.465/2017, permite identificar posses e delimitar áreas de assentamentos para regularização; a usucapião especial de imóvel urbano, que garante domínio de áreas ocupadas por mais de cinco anos, sem oposição, para moradia; e a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), indicada no Estatuto da Cidade e no

Plano Diretor do Recife, que transfere o direito de uso de terrenos, públicos ou privados, sem exigir tempo mínimo de posse.

O trabalho de regularização fundiária, tal como o de luta por moradia, coloca os moradores em situações e ambientes de maiores formalidades, com linguagens e termos pouco coloquiais e, por vezes, excluem quem não os entende dos debates. Para que consigam participar efetivamente de tais âmbitos, é necessário que a assessoria técnica e entidade responsável tenham o trabalho de formação política como indispensável em suas grades, a fim de romper com essas barreiras de exclusão.

A formação política é vista como uma estratégia essencial para avançar nas lutas sociais. Isso ocorre porque as ações que mudam a dinâmica das lutas de classes dependem do nível de consciência social das massas e da capacidade dos trabalhadores de se apropriarem de projetos políticos. O objetivo é estimular as pessoas a questionar sua própria realidade, reconhecendo diferentes saberes e compreendendo que o conhecimento se desenvolve através das relações entre o homem e o mundo, aperfeiçoando-se pela problematização crítica destas relações. Esse processo promove uma aprendizagem coletiva e autônoma, onde as pessoas se tornam capazes de transformar suas condições através da compreensão crítica de suas relações com o mundo e agirem a partir disso.

Sendo assim, a pesquisa-ação mobilizada consistia em levar para roda um universo possível para aquele território, a partir das escolhas conscientes e transformadoras vindas da ação coletiva do grupo sócio-espacial e, para isso, também agenciar uma formação política, tanto pelas bases e limites do Movimento, quanto legais.

Como abordagem metodológica, foi utilizada uma interface em forma de jogo, em um exercício inspirado no Círculo de Cultura, concebido por Paulo Freire, a qual também valoriza a construção coletiva do conhecimento, transcendendo a transmissão unidirecional de conteúdos e promovendo o diálogo e a troca de saberes entre todos os participantes. O Círculo visa criar um espaço democrático, dialógico e didático, onde todos são co-construtores do saber, e tem a ação como horizonte, ou seja, um passo na construção da práxis. Consequentemente, as posições hierárquicas são deslocadas, tornando as facilitadoras também agentes participantes ativos no processo.

Os temas geradores para a prática foram identificados ao longo das oficinas, emergindo das vivências dos participantes, usualmente usados em situações que a comunidade está inserida, como nas oficinas, especialmente focada no projeto participativo urbano e nos campos de negociação e decisão, como assembleias, reuniões, audiências públicas, mesas de negociação, entre outros espaços formais. Esses temas foram chamados de termos e levados para a interface, chamada de “Jogo de Termos”. Seu objetivo era justamente dialogar sobre o âmbito e domínio desses assuntos, juntamente com seus respectivos significados e aplicações, para que, a partir do conhecimento gerado, o grupo sócio-espacial tivesse um nível maior de autonomia e, conseqüentemente, voz. Isto é, alcançar certo grau de emancipação, resultado de um processo participativo com propósito de democratização e intercessão do conhecimento formal e espacial.

A escolha do jogo como pedagogia foi feita pelo potencial de mobilizar um número considerável de pessoas em torno de um propósito, como parte da práxis. Essa pedagogia dá margem à ampliação de imaginários e, como dito antes, na criação de ambientes dialógicos, no processo de constituição de subjetividades e das relações sócio-espaciais. Além disso, mesmo jogos de maior simplicidade podem ter a capacidade de atingir bons resultados em relação ao engajamento social, formação política e emancipação (ASSIS, 2017). Já que, mesmo sem muita complexidade de produção e uso, os jogos precisam possuir jogabilidade para a apreensão da atenção e formação de seus jogadores, o que Flusser (s.d.) chamaria de meta-jogo<sup>95</sup>.

Em um jogo emancipatório o objetivo tampouco é transferir conhecimentos, mas antes, estabelecer um vocabulário comum, que dê conta do dissenso e da pluralidade dos imaginários e desejos dos jogadores. Assim, o princípio da igualdade se faz presente de duas formas: a primeira, reconhece que qualquer pessoa, independente da sua formação profissional ou grau de escolaridade possui uma experiência espacial a ser considerada, e a segunda é aquela que iguala todos os participantes na condição de jogadores (ASSIS, 2017, p. 108).

O Jogo dos Termos é constituído por uma cartilha e quatro grupos de cartas de cores diferentes, rosa, laranja, amarelo e bege. As cartas do grupo rosa foram

---

<sup>95</sup> Na visão de Flusser, a relação entre jogo e meta-jogo remete a um efeito cascata, no qual um jogo “maior” estará sempre a conter um outro jogo. “Jogos ocorrem em jogos” (Flusser, s.d., p. 3). Esse “jogo maior” é como se fosse um objetivo real daquela prática.

nomeadas como “termos-chave”, nelas continham temas que foram definidos como cartas de maior abrangência do processo em que aquela comunidade está inserida, como, por exemplo, MTST e regularização fundiária. Já as laranjas são descritas como cartas conectoras, nelas foram incluídos processos e ferramentas usadas para chegar aos produtos que podem ou não serem usados pela ReUrb Carolina. Porém, suas compreensões são importantes para a proposição e vocabulário nas próximas etapas, como luta comunitária, assessoria técnica e projeto urbanístico. As amarelas eram as cartas de produtos, de forma literal, e nelas foram colocados possíveis produtos a serem alcançados nesse processo, como Minha Casa Minha Vida (MCMV) Entidades, unidades uni e multifamiliares e equipamentos públicos e comunitários. No geral, todas essas cartas coloridas possuem o termo e uma breve ilustração do seu significado. Já as cartas beges possuíam o significado escrito de cada uma das cartas coloridas.

Os termos eram: (1) Chave: Regularização Fundiária; Direito à Cidade; Zeis 1; Zeis 2; Associação Comunitária; Função Social da Propriedade (Valor De Uso); e MTST; (2) Conectores: Projeto de Arquitetura; Projeto Urbanístico; Processo Jurídico; Luta de Ação Coletiva; Plano Diretor; Estatuto da Cidade; Assessoria e Assistência Técnica; Demarcação Urbanística; Titularidade do Terreno Coletiva; Titularidade do Terreno Privada; Defensoria Pública; Movimentos Sociais; Gentrificação e Especulação Imobiliária; (3) Produtos: Parcelamento do Solo; Unidade Multifamiliar; Unidade Unifamiliar; Diagnóstico Urbanístico; MCMV; MCMV Entidades; Concessão de Direito Real de Uso (CDRU); Usucapião; Equipamentos Públicos; e Equipamentos Comunitários.

Figura 30: Cartas do Jogo dos Termos.



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Como proposição de apreensão dos termos pelos moradores, mas entendendo que nem sempre isso acontece em sua totalidade no período do jogo, cartilhas foram feitas com todos os termos das cartas e seus respectivos significados. Elas também foram usadas como materiais pessoais e ficaram em posse de cada jogador, para que pudessem ser consultadas em outros momentos, como nas assembleias e negociações públicas.

Figura 31: Cartilha do Jogo dos Termos.



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Para abertura dessa oficina, não houve café da manhã, pois um almoço estava programado para o dia. Então, os moradores foram recepcionados na creche comunitária apenas com música, cadeiras dispostas em roda para o diálogo inicial, apresentação e pactuação das atividades propostas e pelo exercício conhecido de divisão dos grupos. Essa atividade se deu algumas semanas após a oficina 3, e os moradores não apresentaram desejo de permanecer ou não nos mesmos grupos, como anteriormente. Dessa vez, voltaram a pegar as fitas de maneira aleatória, embaralhando a composição das equipes. Outro ponto é que, aprendendo com as falhas das outras oficinas, desta vez, conseguimos separar uma equipe destinada apenas para se ocupar com as crianças da comunidade.

A ação proposta para o dia se dividia em 3 etapas.

### **Etapa 1: Apresentação das cartas**

A primeira etapa consistia na apresentação de todas as cartas seguidas de seus significados, possíveis sinônimos, aplicações e porque estavam naquela categoria de cartas (chave/conectores/produtos). Acompanhado a isso, entregamos as cartilhas a cada um dos jogadores e a explicação sobre ela.

Os termos foram apresentados sequencialmente: primeiramente todos os termos chave, depois os conectores e, por fim, os produtos. Para essa atividade, tivemos o entrave da acessibilidade, contando que todo material era de maioria escrita, com poucas imagens ilustrativas. Sabendo que o grupo trabalhado possui um número de pessoas não letradas, essa primeira etapa foi uma tentativa de alcançar essa porcentagem de moradores, complementando o material escrito com a atividade oral.

### **Etapa 2: Jogo dos Conceitos**

Após explicações orais, deu-se início a etapa 2, também chamada de Jogo dos Conceitos. Essa etapa aconteceu da seguinte forma: (1) embaralhar todas as cartas e distribuir igualmente aos jogadores; (2) alguém joga uma carta na mesa, seja colorida ou conceito (começando a primeira rodada com quem tem a carta do MTST); (3) então, abre para um momento de diálogo em que falam o que significa

aquele termo, nas próprias palavras dos jogadores; (4) quem possuir a carta correspondente daquela jogada anteriormente a jogará por cima da anterior e será sua vez de jogar outra carta a sua escolha; (4.1) se a carta for de termo, quem joga em cima é quem possui a carta conceito, e vice-versa, (4.2) se o jogador tiver a carta e o conceito na mão, poderá jogar os dois juntos; (5) as rodadas se repetirão até que a primeira pessoa acabe as cartas em sua mão (caso aconteça muito rápido, é sugerido jogar até completar o pódio até o terceiro lugar).

As cartilhas e as assessoras técnicas podem ser consultadas a qualquer momento e quantas vezes forem necessárias. Como por exemplo no ítem (3), em que foi preciso uma certa monitoria da assessora para que não sejam transmitidas informações errôneas, mas de maneira não repreensiva e sim educativa.

**Figuras 32 e 33: Equipe amarela jogando o Jogo dos Termos.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

### **Etapa 3: Jogo dos Conectores**

A terceira etapa é o Jogo dos Conectores. Seu objetivo é a construção de um diagrama a partir de uma hipótese fictícia, seus instrumentos e possíveis produtos para sua resolução. Ela se Inicia com uma hipótese de exemplo: (1) a mediadora dará uma situação hipotética que se relacione com um dos termos chaves; (2) em seguida, fará um diagrama saindo desse termo chave, passando por conectores e,

por fim, acabando nos produtos de como aquele processo poderia acontecer e, se possível, para quem entregaria esses produtos; (3) nesse processo, explicará cada uma das suas escolhas, repetindo os significados das cartas escolhidas; (4) e deixará que os outros jogadores se envolvam nas escolhas de cartas e processos, ouvindo-os e debatendo com eles, além de tirar possíveis dúvidas.

Após esse exemplo, é a hora dos próprios jogadores construírem seus diagramas a partir da hipótese dada pela profissional facilitadora. Isto significa que: (1) a mediadora falará outra situação hipotética, que tenha semelhanças com a primeira, podendo partir do mesmo ou de outro termo-chave; (2) ficará a cargo dos jogadores montar um possível diagrama para aquela situação; (3) enquanto a assessora ficará a disposição para auxiliá-los e para debate nas escolhas. A todo momento foi frisado que nesse jogo não há caminhos certos ou errados, somente algo que seria mais adequado ou não para a situação dada.

### **Fechamento**

Após o jogo, ainda em roda, foi dado um espaço para diálogo sobre a atividade como um todo. Diferente das outras oficinas, esse momento também se deu dentro da divisão dos grupos, para que se pudesse dar atenção a um maior número de participantes. Nesse momento, as pessoas deram muitas opiniões sobre o que acharam da metodologia, contando com muitos elogios a dada importância de formação política de vocabulários. Vimos muitos moradores guardando com cuidado as cartilhas ofertadas, enquanto alguns chegaram a comentar que levarão para espaços em que usam aquelas “palavras difíceis”. Entretanto, a questão de ser um jogo de muita escrita foi uma dificuldade em todos os grupos, fazendo com que a equipe técnica entendesse o maior grau de não alfabetização, dificuldade de leitura e interpretação de textos.

### **Construção cartográfica**

No geral, a atividade aconteceu de forma tranquila e bastante participativa. Pela proposta de atividades brincantes com as crianças e o oferecimento do almoço, as mães puderam estar mais presentes e atentas, além de ser o encontro com menor número de abandonos durante a atividade. Fora isso, o oferecimento da

alimentação após o exercício foi essencial para a participação continuada e mais paciente até o final de modo geral. Entretanto, o fato de não ter sido oferecido um café da manhã acabou por gerar muitos atrasos, fazendo com que as atividades começassem mais de uma hora depois do horário marcado.

Os grupos ocuparam os mesmos espaços das atividades anteriores, mas agora com mais preparo. A sala, que apresentava altas temperaturas, inviabilizando sua ocupação, recebeu dois ventiladores. O espaço de entrada da creche não se viu tão conturbado após todas crianças serem incluídas na programação e levadas ao parquinho, na parte traseira da edificação. O fato anterior de haver muito fluxo interno na creche não se limitava apenas às crianças, porém, como a presença delas resultava em um ambiente mais barulhento e agitado, levava muitos adultos a saírem para respirar, para se acalmar e, em algumas ocasiões, fumar. O que, na oficina 4, ocorreu apenas poucas vezes, em comparação com os outros encontros.

Como de costume, quando nós, assessoras técnicas, chegávamos ao território, muitas pessoas vinham ao nosso encontro e, em uma conversa informal, sempre éramos questionadas e adiantávamos o que seria proposto para o dia. Não diferente, desta vez, contamos que a atividade seria jogo. Isso despertou dois sentimentos que conseguimos cartografar: empolgação em uma parte e descrença em outra.

Os finais de semana são sagrados para todo trabalhador, ainda mais quando se trata do proletariado mais explorado e com menos direitos trabalhistas, como é o caso da maioria dos adultos nas ocupações. Ao falar que a atividade que tomaria toda a manhã de “folga” dessas pessoas seria um jogo, incredulidade e um pouco de raiva são sentimentos que se justificam. Não é fácil compreender como um jogo pode ter seriedade metodológica, respeitando o tempo dos envolvidos. Mesmo assim, quase todos que encontramos compareceram.

Na prática do jogo, o maior entrave apresentado foi justamente suas peças serem inteiramente ligadas à leitura, deixando grande parte dos participantes meio aquém de suas cartas na mão. Isso gerou uma certa falta de autonomia, na qual as assessoras responsáveis pelo grupo precisavam ficar auxiliando os participantes com dificuldade de leitura para que pudessem participar da dinâmica. Sempre buscando uma constante e sensível didática, para não inibi-los, manipulá-los ou

constrangê-los. Essa questão se agravou principalmente nas rodas compostas por pessoas mais idosas e o tempo de espera da ajuda foi ponto de desmotivação.

Entretanto também tiveram bons resultados, principalmente em uma das equipes, a rosa, em que os próprios assessorados liam um para os outros e davam segmento por eles mesmos. Inclusive essa foi a única equipe que quis jogar até ter um pódio de três lugares, as outras encerraram no primeiro vencedor, visto que avançava a fome e a desmobilização. Não coincidentemente, esse grupo rosa esteve alocado no mesmo lugar em todas as atividades, um cômodo fechado, com ar condicionado e portas fechadas. Mesmo que seus integrantes mudassem, incluindo a assessora responsável, a condição ambiental era a mais favorável dentre a divisão, sendo que os outros se localizavam um na parte externa coberta da creche e o outro no cômodo fechado com ventiladores.

No mais, o jogo conseguiu atingir um satisfatório grau de formação política, como uma atividade emancipadora, em um espaço de soma e dissenso entre os saberes técnicos, populares e cotidianos. Bem como, pode se fazer um processo de autoaprendizagem coletiva” (FREIRE, 1975, p. 36.), no qual os participantes foram também estimulados a problematizar a própria realidade a partir da troca antes de decidir quais caminhos possíveis tomariam. Mesmo que não tenham participado da escolha dos termos, não se envolveram em uma ação tendenciosa e não dialógica, sendo unicamente o passar de informações dos “detentores do saber” para as “leigas pessoas”. Isso porque aqueles assuntos foram cartografados nas intensidades desenvolvidas não só no território, mas em outros momentos que tiveram a ligação entre o grupo sócio-espacial e alguma das assessoras, como por exemplo nas assembleias.

Como atividade, a ação do jogo se encerra no momento em que a partida acaba. Pode se verificar aí, algum aprendizado, ou um efeito articulador que aproxima as pessoas para futuras ações coletivas. Contudo, é no campo da experiência que o jogo imprime a sua ação para além do momento da partida. A durabilidade da ação do jogo é que permite que o jogador relacione a experiência vivida no jogo com as suas próprias experiências de vida, proporcionando um campo de reflexão que atua na reconfiguração das posições diante das questões levantadas pelo jogo (ASSIS, 2017, p. 113).

Como dito na descrição dessa interface, esse jogo foi projetado para ser um passo em busca de maior autonomia desse grupo sócio-espacial a partir da extensão de seu vocabulário, acrescidos de termos que são utilizados em espaços formais. E

quanto a isso, apresentou êxito, interesse e engajamento, muito por vivenciarem corriqueiramente a situação de participativismo ou assistencialismo, em que não conseguiam participar dos diálogos. O aprendizado ocorrido não se deu apenas pela absorção de ideias e termos, mas por sua produção e transformação na prática e na comunicação. Sendo que por ela também foi possível incentivar a autonomia do grupo frente a sua luta, conhecendo o que o outro lado estava dizendo, como, por exemplo, em assembleias com o poder público. O processo de codificação e decodificação das experiências e palavras permitiu que os participantes se reconhecessem como agentes de transformação social. E a inspiração no Círculo de Cultura auxiliou na construção de um espaço de reflexão coletiva e construção de saberes, fortalecendo a identidade subjetiva e coletiva, e promovendo uma conscientização crítica.

Porém, o entendimento do nível de autonomia que essa interface deixou, em um ar de transformação, só pôde ser de fato percebido em situações posteriores a esse encontro. Nesses momentos seguintes, profissionais de diversas áreas tiveram espaço de fala e foram recebidos com um nível de compreensão muito maior do que em situações anteriores. Mas o que realmente marcou foram os próprios moradores utilizando esses termos, predominantemente de maneiras certas, nos encontros que se seguiram, como na próxima oficina que será descrita, de parcelamento participativo.

### **Oficina 5: Parcelamento Urbanístico Participativo**

Todos os passos constituídos até aqui foram feitos para que esse momento de projetar coletivamente o futuro da ocupação seja real e efetivamente participativo, ou, como Arruda (2021) chama: radicalmente participativo. Aqui, o grupo já tinha uma leitura crítica da realidade social e espacial, já sabiam o que queriam, coletivamente, e, para mais, já tinham uma certa compreensão de como poderiam transformar o desejo em perspectiva legal, territorial e comunitária. A pesquisa-ação construída até aqui conseguiu guiar as ações, empoderar os agentes, vencer objetivos específicos e obstáculos e, por fim, delinear como as oficinas poderiam ser construídas para que as exigências de conhecimentos fomentados e produzidos em torno das questões fossem alcançados. Não diferente, a oficina 5 seguiu a mesma

estrutura, já que essa abordagem metodológica também orientou os objetivos gerais da assessoria prestada. Logo, também se fez necessariamente integrante do processo de formação política e da didática formativa dialógica de ambos os lados.

Metodologicamente, foram novamente agenciadas a metodologia cartográfica e a pesquisa-ação, pelas quais os moradores consigam elencar uma ordem de prioridade de questões e de possíveis soluções a serem especializados na interface e cartografados no diálogo verbal, como também “aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.” (THIOLLENT, 1998, p. 16).

Para constituição desta interface, foi feita uma maquete do terreno, desenvolvida com o objetivo de subsidiar as discussões com a comunidade durante a oficina, funcionando como instrumento de experimentação das possibilidades de uso e ocupação do espaço. Além de considerar diferentes condicionantes, como a área não edificante nas margens do canal, a vegetação existente, os sistemas de circulação, densidade construtiva, entre outros. Foram elaborados cinco conjuntos de *layout*, um para cada grupo, que agora seriam quatro, para deixar um ambiente com menos pessoas e mais dialógico, e um para a equipe de assessoria. Cada conjunto era composto por uma base de maquete; blocos de unidades habitacionais, equipamentos públicos, comércios/serviços; e recortes de EVA equivalentes à delimitação dos lotes, vias e calçadas.

A decisão desse “tabuleiro” cartográfico foi feita por ele se assemelhar à interface utilizada na cartografia social, com a finalidade de maior familiaridade dos moradores com alguns recursos, como as bases cartográficas, visão aérea do território, leitura cartográfica e o trabalho de disposição das ferramentas. O intuito era que eles se sentissem mais confiantes e desinibidos no contato e uso desta.

Entretanto a base construída para essa interface apresentava algumas mudanças. A usada na cartografia social tinha uma vista aérea sobreposta por uma base cartográfica que continha o desenho dos elementos físicos do território. Já a base para o projeto participativo consistia na vista aérea, elencada por ter sido de melhor leitura pelos moradores, sobreposta por outra base, impressa em papel translúcido, construída a partir dos estudos de viabilidade do solo e limites do terreno da Ocupação, ambos em escala 1:200.

Com a interface destinada à equipe de assessoria, desenvolvemos estudos de parcelamento como uma atividade preparatória para a oficina. O objetivo era aprofundar o entendimento das possibilidades que poderiam surgir, permitindo-nos assessorar melhor os moradores durante o processo de parcelamento participativo. Esta só foi apresentada aos moradores no momento de finalização do encontro, para não gerar manipulações.

**Figura 37: Grupo de assessoras fazendo o estudo prévio à oficina de parcelamento participativo.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

O estudo de solo aplicado na interface teve por finalidade analisar as unidades geomorfológicas e da drenagem superficial do contexto locacional da ocupação, apresentando características físicas preliminares do ambiente, relevantes no processo de tomadas de decisões projetuais da ocupação. Para tal, fizeram parte da equipe geógrafos especialistas em geoprocessamento, geotecnologia e gestão ambiental. A partir disso, foram elaborados 7 apontamentos preliminares fundamentais que, somados aos demais processos presentes no escopo do projeto, consolidou a leitura urbanística da ocupação.

1. Os canais de segunda ordem estão localizados nas áreas mais baixas e planas do terreno, esta configuração diminui a vazão, fomentando o acúmulo d'água;

2. A impermeabilidade e adensamento edificante do entorno (a montante) da comunidade indica picos de vazão para estes canais de segunda ordem;
3. A proximidade com os terraços marinhos e o adensamento de morfologia urbana irregular devem ser pontos de atenção para a capacidade de escoamento das águas pluviais, quando ocorrer episódios de grande magnitude de chuvas;
4. A manutenção das vegetações ciliares de corpos hídricos como olho d'água e acúmulos de canais será fundamental para que o comportamento hídrico do terreno seja mantido;
5. O futuro projeto deverá contemplar mecanismos de retenção temporária de água de chuva, buscando diminuir a vazão em horários de picos de chuvas;
6. É fundamental cobrar do poder público reestruturação dos sistemas de micro e macrodrenagem do entorno da comunidade, pois apesar do terreno apresentar baixo grau de vulnerabilidade ambiental eventos chuvosos podem trazer transtornos maiores por déficit de infraestrutura;
7. É necessário verificar a qualidade da água no local para determinar qual tipo de infraestrutura é necessária. Isso ajudará a identificar se é mais adequado implementar uma estrutura para captação e utilização de água pluvial ou se é necessário um sistema de esgotamento sanitário.

Os objetivos dessa oficina integravam o levantamento de ideias, opiniões e sugestões dos moradores frente ao parcelamento do solo; a formação política das normas que deveriam ser respeitadas para o projeto urbanístico e as consequências disso; entender as prioridades para a produção do espaço; e levantar diretrizes a serem aplicadas no projeto final.

A ideia de introduzir interfaces mais interativas com os moradores visa reduzir a produção hegemônica do espaço, promovendo uma abordagem mais inclusiva e participativa. Para isso, foi desenvolvida uma cartografia social do futuro que incorpora elementos de jogabilidade, criando uma disposição pedagógica e prática que estimula a imaginação espacial dos participantes. Essa abordagem contribui para uma produção do espaço que prioriza a vivência e o cotidiano do grupo sócio-espacial residente, em vez de se concentrar em lucros. Além disso, o projeto participativo também serve como um espaço de formação política, pois não opera de forma arbitrária, mas sim dentro de um quadro normativo que considera leis, demandas e normas estabelecidas pela população, pelo MTST, por programas, como o MCMV Entidades, e governos municipais, estaduais e federais. Essa estrutura garantiu que as decisões fossem tomadas de maneira justa e equitativa, refletindo as necessidades e aspirações da comunidade envolvida.

O compartilhamento de um imaginário que abrange diferentes maneiras de produzir, apropriar e utilizar o espaço implica também em conscientizar sobre o valor de uso<sup>96</sup>, ampliando, desse modo, as oportunidades de uma prática orientada pelos interesses da comunidade e não do mercado (ASSIS, 2017). Dessa maneira, a experiência proposta pelas cartografias do futuro, ou parcelamento participativo, comprometeram-se em serem dispositivos de dialogicidade, problematização e formação política na produção do espaço.

Uma das qualidades importantes do jogo é que, as posições que o sujeito assume durante a sua realização são fluidas, e não necessariamente correspondem a um posicionamento que será adotado no futuro. A distância entre o jogo e a realidade é que permite o espaço para uma reorientação do sujeito mediante à reflexão que foi despertada naquela primeira experiência. Assim a emancipação pode ser entendida como um horizonte para o jogo, contrariando a expectativa pela sua realização imediata (ASSIS, 2017, p. 113).

Para dar início a narrativa da atividade, a abertura foi iniciada com a corriqueira conversa inicial, com apresentação aberta sobre o que havia sido programado para o dia. Entretanto, em nome dos avanços que tivemos no planejamento da oficina 4, repetimos a dinâmica espacial, a organização das crianças e a alimentação. Infelizmente não tínhamos verba para oferecer um vasto café, porém colocamos bolo e biscoitos nos espaços de cada grupo, dessa maneira os moradores tiveram uma participação mais intensa, sem muitas distrações, nem mesmo a de sair rumo a um espaço compartilhado de alimentação durante a atividade. No quesito preparatório, esse com certeza foi o dia de maior êxito.

A divisão dos grupos continuou sendo feita por escolha aleatória das cores das fitas, sendo que agora eram quatro e não três equipes; e separaram-se pelos espaços da creche que, assim como na oficina anterior, tinham sido melhor ambientados com ventiladores, dispondo de mais ambientes com possibilidade de uso. Cada equipe possuía: um envelope com fotos, destinado à etapa 1 da programação; uma interface; um kit de materiais que seriam especializados; e materiais de papelaria

---

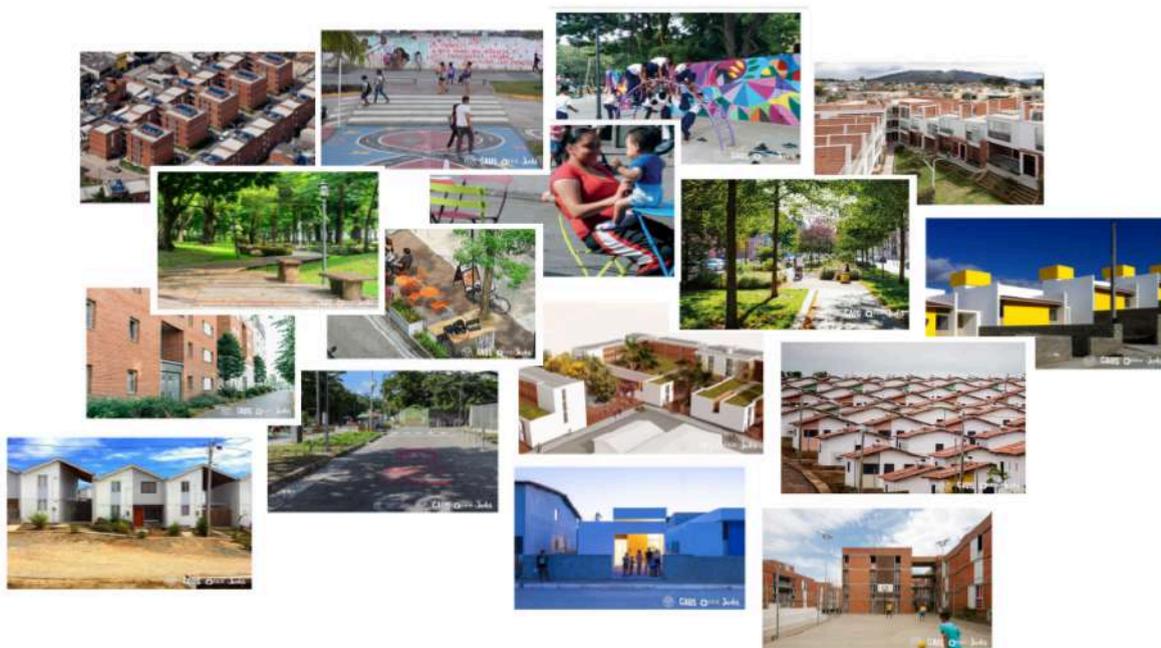
<sup>96</sup> O valor de uso se refere ao benefício ou utilidade que um determinado bem ou propriedade oferece aos seus usuários ou proprietários. É uma medida do valor prático e funcional de um ativo, levando em consideração sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. Diferentemente do valor de troca, que se refere ao valor de mercado de um bem, determinado pela oferta e demanda, o valor de uso é mais subjetivo e depende das necessidades e subjetividades de quem ali habita.

para o manejo do kit, como tesouras, alfinetes, entre outros. Além de contarem com a presença de uma assessora técnica facilitadora da atividade.

### Etapa 1: Oficina de fotografia

Para uma abertura de pensamentos, ainda no fomento de saberem “o que podem querer”, introduzimos a oficina de parcelamento participativo com uma oficina de fotografia. Doze imagens foram colocadas na mesa (vide imagem abaixo) e pedimos ao grupo que, em consenso, selecionasse cinco dessas fotos. Após imagens escolhidas, os moradores teriam que falar o porquê da escolha de cada uma delas e como imaginam as realidades representadas nas fotos aplicadas na comunidade.

**Figura 35: Fotos selecionadas para a oficina de fotografia.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Dentre as imagens trazidas, fizemos questão de ilustrar mais de um tipo de unidades uni e multifamiliares, espaços comunitários e espaços verdes. Entendemos que a relação de conseguir a habitação está muito imbricada no que se conhece do Programa Minha casa Minha Vida, por esse motivo foi de extrema importância que os moradores entendessem que aquele não é o único jeito que a

classe trabalhadora de baixa renda tem direito de morar. Que o habitar está relacionado a muito mais camadas do que as casinhas mínimas do programa. Entretanto, todos os grupos selecionaram a foto em que as casinhas aparecem, mesmo que elas aparentassem ser menores e inábil a ampliações, com materiais de menor qualidade, janelas pequenas e pouca preocupação com a arquitetura e otimização dos espaços. Esse fato é capaz de descrever o que está intrínseco na mentalidade da população, construído a partir de um Estado que trabalha a favor da hegemonia.

A maior parte das outras imagens escolhidas pelos grupos eram relativas a espaços comuns, como praças e parquinhos para crianças. Mesmo assim, cautelosamente por uma tímida interferência de assessoria, fizemos questão de falar sobre as outras imagens, que apresentavam outros jeitos de morar, nas imagens com habitações de uma ou várias famílias. Dessa maneira, os participantes poderiam começar o parcelamento participativo com a mente um pouco mais aberta do que quando se iniciou o dia de atividades.

## **Etapa 2: Parcelamento participativo**

Encerrando a oficina de fotografias, deu-se início ao parcelamento participativo. Como em todas as tarefas propostas, as assessoras se dedicaram a democratizar o conhecimento sobre a interface a ser utilizada naquele momento. Para relembrar os moradores, foi feita uma apresentação da vista aérea impressa em cores, da base cartográfica produzida em CAD impressa em papel vegetal e de como essas camadas se sobrepõem, por meio da transparência do segundo papel. Também foram explicadas as representações utilizadas e, como novidade, apresentamos as marcações do estudo de viabilidade. Essas marcações foram realizadas principalmente em relação aos espaços não edificantes, considerando a presença do córrego que atravessa a comunidade, as áreas verdes com árvores de grande porte e o limite da área da ocupação Carolina de Jesus.

Também foi produzido um kit de materiais, com representações de cada um dos itens que seriam levados para a base cartográfica, todos em escala 1:200, assim como a base. São eles:

**Figura 36: Legenda do kit utilizado no parcelamento participativo.**



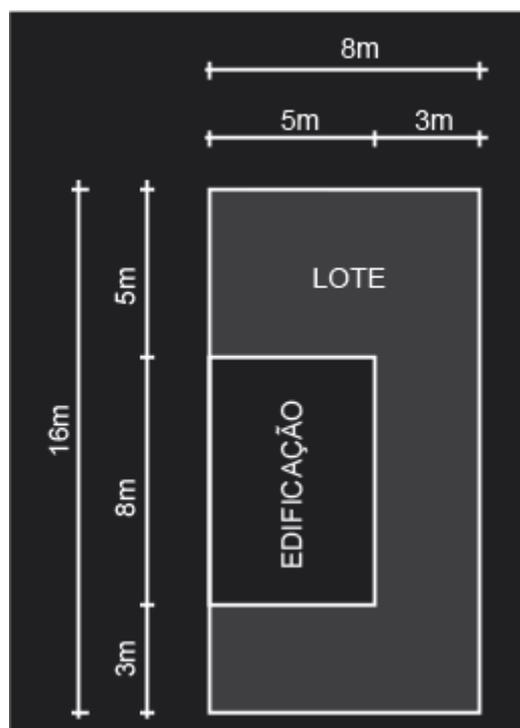
Fonte: Autora, 2023.

As dimensões de cada item do kit foram definidas com base nas diretrizes do Plano Diretor de Recife (PDR), bem como nas normas aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e às Zonas Especiais de Interesse Social 2 (ZEIS 2). No entanto, até o momento da realização da oficina em julho de 2023, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) ainda não havia sido revisada em consonância com o novo Plano Diretor da cidade. Portanto, os parâmetros utilizados foram os vigentes na época, embora as normas específicas para as ZEIS 2 não estivessem contempladas no documento. Para suprir essa lacuna, foi utilizado o caderno de proposta da Prefeitura de Recife, desenvolvido para a futura revisão da LUOS.

Esse caderno estabelece parâmetros básicos, como um afastamento frontal mínimo de 5 metros e afastamento lateral e traseiro mínimo de 3 metros. Além disso, permite que a construção seja adossada a uma lateral do lote, desde que não ultrapasse um terço do muro.

A partir dessas normas, foi pensado o primeiro elemento na legenda, que é o lote unifamiliar, tendo sua área determinada pelo tamanho mínimo de lote enquadrado na ZEIS 2, que é de 125m<sup>2</sup>, somado às medidas de afastamento descritas anteriormente. Dessa forma, o lote em escala 1:200 corresponde a medida de 8mx16m, somando 128cm<sup>2</sup>.

**Figura 37: Medidas utilizadas no lote e edificações, como habitação, comércio, equipamentos e serviços.**



Fonte: Autora, 2023.

A área mínima da habitação, estabelecida pelo programa MCMV<sup>97</sup>, é de 40 m<sup>2</sup> para casas e 41,50 m<sup>2</sup> para apartamentos, sendo que essa metragem inclui obrigatoriamente uma varanda por apartamento. Sendo assim, as medidas de habitação, comércio, serviços, equipamentos públicos<sup>98</sup> e comunitários são as mesmas, contando com 8mx5m, resultando em 40m<sup>2</sup>, fora a extensão da devida área externa individual. Porém, os espaços unifamiliares pensados, não necessariamente precisariam ter essas dimensões, podendo ser expandidos com pedaços de outros blocos do kit, ou até mesmo dobrados e triplicados de tamanho, com a junção de blocos, respeitando o coeficiente de aproveitamento máximo estipulado para área (2,00).

<sup>97</sup> Exigências nas especificações dos imóveis incluídas nas novas regras do Minha Casa Minha Vida que entram em vigor dia 7 de julho de 2023.

<sup>98</sup> Segundo as novas regras do MCMV: “O terreno deverá estar localizado na malha urbana, próximo de equipamentos públicos de educação, saúde e assistência social, acesso a comércio e serviços e transporte público coletivo”.

Nas peças para a circulação, tínhamos três tipos de vias: Carros e pedestres, vias pedonais (exclusivas para pedestres) e calçadas, necessárias principalmente para contornar a comunidade em relação às ruas e avenidas que a entornam. A primeira, que foi pensada para uso misto, tem a dimensão de 5m de largura, já a via somente de pedestres, com 3m de largura. Pela grande apropriação desse espaço, a calçada foi projetada com um pouco mais de generosidade do que estipulado pela cidade de Recife<sup>99</sup>, ao invés de 1,5m, foi estipulada em 2m de largura.

O elemento de áreas verdes não tinha proporção mínima ou máxima, deixando os participantes mais à vontade com seus usos — mesmo que haja um grande espaço de área não edificante no território, esse pode ser utilizado para outros tipos de equipamentos<sup>100</sup> e usos, não necessariamente ser destinado apenas às áreas verdes.

Dado as informações necessárias, partimos para o parcelamento coletivo. Primeiro, a assessora pediu para os moradores disporem os itens do kit *layout* como eles acreditarem que é o melhor jeito de utilizar a área, respeitando as normas urbanísticas indicadas no papel vegetal. Como as profissionais da área tinham mais informações sobre os temas legais, ficaram sempre em alerta, para mediar e explicar possíveis questões.

---

<sup>99</sup> Disponível em:  
[http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/cgai\\_arquivoPedido/2015\\_2393\\_261\\_0\\_R.pdf](http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/cgai_arquivoPedido/2015_2393_261_0_R.pdf).

<sup>100</sup> Dentro das novas regras do MCMV inclui-se a obrigação de conter equipamentos esportivos.

**Figura 38: Oficina de parcelamento participativo.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Como houve um pré-estudo de parcelamento, a equipe assessora já havia entendido que não haveria como dividir o território em unidades unifamiliares, pois o número de habitações eram muito abaixo da quantidade necessária para abrigar todos os atuais moradores, e mais ainda para a lista de sem-teto do MTST. Todavia, sabíamos que aquela era a preferência quase unânime na comunidade. Didaticamente, foi entendido que não seria o suficiente apenas repassar tal informação, pois apenas aparentaria uma imposição das arquitetas e urbanistas ou até mesmo do MS.

Como previsto, a primeira parte do parcelamento participativo em todos os quatro grupos foi feita em torno da divisão em lotes e unidades habitacionais individuais. O máximo de casas que conseguiram colocar no terreno, de acordo com as normas de uso e ocupação do solo, foi 47. Maneira esta que se deu a constatação integral de que não poderia ser aquele tipo de parcelamento tanto desejado. Essa etapa foi imprescindível para todas as partes envolvidas no processo de regularização fundiária e reurbanização da Carolina de Jesus, pois só assim o desenvolvimento do parcelamento poderia ter radical caráter participativo e congruente às escolhas realistas dos moradores.

**Figura 39: Oficina de parcelamento participativo.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

Enfim, com essa consciência da necessidade de habitação multifamiliar, o trabalho coletivo de produção espacial foi tomando diversas formas, apresentando possibilidades diferentes em cada grupo.

### **Fechamento**

Ao fim, todas as maquetes formadas foram dispostas uma ao lado da outra para uma discussão geral e levantamento de diretrizes a serem levadas ao futuro projeto urbanístico técnico. Para esse momento, também foi trazida a maquete de estudo da equipe assessora, com objetivo de também colocar o nosso olhar em interação e integração. Como dito anteriormente, isso foi feito estrategicamente apenas ao final da atividade, para que não pareça uma imposição de ideias e muito menos contenha o espaço de imaginação dos assessorados na produção de suas próprias maquetes. Ao mesmo tempo, não poderíamos invalidar os saberes que também possuímos sobre o assunto, logo este deveria também ser levado àquela roda de negociação.

**Figura 40: Roda de negociação para o levantamento de diretrizes na oficina de parcelamento participativo, incluída a apresentação das ideias técnicas trazidas à mesa.**



Fonte: Equipe Reurb Carolina, 2023.

### Dados produzidos

Em ordem de fala, as diretrizes apresentadas foram: via de circulação automotiva e garagens coletivas próximas às edificações; área para coleta de lixo; permanência da horta; manter parte das áreas verdes existentes hoje; ter espaços e equipamentos coletivos entre os futuros prédios; apartamentos maiores do que o proposto pelo MCMV (41,5m<sup>2</sup>) e mais de um tamanho/configuração padrão; estipular tamanho dos apartamentos pelo tamanho das famílias destinadas a eles; áreas multiuso e sala para síndico e administração; mais pessoas possam ter acesso à áreas de comércio interno à comunidade; pessoas com dificuldade de locomoção possam morar nos apartamentos térreos; os prédios tenham no máximo três pavimentos, não aumentando muito o número de moradores existentes hoje na Carolina de Jesus; creche estabelecida próxima ao local em que hoje é situada, pela

facilidade de acesso a rua e à própria comunidade; bicicletários e ciclovias, visto que grande parte dos moradores se locomoverem com esse meio de transporte; ter espaço para criação de animais; fachada ativa nos prédios que margeiam as vias principais; respeitar o núcleo de vizinhos e relações hoje existente; muitas vias de pedestres para circulação dentro do terreno; quadra poliesportiva; e parquinho para as crianças.

Essa metodologia não visa resolver impasses concretos de forma imediata, mas sim destacar, discutir e problematizar todas as contradições e conflitos existentes, permitindo que eles sejam incorporados na construção espacial. Através da interface utilizada, conseguimos um maior engajamento e compreensão espacial e social, tanto na produção quanto nos processos de comunicação, que devem ser abertos a todos os tipos de expressão. Criando assim um ambiente propício ao debate e à negociação constante. Além disso, essa abordagem pode promover a conscientização e a formação política programada, desafiando sentidos comuns e respostas imediatas, o que resultou no empoderamento dos participantes. Em última análise, essa combinação de elementos permitiu o desenvolvimento da capacidade de construir imaginários, produzir espaços, formar sujeitos, estabelecer pertencimento e responsabilidades em relação ao território e ao grupo sócio-espacial. Um sentimento de coletividade e ação da práxis, que pode culminar em um passo significativo em direção à autonomia.

### **Construção cartográfica**

Como previsto, a familiaridade aos recursos apresentados na interface fez com que a aproximação e o engajamento acontecessem rapidamente, sem precisar de muita mediação técnica. O tema trazido também era de grande interesse, então o nível de participação foi um dos maiores quando comparado às outras oficinas dessa assessoria.

Ao que rege a produção espacial em si, nas etapas anteriores, os moradores possuíam um olhar bastante coletivo nas construções de ideias, mas quando o assunto foi parcelar para o futuro, o posicionamento a favor das individualizações foi uma vasta questão e intensamente conflituosa. Discussões acaloradas precisaram acontecer para que todos da roda conseguissem ter o entendimento necessário

àquele parcelamento, mas aconteceu. Saímos em consonância de ideias e com uma lista imensa de diretrizes.

Ainda em um momento de balanço das atividades feitas, concluímos que os vocabulários introduzidos pelo Jogo dos Termos foram amplamente utilizados na construção coletiva do espaço, principalmente por se tratar de uma atividade que continha certas regras urbanísticas a serem tratadas. Essa contribuição se mostrou como importante formação política para que os atores envolvidos se sentissem mais aptos a opinarem e entenderem do que se tratava a oficina, o contexto e possíveis proposições para o planejamento que ali surgiu. As expressões mais ouvidas em diálogo e negociação foram: regularização fundiária, titularidade do terreno, usucapião, ZEIS, projeto arquitetônico e urbanístico, MCMV e MCMV Entidades, unidade uni e multifamiliar e equipamentos coletivos e públicos. Sendo que nessas últimas duplas de termos a maioria dos participantes já distinguia bem suas diferenciações, mas quando não, os outros moradores ou a equipe de assessoras prontamente os auxiliavam.

Essa foi, sem dúvidas, a interface desse trabalho que teve o engajamento mais acalorado nos dissensos. Uma participação fervorosa de todos que estavam presentes, inclusive a indignação de muitos ao entenderem os limites projetuais. O que a fez ser também uma das interfaces de maior poder de emancipação, tiveram compreensões, consensos e escolhas coletivas, mesmo que banhadas nas subjetividades individuais. Muitos falaram, muitos foram ouvidos, principalmente um pelo outro, a entender de que ponto de vista se expressava. A interface em si não conseguiria ser interpretada em autonomia, aquém de técnicos do assunto, mas seus resultados de fato foram.

Por fim, essa era a etapa final de um período extenso de mobilização e engajamento comunitário para os projetos em si, terminando a etapa participativa dessa assessoria. Porém, não para o processo de ReUrb, que ainda contaria com muitas etapas de negociações, muito menos do engajamento desse grupo sócio-espaçial frente a sua luta e transformação.

## **Pós processo participativo**

Em uma leitura do processo até aqui, o projeto urbanístico foi concebido como um instrumento que pode ir além da mera viabilização construtiva e legal do território, mas também atuar como um catalisador de processos autônomos de ação coletiva na apropriação e produção sócio-espacial. Ele não buscou apenas a transformação física do ambiente, mas em também incidir na emancipação e na afirmação dos direitos urbanos na Ocupação Carolina de Jesus, desafiando os modelos tradicionais de planejamento feitos a partir de visões hegemônicas e mercadológicas.

Sendo que, a produção sócio-espacial enfatizava que aquele grupo não se limitava a ocupar o espaço, mas também o construíam, e ainda constroem, ativamente, atribuindo-lhe significados subjetivos, laços e usos que refletem suas reais necessidades e perspectivas. Em uma transformação mais profunda e criativa, onde não se tratava apenas de adaptar o espaço físico, mas levar a ele a habitabilidade construída a partir da vivência das pessoas que o habitam e de como se relacionam com ele, pelo olhar delas próprias. A premissa foi que, através de práticas coletivas e emancipatórias, era possível reinventar o território e seus habitantes enquanto unidade, pela práxis. Orientando, assim, a prática engajada na construção de um processo amplo de transformação sócio-espacial, em ações mais inclusivas, “radicalmente participativas” (ARRUDA, 2021) e representativas.

Como alerta Kastrup (2015), essa prática participativa transformadora precisa ser permeada por afetos e intensidades que a sustentam, mas há o risco de que o trabalho se torne populista ou restrinja-se a uma lógica militante, o que não corresponde ao papel efetivo da assessoria técnica, mesmo dentro de um movimento social. Pois isso pode causar movimentos ilusórios e até a desarticulação do grupo, por sempre caírem em situações de mobilização que se estagnam no campo das ideias, sem conquistas efetivas após um longo investimento de tempo e energia.

Assim, além da apresentação de metodologias pouco convencionais para processos participativos, que geraram desconfiança quanto à seriedade das oficinas, houve a necessidade de reafirmar constantemente nosso comprometimento com aquele grupo. O que foi também uma resposta a essas experiências anteriores de ações

pontuais que não resultaram em mudanças significativas, seja no meio acadêmico, no MS ou em outras formas de organização e mobilização. Inclusive, a aparente indiferença de alguns integrantes da comunidade pode ter sido um reflexo dessa desconfiança acumulada, tornando um desafio maior para o engajamento efetivo nas iniciativas coletivas. Até porque, uma das perspectivas reproduzidas pelo MTST, e regularmente expressada na Ocupação, é que o trabalho é feito a partir da luta, o que significa que nunca é uma garantia, mas um esforço coletivo para que aconteça.

Sendo assim, a compreensão da assessoria técnica em urbanismo como um agente transformador implica reconhecer tanto seu potencial emancipatório quanto os desafios que surgem ao longo do processo de participação social, principalmente para não cair nesse tipo de armadilha populista.

Para isso, a produção e projeto do espaço urbano deve ser cuidadosa, constantemente trabalhada para ser uma prática dinâmica, coletiva e emancipatória. Sendo que, trazer os moradores para pensar o futuro daquele território é também reinventar o papel dos profissionais diante dessa demanda. Além de modificar totalmente o que poderia ser proposto caso fosse feito pelo olhar unidirecional técnico científico, já que “diferentes posições sociais e os diferentes papéis levam a diferentes prioridades” (KAPP, 2014, p. 113). O que se intensifica, quando os dados mostram que a caracterização do grupo é composta majoritariamente por mulheres negras, o que incidiu grandemente no projeto final, pois, “seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência” (RIBEIRO, 2017, p. 28). Sendo que tudo isso deve ser intensamente cartografado, não levado só ao momento final de projeto, mas imbricado em todas as etapas, participativas ou não, mas sempre formativas.

Ao longo do processo, a construção das oficinas e suas metodologias foram sendo moldadas continuamente, sempre em sintonia com as cartografias realizadas nas etapas anteriores. Em uma abordagem freiriana, cada planejamento se atualizava com os aprendizados de campo, nutrido pelo diálogo, pela observação e pelo estudo teórico-metodológico, especialmente com base em experiências de outras assessorias e processos participativos. Esse percurso não foi conduzido de maneira solitária ou individualizada; pelo contrário, envolveu as percepções e contribuições

de cada integrante da equipe assessora técnica, cada qual atravessada por suas próprias subjetividades e intensidades voltadas a lugares e sujeitos.

Essa multiplicidade de olhares abriu caminhos antes não imaginados, expandindo as possibilidades metodológicas e fortalecendo a conexão com as opiniões e vivências dos moradores. Nossa cartografia, tanto pessoal quanto coletiva, permitiu aprender com os erros, aprimorar os acertos e construir uma atuação menos centrada em “nós”, enquanto profissionais, e mais orientada à coletividade — ou melhor, a um “nós” que se configurava como um grupo único, em sintonia e respeito, sempre buscando ouvir mais e intervir apenas quando necessário. Para isso, desprendemo-nos da postura prepotente frequentemente enraizada na formação acadêmica tradicional em arquitetura e urbanismo, ajudando-nos mutuamente a ocupar um lugar mais atento, sensível e comprometido com os protagonistas reais daquele território.

Guiado por Barros e Kastrup (2015), cartografar significou encontrar um ponto de entrada em contextos amplos e construir, de maneira rizomática, uma linha que problematizasse esses contextos a partir dessa inserção. Sendo a “simpatia” (BARROS; KASTRUP, 2015) um elemento cartográfico essencial, pois permitiu que nos abrissemos, enquanto pesquisadoras, às dinâmicas do território e que elas se abrissem para nós, ao imergir nas intensidades ali presentes. Esse afetuoso “contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 74).

O que muito facilitou esse caminho cartográfico, científico e empírico foram as inspirações feitas no ciclo proposto por Thiollent (2011) na pesquisa-ação: (1) Fase exploratória; (2) Tema da pesquisa; (3) Colocação dos problemas; (4) Hipóteses; (5) Seminário; (6) Coleta de dados; (7) Plano de ação; (8) Divulgação externa; e um possível retorno a fase exploratória.

A *fase exploratória*, que consiste em “descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e esclarecer um primeiro levantamento (ou “diagnóstico”) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações” (THIOLLENT, 2011, p. 56), iniciou-se antes mesmo da apresentação da equipe de assessoria aos moradores. Foi iniciada com as pesquisas sobre características e

situação do território e deu-se seguimento pela fase do Censo ReUrb, feito na oficina 1, por meio do questionário e no início da cartografia, a partir do método cartográfico. Nessa fase, além da aproximação do grupo de assessoria com os moradores e com as lideranças, levantou-se um diagnóstico prévio, os principais objetivos do trabalho como um todo, os problemas considerados prioritários pelos moradores e como eles apresentavam essas questões, os agenciamentos de poder, as possibilidades de ação e entendimento de mobilização, como também o nosso envolvimento e preparação para facilitação das atividades.

A delimitação do *tema da pesquisa* foi realizada baseada nas discussões e na cartografia feita nas etapas anteriores de cada oficina, na qual era definido o problema prático e a área de conhecimento que seriam abordados. Sendo que esses problemas, de natureza prática, devem ser contextualizados tanto no campo teórico quanto no prático (THIOLLENT, 2011). Como destaca Thiollent (2009), o tema geralmente é escolhido a partir de um compromisso entre os pesquisadores e os atores da situação investigada, podendo ser definido pela urgência ou natureza do problema identificado. Essa abordagem garante que o tema seja relevante para todos, que haja um comprometimento mútuo no desenvolvimento das soluções propostas e que a partir dos temas postos em cada oficina possam alcançar tanto o objetivo prático, o objetivo de formação, ou de conhecimento, como também construir enredos de análise para serem trabalhados neste trabalho acadêmico.

O levantamento dos temas também eram trabalhados em um ciclo específico junto com a *formulação dos problemas*, um tipo de retroalimentação ou dependência. Sendo que na formulação do problema, Thiollent (2011, p. 62) propõe uma abordagem estruturada em cinco etapas, nos auxiliando a cartografá-los: (i) análise e delimitação da situação inicial; (ii) delineamento da situação desejada, considerando critérios de desejabilidade e factibilidade; (iii) identificação dos problemas a serem resolvidos para transitar da situação inicial à desejada; (iv) planejamento das ações necessárias; e (v) execução e avaliação dessas ações.

Sendo assim, essas etapas orientaram o planejamento das atividades, como também no agenciamento das metodologias utilizadas para alcançar os objetivos, integrando a teoria na geração de ideias, hipóteses e diretrizes discutidas nas oficinas. Destarte, a teoria teve papel importante em todo o processo, principalmente para gerar ideias, hipóteses e diretrizes, orientando o trabalho de

assessoria e científico. E, como foi enfatizado anteriormente, esse aspecto foi intensamente trabalhado nas reuniões recorrentes das arquitetas, onde as informações eram discutidas e sintetizadas, gerando inclusive pontos para aprofundamento teórico no Projeto Liame UFPE (como será discorrido no texto a seguir). Assim, o projeto foi articulado empenhando-se para que a prática e o conhecimento se complementem de forma eficaz.

Das problemáticas surgiam as *hipóteses* de como poderiam ser abordadas, como poderiam ser respondidas, diretrizes e suposições a serem levadas para o campo para que sejam debatidas, superadas, evoluídas. Logo, as interfaces eram projetadas para que envolvessem essas hipóteses, produzindo dados e possíveis respostas a partir delas.

O *seminário* foi feito ao final de cada oficina, reunindo as pesquisadoras, participantes da comunidade e algumas vezes participações de outros integrantes do MTST e funcionava como um espaço de debate e tomada de decisões sobre o processo de investigação. Essa etapa permitia uma engajada integração entre saberes técnicos formais e locais, promovendo a construção coletiva do conhecimento e o diálogo sobre as propostas produzidas. Como destaca Thiollent (2009), o seminário é essencial para garantir que a pesquisa-ação seja participativa, reflexiva e orientada para a transformação da realidade.

Esse foi um momento intenso de cartografia, pois são centralizadas as informações produzidas e suas interpretações, definição de diretrizes para as próximas ações e discussões sobre *feedbacks* da oficina. Portanto, o seminário condensava uma grande produção de dados, orientando as reuniões organizativas das arquitetas para síntese e análise, que, ciclicamente, retornavam ao campo em outras discussões e atividades. Para além, os seminários também foram inspiração para a conclusão do processo participativo e para devolutiva final da ReUrb, a fim de validar as informações geradas e articular os próximos passos da luta, que não se concluía pelo processo de regularização, seja obtendo respostas positivas ou negativas quanto a sua efetivação.

No caso deste trabalho, a *coleta de dados* foi substituída, em grande parte, pela produção de dados, como orientado pelo método cartográfico e utilizando-o para mapear as falas e os produtos das oficinas. Sendo assim, a fase de coleta de dados

se ateve ao censo realizado a partir do questionário, já a produção de dados esteve ativo em todo momento, não só pelos produtos gerados, mas também pela cartografia que estava sendo feita, observação atenta e sensível, anotações e diários de campo, narrativas externalizadas pelos participantes, entre outros. Todo esse material, físico ou oral, era compartilhado e discutido nos momentos de seminário. Esse tipo de aporte metodológico foi possível pelo tamanho do grupo mobilizado, pela quantidade de pesquisadoras na função de transcrevê-los e analisá-los, como também facilitados pela decisão de divisão do grupo em equipes menores, possibilitando uma cartografia mais coletiva, fluida, de tato sensível e menos rígida.

O *Plano de ação* foi constituído em dois caminhos, primeiramente após a fase exploratória, para avaliarmos até onde conseguiríamos chegar com o tempo e o recurso que tínhamos, e elencarmos as prioridades a serem levadas ao projeto. O segundo era dentro do próprio ciclo, na sistematização das informações e avaliação rumo aos objetivos e, a partir disso, no planejamento de cada uma das oficinas a partir dos dados produzidos, das discussões dos seminários e, sobretudo, da reformulação dos próximos problemas e hipóteses levantados no processo. Logo, isso era feito pelas assessoras técnicas com base nas considerações de Thiollent (2011) para essa etapa:

(a) quem são os atores ou unidades de intervenção? (b) como se relacionam os atores e as instituições: convergência, atritos, conflito aberto? (c) quem toma as decisões? (d) quais são os objetivos (ou metas) tangíveis da ação e os critérios de avaliação? (e) como dar continuidade à ação apesar das dificuldades? (f) como assegurar a participação da população e incorporar suas sugestões? e (g) como controlar o conjunto do processo e avaliar os resultados? (THIOLLENT, 2011, p. 69 - 70).

Por fim, a *divulgação externa*, feita nos relatórios parciais encaminhados à coordenação executora, a Fase, como também na entrega final do projeto de regularização fundiária. Essa reflexão das etapas do ReUrb Carolina a partir da pesquisa-ação foi inserida nesta parte do texto, de pós processo participativo, porque, apesar de inspirar a atuação das pesquisadoras, não foi algo debatido e pactuado durante as oficinas em si. Os termos não foram levados em campo, com uma proposta de maior fluidez e um diálogo mais próximo à linguagem e entendimento fácil dos moradores. Entretanto, o uso desse ciclo foi uma estratégia metodológica importante para orientar e analisar o processo como um todo.

Assim, as oficinas tiveram um impacto efetivo e subjetivo no projeto participativo de regularização fundiária, promovendo tanto a produção de dados concretos quanto o fortalecimento dos vínculos comunitários e a autonomia dos moradores. A primeira oficina, focada na capacitação para o censo, permitiu mapear a realidade socioeconômica e infraestrutural da ocupação, ao mesmo tempo em que criou um ambiente de confiança entre a equipe técnica e os moradores. A segunda oficina, com a cartografia social, ampliou essa interação, permitindo que os moradores identificassem e documentassem conflitos e necessidades do território, valorizando seus saberes e experiências, promovendo identidade e pertencimento.

A terceira oficina, ao mapear os sonhos e desejos futuros, fortaleceu o protagonismo dos moradores, incentivando a reflexão coletiva sobre as prioridades da comunidade. A quarta oficina, com o uso do jogo, facilitou a compreensão de conceitos técnicos e jurídicos, promovendo uma participação mais inclusiva e emancipatória na possibilidade de compreenderem e terem mais voz nos espaços de negociações, como no projeto participativo. Por fim, a quinta oficina, com a maquete interativa de parcelamento participativo, consolidou a participação comunitária na elaboração de diretrizes urbanísticas, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

No geral, as oficinas promoveram um salto de consciência e engajamento, fortalecendo a formação política dos moradores e sua capacidade de atuar de forma engajada na luta pela regularização fundiária. Pelos ciclos propostos da pesquisa-ação, foi possível integrar os saberes técnicos e locais, fomentando um processo de construção coletiva do conhecimento. Apesar de algumas fragilidades nas ferramentas utilizadas, como a falta de acessibilidade para pessoas não letradas ou até mesmo no entendimento coletivo dos objetivos específicos e de sua efetividade, as oficinas conseguiram revelar conflitos e desejos não consensuais, engajando os moradores em discussões contínuas e repactuações intensas para serem levadas ao projeto final. Assim, as oficinas não apenas produziram dados e diretrizes para o projeto, mas também promoveram pequenos ganhos de autonomia e vitórias táticas na redução da heteronomia (SOUZA, 2006, 2010), fortalecendo a luta coletiva e o processo como um todo.

Entretanto, os próximos passos do projeto foram extremamente contraditórios aos processos feitos em conjunto com a Ocupação. Após atividades participativas, o

grupo de assessoria de arquitetura e urbanismo, assim como a assessoria jurídica, engajaram-se em produzir os materiais que seriam entregues à coordenação executiva da ReUrb Carolina, à FASE e, posteriormente, às entidades da administração pública. O trabalho era intenso e os prazos extremamente curtos, o que destinou total atenção a essa produção, e um certo abandono, em questão de presença, no território. Os moradores, atravessados por desgastes e desilusões acumulados ao longo de anos de luta, desde o começo já se mantinham mobilizados enquanto grupo, mas foi no exercício intenso de atividades coletivas que o engajamento ativo estava se ascendendo novamente naquele território.

Mesmo com diálogo sobre o planejamento da ReUrb, sobre datas de finalização do projeto em si, era notável que o território ainda demandava de mais exercícios de formação política para conseguir alcançar a autonomia daquela luta, principalmente por causa de outros agenciamentos de poder dentro do território, como o tráfico de drogas. Além de estarmos ainda no início de uma intensidade na relação com aquelas pessoas, que, apesar de um diálogo sensível e comprometido, ainda existia a ausência de vínculos mais profundos e de uma imersão afetiva no território. Era nosso papel enquanto assessoras, mas também por sermos parte de um movimento social, dar continuidade àquele processo. Mas fomos arrebatadas por demais demandas e burocracias deste e de outros projetos, não conseguimos dar seguimento à assessoria, o que culminou em um desfecho abrupto, sem um fechamento adequado. Reduzimos o rico processo ao produto.

Além disso, a organização interna do movimento era fragmentada em responsabilidades específicas de cada setor, principalmente por causa do curto tempo para executá-las. As demandas encaminhadas ao de Arquitetura e Urbanismo englobava o projeto, mas as outras instâncias, como a representação em espaços de decisões e diálogo com a comunidade, como as assembleias, eram feitas majoritariamente por outros grupos. Não conseguimos nos organizar para participar de todos os espaços necessários, o montante de trabalho era muito grande e urgente. Logo, a devolutiva da ReUrb Carolina foi realizada por outras equipes responsáveis, o que impossibilitou uma validação dos produtos que realizamos juntos, antes de serem entregues para as próximas instâncias de tramitação. Mesmo que fosse construído pelas bases levantadas em território,

coletivamente, esse era um momento importante para o projeto participativo, dando maior abertura a negociações pela própria Ocupação.

Ademais, o grupo sócio-espacial tinha intenso diálogo com o movimento, mas não habitava em número ou assiduidade os espaços de negociação com o poder público, intensificando a perda de autonomia. Como também a dificuldade de acesso a maiores informações sobre o processo. E as consequências de tais atos foram grandes. Fragilizou não só a emancipação que estava sendo construída nos processos participativos, mas também a capacidade de transformação e de continuarem engajadas. Com isso, os sentimentos deixados eram dois: o de dependência, como se não houvesse mais o que eles pudessem fazer, já que agora a responsabilidade estava em outras mãos e em espaços que não foram fortemente agregados; como também intensificou o de desgaste e desilusão por mais um abandono relacionado às atividades de assessoria e assistência técnica.

Quanto ao projeto de regularização, ainda segue em aberto por falta de alguns produtos sinalizados posteriormente.

### **No Projeto de Extensão Liame UFPE**

O Projeto de Extensão Liame, vinculado ao Laboratório Espaço e Política (LEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), surgiu como um espaço de reflexão e ação dedicado à Assessoria Técnica Popular (AT). Seu objetivo central era debater e aprofundar saberes sobre a atuação da AT, enfatizando a formação política dos sujeitos envolvidos e buscando um horizonte de emancipação e autonomia, sempre atento às armadilhas do assistencialismo e do participativismo superficial. Ocorrido principalmente durante o ano de 2023, o projeto propôs um grupo de estudos que integrava leituras teóricas, práticas profissionais e discussões sobre temas relacionados ao direito à cidade, metodologias participativas e cartografia social, entre outros.

O projeto foi idealizado por uma equipe de membras organizadoras, cada uma atuando em um âmbito acadêmico distinto: Isabela Neves, na Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPE; eu, Juliana Hermsdorf, na pós-graduação, no Mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU) da UFPE; e, como coordenadora responsável, a Professora Doutora Izabella Galera. A iniciativa surgiu da

necessidade de desenvolver uma pesquisa sobre a Assessoria Técnica — tema central dos estudos das três organizadoras — de forma colaborativa, rompendo com a lógica solitária que muitas vezes caracteriza o fazer acadêmico. O objetivo era ampliar a discussão e o estudo de casos para um processo teórico mais coletivo e participativo, em sintonia com a própria natureza do tema. Entretanto, acabou se tornando algo maior, que abarcasse o que havia sido pensado, mas também conseguisse abranger mais faces da teoria e principalmente da discussão da prática.

O ser humano é essencialmente um ser relacional e por sê-lo carece de outro para a construção de sua identidade. Como meio de suprimir esta carência, relações de convivência são estabelecidas e na doação de si mesmo, sentimentos de humanização podem ser construídos. A atitude de ir ao encontro de outra pessoa não acontece por acaso (GARCIA, 2011, p. 1).

Ao reunir estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, militantes de movimentos sociais e outros atores, o Liame buscava construir um ambiente de partilha e amadurecimento coletivo, delineando caminhos para a assessoria técnica em suas múltiplas vertentes. Além disso, o projeto visava fortalecer a conexão entre pesquisa, ensino e extensão, promovendo a troca de experiências e a prática dos conhecimentos em ações concretas. Com isso, o Liame não apenas contribuiu para a formação dos participantes, mas também atuou como um agente propagador de debates e ações que fortalecem a luta pelo direito à moradia, a construção democrática das cidades e a consolidação da AT como campo profissional e acadêmico. Ademais, todas as integrantes da equipe de assessoria e assistência técnica de arquitetura e urbanismo do MTST, que trabalhavam no ReUrb Carolina, discorrido nesta dissertação, participavam do Projeto de Extensão Liame, a fim de melhor orientar e discutir sobre a assessoria que estava sendo realizada.

**Figura 41: Capa do Guia do Participante desenvolvido para o Projeto de Extensão Liame.**



Fonte: Liame UFPE, 2023.

Voltando aos objetivos propostos, o Liame teve como principal propósito debater a inserção e atuação da assessoria técnica popular, destacando seu caráter político e metodológico e refletindo sobre a prática profissional no campo da arquitetura, urbanismo e áreas afins, especialmente em contextos de vulnerabilidade e violações de direitos. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos que norteiam suas atividades, entre eles a (1) elaboração de um estudo bibliográfico sobre assessoria técnica, formação política e metodologias, consolidando referências para a prática e reflexão crítica. Além disso, o projeto se propôs (2) a promover interações dialógicas entre o grupo de estudos e diferentes atores de AT, contribuindo para a construção de um conhecimento colaborativo e comprometido com a realidade social. Também (3) buscou sistematizar informações sobre os temas debatidos, organizando um repertório de abordagens metodológicas que pudesse ser apresentado de forma gráfica e acessível, facilitando sua adaptação em diferentes contextos. Outro aspecto fundamental foi (4) o fortalecimento da integração da assessoria técnica no ambiente acadêmico, incentivando a aproximação entre teoria e prática e ampliando a participação da universidade nos debates sobre direito à cidade e responsabilidade de justiça social.

A partir dessas diretrizes, o Liame alcançou importantes resultados, consolidando espaços de troca e aprendizado que fortaleceram tanto a produção acadêmica quanto a atuação de movimentos sociais e coletivos, sobretudo no ReUrb Carolina. O projeto promoveu diálogos entre estudantes, pesquisadores, organizações do

terceiro setor e a gestão pública, contribuindo para a reflexão crítica sobre desafios e possibilidades. Além disso, auxiliou na construção de trabalhos acadêmicos, incluindo projetos de conclusão de curso de graduação e de pós-graduação, demonstrando sua relevância na formação de profissionais comprometidos com a transformação social.

Inspirado na concepção freiriana de educação, a extensão se desenvolveu pela compreensão de que a produção do conhecimento não poderia se restringir a um exercício unilateral e meramente teórico, mas deveria ser um processo dialógico e crítico, que desafiasse os participantes a pensar e agir sobre a realidade. Como destaca Paulo Freire (1997, p. 100), a educação necessária é aquela que “desafia a pensar”, que não se limita a depositar conteúdos, mas formar sujeitos críticos e reflexivos. Assim, o projeto reafirmou a importância de uma práxis coletiva, na qual o conhecimento se constrói na interação entre as diversas dimensões humanas — intelectuais, subjetivas, afetivas e temporais — e ressignifica-se continuamente, atualizando-se e potencializando-se. Como também facilitadora de emancipação, tanto das comunidades assessoradas, quanto dos assessores, pois ambos têm a chance de refletir e agir sobre a realidade que os cerca, fazendo da ação também um espaço de troca e transformação, onde todos os participantes podem questionar e reconfigurar suas relações com o saber e com o poder, promovendo um aprendizado mútuo significativo.

Assim, o conhecimento, a prática, ou seja, a práxis, deixa de ser individualizada e tem a oportunidade de ser coletiva. Além de qualificada pela possibilidade de construção de vínculos, considerando as diversas dimensões humanas: intelectuais, afetivas, temporais e espirituais. Em uma permanente e inesgotável busca pela integralidade, na qual, identificando esses fatores, o grupo e as pessoas problematizam determinada situação e concebem coletivamente um saber, que não nega as contradições, mas que se ressignifica e desenvolve-se mais potente na aplicabilidade prática (BRASIL, 2016).

**Figura 42: Terceiro encontro do Projeto de Extensão Liame UFPE.**



Fonte: Liame UFPE, 2023.

A organização do Projeto de Extensão Liame se estruturou baseada em três ciclos temáticos: (1) "Assessoria Técnica e Meios de Atuação Profissional", em um panorama geral de AT, incluindo debates teóricos, estudos de caso e atividades de sistematização das discussões; (2) "Formação Política e Assessoria Técnica" e "Metodologias de Assessoria Técnica"; e (3) o aprofundamento em "Metodologias Integrativas e Cartografia Social", com ênfase na exploração e prática das metodologias em contextos de AT junto aos movimentos sociais. Cada ciclo compreendeu cinco encontros, de maneira semanal, sendo o último dedicado à sistematização e fechamento das discussões. Também haviam três formatos distintos: debates internos, nos quais os participantes discutiam leituras de referência e experiências práticas; conversatórios, que contavam com convidados externos para enriquecer as reflexões; e mapeios coletivos, voltados para atividades práticas e a sistematização dos conteúdos trabalhados.

Assim, a interdisciplinaridade esteve presente nos encontros, que contaram com a participação de profissionais de diferentes áreas, incluindo arquitetos, urbanistas, antropólogos, geógrafos e filósofos, bem como ativistas, gestores públicos e militantes de movimentos sociais. Essa diversidade fortaleceu o caráter crítico e dialógico do grupo, ampliando a compreensão sobre a assessoria técnica popular e suas múltiplas dimensões. Sendo assim, a estruturação do grupo permitiu uma abordagem metodológica dinâmica, com leituras temáticas escolhidas coletivamente e alinhadas ao diálogo constante entre teoria e prática.

**Figuras 43 e 44: Encontro com a convidada Susana Montenegro para apresentar a experiência da Prefeitura do Conde, na Paraíba, a qual prestava Assistência e Assessoria Técnica de Arquitetura e Urbanismo.**



Fonte: Liame UFPE, 2023.

Dessa forma, o projeto não apenas discutiu a presença e os desafios da assessoria técnica popular, mas também propôs novas formas de atuação profissional fundamentadas na colaboração e no engajamento social. Por meio desse processo, reafirmou-se a necessidade de transformar o conhecimento acadêmico em uma ferramenta acessível e socialmente comprometida, reforçando a assessoria técnica popular como um campo de atuação que exige participação ativa e comprometimento com as redes criadas no processo.

Antes do início ao projeto, foi construída uma ementa, nos termos formais e formatos modelo exigidos pela Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos do Departamento de Ciências Administrativas (PROACAD DCA), pela Pró-Reitoria de Extensão (Proext) e pelo Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj).

Nele, foi apresentada a programação proposta para cada um dos encontros, os temas e a metodologia que seria seguida. Entretanto, uma das abordagens levadas ao Projeto na prática era a abertura ao devir, inspirado pelo levantamento de temas geradores do Círculo de Cultura pelo próprio grupo em atividade. Dessa forma, a ementa criada guiou o funcionamento do Liame, mas não funcionou como uma armadura que prendia o grupo em uma estrutura rígida a ser levada para práxis.

Porém, algo se manteve, que foi a estrutura proposta para os encontros. Além do tema, que seria levantado pelos integrantes em atividade anterior, nela continha: (1) a presença de uma abertura de mística, assim como nas atividades empíricas anteriormente percorridas; (2) Mediadoras<sup>101</sup> do dia, que seriam responsáveis por trazer meios de introduzir e fomentar a discussão temática do dia, ou seja, uma metodologia didática; (3) Um momento de: roda de debate, ou círculo de cultura, ou rede de aprendizagem; (4) Levantamentos para o próximo encontro: qual seria o tema e quem seriam as mediadoras (priorizando duplas).

Como pode se observar no item (3), a Extensão tinha algumas inspirações metodológicas que valorizam a construção coletiva do conhecimento, o diálogo horizontal e a transformação social em sua concepção. Uma das principais inspirações metodológicas do Liame são as redes de aprendizagem de bell hooks, que defendem a educação como uma prática de liberdade, baseada no diálogo e na colaboração. Inspirada na pedagogia crítica de Paulo Freire, bell hooks propõe uma abordagem educacional que valoriza as experiências e vozes dos participantes, promovendo um ambiente inclusivo e democrático. No Liame, isso se traduziu na criação de espaços de diálogo horizontal, onde estudantes, profissionais, militantes e membros da comunidade puderam contribuir ativamente, compartilhando saberes e refletindo criticamente sobre questões como o direito à cidade e a assessoria técnica popular. Essa abordagem também incentivou a valorização da diversidade e o compromisso com a transformação social, garantindo que o conhecimento gerado não ficasse restrito à academia, mas fosse aplicado em ações concretas nas assessorias que aconteciam contemporaneamente aos estudos.

Outra inspiração central foi o Círculo de Cultura, proposto por Paulo Freire, que rompe com a lógica tradicional de transmissão de conhecimento e prioriza a

---

<sup>101</sup> Novamente no feminino pela presença majoritária de mulheres.

construção coletiva do saber. No Liame, os encontros foram conduzidos de forma dialógica, sem a centralização das falas, permitindo que todos os participantes se assumissem como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Essa metodologia favoreceu a reflexão crítica e a ação transformadora, incentivando os envolvidos a interpretar e transformar suas realidades. A dialogicidade foi o eixo norteador, promovendo a partilha de saberes e a autonomia dos participantes, além de fortalecer o vínculo entre teoria e prática. Além disso, como já dito, orientou o levantamento dos temas que seriam estudados em cada encontro.

A inspiração nessas metodologias permitiu a criação de um espaço de aprendizagem colaborativa e crítica, onde os participantes puderam debater temas como políticas urbanas e direito à moradia. Além disso, muito foi discutido sobre a atuação do Setor e Brigada de Arquitetura e Urbanismo, enquanto uma assessoria técnica dentro de um movimento social, principalmente pelo grupo de estudos ser majoritariamente composto pelas integrantes do ReUrb Carolina. Situação essa que mudou totalmente os rumos das três instâncias, principalmente relacionado à práxis que estava sendo feita: do Liame, da assessoria feita da Ocupação Carolina de Jesus e também do Setor de Arquitetura e Urbanismo do MTST, promovendo um entendimento coletivo sobre processos, participação, engajamento e autonomia.

As abordagens metodológicas mais estudadas pelo grupo foram a pesquisa-ação e a metodologia cartográfica, integrando o método cartográfico e a cartografia social, muito pela influência desta pesquisa de mestrado e das metodologias que estavam sendo propostas na ReUrb Carolina, visto a composição de integrantes do Liame. Essas abordagens permitiram que o grupo refletisse sobre como as práticas realizadas estavam transformando os processos de produção e gestão democrática dos espaços, tanto na perspectiva do profissional quanto do participante. Além de ambas terem princípios voltados à formação política de todas as instâncias dos grupos envolvidos.

A pesquisa-ação foi uma abordagem de muito influxo, principalmente ao levarmos as teorias discutidas às práticas. Combinando investigação científica com intervenção na realidade social, intentou-se tanto a resolução de problemas práticos quanto a tomada de consciência coletiva e a produção de conhecimento. Já a metodologia cartográfica também foi foco de muito estudo e debate. Não apenas como cartografia dos devires e representação dos territórios trabalhados, mas

também como instrumento de resistência, como uma forma de tornar visíveis as territorialidades específicas e contestar as disputas de poder sobre os mapas (ACSELRAD, 2018).

Além da intensa influência nas ações na Carolina de Jesus, durante o projeto, foram realizadas duas ações práticas, acompanhando duas assessorias em andamento: a primeira na Ocupação Urbana Companheiro Lourenzon do MTST, assessorada pelo Setor de Arquitetura e Urbanismo do mesmo movimento, na qual foi proposta uma Oficina de Cartografia Participativa, onde uma caminhada de mapeamento resultou em uma cartografia coletiva, unindo perspectivas individuais e apontando caminhos para o desenvolvimento do espaço. Em junho de 2024, durante a greve das universidades, o grupo retornou à Ocupação Lourenzon para dialogar com a comunidade sobre a iminência de despejo, reforçando o compromisso com a luta pelo direito à moradia.

**Figuras 45, 46 e 47: Oficina de Cartografia Participativa na Ocupação Urbana Companheiro Lourenzon do MTST.**





Pelo tanto exposto, o Projeto de Extensão Liame se consolidou como um espaço de reflexão crítica e ação engajada, integrando formação política e práxis libertadora. Ao unir teoria e prática, o projeto não apenas fortaleceu os vínculos entre a universidade e as comunidades, mas também contribuiu para a construção de profissionais e sujeitos mais conscientes e engajados, evidenciando o poder da discussão teórica em somatória com experiências concretas e saberes do cotidiano e da participação ativa na transformação social.

Tanto para as integrantes da Extensão quanto para as assessorias que caminhavam junto, o salto de consciência reverberado na prática foi eminente e os resultados foram efetivos. As participantes desenvolveram uma visão mais crítica e metodológica sobre a assessoria técnica, refletindo sobre sua prática profissional em contextos de vulnerabilidade e violações de direitos. Além disso, as ações práticas de cartografias afetivas aproximaram ainda mais a universidade da sociedade, rompendo barreiras e auxiliando na decodificação do trabalho de assessoria.

No entanto, o projeto também enfrentou dificuldades, como a sobrecarga acadêmica e profissional de seus membros, que resultou em cancelamentos de encontros e uma baixa produção gráfica e acadêmica, como os artigos e cartilhas que haviam sido propostas durante os encontros. Apesar disso, a flexibilidade do grupo permitiu adaptações, como a incorporação de temas e práticas que afetavam diretamente as participantes, facilitando o vínculo e proximidade dos conhecimentos discutidos. Dessa forma, o projeto extensionista conseguiu alcançar resultados significativos sobre a reflexão crítica da prática em assessoria técnica de Arquitetura e Urbanismo.

A reverberação do Liame nesta dissertação de mestrado delineou caminhos antes não imaginados. Construir coletivamente pensamentos sobre teorias e experiências teve influência grandemente potente em todas as integrantes que estavam produzindo trabalhos acadêmicos ou que viriam a produzir mais tarde, como projetos para ingresso na pós-graduação. Após tanto refletirmos que a assessoria técnica é fundamentalmente coletiva e que isso não incluía só a prática, mas também a teoria, trouxe para esta dissertação que ela também deveria ser aferida em conjunto com quem a construiu junto na prática por ela percorrida. O que foi facilitado pela presença das mesmas pessoas nos dois espaços.

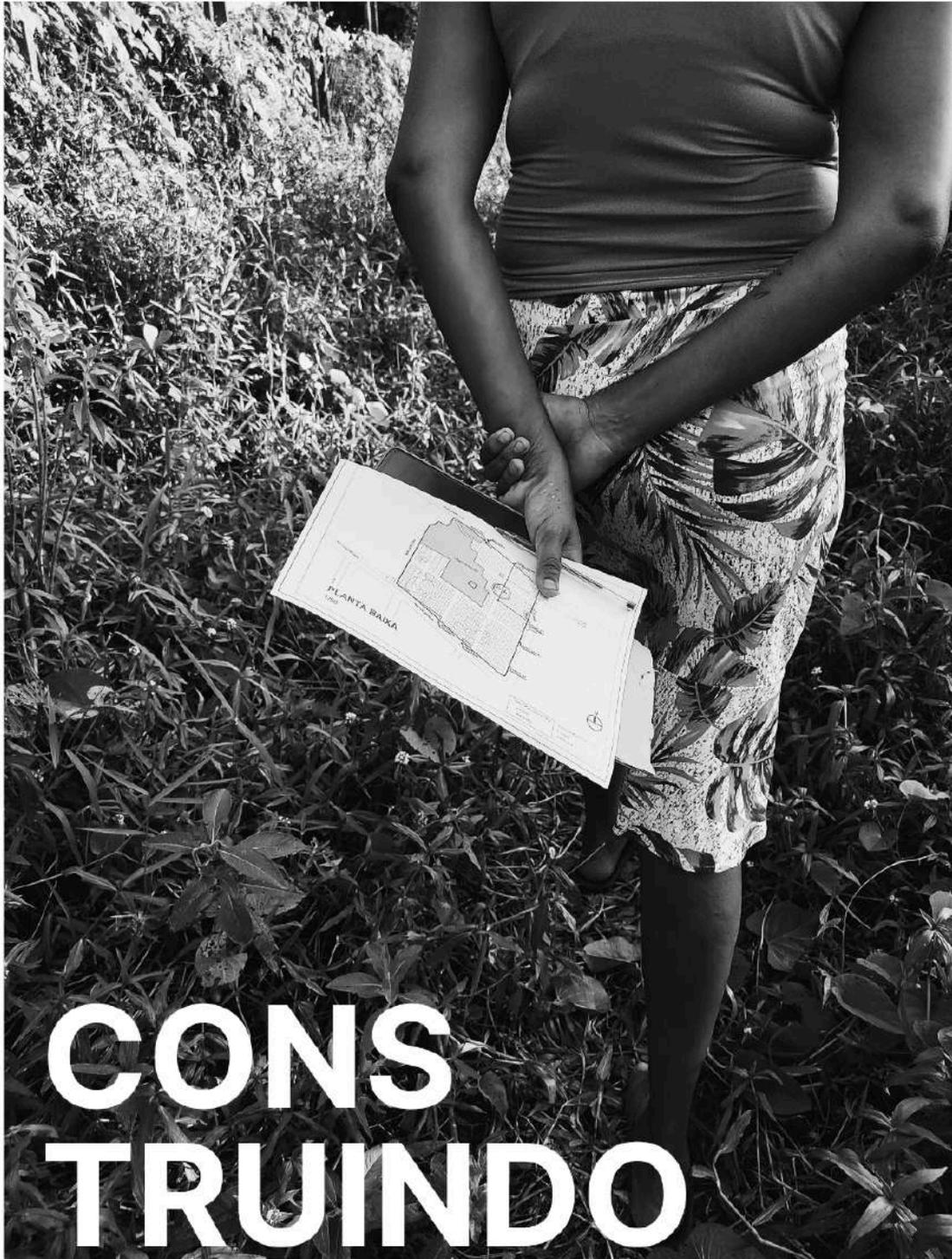
Para Picheth, Cassandre e Thiollent (2016), os princípios das pesquisas intervencionistas estão alicerçados na valorização da produção de conhecimento de forma colaborativa e participativa, incentivando o surgimento de novos atores ao longo do processo de investigação. Consequentemente, sai do universo de visão unilateral e solitária, pois, além de não excluir os sujeitos pesquisados, propõe uma integração entre teoria e prática compartilhada com outros estudiosos pesquisadores sobre o assunto, ampliando a rede ativa na produção do conhecimento. Sendo assim, esses atores, sejam eles participantes da comunidade estudada, ou os outros pesquisadores, assumem um papel de corresponsabilidade na condução e construção do conhecimento coletivo (CASSANDRE; QUEROL, 2014; CASSANDRE; GODOI, 2013).

Essa integração promove um diálogo contínuo entre os diferentes atores, permitindo que o conhecimento teórico seja gerado a partir de esforços dialógicos e práticos de mudança. Portanto, não se limita à observação ou descrição da realidade, mas busca intervir nela de maneira consciente e reflexiva, transformando-a ao mesmo tempo em que a compreende. Nesse sentido, a teoria não é vista como um produto acabado, mas como um processo dinâmico que se desenvolve a partir da prática e da reflexão crítica em rede, na qual a colaboração entre mais agentes permite que novas perspectivas e saberes emergjam.

Dessa maneira, as ações coletivas empregadas não devem contemplar apenas os sujeitos que estão diretamente envolvidos na organização em estudo, mas também os pesquisadores vinculados à pesquisa (CASSANDRE, 2012 apud PICHETH *et al.*, 2016, p. 8). O conhecimento teórico gerado dentro de uma perspectiva epistemológica intervencionista resulta do engajamento nos esforços de mudança dialógicos e práticos (PICHETH *et al.*, 2016, p. 8).

Portanto, as considerações finais, que incorporam a análise da práxis construída na pesquisa empírica, contou com a presença das assessoras participantes de ambos processos propostos, tanto no Liame, com ênfase na teoria (mesmo que envolvesse a prática), quanto no ReUrb Carolina, mais voltada para a prática (constituída por muito estudo teórico). Ambicionando, assim, a construção coletiva do conhecimento, onde todas as informações geradas e vividas são constantemente revisitadas, revisadas e aprimoradas à medida que novas informações e experiências surgem, não se limitando a entender um fenômeno, mas buscando ativamente transformá-lo, integrando os saberes acadêmicos e os saberes locais. Dessa forma, a

problematização e enfrentamento coletivo das questões sócio-espaciais, na construção de um repertório teórico-prático em conjunto com as assessoras técnicas, é buscar caminhos possíveis para se tornar uma práxis democrática.



**CONS  
TRUINDO**

**CONSIDERE  
RAÇÕES**

## CONSTRUINDO CONSIDERAÇÕES

Como já exposto, esta dissertação não se propõe a se encerrar em conclusões definitivas, o que seria divergente com as próprias metodologias agenciadas, mas sim a se abrir para um diálogo contínuo com as atualizações da vida, da pesquisa, do campo, dos atores e das subjetividades que emergem dessas interações dialéticas sobre a Assessoria Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Planejamento. Este último capítulo, portanto, não pretende ser um ponto final, mas um espaço de considerações abertas às transformações e aos desdobramentos futuros pelas diversas vozes e mãos que compõem a profissão. Nele, são engendrados entendimentos construídos ao longo dos capítulos anteriores, frutos de leituras, estudos, empenho em campo, inseguranças e, sobretudo, de coragem.

A começar, um aspecto importante desta reflexão a ser frisado é a minha postura ética em relação aos grupos e ao território envolvido, que foram tratados com respeito e cuidado. Além da aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa<sup>102</sup>, a permissão e o aval do MTST para a realização desta pesquisa, assim como a devolutiva dos resultados aos territórios e movimento social, foram gestos que reforçaram o compromisso ético pelos laços estabelecidos. Acredito que o conhecimento produzido, coletivamente, deve ser um bem comum, contribuindo não só para minha jornada acadêmica e profissional, mas também para o crescimento do território Ocupação Carolina de Jesus, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e das outras profissionais da área que, ao meu lado, estiveram junto em grande parte do processo de pesquisa e ação.

Com isso, outro ponto é que toda pesquisa é atravessada pela subjetividade de quem a conduz, e esta dissertação não é exceção. Minha construção cartográfica não se apoia em uma pretensa neutralidade científica, frequentemente difundida no meio acadêmico, mas reconhece o envolvimento emocional e as expectativas inerentes ao processo investigativo. Como pontua Kilomba (2019),

---

<sup>102</sup> Pelo órgão federal oficial Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP) via Plataforma Brasil.

demando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas não há discursos neutros. (...) Desse modo, se esses ensaios parecem preocupados em narrar as emoções e a subjetividade como parte do discurso teórico, vale lembrar que a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém (KILOMBA, 2019, p. 58).

Da mesma forma, Nego Bispo dos Santos (2023, p. 11) reforça que não há uma cultura única e homogênea, mas diferentes modos de ver, sentir e agir no mundo. Esse capítulo, portanto, inscreve-se em um esforço de escrita que não busca fornecer respostas absolutas, mas revelar uma “cosmopercepção” (SANTOS, 2023) própria, afirmando a necessidade de construir conhecimento a partir da experiência e do engajamento com a realidade em adjacência com a teoria.

Portanto, construindo o que poderia ser uma assessoria-pesquisa, as fundações dessa pesquisa se alicerçam no entendimento de que não poderia ser constituído em um lugar de neutralidade. Essa escrita nasce de um caminho profissional e acadêmico em que ser assessora fez parte do meu método de pesquisa, meu percurso metodológico. Em uma busca por processos conectivos, rizomáticos, significativos, com convergência de interesses e desejos, respeitando e integrando as complexidades das realidades sociais. Continuamente atravessada pelo questionamento da noção tradicional de que a ciência é neutra e objetiva, do mito da imparcialidade, que ignora a complexidade das relações e a natureza dinâmica do conhecimento.

Como afirmava Freire (1997), a investigação deve ser uma prática que emerge da interação e do entendimento mútuo entre todos os envolvidos, evitando a visão reducionista que fragmenta o conhecimento. A realidade é complexa e deve ser abordada de maneira integrada, "na complexidade de seu permanente vir a ser" (FREIRE, 1997, p. 118). Para ele, a pesquisa deve ser um ato de empatia e conexão, no qual todos participam da construção da gnose a partir da comunicação, refletindo sobre suas experiências e realidades, transcendendo a mera transmissão de informações. Nesse sentido, este trabalho foi guiado por uma mudança de paradigma, defendendo uma relação mais colaborativa e engajada entre os atores envolvidos, compartilhando o protagonismo e a ação ativa na construção dos saberes. Reconhecendo, assim, que é um processo coletivo e que a participação é

fundamental para garantir que essa pesquisa seja relevante, ética e transformadora nos núcleos que ela foi construída, sobretudo nas ligações entre eles.

Voltemos à discussão ao tema desta dissertação, a assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, essa prática que desafia os modelos tradicionais da profissão, voltando-se para as demandas de populações historicamente marginalizadas. Em contraste com a lógica tecnocrática predominante no planejamento urbano, a assessoria propõe uma construção coletiva do espaço, fundamentada no diálogo com as comunidades e no reconhecimento de seus saberes e necessidades. Fundamentada na participação, não apenas questiona a hierarquia entre especialistas e assessorados, mas também fortalece a autonomia e a organização política dos grupos envolvidos. No entanto, enfrenta desafios estruturais significativos, como a dependência de programas públicos e financiamentos institucionais, que frequentemente impõem limites à sua atuação, pretendidamente autônoma e transformadora. Melhor dizendo, a necessidade de operar dentro de editais específicos e programas governamentais, frequentemente coloca as assessorias em um dilema: equilibrar a busca por autonomia com a adaptação às diretrizes institucionais. O que, segundo Cardoso e Lopes (2022, p. 12), muitas vezes coloca os grupos de assessoria “como prestadores de serviços ao poder público”.

Outrossim, uma vez que o trabalho é voltado à população de baixa renda, muitas vezes não é reconhecido como um campo legítimo da profissão, sendo tratado como uma ação filantrópica ou assistencial.

O trabalho para população de baixa renda não aparece publicamente exatamente como um trabalho... É quase uma “boa ação”, já que é o trabalho “autoral” ainda é a referência de sucesso profissional. É preciso, enfim, construir e disputar o trabalho voltado a esse público, não apenas como um “mercado viável”, mas como parte estruturante da formação e atuação do profissional (SANTO AMORE, 2016, p. 16).

Como destaca Santo Amore (2016), há uma dificuldade de reconhecimento da assessoria como uma prática profissional, tanto dentro da atuação profissional quanto da própria formação em AU. Somado a isso, a AT opera em um contexto neoliberal que frequentemente coopta práticas antes associadas à luta por direitos, transformando-as em mecanismos de desresponsabilização do Estado. Como observa Lopes (2018), a perspectiva neoliberal instrumentaliza ações sociais para

reduzir o papel do Estado, convertendo direitos em concessões pontuais. Dessa forma, temos um Estado “ausente”<sup>103</sup>, negligente e uma profissão que ainda vive na sombra do que poderia ser. E é nesse cenário que a assessoria técnica precisa reafirmar seu caráter político e sua capacidade de contestação, evitando ser capturada por lógicas compensatórias que, em última instância, reforçam o descaso do Estado na garantia de direitos fundamentais.

Outro desafio central é a crise de identidade da AT, que oscila entre o papel de assessoramento técnico e a prática assistencialista. Embora tenha como objetivo engajar a emancipação das comunidades, muitas vezes reproduz relações de dependência, nas quais os profissionais assumem um papel de “salvadores”, impondo suas próprias visões sobre o que é melhor para os moradores. Essa tensão evidencia a importância de uma reflexão crítica constante sobre a própria prática, a fim de evitar que a assessoria se torne apenas uma forma velada de imposição de uma cultura hegemônica. Como alerta Ivan Illich (1979), a prática missionária, mesmo quando bem-intencionada, pode reforçar a dependência de agentes externos, em vez de promover a autonomia das comunidades.

Contudo, um dos principais avanços da assessoria técnica tem sido sua capacidade de inovar ao propor soluções que dialogam diretamente com as realidades locais, distanciando-se dos modelos padronizados das políticas habitacionais e urbanísticas públicas. Ao envolver a comunidade nas etapas do processo, muitas vezes do diagnóstico à execução, sobretudo em casos de autoconstrução, promove um planejamento que reflete as especificidades culturais e sociais dos territórios, no qual a transdisciplinaridade envolvida nessa conexão têm construído um grande acervo de soluções criativas quanto aos aspectos técnicos e projetuais. Como também tem obtido ganhos no que se refere à aproximação com os movimentos sociais e grupos organizados, fazendo com que os profissionais alcancem dialogicamente a população de baixa renda e a realidade e problemas socioespaciais. Dessa forma, a participação intrínseca à profissão não apenas resulta em habitação e habitabilidade mais adequadas às necessidades dos

---

<sup>103</sup> Entre aspas, pois o Estado não é um corpo neutro e relapso, mas desempenha um papel crucial na produção e perpetuação das intempéries urbanas, como é o caso da informalidade, ou quem é colocado nesse lugar do informal e marginal. Autores como Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018) argumentam que o Estado utiliza a informalidade como um instrumento de controle e acumulação. Além disso, as políticas públicas frequentemente falham em abordar as causas profundas dos problemas nas cidades, resultando em uma classificação arbitrária e seletiva das áreas urbanas.

moradores, mas também fortalece a identidade coletiva e a capacidade organizativa do grupo sócio-espacial envolvido.

Sendo assim, para consolidar a assessoria técnica como uma alternativa concreta à lógica hegemônica da produção do espaço urbano, é essencial disputar narrativas, fortalecer práticas emancipatórias e garantir que sua atuação seja, de fato, um instrumento de transformação sócio-espacial. E, para isso, a efetivação desse direito à cidade, como propõe Pereira (2019), exige a descolonização do pensamento urbanístico e dos modos de intervenção no território, reconhecendo e valorizando os saberes dos/nos territórios, suas culturas e mobilização ativa, promovendo uma prática verdadeiramente inclusiva e democrática.

É preciso estar atento aos riscos de romantismos, assistencialismos e messianismos que podem cercar essa prática, buscar um equilíbrio entre a pesquisa e a ação, evitando cair em abordagens ingênuas ou desconectadas da realidade. As metodologias envolvidas devem ser capazes de fazer a ligação entre teoria e prática, promovendo tanto a melhoria profissional quanto a construção do conhecimento acerca do tema. Nesse sentido, a assessoria técnica foi guiada por uma reflexão crítica constante sobre sua própria atuação, buscando aprimorar a práxis, agenciando metodologias e questionando-se sistematicamente, no esforço de garantir que suas intervenções sejam, de fato, emancipatórias. Logo, “não fazemos isso porque apenas queremos conhecer (isso é “pesquisa pura”), indagamos por que alguma coisa é como é para podermos saber melhor como aprimorar a prática” (TRIPP, 2005, p. 452).

Dessa forma, a interrogação sobre a práxis, aliada à produção de conhecimento crítico, permitiu não apenas aperfeiçoar metodologias, mas também identificar limites e contradições que precisam ser superados. O desafio reside, portanto, em construir um processo no qual a ação retroalimente a teorização sobre o tema, e vice-versa, garantindo que ambas evoluam de forma integrada e reflexiva. Um esforço contínuo de reflexão crítica, no qual a experiência produzida sirva não apenas para aprimorar a atuação profissional, mas também para repensar o próprio papel do arquiteto e urbanista na transformação da realidade urbana.

### **Assessoria técnica tem raça, classe, gênero e cultura**

Não há como refletir sobre a Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo sem as lentes dos marcadores sociais e recortes identitários que a perpassam, sem analisá-la a partir dos sujeitos intrínsecos a sua atuação. Se a AT é necessariamente participativa, como também é voltada para a população de baixa renda, temos então uma maioria significativa de pessoas racializadas e mulheres que ocupam lugares de liderança como parte do cuidado e reprodução social. E todos esses indivíduos, enquanto grupo social, fomentam, desenvolvem, vivem e criam maneiras de viver a partir de suas culturas. São corpos historicamente desumanizados pelo sistema, que sempre precisaram de se organizar para continuar existindo, desafiando as estruturas opressoras e reivindicando espaços e reconhecimento.

Paulo Freire (1997, p. 74) nos oferece uma lente crítica para entender essa dinâmica, ao problematizar a desumanização como resultado de uma ordem social injusta, que oprime e nega direitos a grupos marginalizados e que seu enfrentamento passa pelo reconhecimento das estruturas que sustentam essa desigualdade. Nesse sentido, a AT pode ser vista como uma ferramenta de emancipação, que não apenas oferece suporte técnico, mas também fortalece a capacidade das comunidades de questionar e transformar as estruturas que perpetuam desigualdades. Além da necessidade de questionar as relações hierárquicas dentro do próprio processo participativo, assegurando que os conhecimentos dos territórios sejam não apenas incorporados, mas reconhecidos como centrais para a formulação de projetos e políticas. Mais do que fornecer soluções técnicas, a assessoria deve criar condições para que as comunidades se apropriem dos processos de transformação do espaço, fortalecendo sua autonomia e capacidade de decisão.

No entanto, David Harvey (2005, p. 146) alerta que buscar soluções pontuais sem romper com o modelo que gera as contradições sociais é insuficiente e apenas reforça o status quo. É fundamental reconhecer a relevância das múltiplas identidades — de classe, gênero, raça, cultura e localidade — que compõem as comunidades, bem como os saberes e práticas tradicionais que resistem à lógica capitalista. E completa:

Se isso não acontecer, corre-se o risco de recriar as lacunas do relato que Marx fez da acumulação primitiva e deixar de perceber o potencial criativo que reside naquilo que alguns consideram desdenhosamente relações sociais e sistemas de produção “tradicionais” e não-capitalistas. Tem-se de encontrar uma maneira, tanto teórica como politicamente, de ir além do amorfo conceito de “multidão” sem cair na armadilha do “minha comunidade, meu local ou meu grupo social acima de tudo” (HARVEY, 2005, p. 146).

A AT, portanto, deve ir além de uma abordagem técnica e assumir um caráter político, que valorize a diversidade de experiências e promova a construção de alternativas coletivas. Por isso, é essencial que sua prática esteja articulada com as dinâmicas de resistência local, reconhecendo a complexidade das identidades e aspirações das comunidades. Esse movimento não significa cair em um relativismo absoluto, mas encontrar formas de construir alternativas que dialoguem com as tradições, histórias e modos de vida dos grupos envolvidos, sem reduzir suas reivindicações a categorias homogêneas e estáticas.

Rodrigo Lefèvre (1981), com base em Marx, destacava que toda sociedade estabelece compromissos cotidianos com sua estrutura geral e seus desdobramentos culturais. Essa ideia revela que práticas sociais interferem na estrutura e, ao mesmo tempo, que as relações entre o fazer e o pensar moldam a ação. Essa perspectiva nos convida a reconhecer que cada grupo parte de um ponto cultural específico, desconstruindo o olhar colonizador que tende a homogeneizar territórios, sobretudo negros e periféricos, como se fossem todos iguais. Respeitar as particularidades de cada grupo e a cultura à qual pertencem é essencial para romper com estereótipos e valorizar as múltiplas expressões e saberes que emergem desses contextos, permitindo-nos construir um diálogo mais inclusivo, que reconheça a diversidade como um elemento intrínseco e importante do campo urbano e social.

Assim, AT se depara com o desafio de tensionar as narrativas dominantes sobre a cidade. Se a produção do espaço é também uma construção assimétrica de discursos, em que determinados saberes e atores são privilegiados em detrimento de outros, a assessoria técnica precisa se colocar como um campo de produção de contranarrativas. Isso significa deslocar as vozes que tradicionalmente dominam a formulação urbana e abrir espaço para que novas epistemologias possam emergir, desafiando os padrões coloniais racistas e patriarcais que ainda regem a produção do espaço.

Trata-se de que parece ser importante inverter a lógica da ausência e da precariedade como ponto de partida, para trazer a tona elementos que permitam a compreensão sobre os modos de viabilização da vida, atento, no entanto, à natureza interligada das opressões que, historicamente, constituem nossa sociedade. (...) Como as mulheres negras estão dando conta do mundo para que a vida urbana não se acabe? Quais dimensões e regimes de existência acionam para construir os espaços de reprodução da vida em comum? (PEREIRA, 2019, s.p.).

Ao trazer uma abordagem interseccional para os estudos urbanos, torna-se possível compreender e afirmar que a cidade não é neutra. O racismo, como um instrumento que estrutura desigualdades, opera na lógica da exclusão e da morte (MBEMBE, 2018), naturalizando a precariedade e a ausência do Estado em determinados territórios. No entanto, essa ausência é seletiva: enquanto certas áreas são negligenciadas pelo poder público, outras recebem investimentos massivos que promovem processos de gentrificação e deslocamento forçado. Além disso, a relação entre racismo ambiental<sup>104</sup> e precarização urbana evidencia essa distribuição desigual de infraestrutura e recursos. Ou seja, a segregação espacial não é apenas um fenômeno espontâneo, mas sim uma estrutura consolidada por políticas públicas e dinâmicas de mercado que marginalizam determinados territórios e populações.

Expressões da negritude no urbano frequentemente só são reconhecidas e institucionalizadas quando pautadas pelo signo da identidade cultural, qual seja, como uma “contribuição” específica e não enquanto práticas constituintes do urbano, do qual fazem parte enquanto criadoras. Uma cidade de todos é uma cidade que pode ser concebida por múltiplas epistemologias. O epistemicídio urbano que vem contribuindo historicamente para a invisibilização e desvalorização das obras da população negra nas cidades é um bloqueador fundamental da possibilidade de construção da cidade enquanto obra de caráter coletivo, expressão máxima do Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1991 apud BONFIM, 2019, p. 12)).

Ademais, a precariedade urbana atinge de forma mais intensa mulheres e pessoas racializadas, evidenciando como a reprodução social e a divisão sexual do trabalho reforçam desigualdades históricas e estruturais. Essas dinâmicas, marcadas por uma lógica patriarcal e racista, perpetuam vulnerabilidades e segregações

---

<sup>104</sup> “O conceito de racismo ambiental diante da realidade brasileira deve contemplar a análise dos relatos de degradação social, cultural e ambiental em que estão imersas comunidades inteiras por pressões historicamente impostas, inclusive significando exclusão hídrica.(...) O racismo ambiental aprofunda a estratificação das pessoas (por raça, etnia, status social e poder) e o lugar (nas cidades, bairros periféricos, áreas rurais, reservas indígenas, terreiros de candomblé, comunidades quilombolas, marisqueiras e pescadores)” (SANTANA-FILHO e ROCHA, 2008).

socioespaciais, confinando corpos feminizados a papéis socioeconômicos que sustentam um sistema opressor. A narrativa conservadora que prioriza a recomposição familiar em detrimento de políticas públicas efetivas se revela como um mecanismo de manutenção da subalternidade, alinhado às ideologias neoliberais que negam a autonomia e o controle das mulheres sobre suas próprias vidas (OLIVEIRA; MARQUES, 2019). Diante disso, a luta por habitação e habitabilidade dignas e estáveis emerge como um eixo central, confrontando a lógica de despejos e imposições que caracterizam a experiência urbana de corpos racializados, sobretudo mulheres mais pobres, negras e indígenas. Ao analisar as estratégias e potências que surgem nas territorialidades instáveis, é possível identificar pontos de inflexão e transformação social, onde a luta pela sobrevivência se converte em resistência e afirmação de novas possibilidades de vida (RIBEIRO, 2010).

A práxis precisa ser posicionada, atuando como um mecanismo de resistência, articulando práticas e discursos que não apenas contestem essas dinâmicas, mas que também promovam novas formas de habitar e produzir a cidade. Não se trata de romantizar formas de urbanização populares ou de tratar práticas comunitárias como soluções universais, mas de reconhecer que a cidade sempre foi produzida por múltiplas mãos e que a valorização desses saberes pode ser um caminho para a construção de alternativas mais justas e emancipatórias. Romper com a colonialidade do saber e do fazer na arquitetura e no urbanismo exige um reposicionamento radical, que vá além das estruturas institucionalizadas e abrace a complexidade das vivências urbanas, no esforço para inverter a lógica da desumanização, “desfolclorização” (FANON, 2008) e precariedade desses sujeitos socialmente marginalizados. A cidade, afinal, não foi levantada pela ausência, como também não pode ser planejada apenas para alguns, ela precisa ser construída a partir das vozes e experiências de todos.

Este trabalho de mestrado tem uma relação intensa com âmbito da interseccionalidade permeado pelas culturas, já que em minha pesquisa-assessoria é cartografada ao longo de uma caminhada acadêmica e profissional feita em três Estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Como falado na introdução, sou de Minas Gerais, onde comecei a pesquisar e trabalhar com a assessoria técnica. Logo, eu vinha do mesmo lugar geográfico daquelas pessoas

que construíam comigo, mesmo com distanciamentos sociais e de renda, compartilhávamos trejeitos e atravessamentos culturais, dialogávamos de maneira parecida, e por isso, nos entendíamos com facilidade. Nessa época, como não era algo que me distanciava ou necessitava de esforço, não era também uma questão que me vinha à análise.

Na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) pude trabalhar ou apoiar de perto, no mínimo, cinco assessorias, com objetivos diferentes, seja melhoria das habitações, processos jurídicos de regularização fundiária e para elaboração de projetos para o Minha Casa Minha Vida Entidades, mobilização social, entre outros. Nesses processos, discutíamos assuntos intrínsecos à moradia e à vida, como o poder das mulheres que ali movimentavam, escolarização das crianças e adolescentes, questões de saúde mental, alimentação saudável, sobre as habilidades de cura que algumas mulheres desenvolviam em suas hortas e rezas... dificuldades da vida e da luta que os colocassem em um lugar de não só sobreviver, mas de poder viver.

Além disso, há um certo entendimento do recorte de racialidade em terras sudestinas que, de certa forma, aproximavam-me dos moradores frente a outros assessores e estudantes que estavam ao meu lado. Explicarei: sou uma mulher de pele marrom, mas traços finos e cabelo liso, visto a miscigenação em minha família, situação comum no Brasil. Entretanto, em uma visão mais embranquecida do sudeste, mesmo que Minas Gerais tenha quase 59% da população autodeclarada negra<sup>105</sup> (aproximadamente 12% preta e 47% parda), eu não era socialmente lida enquanto uma mulher branca, diferente da maioria dos meus parceiros de trabalho. Situação essa que parecia deixar os assessorados mais à vontade na minha presença, principalmente no desconforto da chegada, do encontro de conhecer o outro, dando-me mais abertura para as intensidades, que acabavam por escalar para amizades e trocas mais afetuosas. Situação que se reproduzia e era percebida e conversada com os poucos indivíduos dos grupos de assessoria também não lidos como brancos pelas populações que trabalhamos.

---

<sup>105</sup> Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) pelo Censo de 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

De Minas Gerais, fui estudar e trabalhar em Salvador, ou melhor, nas periferias de Salvador, lugar onde senti meu primeiro embate cultural na profissão (e racial, em uma autoleitura). Apesar de sempre trabalhar com a escuta atenta e respeitosa, havia momentos em que meu olhar viciado pela minha própria cultura não me deixava entendê-los. E mesmo me esforçando em ser dialógica e didática, às vezes eles também não me entendiam. Não era só pela linguagem e trejeitos diferentes, não pensávamos parecido, éramos atravessados por outros planos de fundo. E, mesmo que isso se intensificasse nos territórios, não era uma particularidade do campo, mas também dentro da universidade, com os meus colegas de especialização soteropolitanos. Discutíamos sobre os mesmos assuntos acadêmicos que enredam a assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, mas de perspectivas diferentes, problematizações diferentes, soluções diferentes.

Para além, a experiência nos empirismos soteropolitanos trouxe outro nível de discussões urbanas, que, em comparação com a minha reconhecida Minas Gerais, ganhavam uma dimensão muito mais precarizada. Situação comprovada pelos dados do último Censo, feito em 2022<sup>106</sup>, em que a Bahia apresenta uma população com aproximadamente 13% de analfabetos e 10% de residentes em favelas. Quanto aos domicílios, 46% não eram conectados à rede de esgoto, 17% não eram abastecidos pela rede geral de água e também 17% não possuíam coleta de lixo. Já em Minas, a maioria dos números caem mais que a metade, 6% de analfabetos, 4% em favelas, 19% não conectados à rede de esgoto, 12% não abastecidos pela rede geral de água e apenas 7% não têm coleta de lixo. Logo, diferente do que gozavam minhas experiências anteriores, quando dentro dos territórios, muitas vezes, não haviam momentos que pudessem ser destinados a discutir sobre uma melhora de vida, mas sim de pura sobrevivência, sobre a resistência de não ser apagado pela opressão do Estado, sociedade e mercado imobiliário. Não que isso não exista no Sudeste, longe disso, mas os números eram outros.

Ao mesmo tempo, nas diferenças experienciadas, havia festa e formas de viver. Havia religiões que se entrelaçam e comidas com poder sentimental e espiritual. Não é só a população com maior número de pessoas pretas no Brasil, mas também com uma grande porcentagem de quilombolas e indígenas, o que se relaciona

---

<sup>106</sup> Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) pelo Censo de 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

diretamente com sua cultura. A maioria das comunidades assessoradas tinham ações de resistência vinculadas a espaços e práticas em que existe a produção de um lugar político importante com a fé, as práticas ancestrais e ao labor. Um exemplo disso era a capoeira, que era jogada em quase todos os encontros na ocupação que lá trabalhei, deixando claro que aquilo era sobre existência.

Ademais, como anteriormente disse, em Minas nunca tinha sido tratada como uma mulher branca, em Salvador, capital de um estado com 80% de população negra e a maior população preta do país, eu claramente era uma. Ou seja, eu era uma mulher sudestina branca. Não dialogava como eles, não me parecia com eles, e isso impreterivelmente gerou um distanciamento inicial. E, apesar de ter um homem na mesma situação em minha equipe, branco e sudestino, ele foi logo adotado como parceiro dos outros homens moradores da ocupação assessorada. O que me tirou do lugar de estranhamento do outro<sup>107</sup> e permitiu a criação de laços e confiança foi a presença, imbuída de muito respeito e reflexão para entender mais uma vez o meu lugar, que não era o que eu anteriormente conhecia.

Já muito trouxe sobre minha percepção de Pernambuco, no capítulo anterior. Quanto à percepção dos pernambucanos sobre mim, mesmo com uma população com maioria de pardos e brancos, muito se assemelha ao olhar soteropolitano. O que não significa que poderia reproduzir minhas metodologias de aproximação, já que se trata de uma outra realidade, outra cultura, mas pude aprender com elas e uní-las a outros esforços demandados para a situação.

O que eu quero dizer com isso é que para o trabalho de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo não basta um entendimento teórico e tecnicista, é preciso mergulhar no campo da experiência, conhecendo, aprendendo e produzindo a partir dos múltiplos recortes que o território é composto e sua forma de resistência e produção de cidade. É não impor ao um grupo sócio-espacial uma descrição sobre ele vista superficialmente, cheia de preconceitos e bagagens que o próprio pesquisador carrega, mas descobrir no universo das intensidades.

É preciso ter uma responsabilidade e compromisso com os marcadores raciais, de gênero, como também culturais do lugar. E com isso, encontrar brechas para poder

---

<sup>107</sup> Não me tirando do lugar de hierarquia social, racial e estrangeira, pois é o que eu era. E não assumir isso seria uma falta de compromisso com meu próprio trabalho e com eles.

enfrentar e criar mecanismos de superação do racismo e do patriarcado a partir do trabalho, privilegiando e possibilitando a forma de produção de um grupo a partir da sua própria experiência. Buscando conciliar a luta por maiores acessos que correspondam ao modo de vida daquelas pessoas, sem que se perca os saberes de expressão cultural, da capoeira, do cultivo da terra, da construção dos fogões de barro, das cozinhas em áreas externas, entre outras práticas existentes.

Como também é se entender como indivíduo enquanto assessor, reconhecer o lugar de onde se está falando, o qual representa as hierarquias sociais. E assumí-los. Cada território exigirá uma redescoberta do lugar de escuta, de sensibilização e de fala, dando espaço a eminente formação política em via dupla. Pois, se também é função da profissão produzir contranarrativas, que sejam compromissadas e fiéis às comunidades, mesmo que os produtos sejam majoritariamente formalizados pela equipe técnica especializada.

### **Assessoria Técnica, uma prática de múltiplas possibilidades**

Início este subcapítulo com a afirmação que não existe um só jeito de fazer assessoria, entretanto, acredito que exista a possibilidade de uma metodologia, mas nunca de “a metodologia”, como uma fórmula universal. Isso parte da própria base da atuação, pelo compromisso com a multiplicidade e com a diversidade encontrada em cada território, em cada situação, na interação e integração entre os sujeitos, como também nas particularidades do próprio corpo profissional. É preciso se ater às especificidades e subjetividades de cada ação e dos sujeitos envolvidos, logo, não haveria como ditá-la. A possibilidade reside em embasá-la, e para isso, há um grande montante de pesquisadores da área que há anos constroem pistas de caminhos possíveis, assim como no método cartográfico e na pesquisa-ação.

Como apontado por Lefèvre (1981), não é necessário dominar todo o conhecimento científico para estabelecer relações equilibradas com o mundo, ou reduzir a profissão a técnica e teoria, mas focar em compreender as dinâmicas entre indivíduos, grupos e o “pedaço de mundo” que cada um toca.

Nesse sentido, pode ficar claro que o que tem se tornado fundamental para a formação não são mais aqueles 'pacotes' de conhecimentos básicos, mas a prática e a compreensão teórica parcial das relações entre indivíduos, das relações entre cada indivíduo e o grupo de indivíduos, das relações entre cada indivíduo e o 'pedaço de mundo' que pode tocar com sua atividade (LEFÈVRE, 1981, p. 218).

A assessoria técnica, portanto, vai além do atendimento tecnicista, ela se configura como uma forma de agência que se entrelaça com as interações sociais e as táticas de sobrevivência e composições de vida. É um campo que envolve múltiplos atores e condicionantes, sendo um processo em constante negociação e não há espaços para neutralidade nessa relação, mas um encontro de ideias e poderes que se entrelaçam. Sua potência reside na articulação entre saberes e experiências formais e cotidianas, configurando uma forma de agência que não apenas propõe soluções espaciais, mas também ressignifica relações sociais e dinâmicas territoriais. A afetividade, nesse sentido, surge como uma estratégia, estabelecendo relações que contribuem para produções físicas e simbólicas nos territórios, desafiando a ordem dominante e apontando para a construção de uma razão alternativa, pautada no direito à cidade e na emancipação coletiva. Abre brechas, assim, para que esses lugares em vulnerabilidade sejam compreendidos não apenas como espaços de carência, mas como territórios de produção política e de cidade.

Refletir sobre a multiplicidade da profissão também é refletir sobre o próprio lugar do arquiteto e urbanista nos territórios em vulnerabilidade. Analisar, programar e ser sensível na investigação de como agir e o que cabe em nossa prática profissional, com discernimento e respeito. Sobre até onde vão os processos de intensidades e quais são os limites para que não se ultrapasse as nossas atribuições, principalmente para evitar as armadilhas que nos fazem atuar em papéis que não nos cabem, como o de assistentes sociais, "salvadores" ou pacificadores de conflitos e práticas que podem reforçar dinâmicas de poder desiguais e diminuir a agência das comunidades e lideranças locais. Assessores não devem protagonizar ações que deveriam ser feitas pelos moradores, mas sim apoiar, mediar e fortalecer suas lutas e autonomias. Ou seja, atentos às práticas assistencialistas, paternalistas e até relações mais verticalizadas e hierárquicas, como detentores do saber.

Se considerarmos a complexidade da vida (...), certamente nos entendendo inconclusos, inacabados, como pressupõe Freire (1996), nunca estaremos aptos e, ainda, pouco saberemos o que nos aguarda nas relações com as diferenças. O que propomos é sairmos do lugar do saber e do poder sobre o outro e nos abirmos para esta maravilha que é o encontro com o outro (FERRE; LARROSA apud MARQUES, 2010, p. 261).

Isso implica questionar a colonialidade que impõe um modo único de existir, saber e viver, promover diálogos entre diferentes conhecimentos e levar isso à ação, construída pelos condicionamentos particulares do trabalho que se propõe. A assessoria técnica, nesse sentido, abre-se aos “ruídos” – às complexidades, contradições e tensões que emergem no processo –, entendendo que esses elementos são parte fundamental da construção coletiva. É uma prática embasada no respeito às multiplicidades, na escuta ativa e na construção de caminhos compartilhados, onde a técnica se coloca a serviço da transformação sócio-espacial.

Mas como se abrir a essa multiplicidade? O primeiro passo é entender que a coletividade exige escuta e ação, ser dialógica para que reconheça e valorize os muitos mundos. O diálogo, no entanto, não é algo natural, como aponta Kapp (2014), ele demanda “disposição”, uma postura que se constrói ao longo da vida e nem sempre é consciente. Essa disposição condiciona a forma como percebemos e reagimos ao outro, sobretudo levando em conta o que foi trazido do subcapítulo anterior, lembremos: assessoria técnica tem raça, classe, gênero e cultura. Criando, assim, alternativas e contranarrativas, admitindo e tentando superar a construção social assimétrica de discursos, para que se possa encontrar brechas para reconhecer a potência e mobilização ativa desses sujeitos. Ou seja, não cabe o lugar da passividade nem da subestimação do outro, todos são interlocutores e carregam consigo, enquanto indivíduo e grupo, uma bagagem de luta e grande capacidade de troca.

E é nesse desafio complexo que é a comunicação que se enreda um esforço geral, uma disposição extra de todos os atores envolvidos, assessores técnicos, pesquisadores, comunidades, entre outros. Pois o encontro com o outro somado à troca de conhecimentos é algo que necessita de trabalho, preparação, tempo e paciência. Sem isso, voltamos às problemáticas da manipulação, conveniência, falta de entendimento e participativismos. Ainda mais por ser uma prática que se desenvolve grandemente pelos dissensos do caminho e, como não é possível evitá-los, também não deveria ser adequado silenciá-los ou menosprezá-los. Os

desconfortos do percurso são momentos importantes de reflexão e problematização para que o próprio trabalho ganhe as dimensões de mudança significativa ou uma maior clareza do campo. E, trazendo para este trabalho, são os momentos que mais dinamizaram as metodologias agenciadas, principalmente a pesquisa-ação.

Os ruídos são os espaços da experiência, do tempo e do acontecer da vida, abundante dos dissensos. E para que a prática seja aberta às intempéries, ela precisa ser previamente preparada para tal. Não basta o conhecimento e habilidades de adaptação, pois o exercício precisa cumprir seus objetivos, sendo também um passo de respeito ao tempo dos envolvidos. E esta aposta de pesquisa é que, para isso, precisa-se desenvolver metodologicamente como abraçar esses momentos, não negá-los ou sucumbir a eles. Para mais, encontrar caminhos embasados de como levar esses dissensos à ação e à investigação, como também à melhoria da própria prática, a se preparar para a chegada dos desconfortos e conflitos e aprender com eles.

Vivenciar de maneira integral a experiência a partir de outras perspectivas e integrá-las, especialmente daquelas invisibilizadas pelo modo hegemônico de produção da vida, permitindo construir uma prática de ação coletiva. Não de forma simbólica, mas pela mobilização engajada do grupo como um todo, partindo da intencionalidade da ação. Do querer de uma maioria, da participação ativa de um grupo sócio-espacial. Sendo esse mais um ponto de atenção e mediação dos assessores na abertura para os ruídos. Não que nós (assessores técnicos) tenhamos o poder de escolher pelas pessoas, mas que tenham a sapiência de guiá-los, por meio de inúmeras estratégias convidativas, seja pela ludicidade das oficinas, pelo diálogo em linguagem acessível e/ou pelas diferentes formas de promover um processo participativo. Tal como, pelos planejamentos de como promover a permanência daquelas pessoas nas atividades, importando-se com as questões do grupo como, por exemplo, o que foi feito na ReUrb Carolina em relação à alimentação oferecida nos encontros e atividades voltadas para as crianças.

Mais uma vez volto a dizer, esta escrita não é sobre um passo a passo, muito menos uma verdade absoluta de sucesso, acredito que nada que se desenvolva no campo das subjetividades consiga ser. Muito menos ligadas a um trabalho que envolve tantas mazelas sociais e questões que não conseguiriam ser solucionadas com uma atuação que se encontra no tempo e no espaço de um grupo

sócio-espacial que carrega consigo tantas causas para serem reivindicadas. E, por ser uma prática de múltiplas possibilidades e múltiplos ruídos, a assessoria não é reproduzível, pelo menos não respeitosamente com as particularidades de onde está atuando. Entretanto, pode ser uma construção embebida de abordagens metodológicas e inspirações teóricas e práticas que se esforçam em ser transformadoras para a ação coletiva democrática social, a partir da práxis. Aprendendo e tentando progredir nos saberes desenvolvidos por muitas mãos, já que cartografamos partindo do meio de uma história dinâmica em fluxo. E foi o que este trabalho se esforçou em ser.

### **Coletivização da discussão sobre a práxis no trabalho realizado**

Esse subtítulo foi escrito por mim, mas construído integralmente com as assessoras participantes dos processos propostos: na prática, pela Brigada de Arquitetura do MTST e na teoria, pelo Projeto de Extensão Liame da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Além da minha presença, o grupo era formado por cinco mulheres pernambucanas, sendo duas autodeclaradas pardas e três brancas. Destas três, duas tinham certa regularidade de contato com a Ocupação Carolina de Jesus pelo movimento social e faziam parte do grupo idealizador do projeto para o edital de regularização fundiária e parcelamento.

Antes de iniciar sobre o assunto, saliento que foi acordado em reunião que as informações de identificação, como nome e idade, não constariam nesta dissertação e que as perspectivas que serão colocadas aqui, serão em voz do grupo como um todo, feitas com base em nossas discussões e análises em conjunto. Com isso, para a elaboração deste texto, foram feitos dois encontros com a participação de todas, no qual eu construí um roteiro prévio de entrevista semiestruturada, para podermos abordar os diversos assuntos pertinentes a esta investigação, mas não necessariamente nos prendermos a ele, e sim para dialogarmos como em um círculo de cultura e seus temas geradores.

Para entendermos a perspectiva de mudança, a conversa foi separada em uma espécie de linha do tempo. (1) Antes: tratando das experiências e vivências anteriores das assessoras, incluindo áreas de atuação, pesquisas teóricas realizadas e métodos ou metodologias utilizados em suas práticas. Ou seja, quais

eram as bagagens práticas, teóricas e subjetivas que elas traziam consigo antes do nosso trabalho em conjunto; (2) durante: momento que seriam discutidas e analisadas as ações feitas a partir das metodologias praticadas. Era um convite a refletir sobre cada uma das ações e o trabalho como um todo, destacando impressões, pontos fortes, dificuldades, aspectos negativos e análises de melhoria da prática, também sobre os instrumentos participativos feitos, geração de mobilização, engajamento, autonomia e formação política; (3) depois: por fim, o roteiro buscava investigar as perspectivas futuras das assessoras, incluindo suas visões e mudanças sobre suas próximas atuações em AT, tanto individuais quanto no grupo que formávamos dentro do Setor de Arquitetura do MTST.

Ao iniciar uma conversa a partir das vivências pessoais, parte de um alinhamento metodológico que seja possível trazer os participantes para se situarem no universo temático e conhecerem melhor o outro em diálogo. Essa aposta busca integrar as diferentes visões e perspectivas, reconhecendo a pluralidade que cada um carrega consigo sobre experiências e saberes. Como também pontos de vista possíveis, evitando uma abordagem monotemática ou unilateral, que tende a limitar a compreensão da complexidade da realidade tratada.

Com isso, os temas que correram sobre os caminhos anteriores à ReUrb e ao Liame se guiaram para vivências mais relacionadas a processos participativos do que a assessoria propriamente dita, sendo a maioria dentro de disciplinas e projetos de extensão de faculdades particulares do Recife ou até mesmo da UFPE. Todas puderam levantar algumas particularidades sobre suas experiências, das quais majoritariamente não partiam de metodologias voltadas para a participação, mesmo que estivesse prevista no escopo, mas abordagens metodológicas voltadas para o alcance dos objetivos dos projetos que estavam sendo propostos. E, provavelmente pertinente a isso, segundo as falas feitas, os relatos contavam com pouca ou nenhuma aderência das comunidades envolvidas, sendo citado inclusive a questão do assistencialismo.

Houveram também falas sobre as atuações anteriores dentro do MTST (PE) e o quão recente era o Setor e a Brigada de Arquitetura em Pernambuco, constituído em 2021, apenas dois anos antes da ReUrb Carolina. Os processos já realizados

eram mais relacionados a uma arquitetura e urbanismo de guerrilha<sup>108</sup>, nos momentos de ocupação dos terrenos e primeiros meses. Essas assessorias contavam com os desenhos urbanos internos, feito pelas arquitetas, e construções provisórias dos primeiros pontos coletivos, como a cozinha comunitária, e dos barracos que abrigariam os ocupantes, integralmente feitos em mutirões junto aos futuros moradores, apoiadores e demais pessoas do movimento. Além do já citado projeto dos parques infantis, também construídos em esquema de mutirão, porém projetados pelas assessoras de modo não participativo. A perceber, também foram processos não embasados em metodologias que envolvessem outros atores dos territórios nos trabalhos de diagnóstico e projeto.

O que foi levantado nessa conversa introdutória é que a maioria das arquitetas ali presentes não tinham uma relação próxima com a assessoria técnica e com processos participativos antes da ReUrb Carolina. Envolviam-se mais em trabalhos de assistência técnica. Essa questão também levanta uma problemática para o desenvolvimento do trabalho, que foi a pouca experiência da equipe frente o processo que deveria ser executado e, conseqüentemente, uma certa ingenuidade nas expectativas do que se almejava alcançar no curto prazo, o que será falado mais adiante.

Essa deficiência de expertise anterior à ReUrb engendrou uma ampla discussão sobre a importância do Projeto de Extensão Liame UFPE no processo como um todo, pois, nas experiências anteriores, os trabalhos eram guiados por uma compreensão prática, mas sem um respaldo teórico consolidado. Assim, essa integração entre teoria e prática dentro do grupo extensionista permitiu um alinhamento entre o que já se entendia na ação e o que se consolidava no campo teórico.

Ademais, o LIAME foi reconhecido como um espaço de apoio, acolhimento e compartilhamento, fundamental para as profissionais, que atuavam em brechas deixadas pelo Estado, em contextos de vulnerabilidade e outras questões que provocam intenso desgaste. Assim, o diálogo direto e as metodologias envolvidas foram apontadas como ferramentas essenciais para que se pudesse promover

---

<sup>108</sup> Ver mais em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/60022/3/Tcc%20Tain%c3%a3%20Macedo%20Pimentel.pdf>.

reflexões profundas e como um caminho para ressignificar o desencantamento, que muitas vezes acompanha a profissão. Bem como, abrindo possibilidades de novas formas de atuação e construção coletiva, em uma visão crítica, sensível e esperançosa.

Nesse ponto, avançamos o diálogo para a parte dois, sobre a ReUrb Carolina. A análise da prática da assessoria técnica, alicerçada no projeto participativo de regularização fundiária e parcelamento da Ocupação Carolina de Jesus, revelou a complexidade de se atuar em contextos de luta por direitos e transformação territorial. Ademais, a atuação dentro de um movimento social trouxe desafios específicos, como a necessidade de equilibrar as demandas urgentes da comunidade, a construção de soluções de médio e longo prazo e desenvolvê-las a partir dos ideais e demandas do próprio MTST.

A Carolina de Jesus é um território marcado por um processo de ocupação que consolidou um grupo sócio-espacial organizado, mas também atravessado por desgastes e desilusões acumulados ao longo de anos de luta, junto com as urgências por condições dignas de moradia. Diferente de muitas narrativas sobre assessorias técnicas, a comunidade já estava mobilizada e possuía clareza sobre suas reivindicações e as bases das vontades coletivas a serem defendidas. Esse contexto exigiu da equipe uma abordagem sensível, capaz de dialogar com as expectativas da comunidade e do movimento social, ao mesmo tempo em que enfrentava as complexidades jurídicas e urbanísticas do processo. O grande desafio era garantir que o tempo dedicado às atividades resultasse em ações efetivas, evitando que o processo se transformasse em mais esgotamento em sua longa trajetória de lutas. A urgência por soluções imediatas, por parte da comunidade, muitas vezes contrastava com os prazos e propostas do projeto, gerando tensões e exigindo negociações constantes. No entanto, foi nesse meio termo, construído através de muito diálogo e conflito, que foram se construindo caminhos para avançar, equilibrando as demandas urgentes com a investigação de soluções mais duradouras e coletivas.

Para tentar vencer essas questões, evidenciou-se a importância de integrar teoria e prática, utilizando ferramentas participativas para fortalecer a autonomia e o protagonismo da comunidade. Ao mesmo tempo, destacou a necessidade de um embasamento técnico sólido, especialmente no que diz respeito às questões

jurídicas e de planejamento urbano, para garantir a efetividade das ações e a defesa dos direitos territoriais. A regularização fundiária é um campo de disputas políticas, onde os direitos à terra e à moradia são frequentemente subordinados a interesses especulativos e institucionais, sendo assim, a prática da assessoria precisou, além de dominar instrumentos, também compreender os meandros das negociações políticas e institucionais que atravessam esses processos.

Além disso, era necessário uma eminente afirmação de que se tratava de uma prática política e não neutra, pois era sobre indivíduos que politicamente foram inviabilizados e organizavam-se a partir de uma ordem comum. Buscamos, então, construir algo coletivamente, sem perder o sentido do afeto e da centralidade das mulheres, majoritariamente negras, que protagonizavam a luta e a resistência no território. Elas estruturavam o grupo sócio-espacial, como também evidenciavam a realidade de quem enfrenta o medo constante de perder seus filhos para a violência.

Esse infelizmente é um contexto comum dessa profissão, um trabalho marcado por sentimentos profundos e afetamentos intensos, onde a assessoria técnica não apenas se insere para pensar questões práticas e soluções, como a estruturação do espaço, mas também para promover trocas humanas honestas, reconhecendo que não vivemos as mesmas realidades. E essa afirmação traz consigo questões complexas, mas também desenha caminhos que ainda não estão pré-definidos, que só se revelam no dia a dia, no lugar da experiência, no trabalho contínuo e na reflexão constante, construídos na prática dialógica.

Como mencionado, a construção metodológica no contexto da ReUrb se desenvolveu ciclicamente, refletindo diretamente na práxis da equipe envolvida. As metodologias participativas, conforme experienciadas pelas pesquisadoras, não se limitaram a um conjunto de ferramentas, mas se estruturaram como um processo dinâmico e reflexivo, exigindo ajustes constantes conforme as interações e os desafios que emergiram no campo. Contando, principalmente, com o forte aporte das preparações prévias ao lidar com as complexidades da participação, como eixo condutor do processo. Como destacado, as oficinas eram ambientes construídos a partir do grupo sócio-espacial e dos tempos que se entrecruzavam. Elas eram ajustadas às necessidades e aos desafios específicos, criando condições de mobilização e participatividade, já que não se tratava apenas de reunir pessoas, mas de criar condições para que se sintam confortáveis e engajadas. Pois, como

inspirado pela pesquisa-ação, a prática deve estar alinhada às exigências próprias da ação e da participação dos envolvidos, permitindo que as técnicas utilizadas sejam avaliadas criticamente em relação ao seu impacto e efetividade.

Essa preparação metodológica no ReUrb Carolina foi um processo contínuo e reflexivo, que se estruturou a partir da participação como metodologia central. Inicialmente, a maior parte da equipe profissional não tinha clareza sobre como a participação poderia ser um tipo de metodologia em si, mas adentrar nas discussões teóricas sobre o assunto permitiu que o grupo compreendesse a necessidade de planejar as oficinas de forma dinâmica, sem rigidez ao roteiro, mas com uma estrutura que garantisse a escuta ativa, a articulação de ideias. Era um esforço coletivo de entender como mobilizar e engajar a comunidade, indo além da simples ideia de "chegar e fazer", entendendo que não era sobre a presença, mas sobre a não passividade, além da preocupação metodológica para criar condições satisfatórias, para a combinação de técnicas apropriadas aos objetivos da pesquisa. Pensar sobre uma separação de grupos para garantir que todos se sentissem à vontade para falar, criar momentos de engajamento prévio e estabelecer pausas estratégicas, etc.

No desenvolvimento do trabalho, a inspiração na pesquisa-ação organizou o percurso investigativo e forneceu diretrizes para lidar com a dimensão da coletividade, sendo levado às outras abordagens metodológicas agenciadas, sendo a principal o uso metodológico de interfaces. Primeiramente, as interfaces eram feitas a fim de facilitarem a mediação e a interlocução nas atividades, trazendo acessibilidade e compreensão nas ações. Ao incorporar elementos de ludicidade, jogabilidade, flexibilidade e materialidade, o uso metodológico dessa ferramenta fez com que conseguíssemos evitar a centralização das decisões, inclusive contendo possíveis constrangimentos ao utilizá-las. Ademais, atuaram como uma efetiva maneira de se fazer um convite à participação e proporcionaram um meio para que os moradores assumissem o protagonismo, apropriando-se de forma mais concreta dos debates e das decisões.

A destacar, a Proposta de Atividade e o Roteiro feito para cada atividade foram uns dos primeiros pontos comentados no diálogo que construiu este subtítulo. A organização que partia do seu uso garantiu um direcionamento acolhedor para as assessoras, funcionando como um suporte, principalmente para quem não tinha

familiaridade com esse tipo de prática participativa. O que reverberou diretamente na mobilização dos participantes, estruturando suas interações e assegurando que o processo não se tornasse disperso ou desarticulado, bem como para que cumprisse os objetivos específicos.

A mencionada materialidade dos instrumentos utilizados, como maquetes e jogos, levou a compreensão para o visível e o palpável, o tátil, além de amplificar a roda. Permitiu que os moradores se reconhecessem no espaço representado, associassem suas experiências às proposições discutidas e construíssem leituras críticas. O que talvez não funcionasse se elas tivessem sido concebidas em meios tecnológicos, como computadores e celulares, já que poderiam diminuir o diálogo coletivo e, visto que a leitura do grupo era diversa e contava com pessoas idosas e não letradas, poderia também ser um fator de distanciamento.

Ao incentivar a expressão criativa dos participantes, essas ferramentas valorizaram suas vozes, desafiando a hierarquia tradicional das relações entre técnicos e o grupo sócio-espacial. Promoveram um ambiente onde as pessoas se sentiram encorajadas a compartilhar suas experiências e visões, contribuindo para um entendimento mais contextualizado das questões do território. Isso porque, além de facilitar a comunicação, as interfaces funcionaram como dispositivos de sensibilização e provocação, estimulando um diálogo mais profundo entre os envolvidos na ação. Elas não eram concebidas para se tornarem uma representação do espaço, mas para operar na produção da realidade, tornando visíveis processos, relações de força e dinâmicas sociais muitas vezes invisibilizadas pelo planejamento tradicional. E, ao ativar processos de subjetivação e disputa, as interfaces se tornaram dispositivos de construção coletiva do espaço, provocando debates sobre os usos do território, as relações de poder e as contradições presentes no processo.

Ademais, como dispositivos de provocação, elas instigaram debates sobre os usos do espaço, as relações de poder e as contradições do planejamento e projeto. Deslocaram concepções cristalizadas sobre desejos e necessidades dos participantes, questionando normas espaciais hegemônicas e abrindo espaço para outras formas de habitar. Ao gerar dissensos e evidenciar conflitos, essas ferramentas estimularam novas formas de pensar e agir, permitindo que a própria comunidade participasse ativamente na definição de seus espaços, desafiando a

tradição técnico-burocrática da arquitetura e urbanismo, que frequentemente exclui os saberes locais e as percepções sensíveis dos moradores.

Por fim, as oficinas demonstraram que o uso das interfaces na assessoria técnica vai muito além da mediação, atuando como meio de sensibilização, articulação política, experimentação crítica e possibilidade metodológica de formação. Elas ajudaram a criar um campo de trocas, aprendizagens e co-criação entre os diversos atores, onde os moradores deixaram de ser apenas destinatários do projeto e passaram a ser protagonistas na construção de suas próprias soluções habitacionais e urbanísticas. Evidenciando, assim, que a assessoria técnica não deve fornecer soluções, mas criar condições para que os próprios sujeitos possam elaborar suas estratégias e reivindicações, promovendo uma almejada autonomia e transformando o território em um campo de disputa, resistência e construção coletiva.

Dentro disso, a cartografia revelou-se mais do que um simples instrumento para levantamento de informações, suas bases e questões foram constantemente levadas às programações, tornando-se parte dos dispositivos de provocação, pelos quais os participantes visualizassem suas relações dentro daquele rizoma da ocupação. Sendo assim, uma forma de gerar conhecimento e pertencimento coletivo, capaz de transformar a percepção dos espaços e das dinâmicas sociais neles envolvidas, possibilitando uma compreensão das limitações e potencialidades.

As influências trazidas do método cartográfico fez com que a investigação se desse de maneira fluida, acompanhando os percursos traçados pelos próprios participantes. Como apontado no primeiro capítulo, a cartografia não se limita a uma simples representação do espaço, mas se configura como um método de investigação que acolhe o sensível e o vivido. Com isso, as cartografias sociais produzidas levaram os sujeitos aos produtos, nos quais os participantes conseguiram visualizar e intervir nos conteúdos debatidos, demonstrando que a participação ativa se efetiva quando os sujeitos envolvidos conseguem estabelecer relações concretas entre a fala e a ação. Isso reforça a importância de metodologias que permitam essa interatividade.

Isso favoreceu a criação de estratégias metodológicas que desestabilizassem repertórios rígidos, como os comumente ensinados nas universidades, e

incentivassem a produção coletiva de conhecimento, sempre em diálogo com a realidade do território. A vista disso, a condução do processo exigiu uma postura atenta aos caminhos dinâmicos do grupo, permitindo redirecionamentos sempre que necessário. Ao longo do percurso, ficou evidente que a assessoria técnica não pode ser entendida como um simples processo linear de diagnóstico e proposição de soluções, mas sim como uma prática dinâmica e flexível, entre a teoria e a prática. A experiência do ReUrb Carolina demonstrou que a abordagem metodológica fortalece a capacidade da comunidade de se organizar, questionar e propor alternativas, tornando a assessoria um campo de aprendizado constante e de transformação sócio-espacial.

Contudo, é necessário questionar as limitações dessa participação, como por exemplo o individualismo, a insuficiência de formação política e as limitações subjetivas de alguns participantes, que podem tornar a dinâmica difícil, reprimindo a evolução do grupo. Além disso, em contextos de vulnerabilidade extrema, as dificuldades emocionais e sociais se tornam barreiras ainda mais complexas. Nos cabe refletir sobre que participação é essa, que tipo de envolvimento ela gera, que tipo de autonomia ela promove e enraíza nos grupos trabalhados. Um passo de honestidade, em que romantismos são presenças prejudiciais, não se posicionam ao melhoramento da práxis e sim fantasia sobre ela. Penso que é melhor discorrer sobre uma participação que não teve dados de efetividade plena em relação às expectativas iniciais, do que divagar sobre uma participação profícua que ceifa, inclusive, a possibilidade de aprender com os erros cometidos.

Como afirma Kapp e Baltazar (2012, p. 355), participação não é sinônimo de autonomia. Embora possa ser um caminho para alcançá-la, a participação, por si só, não assegura que os indivíduos ou coletivos tenham controle real sobre suas decisões e ações. A autonomia implica a capacidade de autogestão, a definição de normas próprias e a tomada de decisões sem interferências externas significativas. Para que isso ocorra, é necessário ir além e garantir que os grupos tenham poder efetivo sobre seus espaços (KAPP, 2018). E esse foi um ponto que o ReUrb Carolina não conseguiu alcançar.

Participação é quando os técnicos cedem um pouquinho dos seus recursos culturais aos beneficiários [da ação], mas continuam fazendo as regras, escolhendo a apresentação técnica, determinando em que momento outras pessoas podem dar palpite ou não e, enfim, tomando as decisões verdadeiramente importantes. (Nunca deveríamos usar os termos participação e autonomia em conjunto, porque são opostos. Autonomia significa fazer as próprias regras, enquanto participar é apenas como estar na festa de outra pessoa) (KAPP, 2014, p. 121).

Autonomia é a habilidade de indivíduos e, sobretudo, coletividades estabelecerem seus próprios meios de ação e interação por normas autodeterminadas. Em contrapartida, a ideia de participação indica que se permite que pessoas tenham parte na tomada de decisões, sem que possam modificar as respectivas normas (KAPP; BALTAZAR, 2012, p. 355).

No projeto ReUrb Carolina, houve um ganho significativo de autonomia no nível micro, com a comunidade mais engajada e capaz de discutir e propor soluções. No entanto, no nível macro, a autonomia se desenvolveu de maneira pouco expressiva. Ao longo da assessoria, as oficinas desempenharam um papel central na amplificação das vozes individuais e coletivas, criando espaços onde os participantes se sentiam não apenas consultados, mas parte ativa das decisões que moldariam seu território. Essas dinâmicas permitiram que subjetividades emergissem de maneira mais intensa do que em reuniões e assembleias.

No entanto, como apontam Kapp e Baltazar (2012), a participação pode ocorrer sem que os envolvidos tenham, de fato, o poder de modificar as regras do jogo. O processo de regularização fundiária, embora tenha sido construído de maneira coletiva, tornou-se abstrato e distante quando se encontrava na esfera do poder público, na qual as pessoas da comunidade pouco foram integradas ou compareceram. Dependiam dos representantes do movimento para acessar informações e negociar decisões, ficando em grande parte apartadas do processo.

Melhor explicando, a representação institucional do movimento social nos ambientes de decisão frente às instituições de poder, em vez de fortalecer o protagonismo local, acabou funcionando como um filtro, onde os sujeitos se afastaram das esferas decisórias externas à ocupação. Eles lidavam diretamente com os representantes do movimento, como nós assessoras, mas pouco com as instituições de poder. Criando assim o lugar da dependência, na qual essa intermediação por agentes externos ao grupo sócio-espacial gerou um fenômeno de "desautonomia".

Um outro ponto foi a insuficiência de intensidades entre assessoras e o grupo sócio-espacial, revelando um tensionamento entre método e vivência, entre

planejamento e envolvimento afetivo. Mesmo que a Ocupação Carolina de Jesus tenha sido abordada de maneira afetuosa e simpática e as práticas tenham nos aproximado dos moradores, havia uma dimensão que carecia de maior vínculo. Isso foi atenuado pela maior assiduidade da ação ter acontecido de forma esporádica, apenas durante o processo participativo, sem uma maior continuidade — o que trarei mais a frente. Conseqüentemente, sem a potência do pertencimento e da apreensão dos instrumentos.

O método cartográfico e a pesquisa-ação, quando aplicados de forma comprometida com a experiência sensível, mostram-nos que a construção coletiva não se dá apenas na materialização dos objetivos ou na execução de uma atividade, mas no envolvimento com as forças que constituem aquele espaço. A pista 7 da cartografia, "Cartografar é habitar um território existencial" (ALVAREZ; PASSOS, 2015), guia-nos a entender que a imersão no território vai além da presença física, é necessário habitar os signos, as histórias, os afetos e as intensidades que permeiam o espaço. No caso da Carolina, a falta de uma trajetória conjunta anterior e posterior ao (rápido) processo participativo impediu a construção de enraizamentos de saberes e suas maiores reverberações dentro da comunidade.

Esforçamo-nos para habitar, para construir um trabalho no âmbito da experiência profunda e sensível, mas tínhamos as limitações do curto tempo, do amplo tamanho do grupo assessorado e dos outros atravessamentos existentes nas urgências de um território em vulnerabilidade. Não conseguimos atingir essa relação de afeto próximo e reconhecimento mútuo: sabiam quem nós éramos, nós os conhecíamos, tratávamos uns aos outros com respeito e um compromisso comum, mas não havia intensidade nas relações.

As oficinas foram planejadas teórica e metodologicamente — como também academicamente — com métodos e técnicas que, embora fossem bem fundamentadas, não conseguiram romper a barreira da distância emocional. Como resultado, essa incompletude de um processo de afeto e de imersão no território limitou a capacidade de transformação. Como apontado por Arruda (2021), a assessoria técnica não acontece em momentos pontuais, ela parte mobilização contínua, que envolve a construção de vínculos e desejos coletivos.

Não houve tempo para nos aprofundarmos enquanto coletivo e os espaços destinados a isso, como os momentos de alimentação e diálogo livre, eram inundados com outras necessidades da ocupação ou do movimento. Mesmo que seja verdade a existência do ativo e demasiado diálogo, escuta sensível e compromisso mútuo, como também a leveza e fluidez que era possível nas trocas, sobretudo nas formações políticas, o importante lugar da criação de vínculos na AT não foi atingido de maneira satisfatória. Se não há tempo para estabelecer laços mais intensos e para construir um processo de transformação que seja coletivo desde sua concepção, o risco é que a participação se limite à adesão a um método, e não à radical construção de um caminho comum. A intensidade de um processo não está apenas na frequência das interações, mas no grau de envolvimento e afetação mútua.

As bases da pesquisa-ação nos lembra que as transformações promovidas por processos participativos são necessariamente limitadas (THIOLLENT, 2011) e dependem da consciência e do engajamento dos envolvidos, além da importância da continuidade e da perenidade das relações. Não se trata apenas de produzir um projeto, mas de construir formas de engajamento que perdurem além da presença dos técnicos. Ademais, a ausência do poder público frequentemente empurra esse processo para uma lógica de resistência, em que a assessoria técnica deveria funcionar como catalisadora de uma autonomia que, na prática, esbarra em barreiras estruturais e temporais.

O que leva a mais um desacerto: a falta de fechamento adequado no processo. Embora tenha havido assembleias devolutivas dos resultados à comunidade, era notável que o território ainda demandava de mais exercícios de formação política para conseguir alcançar a autonomia daquela luta. A interrupção programada da assessoria técnica após o processo participativo foi um ponto crítico, especialmente quando pensamos em termos de autonomia, engajamento e transformação social. A partir de uma perspectiva cartográfica, que busca mapear os fluxos, intensidades e rupturas nos processos, foi possível identificar que a falta de continuidade não apenas fragilizou o processo do grupo sócio-espacial, mas também revelou uma dissonância entre os objetivos do movimento e as necessidades do território.

O erro não está na interrupção em si, mas na forma como ela ocorreu. A assessoria foi reduzida a um produto, quando na realidade ela se configurava como um

processo contínuo de engajamento e emancipação. Essa ruptura não apenas cortou o vínculo estabelecido ao longo do processo entre assessoras e moradores, mas também impediu que a emancipação conquistada no nível micro se consolidasse, se enraizasse e se transformasse em ação. A materialidade do projeto se sobrepôs ao processo de engajamento, tornando o desfecho da assessoria desconectado das possibilidades de mobilização e ação social. Não havia formação suficiente para garantir a autonomia e o empoderamento da comunidade frente à luta.

Primeiramente, foi uma falha logística e de organização. Como a equipe precisou produzir os documentos formais, respeitando os prazos impostos pelo edital, não conseguimos nos estruturar em frentes de ação para continuarmos em campo. Todo tempo era dedicado aos relatórios e desenho do projeto. E a reverberação desse processo de não presença se revelou como uma violência simbólica, reforçando a dependência da comunidade em relação ao movimento, como também o desgaste do grupo. Ademais, ao não garantir a continuidade do processo, a assessoria feita falhou em cumprir seu papel de facilitador, deixando as pessoas carentes de ferramentas para continuar lutando por seus direitos e necessidades.

Se a interrupção não pôde ser evitada, o aprendizado que emerge dela é a importância de repensar as formas de transição e permanência, garantindo que a emancipação conquistada não seja perdida com o fim de uma etapa.

Mas é preciso que também se valorize os pequenos ganhos. A experiência da assessoria técnica mostrou que, apesar dos desafios e do precipitado processo de conclusão, também houveram partes que devem ser colocadas como proveitosas em diversos âmbitos e que não poderiam ser desconsideradas. A tendência a classificar as experiências de maneira binária – sucesso ou fracasso – foi confrontada pela necessidade de compreender uma maior amplitude das ações feitas. Isso muito nos vem pela formação acadêmica, que muitas vezes privilegia um olhar quantitativo, ignorando as dimensões qualitativas e subjetivas das práticas.

Para entender a força do que estava sendo construído, até o simples ato de compartilhar um café tornou-se um momento de troca e fortalecimento da coesão social, algo pouco enfatizado na formação profissional, mas essencial no contexto da assessoria. Os agenciamentos metodológicos não podem ser reduzidos à essa dicotomia do êxito, pois, apesar das perdas, elas também efetivamente fomentaram

enredos de discussão que extrapolaram os limites da assessoria técnica, evidenciando que os processos participativos são, antes de tudo, processos de aprendizagem coletiva.

Nesse sentido, as oficinas foram oportunidades para a emergência de uma consciência mútua, para a reconfiguração das redes de apoio e para o fortalecimento daquelas pessoas enquanto grupo. Muitas vezes, nos questionamos sobre o alcance de ganhos pelos desfechos, esquecendo que um processo participativo não se mede apenas por resultados, mas também pela capacidade de gerar avanços na mobilização e formação política. Sendo que, além da elaboração dos documentos, também houve fortalecimento de laços entre os moradores, estimulando a identidade coletiva e reforçando a legitimidade enquanto grupo sócio-espacial.

Voltando ao Liame, ter um espaço de discussão da teoria teve um papel fundamental para nos lembrar que as perdas também podem ser ganhos, fazem parte do aprendizado sobre a ação e valorização do processo, entendendo a assessoria como um processo vivo. São elementos para repensarmos a práxis, na construção de novas práticas, para que em ações futuras, consigamos fortalecer ainda mais as redes de aprendizagem e ter mais instrumentos para garantir que as comunidades tenham o poder real sobre as decisões que impactam suas vidas.

A conclusão da atividade, parte 3 da conversa guiada, se deu em momentos de reflexão do pós ReUrb. O trabalho feito no Reurb Carolina, pela equipe, composta por profissionais com diferentes expertises, mas pouca experiência no trabalho que estava sendo proposto, o curto prazo, a dissonância entre as expectativas, muitas vezes ingênuas, e a realidade complexa do território mostraram-se principalmente como campo intenso de aprendizado. Pois a atuação foi, acima de tudo, uma ponte entre as necessidades das pessoas e as possibilidades técnicas e políticas disponíveis.

A presença de um setor de assessoria técnica dentro de movimentos sociais, como o MTST, é um ponto importante para a articulação entre as demandas locais e as estratégias nacionais, já que, ao unir a militância com a expertise profissional, consegue acessar específicas nuances e possibilidades. A bagagem teórica e a experiência prática em pensar e construir a cidade permitem que os assessores

técnicos identifiquem soluções e caminhos em diálogo com as necessidades do território. No entanto, essa posição não é simples: ela exige um equilíbrio delicado entre trabalhar dentro das perspectivas do movimento e atender às demandas específicas da comunidade. Assim, o papel das assessoras se dividiu entre executar as diretrizes do movimento, construir pontes entre os interesses nacionais, com os recursos disponibilizados e as expectativas locais, sendo essa essa mediação desafiadora.

Para mais, a ReUrb Carolina trouxe desdobramentos significativos para a prática profissional das assessoras, revelando desafios, aprendizados e transformações na forma como enxergam seu papel. A principal questão que emergiu foi a necessidade de maturidade, tanto profissional, quanto pessoal, para entender e conduzir processos participativos. Apesar de algumas integrantes terem tido contato prévio com ações semelhantes, a consciência de que estavam realizando assessoria técnica e não assistência só surgiu durante o processo de teorização e ação. Foi um momento de reflexão e reconhecimento de que a prática exigia mais do que boa vontade, demandava um entendimento profundo dos métodos e das dinâmicas territoriais.

Essa maturidade foi sendo construída na prática, à medida que as assessoras se envolviam com o território e com as pessoas, mesmo em pouco tempo. Como destacado por Vladimir Safatle (2015), a transformação social ocorre a partir de "formas singulares de vida", que emergem quando os afetos e as relações se reorganizam em torno de novas possibilidades. No caso da assessoria, isso significou reconhecer que o trabalho vai além da técnica: envolve escuta sensível, construção de vínculos, preparação metodológica e abertura para o imprevisível, sendo a teoria fundamental, mas é na prática, no campo da experiência, que se consolidam os saberes. Facilitar oficinas, mediar conflitos e construir projetos participativos exige uma imersão que só se aprende no empirismo. Essa reflexão levou a uma postura mais crítica em relação ao próprio trabalho: hoje, as assessoras evitam chegar ao território sem um planejamento prévio ou sem entender a totalidade do projeto.

Por fim, a experiência mostrou que a assessoria técnica é um campo em constante evolução, que exige adaptação, humildade e compromisso. As assessoras saíram do processo com uma visão mais clara do que significa ser uma profissional nessa

área: é preciso equilibrar teoria e prática, militância e profissionalismo, planejamento e flexibilidade. Aprendendo com os erros e valorizando os acertos, elas construíram uma base sólida para atuações futuras, sempre com o objetivo de promover transformações que sejam, de fato, significativas para os territórios e as pessoas envolvidas.

### **Considerações finais**

A prática da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo revela-se como um campo complexo e repleto de contradições, no qual as intenções de promover transformações sociais frequentemente se chocam com as limitações impostas por estruturas de poder, burocracias e lógicas de mercado. Embora o desejo de construir soluções coletivas e respeitadas seja central, a realidade impõe barreiras que dificultam a realização plena desses objetivos. As comunidades atendidas, mesmo quando alcançam algum nível de segurança e melhoria, muitas vezes ficam presas a processos que não garantem a continuidade de suas lutas por direitos e dignidade. Essa tensão entre o ideal e o real representa um desafio constante para os profissionais envolvidos, que precisam lidar com normas rígidas, financiamentos limitados e exigências do mercado imobiliário, fatores que frequentemente distorcem os resultados esperados. Ademais, a experiência de quem atua nesse campo é constantemente de um processo de amadurecimento, no qual as expectativas iniciais, como tentar garantir direitos concretos e dignidade para as pessoas, se confrontam com a realidade do sistema.

Porém, dentro dessa complexidade, surgem oportunidades de transformação. Quando atuamos no nível micro, no cotidiano das comunidades, é possível perceber como ações pequenas, mas coletivas, podem gerar resistência e promover mudanças. Ao considerar as particularidades e as vivências locais, a atuação pode fortalecer os laços sociais, engajar as pessoas e ajudar a construir alternativas que desafiem as lógicas neoliberais dominantes. No fim, a luta é por aquilo que é possível transformar, com a consciência de que, embora algumas ações possam ser falhas, a contínua participação e resistência são realidades possíveis para um futuro mais democrático e transformador. A assessoria técnica deve ser, portanto, uma

prática ética-política que busca, através da inclusão e da escuta ativa, criar alternativas mais justas e sustentáveis.

A experiência da assessoria técnica no ReUrb Carolina trouxe à tona uma série de reflexões profundas sobre a práxis profissional, especialmente quando analisada sob a lente das metodologias estudadas. Ao revisitar essa trajetória, me esforcei em um movimento de desconstrução de ideais romantizadas e a construção de uma postura mais sincera e crítica em relação ao trabalho realizado. No início desta pesquisa, principalmente no texto de qualificação, havia uma tentativa de "academizar" a prática, de enquadrá-la em moldes teóricos e metodológicos que pareciam distantes da realidade vivida no território. A necessidade de responder às exigências da pesquisa formal gerava uma narrativa que, nesse olhar retrospectivo, se tornava um descompasso, impedindo o reconhecimento dos deslizos e barreiras como parte inerente da atuação.

O trabalho na Carolina revelou que, apesar das atividades implementadas terem construído avanços, elas não necessariamente resultaram na autonomia desejada e esse reconhecimento desvelava um dilema sobre a valorização do micro em detrimento do macro, ou vice-versa. A reflexão crítica sobre essa questão levou à decisão de abandonar a escrita sobre a idealização de um processo "bem-sucedido" para, em seu lugar, construir uma narrativa em que a realidade da assessoria fosse compreendida em sua complexidade. Foi preciso um olhar mais problematizador, que não buscasse por uma legitimação acadêmica em cima de uma prática que fantasiosamente alçava sua efetividade nos objetivos propostos, em detrimento da valorização de seus processos. Foi uma a decisão de abandonar romantismos e dialogar melhor com os fatos, mesmo que isso significasse renunciar construções anteriores, e eventualmente atrasar a escrita. Foi um ato de maturidade e compromisso com a práxis.

A prática é um campo de experimentação e aprendizado contínuo, onde teoria e ação se retroalimentam, e assumir o peso e complexidade da assessoria faz parte de entender e desenvolver a práxis. Ela exige uma disposição para lidar com as contradições, as brechas e os emaranhados de linhas do real, um trabalho que acontece nas fissuras de um sistema desigual, onde cada avanço é conquistado com esforço coletivo, sempre crítico e problematizador, e persistência. Ao mapear as intensidades e os afetos que permeiam o processo, deixa claro que os canteiros

e rodas fomentados por essa profissão são, acima de tudo, espaços de encontro e diálogo.

Com isso, a completude de pesquisa, ação e acolhimento, trazido pelo espaço criado no Liame, foi um dos maiores ganhos para mim e para as mulheres que construíram isto comigo. A formação em arquitetura e urbanismo muitas vezes nos prepara para sermos "os grandes conhecedores", mas o território precisa justamente do contrário: que saibamos ouvir, guiar sem impor, e reconhecer que nosso saber técnico é apenas uma parte de um processo muito maior. E essa desconstrução não é fácil, se manifesta na dificuldade de abrir mão do protagonismo e exige um confronto constante com nossas próprias limitações e com as hierarquias que reproduzimos, muitas vezes sem perceber. Não há como fugir, a imersão no território evidenciou, mais uma vez, as assimetrias sociais que permeiam a relação entre os agentes da assessoria e os moradores, o desafio constante era de reconhecer e lidar com essa assimetria sem reforçá-la.

Portanto, esse projeto extensionista foi lugar onde a solidão e a prepotência costumeiramente encontrada na academia foi abandonada para dar espaço a coletividade e humildade de aprender e construir conhecimento em conjunto, compartilhado. E o diálogo entre as profissionais permitiu a construção de um repertório crítico, onde a prática era discutida não apenas como um exercício técnico, mas como um campo de afetos e tensões, o que era levado diretamente ao território, da forma mais bem articulada e respeitosa possível. Eram parte do comprometimento com o grupo sócio-espacial e com o nosso próprio caminho profissional. Assim, essa troca coletiva pôde construir um entendimento mais profundo do que significa ser uma assessora técnica popular de arquitetura, urbanismo e planejamento.

Sendo assim, a extensão universitária surge como um espaço fértil para a prática, permitindo que estudantes e profissionais atuem lado a lado com comunidades organizadas e movimentos sociais. Essa interação fortalece a formação acadêmica, como também promove um diálogo direto com as demandas reais da população, criando um ciclo de aprendizado e ação tanto na academia quanto na sociedade. Esses espaços que transcendem os muros acadêmicos têm se colocado como um espaço de experimentação e resistência, permitindo a formação de novas gerações de profissionais comprometidos com a transformação social.

Contudo, ainda são poucas as iniciativas institucionais que incorporam a assessoria técnica no ensino formal de arquitetura e urbanismo, permanecendo muitas vezes, como um campo marginal nos currículos acadêmicos, quando deveria ser compreendida como um eixo estruturante da formação profissional. Santo Amore (2017, p. 10) argumenta que a ampliação do mercado de trabalho para arquitetos e urbanistas deve ser uma consequência natural de políticas habitacionais inclusivas e abrangentes, e não o contrário.

A inclusão da assessoria e assistência técnica na grade obrigatória do curso de Arquitetura e Urbanismo é uma necessidade. A formação profissional deve estar alinhada com as demandas sociais, preparando os estudantes para atuar em contextos diversos e desafiadores, como os territórios populares e as comunidades marginalizadas. Ao integrar a AT e ATHIS no currículo, as universidades reforçam a necessidade de aptidão à questões de sensibilização para as dimensões políticas, sociais e culturais da produção do espaço urbano, essenciais para romper com a lógica tradicional elitizada e hegemônica do curso.

(...) o tensionamento deve ser feito em todos os âmbitos sociais. É muito significativo, por exemplo, que cada vez mais arquitetos e arquitetas atuem nas assessorias técnicas aos movimentos sociais, juntamente com projetos de extensão das universidades; e que essa atuação retroalimente a sala de aula, o ensino e a pesquisa (MOASSAB, 2020, p. 39).

Por fim, a assessoria técnica é um exercício de constante reinvenção, que não pode ser definida apenas em espaços acadêmicos fechados ou por grupos restritos de profissionais, ela é uma obra coletiva, que envolve diferentes atores e áreas de atuação. Tem, por essência, a capacidade de ser uma ferramenta poderosa de transformação, mas quando feita de forma negligente ou não enfatiza a autonomia, tem a possibilidade de apenas reproduzir as desigualdades que busca combater. Participar de outras oficinas, se colocar no lugar de quem está sendo assessorado, e refletir criticamente sobre a própria atuação são passos essenciais para aprimorar a prática, sendo a criticidade um sinal de maturidade e compromisso com a busca por uma práxis mais justa e eficaz.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (DELEUZE, 1992, p. 218).

Por fim, longe de esgotar o tema, este trabalho busca contribuir para novas pesquisas e reflexões, reconhecendo que as considerações aqui apresentadas são fruto de um diálogo constante com ideias e vozes que me orientaram. Com isso, volto a dizer que aqui construo considerações sem a prepotência dos tons de resposta ou conclusões. Digo isso tanto pela elaboração dissertação, com melhor síntese entre estudo empírico, embasamento e investigação, quanto pela ideia de mutabilidade dos saberes e afirmações, pois são dialéticas em eterna construção. De maneira análoga, identifico que as diretrizes aqui levantadas não constituem um modelo fechado, mas pontos de abertura, já que escrevo a trabalho da reflexão, do engajamento e sobretudo da autonomia. Afinal, como nos lembra Gadotti (1997, p. 11), é na ação do presente que se desenham as possibilidades do que virá: "fazer hoje o possível de hoje para amanhã fazer o impossível de hoje", avançando passo a passo, com persistência e esperança, na construção de uma futura práxis da assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo.

# BIBLIO GRAFIA



## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. **Cartografia Social e estratégia de territorialização**. In: XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2018, Recife, PE. Anais do XV ENANPUR. Recife, PE: ANPUR, 2018. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/511/503>.

ACSELRAD, H. **Cartografia social, terra e território**. In: Henri Acelrad (org.); Rodrigo Nuñez Viégas ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318 p. : il. color. ; 18 cm. – (Coleção território, ambiente e conflitos sociais ; n. 3)

ACSERALD, H.; COLI, L. R. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**. In: ACSERALD, H. (Org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 13-43.

ACSERALD, H.; VIÉGAS, R. N. **Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano**. In: ACSERALD, H. (Org.). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013. p. 15-40.

AGUIAR, L. M. **As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual**. In: Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom XXXIII - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Caxias do Sul, RS. 2010

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. de (organizadores). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Mapas e Museu: Uma Nova Cartografia Social**. Artigos e Ensaios. p.58-61, 2018.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. **Pista 7 - Cartografar é habitar um território existencial**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

ANDRADE, L. **“Por uma escola de [trans]formação urbana: contribuição heterodoxa do pensamento decolonial”**. Redobra. N. 15, ano 6, pp. 137-152, 2020.

ARNSTEIN, S. **A Ladder of Citizen Participation**. *Journal of the Institute of American Planners* v.34, n.4, 1969. pp. 216–224. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5122659/mod\\_resource/content/1/arnstein\\_uma\\_escada\\_da\\_participacao\\_cidada.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5122659/mod_resource/content/1/arnstein_uma_escada_da_participacao_cidada.pdf)

ARRUDA, G. F. de. **Pedagogia sócio-espacial para democracia radical [manuscrito] : uma experiência mediada por interfaces em Glaura**. Tese de Doutorado. UFMG, Escola de Arquitetura. 2021.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSIS, A. P. S. de. **A agência dos jogos [manuscrito]: Dissenso e emancipação na produção política do espaço**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

AWAN, N.; SCHNEIDER, T.; TILL, J. **Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture**. London: Routledge, 2011.

AZEVEDO, A. P. da S. **A urbanização como estratégia do biopoder e a resistência dos movimentos sociais urbanos: entre Movimento #Ocupe Estelita e novos Recifes**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Católica de Pernambuco, Pró-reitoria Acadêmica, Coordenação Geral de Pós-graduação, Mestrado em Direito, 2017. Disponível em: [http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1091/5/ana\\_paula\\_silva\\_azevedo.pdf](http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1091/5/ana_paula_silva_azevedo.pdf)

BADIOU, A. **Ética: um ensaio sobre a consciência do mal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BALDISERA, A. **Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo**. Revista Sociedade em Debate. Pelotas: v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001

BALTAZAR, A. P. **O Atelier: Espaço Para Que? Atelier como atividades de extensão**. Youtube, 09 nov. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NkqsMN5V3bw&t=77s&ab\\_channel=UFRGS\\_FaculdadeAberta](https://www.youtube.com/watch?v=NkqsMN5V3bw&t=77s&ab_channel=UFRGS_FaculdadeAberta)

BALTAZAR, A. P. **“Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura”**. VIRUS. São Carlos: n. 8, 2012.

BALTAZAR, A. P. **“Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial”**. Redobra. N. 15, ano 6, pp. 121-136, 2020.

BALTAZAR, A. P.; CABRAL FILHO, J. dos S.; BARTHOLO, B. R.; MORITANI, G.; PAIVA, L. C. P. **Technological appropriations for socio-spatial transformation in São Gonçalo do Bação**. In: XXVI Sigradi – XXVI International Conference of the Iberoamerican Society of Digital Graphics. Lima: Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC), 2022, pp. 847–856.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. **“Assessoria Técnica com Interfaces”**. IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre: 2016.

BALTAZAR, A. P.; ARRUDA, G.; CABRAL FILHO, J.; MARQUES, L.; ALMEIDA, M. **Dialogue With Interfaces: Beyond the Visual Towards Socio-Spatial Engagement**. Interface Support for Creativity, Productivity, and Expression in Computer Graphics, University of Northern Colorado, USA, pp 128 -148, 2019.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. **Pista 3 - cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BENEVIDES, M. V. de M. **Educação para a democracia**. In: O Individualismo e Seus Críticos. Lua Nova, 1996.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990 (texto originalmente publicado em 1897).

BERNARDES, D. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. Universitária da UFPE. Recife, 2013.

BERTOLIN, R. V.; ZWICK, E.; VILAS BOAS, A. A.. **A Pesquisa-ação na Construção Social da Ação: Uma Abordagem Emancipatória**. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, v. 3. João Pessoa. Anais EnEPQ. João Pessoa: 2011. Disponível em: [https://arquivo.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=MTM4OTI%3D](https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTM4OTI%3D)

BONFIM, C. M. N. **Direito à cidade e negritude**. In: XV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 01 a 03 de agosto de 2019, Salvador, Bahia, Brasil. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/upload-484/112116.pdf>

BOOTH, W.C.; COLOMB, G.G.; WILLIAMS, J.M. **A arte da pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BORDA, O. F. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). Pesquisa Participante. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 42-62.

BOULOS, G. **Por que ocupamos?**. São Paulo: Scortecci, 2014.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C. R. **Círculo de Cultura**. In: STRECK, R, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, J, Jaime (orgs). Dicionário Paulo Freire. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. P. 69-70.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Senado Federal, Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)

BRASIL. **Ideias e dicas para o desenvolvimento de processos participativos em Saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.edpopsus.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/conteudo/midia/arquivos/ideias-dicas-p-participativos-2016-10-04-final-final.pdf>

BRASIL. **II Caderno de educação popular em saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008.** Assegura às famílias de baixa renda, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 dez. 2008. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240>

BRITTO, F. B. & JACQUES, P. B. **Corpocidade: debates, ações e articulações.** Salvador: UFBA, 2010.

BUENO, C. **Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife.** Revista Ciência e Cultura, São Paulo, v. 66, n. 4, Notícias do Brasil, 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n4/a03v66n4.pdf>

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANDAU, V. M. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

CARDOSO, F. S., LOPES, J. M. de A. **Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática.** Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=588>

CARDOSO, F. S.; LOPES, J. M. de A.. **Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social: do discurso à construção da prática profissional.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202210pt>. Acesso em: dia mês ano.

CARNEIRO, G. **Condenada pela Prefeitura do Recife, Vila Esperança recusa-se a desaparecer.** Org Marco Zero. Disponível em: <https://marcozero.org/condenada-pela-prefeitura-do-recife-vila-esperanca-recusa-se-a-desaparecer/>

CARVALHO, D. de. **O mapa do Centro de Mídia Independente.** Estudos em Comunicação, Portugal, n. 9, p. 341-353, 2011.

CARVALHO, T.; PACHECO, F. **Cidade, modos de ver e de fazer vitalidade urbana no dia a dia.** Revista de Morfologia Urbana. Porto: PNUM, vol. n. 1, 2019, pp.1-15. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/62>

CARVALHO-SILVA, H. H. de. **A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo.** 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02052019-154938/>.

CARVALHO-SILVA, H. H. de; TOMIZAKI, K. **Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres no MTST.** Linhas Críticas, v. 27, n. ja/dez. 2021, p. 1-19, 2021 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36690>.

CASSANDRE, M. P. **Metodologias intervencionistas na perspectiva da teoria da atividade histórico cultural: um aporte metodológico para estudos organizacionais**. 2012. 300 f. Tese (Doutorado) – Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, Universidade Positivo, Curitiba, 2012.

CASSANDRE, M. P.; GODOI, C. K. **Metodologias intervencionistas da teoria da atividade histórico-cultural: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais**. Revista Gestão Organizacional, v. 6, n. 3, p. 11-23. 2013.

CASSANDRE, M. P.; QUEROL, M. A. P. **Metodologias intervencionistas: contribuição teórico metodológica vigotskyanas para aprendizagem organizacional**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 8, n. 1, p. 17-34, jan./mar. 2014.

CAVALCANTE, D. F. **O procedimento de criação: imanência e produção da diferença em Gilles Deleuze e Félix Guattari**. Trágica, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 81 - 107, 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CINTRA, A. M. S. et al. **Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 29, p. 45-53, 2017.

COLLING, L. **A vontade de expor: arte, gênero e sexualidade**. Salvador: EDUFBA, 2021.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

COLMAN, D. G. **Currículo inter/multicultural: por uma educação mais democrática**. In: Seminários Regionais ANPAE, nº 3. Campo Grande: 2018. Disponível em: [https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero3/1comunicacao/Capitulo05/DanieleGoncalvesColman\\_E5Com.pdf](https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero3/1comunicacao/Capitulo05/DanieleGoncalvesColman_E5Com.pdf)

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU/BR). **Percepções da sociedade sobre e Urbanismo**. Brasília: 2015. < <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/> >. Acesso em: 20/07/2019.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Mercado consumidor de serviços de Arquitetura e Urbanismo cresceu mais de 40% desde 2015**. CAU BR, Janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2022/#:~:text=Hoje%2C%2010%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,constru%C3%A7%C3%A3o%2C%20reformas%20e%20outros%20servi%C3%A7os>.

COOKE, Bill & KOTHARI, Uma. **Participation: The New Tyranny?**. London : Ed. Zed Books, 2001. 256p.

COOKE, W.. **A foundation correspondence on action research tion correspondence on action research: Ronald Lippit and John Collier**. The University of Manchester, Manchester, [s.d.]. Disponível em: <[http://www.sed.manchester.ac.uk/idpm/publications/wp/mid/mid\\_wp06.htm](http://www.sed.manchester.ac.uk/idpm/publications/wp/mid/mid_wp06.htm)>.

COSTA, A. E. da; BASSANI, J. **Coletivos Portugueses: entre oportunismos e compromissos de ação política-artística.** (apresentação de paper). In: XII SIIU – Simpósio Internacional de Investigação em Urbanismo. Lisboa, 2020. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/336627?show=full>

COSTA, H. S. de M. (org). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011. p.217-230.

COSTA, L. B.. **A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa.** Revista Paralelo 31, v. 15, p. 11-35. Pelotas: 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/20997>.

COSTA, L.B. . **Cartografia: uma outra forma de pesquisar.** Revista Digital do LAV , v. 7, p. 66-77, 2014.

CRUZ, V. do C. **Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais?.** In: ACSERALD, H. (Org.). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013. p. 119-177.

CYMBALISTA, R.; SANTORO, P.; POLLINI, P. **Estatuto da Cidade: o desafio da capacitação de atores sociais.** 2006.

DANTAS, V. L.; LINHARES, Â. M. B. **Círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular.** In: Brasil. II Caderno de educação popular em saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília, 2014. p. 73-76.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DE LA MORA, L. **Produção social do habitat: Estratégia dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia.** In: Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat. Olhares Cruzados Brasil - França. Editora Universitária, UFPE, 2010.

DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G. **Proust e os signos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

DELEUZE, G. **¿Que és un dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3.** São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4.** São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Lisboa: Assirio & Alvim, 2004.

DELEUZE, G.; PARNET, C.. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DEMARTINI, J. **Assessoria Técnica Continuada: desafios e possibilidades para a implementação de um programa público para as expressões do morar.** 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos.** Brasília: Liber Livro Editora, 2ª Edição 2008. 140 p.

DIAS, W. F. **Do limão à caipirinha: o humor e as linhas de fuga nas vivências gays de Baía Bahia e Raymundinho Furacão no Youtube.** Tese de Doutorado em Comunicação. Universidade Federal de Goiás (UFG). GOIÂNIA, 2024.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperançar feminista.** Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 2022.

ELLIOT, J. **La investigación-acción em educación.** Tradução de Pablo Manzano. 3. ed. Madrid: Morata, 1997.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. **Pista 5 - O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica.** In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 92-109.

ESPINOSA, B. 2015a. **Ética.** Tradução coletiva do Grupo de Estudos Espinosanos da USP. São Paulo: Edusp.

FALABELLA, G.; THÜRLER, D.. **A Cartografia como Possibilidade de Pesquisa em Artes.** Revista Inter. Interdisc. Art&Sensorium, Curitiba, v.8, n.1, p. 315 – 330. 2021. Disponível em: [https://periodicos.unespar.edu.br/sensorium/article/view/4067/pdf\\_72](https://periodicos.unespar.edu.br/sensorium/article/view/4067/pdf_72)

FALCHETTI, C. **Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas.** Revista Brasileira de Sociologia, vol. 10, núm. 25, pp. 168-192, 2022. Sociedade Brasileira de Sociologia. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595773689006/html/>

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. **Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.
- FERRARI, J. F.; RIERA, H. E.; ZANATTA, L. Y. A. **A extensão em construção: uma experiência de "imersão" em Raposos/MG**. Anais XVIII ENANPUR, 2019a. Disponível em: . Acesso em: 24 de agosto de 2020.
- FERREIRA, F. L. **A emergência do Movimento Ocupe Estelita: das origens à ocupação, fragmentos de uma história de resistência**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/42609/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Francisco%20Ludermir%20Ferreira.pdf>
- FERREIRA, L. M. **Contribuições do círculo de cultura freireano para o ensino e formação profissional**. Educação e Interdisciplinaridade: Teoria e Prática - Volume IV. Capítulo 24. p. 278 - 286, 2024.
- FERRO, S. **A história da arquitetura vista do canteiro – três aulas de Sérgio Ferro**. São Paulo: GFAU, 2010.
- FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FIGUEIREDO, C. D. de. **OcupeEstelita: reflexões sobre utopia, redes e estética no Movimento Ocupe Estelita**. Recife: Ed. UFPE, 2024. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/910/910/3054?inline=1>
- FIORI, E. M.. **Prefácio**. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Prefácio por Ernani Maria Fiori. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FLUSSER, V. **Jogos**. Manuscrito não publicado. (s.d.).
- FONSECA, T.; KIRST, P. **Cartografias e devires: A construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M.. **Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias**. In: LEACH, NEIL (Org.). *Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory*. NYC: Routledge, 1997.
- FRANCO, M. A. S. **Pesquisa-ação pedagógica: práticas de empoderamento e participação**. Educ. Temat. Digit. Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 511-530, abr./jun., 2016.
- FREIRE, P. & ILLICH, I. **La educación: una autocrítica**, [1975] 2013.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler – em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *Pesquisa Participante*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 34-41

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1967] 2013.

FREIRE, P. **Entrevista gravada no programa Memória Viva, nos estúdios da TV Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 1983.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969a.

FREIRE, P. **Papel da Educação na Humanização**. *Revista Paz e Terra*, São Paulo, n. 9, p. 123-132, out. 1969b.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, [1996] 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1974] 1997.

FREIRE, P.; ILLICH, I. **Diálogo Paulo Freire-Ivan Illich**. Buenos Aires/Argentina: Ediciones Busqueda, 1975.

FREYRE, G. **Guia prático, histórico e sentimental do Recife**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

FREYRE, G. **O Recife, sim! Recife, não!** In: *FREYRE, Gilberto. Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira juventude*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. *Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária*. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012 Disponível em: <file:///C:/Users/Duds/Downloads/3909-Texto%20do%20artigo-14158-1-10-20130204.pdf>.

GADOTTI, M. **Paulo Freire, 5 anos depois: um legado de esperança**. In: FÓRUM PAULO FREIRE – III ENCONTRO INTERNACIONAL. Los Angeles, 2002. Disponível em:

<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/e87de501-2296-4909-a281-d8e0657641e7/content>

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2004.

GALEANO, F. **Para que serve a utopia?**. In: 'Las palabras andantes?'. Siglo XXI, 1994.

GARCIA, R. M. **Ser mais: Um Princípio Educativo**. Caminhado, São Bernardo do Campo, v. 16, n. 2, p.89-95, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229071595.pdf>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL. 2006. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 22 mai. 2021.

GOMES, M. de F. V. B.. **CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA ESCOLAR: aproximações e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 7, n. 13, p. 97-110, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/488/230>

GOMEZ, M. V. **Círculo de Cultura: pesquisa e a intenção na educação superior**. In: BAPTISTA, A.M.H.; MAFRA, J.F. (orgs.). Reflexão crítica, memória e intervenção na prática pedagógica. São Paulo: BT Acadêmica, 2013.

GONÇALVES, R. S.; BAUTÈS, N.; MANEIRO, M.. **A informalidade urbana em questão**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 9-26, set./dez. 2018. ISSN 2238-9091. Disponível em: [https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_42\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf)

GONZALEZ, L.. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Em: Tempo Brasileiro. Nº 92/93 (jan/jun). Rio de Janeiro, 1988. P. 69-82.

GORDILHO SOUZA, A. **Moradia digna e assistência técnica: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando?**. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV Enanparq. Porto Alegre: 2016.

GORDILHO-SOUZA, A. M.; EMILIANO, E. de O.; ROCHA, H. F. M. **Processo e Produto na Assistência Técnica da Residência AU+E/UFBA**. In: Urbavelas. UCSAL, 2018.

GORDILHO-SOUZA, A.; ROCHA, H. M. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: IMPLANTAÇÃO DA RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA DA UFBA**. Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, [S. I.], v. 3, n. 1, p. 90–95, 2018. DOI: 10.21680/2448-296X.2018v3n1ID16626. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16626>.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, L. F. C.; TORRES, M. M.. **Potencialidades do círculo de cultura na educação popular**. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (org.). Educação popular na perspectiva freiriana. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. p. 115-142.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1994] 2013.

hooks, b. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: E. Elefante, 2009.

IANNI, O. **Estilos de pensamento: explicar, compreender, revelar**. Araraquara: Cultura Acadêmica; UNESP, 2003.

IBASE. **Favelas – uma condição urbana de caráter nacional**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: [https://ibase.br/favelas-uma-condicao-urbana-de-carater-nacional/#\\_ftnref4](https://ibase.br/favelas-uma-condicao-urbana-de-carater-nacional/#_ftnref4)

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2ª edição. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 48. ISBN 978-85-240-4547-9. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf)

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. N 43. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2023**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. N 53. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>

IBIAPINA, I. M. L. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2008.

ILLICH, I. **Celebração da consciência**. Petrópolis: Vozes, [1969] 1975.

ILLICH, I. **Needs**. Manuscrito inédito. Tradução: Silke Kapp. Bremen, 1990. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_babel/textos/illich-necessidades.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/illich-necessidades.pdf)

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas [Deschooling society]**. Petrópolis: Vozes, [1970] 1979.

IRAZÁBAL, C. **Realizing Planning's Emancipatory Promise: Learning from Regime Theory to Strengthen Communicative Action**. Planning Theory; v. 8, n. 2, pp.115-139, 2009. Disponível em: Acesso em: 3 dez. 2015.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

JOLIVEAU, T. **O lugar do mapa nas abordagens participativas**. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008, p. 45-69.

JOLY, F. **A Cartografia**. Campinas: Papirus, 2013..

KAPP, S. **Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-483, jul./dez., 2012.

KAPP, S. **Experiências em Assessoria Técnica e suas questões**. Assistência Técnica e direito à cidade, p. 112 - 123, 2014.

KAPP, S. **Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, 2018, pp. 221–236.

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. **The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy**. Bulletin of Latin American Research, v. 31, 2012, pp.160-173. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_babel/textos/kapp-compendio.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/kapp-compendio.pdf)

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; CAMPOS, R.; MAGALHAES, P. A. N.; MILAGRES, L.; NARDINI, P.; OLYNTHO, B.; POLIZZI, L. **Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação**. In: IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano sobre Habitação Social: Ciência e Tecnologia, 2012, Florianópolis. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano sobre Habitação Social: Ciência e Tecnologia. Florianópolis: PósARQ/UFSC, 2012.

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; MORADO, D. **Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices**. Field 2 (1), 7-29, 2008. 34, 2008.

KAPP, S.; NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, A. P. **“Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema”**. Projetar. Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009.

KASTRUP, V. **O método da cartografia e os quatro níveis de pesquisa-intervenção**. Pesquisa-intervenção na infância e na juventude , v. 1, p. 465–489, 2008.

KASTRUP, V. **Pista 2 - Pista 2: O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. **Pista 4 - Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 76-91.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Cartografar é traçar um plano comum**. Fractal: Revista De Psicologia, v. 2, n.2, p.263-280, 2013.

KEMMIS.; MCTAGGART, R. **Participatory Action Research: communicative action and the public sphere**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). *The Sage handbook of qualitative research*, 3. ed. 2005. p. 559-603.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira, Viviane Vergueiro. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSHY, E.; KOSHY, V.; WATERMAN, H. **Action research in healthcare**. Sage, 2010.

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Rev. Bras. Educ.* [online], n. 19, p. 20-28, 2002.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LEAL, Y. L. de V.; SILVA, S. B. da; AZEVEDO, C. L. de. **Círculo de Cultura freireano: instrumento metodológico para o ensino profissional**. *Revista de Educação Popular, Uberlândia*, v. 20, n. 3, p. 326-343, 2021. DOI: 10.14393/REP-2021-60159. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/60159>.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **From the social pact to the contract of citizenship** [1990]. In: ELDEN, S.; LEBAS, E.; KPFMAN, E. (Eds.). *Henri Lefebvre - Key writings* London/New York: Continuum, 2003.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, (1996) 2001.

LEFÈVRE, R. **Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981.

LEWIN, K. **Action research and minority problems**. *Journal of Social Issues*, n. 2, p. 34-36, 1946.

LIMA, F.; AZEVEDO, G. **Projetar Com. O projeto de arquitetura como uma rede sociotécnica de pesquisa-ação-concepção coletiva de uma escola de educação infantil**. *Pixo*. Pelotas: UFPel, 2020, n.15, v.4, pp. 155-177. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/2794>

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Universidade Nacional de Brasília, Departamento de Antropologia. UNB, Brasília, 2002.

LOPES, J. M. de A. **Nós, os arquitetos dos sem-teto**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 237-253, 2018.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. **Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma**. VIRUS, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 28 Jul. 2022.

LOURENÇO, T. C. B.. **Cidade ocupada. [manuscrito]** - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MARIANO, V. C.. **Caranguejo tabaiaras, um movimento social pelo direito de existir**. Caderno Discente da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. v. 6 n. 1. Recife, 2022

MARICATO, E. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.

MARICATO, E. **Nunca fomos tão participativos**. Carta Maior. Debate aberto. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_babel/textos/maricato-participativos.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/maricato-participativos.pdf)

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, L. P. **Os discursos gerados nas relações com as diferenças: Desafio atual para a formação em educação**. IN: SOARES, L [et al.]. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petropolis: Vozes, 2003.

MARTINS, J. **Participação, Cooperação e Projeto: reflexões sobre diferentes práticas participativas e suas distorções contemporâneas**. Revista Pos FAUUSP. São Paulo: USP, v. 29, n. 55, jul-dez 2022, pp. 1-13. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/194370>

MARTINS, S. A., SANTOS, F. S. **A formação política de militantes do MST: relatos de pesquisas**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, local, v. 4, n. 1, p. 82-91, jun. 2012.

MARX, K. **O Capital - Livro III: Crítica da Economia Política**. O Processo Global da Produção Capitalista. 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MÉLLO, R. P.; SILVA, A. A.; LIMA, M. L. C.; DI PAOLO, A. F. . **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa**. Psicologia e Sociedade, v.19, 2007.

MENDONÇA NETO, O. **A CARTOGRAFIA INOVADORA: UMA REFLEXÃO SOBRE A CARTOGRAFIA SOCIAL ? CIÊNCIA OU ARTE?**. In: XIV Encuentro de Geógrafos de América

Latina (EGAL), 2013, Lima. Anales del XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Lima - Peru: Unión Geográfica Internacional ? Perú, 2013. v. 1. p. 1-13.

MÉXICO. Secretaría de Asentamientos Humanos y Obras Públicas. **Glosario de términos sobre asentamientos humanos**. México, Secretaría de Asentamientos Humanos y Obras Públicas. 1978.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **II Caderno de Educação Popular em Saúde**. Ministério da Saúde. Brasília, 2014.

MIRANDA, B. W. de. **A pesquisa-ação como instrumento de transformação social**. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 19, n. 2, p. 1–11, 2019. DOI: Emancipacao.v.19i2.0001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/12427>.

MIRANDA, M. G. de. **A pesquisa na prática profissional docente: limites e possibilidades**. In: SILVA, Aurora H. F; EVANGELISTA, Ely G. S. (Orgs.). Caminhando e abrindo caminhos: trajetória da rede municipal de educação. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2004. p. 15-27.

MIRANDA, M. G.; RESENDE, Anita C. Azevedo. **Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2006, vol.11, n.33, pp.511-518. ISSN 1413-2478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GzC3q5fmQw95SSRYdjTnfh/?format=pdf&lang=pt> .

MOASSAB, A.. **de que lado a arquitetura está?: reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais**. Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente. Vol. 5, n. 1, pág. 08–19, 2020.

MOASSAB, A.; RUGERI, M. R.; FREITEZ CARRILLO, O.; NAME, L. **Andréia Moassab: Arquitetura, gênero e raça (entrevista)**. Redobra. N. 15, ano 6, pp. 19-50, 2020.

MONTANER. J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política: Ensaio para mundos alternativos**. São Paulo: GG, 2014.

MONTEIRO, S.B. et al. **Considerações críticas sobre a concepção de pesquisa ação em Joe Kincheloe**. 2000. Disponível em: <[www.anped.org.Br/reuniões/23/textos/0406p.pdf](http://www.anped.org.Br/reuniões/23/textos/0406p.pdf)>.

MORADO NASCIMENTO, D. **A autoconstrução na produção do espaço urbano**. In: MENDONÇA Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.) Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p.217-230.

MORADO NASCIMENTO, D. **As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade**. Cadernos Metrópole. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Vol. 18, pp. 145- 164, 2016.

- MORADO NASCIMENTO, D. **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2015.
- MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MST. **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/educacao/>>.
- MTST. **Cartilha de princípios**. Movimento dos Trabalhadores sem Teto. 2015
- NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**. 2<sup>a</sup> ed. Brasília: Fundação Palmares, 2002.
- NASCIMENTO, T. J. do. **Participação institucionalizada e resistência popular na intervenção em favelas: o caso Vila Antena**. Dissertação ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- NAUJORKS, C. J.; SILVA, M. K. **Correspondência identitária e engajamento militante**. Civitas: Revista De Ciências Sociais, 2016. pp. 136–152. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.18139>
- NILSSON, M. **Organizational development as action research, ethnography, and beyond**. In: Annual Meeting of the American Educational Research Association, New Orleans, LA. 2000.
- NOTINI, L. A.; LOPES, M. S. B.; NASCIMENTO, L.; TRIANI, P. **“Por uma Assessoria Técnica não colonizadora”**. XL Encontro e XXV Congresso de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul - ARQUISUR 2022. Porto Alegre: 2022.
- OLIVEIRA, E. L.; MARQUES, A. C. S. **Familismo, patriarcado e empobrecimento feminino na comunicação pública do governo sobre o Programa Bolsa-Família**. Anagrama, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-21, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2019.157549. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/157549>.
- OLIVEIRA, L. **Neutros e neutros. Humanidades**. Brasília, v. 05, n. 10, p. 122-127, 1988.
- OLIVEIRA, R. de C. **Ensino e Prática do Projeto no Ateliê de Arquitetura**. Bloco (13): o ensino e a prática do projeto. Novo Hamburgo: Feevale, 2017, pp. 12-27. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/bloco>
- OLIVEIRA, T. R. M. de; PARAÍSO, M. A. **Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação**. Pro-Posições, v. 23, n. 3 (69), 2012, p. 159-178.
- PASSOS, E.; BARROS, L. P.. **Pista 1 - A cartografia como método de pesquisa**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, (2009) 2015. p. 17-32.
- PASSOS, E.; BARROS, L. P.. **Pista 8 - Por uma política da narratividade**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 150-172.

PASSOS, E.; EIRADO, A. **Pista 6 - Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador.** In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 109-131.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulinas, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.. **Cartografia e devires: A construção do presente.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PEREIRA, G. L. **Direito à cidade e questões raciais.** Coletiva, Recife, n. 24, Coletiva. fev.mar.abr.mai. 2019. Disponível em <https://www.coletiva.org/dossie-direito-a-cidade-n24-direito-a-cidade-e-questoes-raciai>.

PEREIRA, G. L.; OLIVEIRA, J. D. **Construindo respiros coletivos.** V!RUS, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/743/743pt.php>.

PEREIRA, G. L.; TAVARES, P. **O Olhar decolonial no campo da arquitetura e urbanismo: emergências atuais.** Alagoas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, 2020. vídeo (1h:55min). [Live]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yXC3tZHsKWU&ab\\_channel=aurbufal](https://www.youtube.com/watch?v=yXC3tZHsKWU&ab_channel=aurbufal).

PICHETH, S. F., CASSANDRE, M. P., & THIOLENT, M. J. M. **Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo.** Educação, 39(4), s3-s13. 2016.

PIMENTA, S.G. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente.** Educação e Pesquisa. São Paulo, SP, vol. 31, n. 3, pp. 521-539, set./dez., 2005.

PINTO, R. G.; WANDERLEY, L. J. de M. **Memória e Resistência: a experiência do mapeamento participativo da comunidade Quilombola de Linharinho, Espírito Santo.** In: ACSELRAD, Henri. (Org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

POPAYAN. **Territorio y Cartografia Social.** Proyecto: Fortalecimiento de las organizaciones pertenecientes a la asociacion de proyectos comunitarios. a.p.c. 2005. p.1-9. Disponível em: [http://www.rutapedagogicaamigoniana.org/documentos/materiales/Modulo\\_0\\_Territorio.pdf](http://www.rutapedagogicaamigoniana.org/documentos/materiales/Modulo_0_Territorio.pdf).

POZZANA, L. **A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade.** Fractal, Rev. Psicol., Niterói, v. 25, n. 2, p. 323-338, ago. 2013

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. **A Cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais.** Barbarói, n. 38, p. 45-59, 9 ago. 2013.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RANCIÈRE, J. **A Partilha do Sensível: estética e política**. São Paulo: EXO Experimental, 2005.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996a.

RANCIÈRE, J. **O dissenso**. In: NOVAES, A. (Org.). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. pp. 367-382.

RECIFE. **ESIG Informações Geográficas do Recife**. Disponível em: <https://esigportal2.recife.pe.gov.br>

RECIFE. **Plano Diretor Municipal**. LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2021. Recife: 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-recife-pe>

RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. J. A.; LOPES, M. S. B.; FRANZONI, J. Á. **Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Método, Ativismo e Tecnopolítica na Defesa dos Bens Comuns Urbanos**. In: Congreso Internacional Contested\_CITIES, 5., 2016, Madrid. Disponível em: <http://contested-cities.net/working-papers/2016/grupo-de-pesquisa-indisciplinar-metodo-ativismo-e-tecnopolitica-na-defesa-dos-bens-comuns-urbanos/>

RIBEIRO, A. C. T. **Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano**. In: EGLER, T. T. C.; POGGIESE, H. (Org.). Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdll/collect/clacso/index/assoc/D8628.dir/14torres.pdf>.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017

RIBEIRO, A. C. T. **Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos**. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (org.). Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.

RIBEIRO, A. C. T. **Metrópole: sentidos de fragmentação**. In: SILVA, C. A.; OLIVEIRA, A. L.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). Metrôpoles: entre o global e as experiências cotidianas. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2012a. p. 93-109.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do Presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2012b.

RIBEIRO, A. C. T. **Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação**. In: SILVA, C. A. (Org.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Faperj, 2011. p. 19-34.

RIBEIRO, A. C. T.; BARRETO, A. R. S.; LOURENÇO, A.; COSTA, L. M. C.; AMARAL, L. C. P. **Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método**. Cadernos Ippur, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91>.

RIBEIRO, L. H. L.; SILVA, C. A. **Cartografia da ação social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método a partir da Rede Fitovida no Rio de Janeiro.** Geosp, v. 26, n. 2, e-187100, ago. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/187100>.

ROCHA, D. de M.; LIMA, T. M. P. de. **Movimento Ocupe Estelita: quais lições para a cidade do Recife?.** In: Um outro futuro é possível: Recife. Observatório das Metrôpoles. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2024. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Recife\\_OM\\_Eleicoes\\_2024.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Recife_OM_Eleicoes_2024.pdf)

ROCHA, H. F. M.; MOURA, M. S. **Metodologias Integrativas em Projetos de Assistência Técnica para Comunidades Urbanas.** Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Salvador: UFBA, jan./abr. 2016, v.5, n.1, pp. 153-166. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12464>

RODRIGUES, A. da S. **Educação Popular e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Contribuição Da Geografia Na Luta Pelo Direito À Cidade.** Trabalho De Conclusão De Curso. Departamento de Geografia. Universidade Federal Do Ceará. Fortaleza, Ceará. 2021..

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROLNIK, S. **Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil.** In: Núcleo de Estudos de Subjetividade da PUC. São Paulo, 1987. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.

ROSÁRIO, N. M.; COCA, A. P. **A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação.** Comunicação & Inovação. São Caetano do Sul, SP. Vol. 19, n. 41. 2018, p. 34-48.

ROZAL, J. F, MONTEIRO, E. M. L. M, CORIOLANO-MARINUS, M. W. DE L, SANTOS, T.A. **Círculo de cultura e educação permanente para transformação da prática profissional: uma revisão integrativa.** Revista Ciência & Saúde Coletiva. Edição 28 n11. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rcgkFB5TGMVPNZSr4zKrJRj/?format=pdf&lang=pt>

SANNINO, A. **Activity theory as an activist and interventionist theory.** Theory & Psychology, p. 1-27, 2011.

SANTANA-FILHO, D.M.; ROCHA, J. C. de S. da. **Justiça Ambiental das Águas e Racismo Ambiental.** Série Textos Água e Ambiente, v. 1, p. 33-41, 2008.

SANTO AMORE, C. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco – São Paulo, anos 90 e atualidade.** 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lucia Z.; RUFINO, Maria Beatriz C. (org.). **Minha Casa... e a cidade?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações.** Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, C. N. F. dos. “**Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?**”. In: VELHO, Gilberto (org). Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980, p. 37-57.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996. SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. Coleção Documentos. fev., 2001.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **O retorno do território.** In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. de. ; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 15 - 20.

SANTOS, M. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** Cadernos Ippur, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 2, p.15-25, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, S. **Caio Prado Junior e a formação política no MST.** MST, 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/02/23/caio-prado-junior-e-a-formacao-politica-no-mst/>>

SCHILLER, F. **A educação estética do homem: numa série de cartas. Tradução de Roberto Schwarz e Márico Suzuki.** São Paulo: Iluminuras, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. A. F.; OLIVEIRA, G. S.; ATAÍDES, F. B. **Pesquisa-ação: princípios e fundamentos.** Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 2-15, 25 dez. 2021.

SILVA, C. A. . **Cartografia da ação social: limites e possibilidades da contribuição do fazer geográfico.** In: XVI Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2013, Lima. XVI Encuentro de Geógrafos de America Latina. Lima: Unión Geográfica Internacional ? Perú, 2013. p. 1-16. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Nuevastecnologias/Cartografiatematica/02.pdf>

SILVA, C. A.; SCHIPPER, I. **Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade**. Tamoios, São Gonçalo, RJ, v. 8, n. 1, p. 25-39, 2012.

SILVA, C. F. da. **Estratégias, conquistas e permanências do MLB nos núcleos da RMR: mecanismos de transformação ou de intermediação com o Estado?**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V.6 , N.2, 2017 (39-56).

SILVA, C. F. da. **O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e a política de autogestão: análise de uma experiência no bairro da Iputinga, Recife-Pe**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, Recife, 2012.

SILVA, J. L. B.; KAERCHER, N. A. **O mapa do Brasil não é o Brasil**. Geograficidade, v. 3, p. 71-79, 2013.

SILVA, N. A. **“Feminismo negro e produção do espaço: uma abordagem interseccional-espacial”**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Belo Horizonte, 2018.

SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R.. **MTST 20 anos de história luta organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo (SP). Autonomia Literária, 2017.

SOUSA SANTOS, B. de. **Descolonizar o saber e o poder**. Outras Palavras, jul. 2019.

SOUZA, J.; GRILLO, A.. **A Ralé Brasileira: que é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 483 p.

SOUZA, M. A. de A.; DINIZ, F. R.; ROCHA, D. de M. (orgs.). **Reforma Urbana e Direito à Cidade: Recife**. Observatório das Metrópoles. Recife: Editora Letra Capital, 2024.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2003] 2013a.

SOUZA, M. L. de. **Com o Estado apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta**. Revista Cidades, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2003] 2010.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013b.

SOUZA, M. L. de. **Together with the state, despite the state, against the state – social movements as 'critical urban planning' agents**. City, Vol. 10, No. 3, Dezembro de 2006.

SOUZA, S. R. L. de. & FRANCISCO, A. L. **O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios... Desenhando Caminhos...** . Atas CIAI 2016. Investigación Cualitativa en Salud. Volume 2. 2016, p 734 - 743

TANAJURA, L. L. C.; BEZERRA, A. A. C. **Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas.** Revista Eletrônica Pesquisaeduca. Santos, SP, vol. 07, n. 13, p. 10-23, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/408/pdf>.

TAVARES, R. B. **Imaginando inversões, pelo direito à cidade.** XX Enanpur. Belém, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-09.pdf>

TAVARES, R. B.; RAMOS, D. H. **Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo.** In: Revista Indisciplinar. v. 7 n. 2: Outros mundos: novas subjetividades, novos métodos. ISSN: 2525-3263. Belo Horizonte: 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1796/375>

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, [1986, 1998] 2011.

THIOLLENT, M. **Notas para o debate sobre pesquisa-ação.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.

TILL, J. **The Negotiation of Hope.** In: Blundell-Jones, P.; Petrescu, D.; Till, J. (eds) Architecture and Participation. New York: Routledge, 2005. pp. 25-44.

TOLEDO, R. F.; JACOBI, P. R. **Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas.** Educação e sociedade, v. 34, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GQXTGfPMhWpFktxq8dLW6ny/?format=pdf&lang=pt> .

TOMIZAKI, K., CARVALHO-SILVA, H. H., & SILVA, M. G. V. (2016). **Socialização política e politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.** Educação e Sociedade, v.37, p. 935-954. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302016166488>

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. DOI: 10.1590/S1517-97022005000300009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27989>.

UFPB. **O Círculo de Cultura.** Incubadora de empreendimentos solidários. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

VAINER, C. **Planejamento Conflitual: Uma utopia experimental.** Encontro sobre Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito NELPLAC/ETTERN/IPPUR. Rio de Janeiro, 2014.

VASCONCELOS, A. C. B. **Cartografia de Afetos: educação, ambiente e fotografias num baile em sentidos biodiversos**. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São João del Rei. UFSJ, 2016. Disponível em:  
<https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Anna%20Carolina%20Barcelos.pdf>

VÁZQUEZ, A. MASSERA, C. **Repensando la geografía aplicada a partir de la cartografía social**. In: TETAMANTI, M.D (ORG). Cartografía social: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación. 1a ed. – Comodoro Rivadavia : Universitaria de la Patagonia, 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZUÑIGA, R. **La recherche-action et le controle du savoir**. Revue Internationale d'Action Communautaire, Lorraine, v. 45, n. 5, p. 35-44, 1981.